

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM
CIÊNCIAS HUMANAS - DOUTORADO**

Jerônimo Siqueira Tybusch

**SUSTENTABILIDADE MULTIDIMENSIONAL:
ELEMENTOS REFLEXIVOS NA PRODUÇÃO DA TÉCNICA
JURÍDICO-AMBIENTAL**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Doutor em Ciências Humanas sob a orientação do Prof. Dr João Eduardo Pinto Basto Lupi e co-orientação do Prof. Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araujo.

Florianópolis

2011

**Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina**

T977s Tybusch, Jerônimo Siqueira

Sustentabilidade multidimensional [tese] : elementos reflexivos na produção da técnica jurídico-ambiental / Jerônimo Siqueira Tybusch ; orientador, João Eduardo Pinto Bastos Lupi. - Florianópolis, SC, 2011.
222 p.: il.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós- Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências

1. Ciências humanas. 2. Sustentabilidade. 3. Política ambiental. 4. Ecologia humana - Atitudes. 5. Direito ambiental. I. Lupi, João Eduardo Pinto Basto. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. III. Título.

CDU 168.522

Jerônimo Siqueira Tybusch

**SUSTENTABILIDADE MULTIDIMENSIONAL:
ELEMENTOS REFLEXIVOS NA PRODUÇÃO DA TÉCNICA JURÍDICO-
AMBIENTAL**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Florianópolis, 18 de abril de 2011.

Profa. Dra. Joana Maria Pedro
Coordenadora do Programa

Banca Examinadora:

Prof., Dr. João Eduardo Pinto Basto Lupi
Orientador
UFSC- SC

Prof., Dr. Luiz Ernani Bonesso de Araujo
Co-Orientador
UFMS - RS

Prof., Dr. Luiz Braulio Farias Benitez
UNIVALE – RS

Prof., Dr. Gilmar Bedin
UNIJUI- RS

Prof., Dr. Sérgio Urquhart de Cadernartori
UFSC-SC

Prof., Dr. Paulo José Duval da Silva Krischke
UFSC-SC

Profa., Dra Maria Ignez Silveira Paulilo
UFSC-SC

Do Valle à montanha,
 Da montanha ao monte.
 Cavallo de sombra,
 Cavalleiro monge,
 Por plainos desertos
 Sem ter horizonte,
 Caminhaes libertos.
 24-10-1932*

Bem sei que ha ilhas lá ao sul de tudo
 Onde há paisagens que não pode haver.
 Tam bellas que são como que o velludo
 Do tecido que o mundo pode ser.
 20-09-1934*

Mas são os braços invisíveis
 E são os cantos que não são
 E os insensorios de outros niveis
 Que vê e ouve o coração
 22-09-1932*

* PESSOA, Fernando. Mensagem-Poemas Exotéricos. 1ª reimp. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San Jose da Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1997.

Para Dinorá e João Telmo que,
de tanta bondade,
alçaram vôo antes do tempo.

Para ti, Francielle,
por ter me ensinado
a possível existência
e a simplicidade do amor.

AGRADECIMENTOS

A Deus em sua “multitude”, por possibilitar aos seres criados e emanados a existência em suas mais diferentes manifestações;

Aos Mestres, pelo amparo, assistência e inspiração na obra diária;

A Dinorá Siqueira Tybusch, minha mãe, pelo tempo que passamos juntos, por toda ajuda e proteção que me possibilitaram a vida e a “construção do humano” que hoje sou;

Saudades do meu eterno amigo João Telmo Vieira, sem a tua “percepção” e teu “incentivo” esse momento não seria possível;

Para minha esposa, Francielle Benini Agne, meu amor e minha gratidão pelo auxílio;

Dirijo ao meu amigo Luiz Ernani Bonesso de Araujo meu especial agradecimento pela paciência, pelo auxílio constante, pelas conversas compartilhadas, pelos ensinamentos de sabedoria e humildade. Enfim, pelo ser humano e amigo que tu és, incentivador na caminhada acadêmica e na vida cotidiana;

Meu agradecimento especial ao meu orientador, João Lupi, pela paciência, objetividade, amizade e auxílio desde o início deste doutoramento;

A Wilmar Beck Tybusch Filho, meu pai, pela ação, pelo companheirismo e amizade constantes; bem como pela ajuda importantíssima nos últimos tempos;

Ao amigo Paulo Hermes Ilha Xavier, pela força e calma nos momentos importantes, pela sabedoria compartilhada;

Aos irmãos “Peralta de Andrade”, Paulo Estevam e José Homero, pelos ensinamentos, amizade e experiências compartilhadas, pela troca possível no diálogo constante;

A Luis Brendler e Pedro Ribas, por serem amigos e estarem sempre próximos e atentos nas dificuldades enfrentadas;

A Vinícius Garcia Vieira, pela sincera amizade e parceria nos estudos ambientais;

A meu filho, Jerônimo, pelo seu significado de ternura e amor, anjo inocente que alça vôo num mundo de certezas incertas.

.

RESUMO

A abordagem de observação dessa tese de doutoramento tem o enfoque nitidamente interdisciplinar, comunicando percepções diferenciadas de fenômenos econômicos, políticos, tecnológicos e jurídicos para compreensão da questão ambiental na atualidade. O objetivo principal concentra-se em compreender a Sustentabilidade Multidimensional como condição de possibilidade para uma proposta reflexiva na produção da Técnica Jurídico-Ambiental. Neste sentido, a abordagem que produz comunicações entre o direito e a economia, acoplando-os às temáticas da Ecologia, Sociedade Moderna e Política implicam, como característica peculiar da pesquisa em Ciências Humanas, uma direta relação com o sujeito e suas diversidades no que concerne à percepção da comunicação ecológica. A perspectiva amplia-se também para o estudo da produção discursiva referente à racionalidade econômica, ao modelo do *Homo Oeconomicus*, frente aos desafios ecológicos, bem como a produção da técnica e discursos da *governamentalidade* em relação ao meio ambiente. Assim, a presente proposta congrega o estudo das transformações ecológicas e sua percepção pela técnica jurídico-ambiental em sua direta relação com a composição das singularidades individuais e coletivas frente às modificações na política, técnica e percepções da cena ecológica (problemática ambiental). Nesta perspectiva, compreende-se que existe uma maior influência do saber e poder econômicos na questão ambiental. Ou seja, as práticas discursivas, no que tangem a questão ambiental, partem, na realidade das políticas públicas, de orientações desenvolvimentistas, resultando em ações que operam a partir de uma lógica de custo e benefício ou de um código valor/não-valor para, em um segundo momento, tentar adequá-las na perspectiva da sustentabilidade. Tal análise demonstra a histórica dificuldade metodológica na aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável para salvaguarda do meio ambiente, bem como na formulação de uma técnica jurídico-ambiental capaz de perceber e incorporar, na sua elaboração e aplicação, as diferentes dimensões da sustentabilidade. A metodologia e estratégia de ação para viabilizar essa tese orientaram-se pelo trinômio: Teoria de Base; Procedimento e Técnica. Os elementos trabalhados interpenetram-se em uma relação sistêmico-complexa para configuração de um método que permita uma abordagem de pesquisa interdisciplinar e em sinergia com as diferentes áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. O trabalho teve como referencial teórico a matriz epistemológica pragmático-sistêmica, que permite um enfoque complexo e interdisciplinar acerca do tema proposto. Como A Sustentabilidade Multidimensional obedece a três pilares para sua possibilidade de aplicação: 1) A compreensão da necessidade de *Politizar as Novas Tecnologias*; 2) A observação de uma *Epistemologia Ambiental Complexa* e 3) A percepção das perspectivas do Sócio-Ambientalismo e da Sóciobiodiversidade. A comunicação entre estes elementos conferem um caráter multidimensional ao conceito de Sustentabilidade, permitindo, ao sistema do direito, no caso de estar aberto a esta perspectiva, uma atitude reflexiva frente às suas técnicas tradicionais de decisão.

Palavras-chave: Sustentabilidade Multidimensional; Reflexividade; Técnica Jurídico-Ambiental.

ABSTRACT

The approach of looking at the doctoral thesis is clearly interdisciplinary approach, communicating different perceptions of economic phenomena, political, technological and legal means to understanding the environmental issue today. The main objective focuses on understanding the Multidimensional Sustainability as a condition of possibility for a proposal reflecting the production of Technical and Environmental Law. In this sense, the approach that produces communications between law and economics, engaging them to the themes of ecology, Modern Society and Politics involve a peculiar characteristic of social science research, a direct relationship to the subject and their diversity with regard to perception of ecological communication. The prospect also extends to the study of discourse production on the economic rationality, the model of *homo economicus*, to the ecological challenges ahead, as well as production technique and discourses of *governmentality* in relation to the environment. Thus, this proposal brings together the study of ecological changes and their perception by the legal and technical environment in its direct relation to the composition of individual and collective singularities in the face of changes in policy, technical and ecological perceptions of the scene (environmental issues). In this perspective, it is understood that there is a greater influence of knowledge and economic power in environmental issues. In other words, the discursive practices in environmental issues that concern, they depart, the reality of public policy, developmental guidance, resulting in actions that operate from a logic of cost-benefit or value from a code / no-value for in a second time, trying to fit them all in the perspective of sustainability. This historical analysis demonstrates the methodological difficulty in the applicability of the concept of sustainable development to safeguard the environment and the formulation of an environmental legal and technical ability to perceive and incorporate in its design and implementation, the various dimensions of sustainability. The methodology and strategy for action to make this thesis were guided by the trinomial: Base Theory, Procedure and Technique. The elements worked interpenetrate in a complex relationship to systemic-setting up a method that allows an interdisciplinary research approach and in synergy with the different areas of knowledge: Exact Sciences, Applied Social and Human Sciences. The work has a theoretical to pragmatic-systemic epistemology, which allows a complex interdisciplinary focus on the theme proposed. How Sustainability has three pillars Multidimensional its possible application to: 1) Understanding the need to politicize the New Technologies, 2) the observation of a Complex Environmental Epistemology and 3) The perception of the prospects for socio-environmental and socio-biodiversity. Communication between these elements give a multidimensional nature to the concept of sustainability, allowing the system of law, should be open to this perspective, a reflective front of their traditional techniques of decision.

Keywords: Multidimensional Sustainability; Reflexivity; Environmental Law Technique.

RESUMEN

El enfoque de la tesis doctoral es claramente interdisciplinario, comunicando las diferentes percepciones de los fenómenos económicos, políticos, tecnológicos y los medios legales para la comprensión de la cuestión ambiental en la actualidad. El objetivo principal se centra en la comprensión de la Sostenibilidad multidimensional como condición de posibilidad para una propuesta que refleja la producción de técnicas y Derecho Ambiental. En este sentido, el enfoque que produce la comunicación entre el derecho y la economía, involucrando a los temas de la ecología, la sociedad moderna y política implican una característica peculiar de la investigación en ciencias sociales, una relación directa con el tema y su diversidad en cuanto a la percepción de la comunicación ecológica. La perspectiva también se extiende al estudio de la producción de discurso sobre la racionalidad económica, el modelo de *homo economicus*, a las cuestiones ambientales por delante, así como la técnica de producción y los discursos de la *gubernamentalidad* en relación con el medio ambiente. Por lo tanto, esta propuesta reúne el estudio de los cambios ecológicos y su percepción por el entorno jurídico y técnico en su relación directa con la composición de las singularidades individuales y colectivas en la cara de los cambios en las percepciones de la política, técnicos y ecológicos de la escena ecológica (cuestiones medioambientales). En esta perspectiva, se entiende que hay una mayor influencia de los conocimientos y el poder económico en las cuestiones ambientales. En otras palabras, las prácticas discursivas en las cuestiones ambientales que afectan, de su salida, la realidad de la política pública, la orientación del desarrollo, dando lugar a acciones que operan desde una lógica de costo-beneficio o de un código valor / no valor para en un segundo tiempo, tratando de remeter a todos en la perspectiva de la sostenibilidad. Este análisis histórico demuestra la dificultad metodológica en la aplicabilidad del concepto de desarrollo sostenible para proteger el medio ambiente y la formulación de la capacidad del medio ambiente jurídico y técnico para percibir e incorporar en su diseño e implementación, las distintas dimensiones de la sostenibilidad. La metodología y estrategia de acción para hacer esta tesis fueron guiados por el trinomio: Teoría de la Base, Procedimiento y Técnica. Los elementos de trabajo se compenetrar en una relación compleja y sistémica para la creación de un método que permite un enfoque de investigación interdisciplinario y en sinergia con las diferentes áreas de conocimiento: Ciencias Exactas, Sociales y Aplicadas Ciencias Humanas. La obra tiene un teórico de la epistemología pragmática-sistémico, lo que permite un enfoque interdisciplinario complejo sobre el tema propuesto. ¿Cómo sostenibilidad tiene tres pilares multidimensionales su posible aplicación a: 1) Comprender la necesidad de politizar las nuevas tecnologías, 2) la observación de una Epistemología Ambiental compleja y 3) La percepción de las perspectivas para el desarrollo socio-ambiental y socio-biodiversidad. La comunicación entre estos elementos da un carácter multidimensional del concepto de sostenibilidad, permitiendo que el sistema de la ley, debe estar abierto a esta perspectiva, un frente de reflexión de sus técnicas tradicionales de la decisión.

Palabras-clave: Sostenibilidad Multidimensional; Reflexividad; Técnica del Derecho Ambiental.

Sumário

Introdução	19
1. O Modelo do <i>Homo Oeconomicus</i> e suas atualizações frente à Nova Economia Global: Como Observar a Comunicação Ecológica?	27
1.1 Percebendo o <i>Homo Oeconomicus</i> : Formas “comportamentais” do (neo) liberalismo e sua “atualização” na Economia Global em Rede	27
1.2. O Sujeito/Sistema de incertezas e indeterminações (ambivalências): A Compreensão dos Riscos, da Contingência e da Confiança na Modernidade (ou Pós-Modernidade?)	39
1.3. Técnica, Consumo e Condicionamento do Corpo: A Condição Humana e a “Questão Ambiental”	51
1.4. “Empresa Verde” e “Políticas Ecológicas”: A Inserção da Problemática Ambiental nas Teorias Econômicas e Estratégias de Governo	63
2. A Celebração do Contrato Natural em tempos de Economia Informacional Global: Desafios frente às Incertezas Ecológicas.	71
2.1 Apropriação Corporativo-Empresarial do conceito de Desenvolvimento Sustentável e sua insuficiência metodológica: A Técnica Jurídica a serviço da Economia Ambiental	71
2.2 Estado-Corporação e a Normalidade da Exceção: Instrumentos Biopolíticos para Apropriação da Natureza	89
2.3 Da importância e do Cuidado que se deve imprimir ao Discurso do Risco e da Produção de Contingências: O Trinômio Medo, Mercado e Meio-Ambiente	108
2.4 Garantias do Contratualismo frente à complexa relação entre Sujeito de Direito e Sujeito de Interesses: O que pode a “Vontade Jurídica” frente ao “Interesse Econômico”?	115
3. Análise dos “Casos Reflexivos” e a necessidade de sua compreensão como Possibilidade de Percepção das Práticas Discursivas da Sustentabilidade na Produção da Técnica Jurídico-Ambiental	133
3.1 Reflexividade e Análise Discursiva do Caso frente à Multidimensionalidade	133
3.2 (Caso Reflexivo I) Biodiversidade e Apropriação do	135

Conhecimento	
3.3 (Caso Reflexivo II) Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Meio Ambiente: A Percepção Ecológica no Governo Luiz Inácio Lula da Silva	142
3.4 (Caso Reflexivo III) A Prática Discursiva da Economia Ambiental na dicotomia entre Interesse Regional e Legislação Ambiental Federal	155
4. Sustentabilidade Multidimensional: (Re) Significando a Técnica Jurídico-Ambiental	159
4.1. Relação técnica e natureza: Politizando as Novas Tecnologias como Possibilidade Democrática e Plural ao Conceito de Sustentabilidade	159
4.2 Possibilidades para uma Epistemologia Ambiental Complexa: Fugindo do Conceito meramente Econômico ou da Simples Valorização Monetária dos “Bens Ambientais”	169
4.3. Perspectivas do Sócio-Ambientalismo e da Sóciobiodiversidade: Pós-Colonialidade e estratégias legitimadoras de emancipação	177
Conclusões ou os Três Pilares para Percepção da Sustentabilidade Multidimensional aplicada à Técnica Jurídico Ambiental	195
Referências	201

INTRODUÇÃO

A seleção de observações para escolha da forma com a qual a “escritura” da tese desenvolveu-se teve como base descrições tradicionais como a de Umberto Eco. Porém, a temática do trabalho, Sustentabilidade e Técnica Jurídica, aponta para uma fusão de percepções entre uma tese teórica, panorâmica e histórica, porém com enfoque nas perspectivas da atualidade.¹

Conforme Michel Foucault, o campo epistemológico que prescreve a área das Ciências Humanas é fruto de uma perspectiva temporal e de embates discursivos entre as temáticas. O fato é que a emergência histórica de cada uma das ciências humanas ocorreu por ocasião de conflitos, problemas, exigências e obstáculos de ordem teórica ou prática fruto em cada tempo vivenciado (Foucault, 2002, p. 475-480, *passim*). Neste sentido, a problemática que envolve o conceito de Sustentabilidade, bem como os desafios postos à Técnica-Jurídica fazem parte de uma construção histórica, fruto de embates até os dias de hoje.

Dessa forma, duas perspectivas nortearam a elaboração da tese. A primeira diz respeito ao pensamento complexo e a segunda à idéia de sistemas a partir de um construtivismo sistêmico ou de um “construtivismo sociopoietico”.

No que concerne ao pensamento complexo, é importante salientar algumas premissas básicas para compreensão desta comunicação. De acordo com Pedro Demo, o pensamento complexo parte de sete características para sua compreensão: 1) A **dinamicidade**, na complexidade a estabilidade é sempre um rearranjo provisório; 2) O **pensamento não linear** que não exclui a linearidade, apenas percebe a existência de externalidades e diferenças nos processos; 3) A complexidade é baseada na **perspectiva reconstrutiva**, ou seja, não somente reproduz ou replica conhecimentos. A dimensão reconstrutiva da complexidade aponta para outras dimensões fundamentais como sentido de autonomia e aprendizagem (em particular nas situações

¹ Conforme Umberto Eco, uma tese teórica é aquela que se propõe atacar um problema abstrato, que pode já ter sido, ou não, objeto de outras reflexões: natureza da vontade humana, o conceito de liberdade, a noção de papel social, a existência de Deus, o código genético. Em uma Tese Panorâmica o conceito é tratado com enfoque em diversos autores. Na Tese Histórica verifica-se a existência do ponto de apoio central, como, por exemplo, o confronto com idéias, ou percepções acerca de um mesmo autor. Para Umberto Eco, abordar temas e autores da atualidade é sempre mais complexo, em face do número reduzido de escritos e comentários sobre o assunto. (Eco, 2007)

complexas); 4) Toda observação complexa pressupõe um **processo dialético evolutivo**; 5) A característica da **irreversibilidade** refere-se, num primeiro momento, à inserção temporal: com o passar do tempo, nada se repete, pois estará, no momento (segundo) posterior, já modificado; 6) Uma sexta característica aponta para a **intensidade** de fenômenos complexos, estando na raiz de pesquisas qualitativas; 7) Por fim, a caracterização da **Ambigüidade e da Ambivalência** dos fenômenos complexos (Demo, 2008, p. 13-31, *passim*).

Outra característica considerada na elaboração do trabalho refere-se à perspectiva de um “construtivismo sociopoiético”. Nesta perspectiva, o construtivismo pode significar uma forma que dá possibilidade a comunicação de uma auto-reflexão e auto-observação do sistema da sociedade que, apresentando-se mais complexo, necessita de observações que permitam distinções e não realidades únicas e transcendentais.

“En este sentido, los constructivistas sociopoiéticos asumen la cientificidad y sus investigaciones persiguen generar conocimientos aceptables para las comunidades científicas. Para ellos, la ciencia debe conservar su primado funcional produciendo conocimientos, y apoyan su carácter de observatorio privilegiado - aunque no encuentre puntos externos que le permitan confirmar sus observaciones”(Arnould-Cathalifad, 2007, p. 135)².

Assim, apresentadas as duas perspectivas para construção da tese, convém salientar sua estrutura, problemática e metodologia. Neste sentido, também apresentar uma breve descrição dos capítulos, bem como a hipótese corroborada na conclusão.

Desta forma, a presente tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Doutorado - da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em sua área de concentração voltada à “Sociedade e Meio Ambiente (SMA)”, tendo como Linha de Pesquisa: “Desenvolvimentos, Conflitos e Políticas Públicas (DCPP)”; é fruto de estudos realizados de forma interdisciplinar, partindo da percepção da “Cena Ecológica” em

² Em tradução nossa: “Neste sentido, os construtivistas autopoiéticos assumem a cientificidade e suas investigações buscam gerar conhecimentos aceitáveis para as comunidades científicas. Para eles, a ciência deve conservar seu primado funcional produzindo conhecimentos, e apóiam seu caráter de observador privilegiado – ainda que não encontre pontos externos que lhe permitam confirmar suas observações”.

questionamentos acerca da eficácia da Técnica Jurídico-Ambiental, bem como insuficiência metodológica do conceito de Desenvolvimento Sustentável na compreensão da complexidade e multidimensionalidade que envolve a proteção do Meio Ambiente para as presentes e futuras gerações.

A pesquisa realizada buscou a construção de propostas diferenciadas de percepção do fenômeno político, tecnológico e jurídico no tange aos seus processos decisórios. Porém, durante essa caminhada, o foi ampliando suas reflexões para a seara da Ecologia Política, devido ao seu grau elevado de interdisciplinaridade.

Abordar questões como Ecologia, Sociedade e Política implicam uma direta relação com o fenômeno humano, suas disparidades, identidades e singularidades. Assim, a presente proposta congrega o estudo das transformações ecológicas e sua percepção pela técnica jurídico-ambiental em sua direta relação com a composição das singularidades individuais e coletivas frente às modificações na política, técnica e percepções da “cena ecológica” (problemática ambiental).

O problema que impulsiona a pesquisa e articulação da tese emerge de perspectivas em curso na modernidade hodierna, desdobrando-se em um conjunto de questionamentos no que concerne à relação entre condição humana, sociedade e natureza. Parte-se do pressuposto de que a “questão ambiental” ocupa na atualidade um *locus* privilegiado na produção discursiva do pensamento ocidental, em face das preocupações oriundas da probabilidade de esgotamento dos recursos naturais e, por consequência, a existência de riscos como possibilidades de danos futuros em decorrência de decisões particulares. Resta evidenciado, mediante tais observações, a existência de dúvidas no gerenciamento de ações produzidas por indivíduos, grupos e sistemas, notadamente na economia, política, direito e cultura, em face da necessidade de decidir sobre temáticas que envolvem ecologia e meio ambiente.

Diante das condições apresentadas algumas indagações, que acompanham o simbólico relativo ao problema em específico, se fazem pertinentes: Como a contemporaneidade percebe e define a relação entre condição humana, sociedade e natureza? Que limites e imposições a Sociedade Informacional Global imprime no “administrar” da complexa relação entre técnica e natureza? Como perceber contingências e reduzir complexidades para tomada de decisões em uma Sociedade de Risco? Quais as possibilidades discursivas na construção de uma “ética da responsabilidade” para resolução dos problemas ambientais da atualidade? É possível concretizar uma eficiente garantia ao meio

ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações? Como conciliar desenvolvimento econômico e sustentabilidade ecológica? A proposta de elaboração de um Contrato Natural de reciprocidade entre humanidade e natureza é plausível frente às diferentes manifestações do Sujeito de Interesses, atributo fundamental do *Homo Oeconomicus*? Existem formas eficientes para pensar a eficácia jurídica e social da legislação ambiental em face do Interesse Econômico nesta regulação ou, o que pode a “Vontade Jurídica” frente ao “Interesse Econômico”?

Nesta perspectiva, compreende-se que existe uma maior influência do saber e poder econômicos na comunicação ecológica. Ou seja, as práticas discursivas, no que tanger a questão ambiental, partem, na realidade das políticas públicas, de orientações desenvolvimentistas, resultando em ações que operam a partir de uma lógica de custo e benefício ou de um código valor/não-valor para, em um segundo momento, tentar adequá-las na perspectiva da sustentabilidade. Tal análise demonstra a dificuldade metodológica histórica na aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável para salvaguarda do meio ambiente, bem como na formulação de uma técnica jurídica capaz de perceber e incorporar, na sua elaboração e aplicação as diferentes dimensões da sustentabilidade ecológica.

Em face destes questionamentos e partindo do pressuposto que o esforço da pesquisa exige o recorte, a estabilização de expectativas em fronteiras nítidas para o problema da investigação, a pergunta central que se propõe a responder apresenta-se da seguinte forma: **Em que perspectiva a percepção da Sustentabilidade Multidimensional pode configurar-se como condição de possibilidade para uma Proposta Reflexiva na Produção da Técnica Jurídico-Ambiental?**

No intuito de buscar uma resposta satisfatória a esta pergunta é importante salientar as características eminentemente interdisciplinares da “comunicação ecológica”, demandando, em um primeiro momento, análises que consideram a complexidade nas relações entre as diversas áreas do conhecimento para a percepção, em outra fase, de um conceito que se auto-produz como perspectiva construtivista (Sustentabilidade Multidimensional) que possibilita o (re) significar com elementos reflexivos a Técnica Jurídico-Ambiental.

A presente pesquisa tem sua relevância, tanto científica quanto social, eis que na análise da relação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico, se prima pela busca de um meio ambiente equilibrado e um desenvolvimento pautado inseparavelmente da sustentabilidade e da diversidade ecológica.

Desta forma, faz-se necessário pensar novas possibilidades para uma Técnica Jurídico-Ambiental eficiente e capaz de perceber a necessária multidimensionalidade presente no conceito de sustentabilidade, para produzir decisões que, sofrendo fortes interferências do Sistema Econômico, privilegiem exclusivamente o aspecto desenvolvimentista. Portanto, a motivação pessoal deste trabalho decorre de preocupações do autor em suas atividades jurídica e docente na seara do Direito Ambiental.

A metodologia e estratégia de ação para viabilizar este projeto obedece ao trinômio: Teoria de Base; Procedimento e Técnica. Ambos interpenetram-se em uma relação sistêmico-complexa para configuração de um método que permita uma abordagem de pesquisa interdisciplinar e em sinergia com as diferentes áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Sociais Aplicadas e Ciências Humanas.

Como Teoria de Base, o presente projeto de pesquisa tem como referencial teórico a matriz epistemológica pragmático-sistêmica, que permite um enfoque sistêmico-complexo e interdisciplinar aos pesquisadores acerca do tema proposto (Rocha, 1998, p. 98, *passim*).

A abordagem do Procedimento foi a de coletar conteúdos, informações e dados para a análise e contextualização de diagnóstico em torno dos objetivos específicos, delimitando as etapas a serem cumpridas até o resultado final. Constitui-se, no desenvolvimento de seus resultados parciais em capítulos articulados e conexos, utilizando-se para isso de um referencial de dados bibliográficos e de mídia, caracterizando-se em fontes primárias e secundárias, tais como livros, revistas e periódicos especializados, meios de informação e dados, de origem em instituições públicas ou privadas, impressos, digitalizados ou virtualizados, nacionais e internacionais.

A instrumentalização Técnica desenvolveu-se por intermédio da produção de resenhas, resumos, fichamentos, notas de síntese, bem como convergências e análises de dados, serão empreendidos ao longo das quatro etapas de atividade de pesquisa projetadas, conforme cronograma *infra*³.

Em pesquisas desse gênero, evidencia-se a importância da matriz teórica como possibilidade de substituir o paradigma exclusivamente cartesiano, que ao tratar do processo de conhecimento como um fenômeno cognitivo em que se dá uma oposição ou mesmo

³ Embora tenham sido descritos separadamente, os elementos componentes da metodologia, entende-se que os três aspectos “teoria de base, procedimento e técnica” são indivisíveis e comunicam-se constantemente na integralidade do projeto.

distanciamento entre sujeito e objeto, provocaram um desenvolvimento social de visão fragmentada, com tendência ao isolamento humano e degradação ambiental; por uma nova perspectiva paradigmática de concepção pragmático-sistêmica, que eleva a condição humana e o meio ambiente ao mesmo patamar, de forma complexa, onde o fenômeno cognitivo é visto através de uma diferenciação funcional sistema-meio, e em que pese passar a considerar-se o objeto e o sujeito inseparáveis, graças ao reconhecimento desse intercâmbio pela mediação da comunicação como pressuposto de contribuir ao desenvolvimento democrático da atual problemática ambiental, ou seja, alcançar uma comunicação da sociedade acerca da sociedade, no sentido de reconhecer-se, para estabelecer limites/possibilidades de gerar melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável a todos (Capra, 2000, p.42).

A pesquisa buscou acompanhar a evolução da expansão das atividades de degradação ambiental, no que tange a insuficiência dos mecanismos de proteção à Biodiversidade e projetos “desenvolvimentistas” no Brasil e na América Latina. Realizou, portanto, o entrelaçamento dos dados interdisciplinares, principalmente no que concerne à Ecologia política. Assim, pode se verificar a concretização dos objetivos da tese.

No que concerne a Teoria de Base utilizada e percepção de uma Epistemologia Ambiental, prioriza-se a abordagem Sistêmico-Complexa de Enrique Leff e Edgar Morin.

Assim os demais sistemas, inclusive o social, também registram suas informações e as trabalham/trocam de acordo com seu contexto histórico. A relação arqueológica não impõe a história simplificando-a, ao contrário, trabalha com a complexidade inerente à mesma. Entende que esse processo é eternamente construído e, portanto, impossível de se definir. Que as implicações de risco, paradoxo e contingência implicam diretamente nas relações de comunicação e observação.

No primeiro capítulo **“O Modelo do *Homo Oeconomicus* e suas atualizações frente à Nova Economia global: Como Observar a Comunicação Ecológica?”** a escrita desenvolveu-se sentido de priorizar a abordagem acerca da racionalidade econômica. Portanto, abordaram-se questões como as ambivalência do sujeito e dos sistemas na modernidade atual; a técnica de consumo e o condicionamento dos corpos, bem como seus impactos frente à questão ambiental; as práticas discursivas que envolvem conceitos como “empresa verde” e “políticas ecológicas”, como aparatos para a teoria econômica e as estratégias de governo.

O segundo capítulo intitulado **“A celebração do Contrato Natural em tempos de Economia Informacional Global: Desafios frente às Incertezas Ecológicas”**, observou, principalmente, as dificuldades na regulação jurídica nas questões ambientais frente ao interesse econômico. As temáticas desenvolvidas foram: a insuficiência metodológica do conceito de desenvolvimento sustentável; os instrumentos biopolíticos como parceiros da *governamentalidade* que perpassa a racionalidade do *Homo Oeconomicus* e sua atuação junto ao governo e sociedade civil; a necessária atenção que deve ser desprendida aos discursos da Sociedade de Risco e sua relação com o trinômio Medo – Mercado – Meio Ambiente; as (in) possíveis garantias do contratualismo frente ao interesse econômico.

Os Casos Reflexivos configuram-se em exemplos cujo intuito é promover uma experiencição concreta ao problema abordado. Os casos apresentados foram: 1) Biodiversidade e Apropriação do Conhecimento; 2) Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Meio Ambiente: A Percepção Ecológica no Governo Luiz Inácio Lula da Silva e 3) A prática discursiva da Economia Ambiental na dicotomia entre Interesse Regional e Legislação Ambiental Federal.

Por fim, o capítulo 4 **“Sustentabilidade Multidimensional: (Re) Significando a Técnica Jurídico-Ambiental”** elabora os Três Pilares para possibilidade de uma Sustentabilidade Multidimensional, que configura a hipótese a ser corroborada na conclusão desta tese. Os mesmos apresentam-se, a saber: 1) A necessidade de Politização das Novas Tecnologias; 2) A possibilidade de construção de uma Epistemologia Ambiental Complexa e 3) As perspectivas do Sócio-Ambientalismo e da Sócio-Biodiversidade. Assim, os casos reflexivos observados, de forma breve, pelos três pilares da sustentabilidade multidimensional podem, no contexto da técnica jurídica, vislumbrar possibilidades de percepções diferenciadas acerca das questões ambientais.

1. O Modelo do *Homo Oeconomicus* e suas atualizações frente à Nova Economia Global: Como observar a Comunicação Ecológica?

1.1 Percebendo o *Homo Oeconomicus*: Formas “comportamentais” do (Neo) Liberalismo e sua “atualização” na Economia Global em Rede

O conceito de *Homo Oeconomicus* tem seu principal período de desenvolvimento no século XVIII. Porém, sua abrangência se estende temporalmente até a atualidade. A natureza desta percepção é, certamente, econômica, porém seu esquema e modelo aplicam-se a todo ator, não somente econômico, mas social em geral (Foucault, 2008). A ideia inicial orbita em torno da afirmação de que o referido conceito é objeto da análise econômica como conjunto das respostas sistemáticas de um indivíduo às variáveis do meio (Foucault, 2008, p.368).

Em que pesem as diferenças entre as correntes racionalistas e empiristas de pensamento econômico clássico⁴, Adam Smith e David Hume, enquadrados na segunda corrente, abrem caminho para o modelo determinante que envolve o *Homo Oeconomicus*. Percebe-se, portanto, a direta relação entre economia e comportamento humano na definição deste esquema.

⁴ A crítica de Adam Smith aos racionalistas está presente de forma mais incisiva na Parte VII - Seção III – Capítulo II (“Of those systems which make reason the principle of approbation” - “Dos Sistemas que fazem a razão o princípio da aprovação”) da obra “Teoria dos Sentimentos Morais”. O autor entende que a razão faz parte da formulação de “preceitos gerais” de moralidade, pois os indivíduos obtêm por induções racionais análogas às situações vivenciadas, os seus juízos morais de agradável ou desagradável. Porém, para o autor, as percepções primárias de certo ou errado em uma dada situação fática não poderiam ser determinadas pela razão e sim pela experiência (Smith, 2006, p. 290-292).

A “Teoria dos Sentimentos Morais” de Adam Smith foi publicada no ano de 1759, antes de sua obra principal (que define a unidade de seu substrato teórico): “A Riqueza das Nações”. Nessa primeira obra, o autor desenvolve uma teoria do julgamento moral, onde a base é o sentimento dos indivíduos e a complexidade envolvida nas intersubjetividades ao acrescentar-se o elemento moral.

Porém, a abordagem escolhida por Adam Smith para descrever esses processos de cognição é extremamente fática, parte do princípio do homem como ele realmente é, ou seja, preocupado em atender as paixões que o movem. Assim, para perceber o outro é necessário o exercício da experiência. A partir desta, é possível a imaginação, onde forma-se a ideia mínima do que se passa na mente do outro. Em outras palavras, por meio da experimentação de situações análogas e da imaginação é possível se colocar no lugar do outro. Assim, de acordo com o autor, os juízos éticos são formados como em um esquema “ator-espectador”. O ator que vivencia de fato uma situação (sentindo, falando e agindo), portanto “experienciando” e o espectador que se coloca no lugar da cena a partir da imaginação.

“In all such cases, that there may be some correspondence of sentiments between the spectator and the person principally concerned, the spectator must, first of all, endeavour, as much as he can, to put himself in the situation of the other, and to bring home to himself every little circumstance of distress which can possibly occur to the sufferer. He must adopt the whole case of his companion with all its minutest incidents; and strive to render as perfect as possible, that imaginary change of situation upon which his sympathy is founded” (Smith, 2006, p.16).⁵

Assim, neste processo existem expectativas envolvidas. Quem age ou quem sofre necessita que se simpatize com ele, que se identifique com ele. Neste contexto, Adam Smith entende que a moral é construída socialmente a partir das experiências e imaginações do convívio

⁵ Em tradução nossa: “Em todos os casos, deve existir correspondência dos sentimentos entre o espectador e a outra pessoa, o espectador deve, antes de mais nada, esforçar-se, tanto quanto pode, colocar-se na situação do outro, e se transportar - para cada circunstância pequena da aflição do outro, as quais podem possivelmente ocorrer ao sofredor. Deve adotar os sentimentos de seu companheiro com todos seus incidentes, os mais minuciosos; e esforçar-se para tornar tão perfeito quanto possível, essa mudança imaginária da situação em cima do que sua solidariedade é fundada”.

humano. O que nos leva, portanto, a “aceitar” e compartilhar com as situações e paixões dos outros é a simpatia.

Adam Smith define, em seu sistema de filosofia moral, uma caracterização das virtudes como ferramenta possível para busca de aprovação e reconhecimentos sociais.⁶ Neste sentido, o autor distingue o homem virtuoso do homem prudente. Afirma que este possui os cuidados suficientes e o auto-controle necessário para a gestão da vida e do trabalho na busca por melhorias nas condições em que o “indivíduo” se encontra. Porém, posiciona-se no sentido de que o homem virtuoso destaca-se do prudente por possuir o sentimento altruístico de melhorar a “comunidade” onde se encontra, para além do próprio indivíduo (Smith, 2006, p. 191-196, *passim*).

O homem virtuoso enquadra-se, desta forma, em categorias do “dever ser”, onde a possibilidade de desenvolvimento eleva-se para além do indivíduo e parte em busca de um melhoramento das condições do ambiente onde vive e dos sujeitos com quem convive. Porém, Adam Smith dedica um capítulo (em sua obra “Teoria dos Sentimentos Morais”) à abordagem da corrupção dos sentimentos humanos⁷.

O autor afirma que, de forma óbvia, a tendência dos homens é simpatizar com a alegria e não com a tristeza. Em outras palavras, que o homem rico glorifica-se com sua riqueza e o homem pobre esconde sua pobreza.

“Como as pessoas estão dispostas a se identificar mais com nossa alegria do que com nossa tristeza, exibimos nossas riquezas e escondemos nossa penúria. Muito do trabalho árduo e da agitação deste mundo é responsável não por suprir nossas necessidades, mas por satisfazer nossa vaidade. Queremos ser observados, estar presentes, ser notados com simpatia e aprovação. Os ricos se glorificam em suas riquezas porque chamam a atenção do mundo por meio delas. Os pobres ficam envergonhados de sua pobreza, que os deixa no anonimato”(Brue, 2006, p. 66).

⁶ Adam Smith dedica uma parte específica (Parte VI) de sua obra “Teoria dos Sentimentos Morais” para o estudo do caráter da virtude e, na sequência, aborda a busca que a prudência auxilia tão somente na busca pela felicidade individual.

⁷ O capítulo referenciado denomina-se “Of the corruption of our moral sentiments, which is occasioned by this disposition to admire the rich and the great, and to despise or neglect persons of poor and mean condition” - “Da corrupção de nossos sentimentos morais provocada por essa disposição de admirar os ricos e os grandes, e desprezar ou negligenciar os de baixa condição ou de condição mesquinha”.

A preocupação de Adam Smith é compreender os fenômenos morais humanos em uma dada sociedade hierarquizada, mesmo que as conclusões sejam de um ambiente deteriorado e devastado moralmente. Sociedade esta composta, portanto, por esquemas de sentimentos, envolvendo, por exemplo, admiração e desprezo, pobreza e riqueza, mas que também transcende em diversos momentos esta dualidade para a necessidade de compreensão maior da complexidade envolvida.

Tal processo, para Adam Smith, só poderia se operar por meio da experiência e da imaginação. Apesar da constatação de que a condição do homem prudente em relação ao mercado pode levar às ações egoísticas; a abordagem do autor é otimista no sentido de afirmar que “nossas faculdades morais impõem regras de conduta que restringem nossas ações de egoísmo” (Brue, 2006, p. 67).

“(...) Smith formulou a proposição mais famosa de sua tese, segundo a qual em um mercado livre os atos egoístas dos indivíduos são dirigidos, como que por uma mão invisível, para maximização do bem estar econômico (...) numa economia de mercado concorrencial, *laissez-faire* e capitalista, o livre mercado dirigiria todos os atos egoístas, aquisitivos e voltados para o lucro ‘para um sistema óbvio e simples’, socialmente benéfico e harmonioso, ‘de liberdade natural’ (Hunt, 2005, p. 56-57, *passim*).

Nessa perspectiva, Adam Smith inaugura uma espécie de determinismo econômico ao definir que o mercado se auto-regula em face de sua “mão invisível”. Estendendo esta perspectiva ao ponto de conduzir as ações dos indivíduos, afirmando que as ações egoístas seriam também corrigidas pelo mercado.

Desta forma, Adam Smith defende em suas pesquisas uma possibilidade empírica para compreensão do outro, contudo, ao condicionar e determinar a auto-regulação do mercado e das condutas individuais em face do mesmo acaba por estabelecer uma racionalidade contínua ao definir o fenômeno social. Racionalidade esta baseada no fato de que todo comportamento racional pode ser objeto de uma possível análise econômica. Assim, o homem prudente (racional por excelência) acaba sendo o objeto da obra “A Riqueza das Nações”, onde o autor “supera” o “homem virtuoso” (moralmente correto, que transcende ao individualismo) característico do texto “Teoria dos Sentimentos Morais”, abordado nos parágrafos anteriores.

Michel Foucault defende que, na esteira do argumento anterior, o conceito de “Mão Invisível do Mercado”, desenvolvido no capítulo 2 do livro IV da obra “A Riqueza das Nações” de Adam Smith (Smith, 1983); é o correlativo do conceito de *Homo Oeconomicus*. Ou seja, a Mão Invisível “é essa espécie de mecânica bizarra que faz funcionar o *Homo Oeconomicus* como sujeito de interesse individual no interior de uma totalidade que lhe escapa, mas funda a racionalidade das suas opções egoístas” (Foucault, 2008, p. 379).

Neste sentido, aparentemente o conceito de “Mão Invisível” refere-se à existência de certo e ponderado otimismo econômico. Sendo possível alcançar-se o proveito comum, porém, com uma dose de incerteza. Em outras palavras, é necessário que os agentes econômicos sejam cegos à totalidade do processo econômico. Assim, o bem coletivo não deve ser visado enquanto objetivo principal na sistemática econômica. Não deve ser levado em conta no cálculo de uma estratégia econômica que, obviamente, vise à lucratividade. Não deve ser considerado justamente porque não pode ser quantificado, não pode ser calculado (Foucault, 2008, p. 380).

“Em outras palavras, nessa célebre teoria da mão invisível de Adam Smith, costuma sempre insistir, digamos, no lado da ‘mão’, isto é, no fato de que haveria algo como uma providência que ataria todos esses fios dispersos. Mas creio que o outro elemento, o da invisibilidade, é no mínimo tão importante quanto o primeiro. A invisibilidade é simplesmente um fato que, em consequência de alguma imperfeição da inteligência humana, impediria que as pessoas percebessem que há por detrás delas uma mão que organiza ou que une o que cada um faz sem saber em seu foro interior. A invisibilidade é absolutamente indispensável. É a invisibilidade que faz que nenhum agente econômico deva e possa buscar o bem coletivo.” (Foucault, 2008, p. 380-381).

Dessa forma, Michel Foucault sugere não só que nenhum agente econômico deva buscar o bem comum, mas também estende a sua abordagem para todo e qualquer agente político. Assim, a mecânica econômica deve permanecer na obscuridade também para o soberano. A racionalidade da economia está fundamentada na necessidade de que cada um siga o seu interesse. “O poder político não deve intervir nessa

dinâmica que a natureza inscreveu no coração do homem. É proibido, portanto, que o governo crie obstáculo a esse interesse dos indivíduos” (Foucault, 2008, p. 381).

O termo *Homo Oeconomicus* teve sua origem mais difundida no trabalho dos adversários de John Stuart Mill. Mais especificamente ao criticarem sua obra *Essays on some Unsettled Questions of Political Economy* (1848), desenvolvido completamente na obra *Principles of Political Economy* (Perski, 1995, p. 221-231). Os críticos da escola histórica consideravam que a análise econômica de John Stuart Mill, a partir do individualismo metodológico e não do Sistema Social, acabava por caracterizar-se como um reducionismo em relação à conjuntura global do Sistema Econômico, bem como da determinação da natureza humana. Em outras palavras, para o autor, o humano estava reduzido ao auto-interesse de cunho material e à racionalidade instrumental (Mill, 1983).

De fato, após a abordagem clássica inicial, alguns autores neoclássicos preferiram utilizar, ao invés de *Homo Oeconomicus*, o termo “agente racional” ou “agente racional egoísta”.

“*H. Economicus* comes to a choice situation with exogenously given and determinate preferences. These preferences apply to goods and services that are produced, consumed and exchanged. *H. Economicus* is self-interested, caring only about personal (or more broadly, familial) bundle of commodities, work and leisure acquired. *H. economicus* is outcome-oriented, caring about social interactions only insofar as they affect his final consumption and wealth”. (Gintis, pp. 311-322)⁸

Desta forma, o modelo do *Homo Oeconomicus* está fundamentado em uma análise propriamente econômica do comportamento. O *Homo Oeconomicus* é, portanto, aquele que obedece ao seu interesse. “É aquele cujo interesse é tal que, espontaneamente vai convergir com o interesse dos outros” (Foucault, 2008, p. 369).

⁸ Em tradução nossa: O “*Homo Economicus* vem a uma situação bem escolhida com preferências exógenas dadas e determinada. Estas preferências aplicam-se aos produtos e serviços que é produzido, consumido e trocado. O *Homo Economicus* é interesseiro, importando-se somente com (ou mais amplamente, familiar) o pacote pessoal de produtos, de trabalho e de lazer adquiridos. O *Homo Economicus* resultado-é orientado, importando-se com interações sociais somente tanto que afetam seus consumo final e riqueza”.

Assim, não existe uma definição exata da origem do *Homo Oeconomicus*. Como se explanou anteriormente, o conceito é inspirado desde a obra principal de Adam Smith, sendo delineado de forma mais ampla nas definições de John Stuart Mill. Porém, objetivamente é classificado como agente racional no trabalho de autores neoclássicos como Walras e Pareto. Ainda assim, os autores economistas clássicos e o empirismo inglês, contando com o auxílio de David Hume também contribuíram para a formação desse modelo.

A ideia central que se defende neste capítulo é que, sopesando os avanços na teoria econômica, a racionalidade do *Homo Oeconomicus* ainda é deveras utilizada na atualidade, sofrendo transformações sensíveis no que tange às práticas da Economia Global em Rede e, consequentemente, da razão neoliberal. Pode-se afirmar então que o neoliberalismo aparece como o retorno ao *homo oeconomicus*, porém com modificações consideráveis. Na concepção clássica, o conceito assume proporções de “parceiro de troca a partir de uma problemática de necessidades” (Foucault, 2008, p. 310). No neoliberalismo, diferentemente, temos “uma economia feita de unidades-empresas: isso é que, ao mesmo tempo, o princípio da decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia” (Foucault, 2008, p. 310).

“No neoliberalismo – e ele não esconde, ele proclama isso -, também vai se encontrar uma teoria do *homo oeconomicus*, aqui não é em absoluto um parceiro da troca. O *Homo Oeconomicus* é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o *homo oeconomicus* parceiro da troca para um *homo oeconomicus* empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de ‘sua’ renda”. (Foucault, 2008, 310-311)

Neste sentido, Michel Foucault, defende a ideia de que o consumo não é somente um processo de troca. “O homem do consumo, na medida em que consome, é um produtor”. (Foucault, 2008, p. 311). Nestes termos, o produto do homem que consome é a sua própria satisfação. Desta forma, o consumo é, para o autor, uma atividade empresarial, pois o indivíduo, tendo como base o capital que dispõe,

produz algo. Este produto é a sua própria satisfação. Essa mudança é significativa, pois abre caminho para a ideia de empresa, conjunto de empresas, corporação. Reside aí a origem, no pensamento do indivíduo racional, do sentimento corporativista em escala global.

A globalização expressa uma nova forma de expansão do liberalismo, mais especificamente do capitalismo. Trata-se de transformações sistemáticas que incorporam nações e nacionalidades; diversos grupos e classes sociais; diferentes sistemas: econômico, político, social, jurídico e cultural. Caracteriza-se por promover rupturas com pretensa linearidade e continuidade histórica, permitindo a espontaneidade, movimentos de irrupção e surpresa. Modificam-se significados das nações de países centrais e periféricos.

Da pretensa imagem caótica estabelecida, anunciam-se novas perspectivas. Blocos, alianças, polarizações ideológicas e interpretações científicas entram em movimento no curso da história. Está instaurado então um intenso processo de globalização das coisas, gentes e ideias. Um novo surto de universalização do capitalismo surge como modo de produção e processo civilizatório.

Neste sentido, instaura-se um campo aberto para a produção de novas tecnologias, novos produtos, novas percepções acerca da divisão do trabalho e, principalmente, a realidade de mundialização do mercado são características desse processo que ultrapassa fronteiras geográficas, históricas e culturais (Ianni, 1996). Desta forma, o processo de globalização remodela e cria outras formas sociais de vida e trabalho. Modificações nas perspectivas empresariais em conformidade com as exigências de inovação operam-se juntamente com as ampliações do mercado em todos os níveis: local, regional e mundial. A globalização reabre a problemática do trabalho, decompondo-o, de forma definitiva, em capital e renda em face da despersonalização dos atores envolvidos. O modelo pelo qual o capitalismo se globaliza tem origem diretamente no mundo do trabalho, do modo que o mesmo entra diretamente na vida e costumes do indivíduo. O conjunto do trabalho deve ser considerado como um complexo máquina/fluxo. A percepção transcende, portanto, a concepção de força de trabalho, instaurando um esquema de capital-competência. (Foucault, 2008, p. 310)

“Não é uma concepção da força de trabalho, é uma concepção do capital-competência, que recebe, em função de variáveis diversas, certa renda que é um salário, uma renda-salário, de sorte que é o próprio trabalhador que aparece como uma espécie de empresa para si mesmo. Temos aqui, como vêm levado ao extremo, esse elemento que já lhes assinala no neoliberalismo alemão e até certo ponto no neoliberalismo francês, a ideia de que a análise econômica deve encontrar como elemento de base dessas decifrações, não tanto o indivíduo, não tanto processos ou mecanismos, mas empresas”. (Foucault, 2008, p. 310)

Assim, Michel Foucault, compreende que, no neoliberalismo, o salário resume-se na remuneração, na renda atribuída a um capital específico. “Capital esse que vai ser chamado de capital humano, na medida em que, justamente, a competência-máquina de que ele é a renda não pode ser dissociada do indivíduo humano que é seu portador” (Foucault, 2008, p. 311-312). Para além desse efeito, a estrutura de trabalho e emprego modifica-se na Sociedade Global em Rede, conforme as inovações tecnológicas empregadas.

O trabalho e os trabalhadores “mudaram da produção direta para indireta, do cultivo, extração e fabricação para o consumo de serviços e trabalho administrativo e de uma estreita gama de atividades econômicas para um universo profissional cada vez mais diverso” (Castells, 1999, p. 292-293). Para Manuel Castells, a narrativa histórica do progresso econômico tem sido contada em termos simplistas. Tal feito ocasiona problemas de percepção no que tange à suposição de homogeneidade nos processos de trabalho, desconsiderando que estas modificações ocorrem em linhas diferentes, determinadas pela trajetória histórica de cada sociedade. Em outras palavras, é necessário considerar no processo de globalização do trabalho a “diversidade de estruturas ocupacionais/do emprego existente no paradigma comum da sociedade informacional” (Castells, 1999, p. 293). A comunicação global e seu incremento modificam as estruturas de governo, de trabalho e de produção. Modificam, portanto, a estrutura do liberalismo para o capitalismo neoliberal.

“One of the significant developments in contemporary life that might fall under the heading of "neoliberalism" can be recognized through the various ways that the traditional distinctions between the public and the private on the one hand, and the political and the personal on the other have been gradually blurred, reversed, or removed altogether. The exposure of formerly private and personal realms of life has occurred not only through the more striking examples of growing government and corporate surveillance (think of the telecoms and the warrantless monitoring of electronic communications paid for with taxpayer dollars or the growing use of human implantable radio-frequency identification- RFID -microchips), but, more subtly and significantly, the extent to which activities of production and consumption typically practiced in public spaces are increasingly taking place in the home, a space once exclusively reserved for leisure time and housework”. (Hamman, 2009, p.39)⁹

No processo de globalização são constituídas diversas redes de interações, visíveis e invisíveis, são malhas sociais, econômicas, políticas e culturais e às vezes ecológicas, demográficas, éticas, religiosas e linguísticas. A própria cultura encontra outros horizontes de universalização, ao mesmo tempo em que se suas singularidades. O que é local e regional pode-se tornar mundial. A globalização, portanto, não tem nada a ver com homogeneização. De outra forma, é um movimento de diversidades. Trata-se de uma realidade nova, que integra e recria singularidades, particularidades, idiossincrasias, provincianismos, etnicismos e entidades. (Ianni, 1996). De acordo com Zygmunt Bauman, o significado mais profundo transmitido pela globalização é o seu

⁹ Em tradução nossa: Um dos acontecimentos mais significativos da vida contemporânea pode ser intitulado de "neoliberalismo" podendo ser reconhecido de várias maneiras, tais como as distinções tradicionais entre o público e o privado de um lado, e o político e o pessoal no outro, que gradualmente estiveram borrados, invertidos, ou removidos completamente. Antigamente ocorreu não somente com os exemplos mais impressionantes do crescimento do governo e a fiscalização incorporada (pense nas telecomunicações e na monitoração incondicional das comunicações eletrônicas pagas com por dólares de contribuintes ou do uso de crescimento da identificação humana RFID de radiofrequência - microchip), mas, mais substancialmente e significativamente, a extensão a que atividades da produção e do consumo praticados tipicamente em espaços públicos está ocorrendo cada vez mais no repouso, em um espaço uma vez exclusivamente reservado por o tempo do lazer e do trabalho em casa.

caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais (Bauman, 1999).

Percebemos inicialmente o processo de globalização através de uma logística econômica auto-impressa e das possíveis consequências sociais e políticas imediatas. A globalização não diz respeito apenas à interdependência econômica, mas à transformação do tempo e espaço em nossas vidas (Giddens, 1999, p. 41). O processo de globalização permite observar uma mudança nos modelos de produção ao mesmo tempo em que ocorre um deslocamento da atividade econômica com o surgimento de uma nova divisão do trabalho (facilidade de transferência de uma parte das operações de trabalho de um país para o outro). Da mesma forma, o desenvolvimento de mercados de capitais ligado fora do âmbito das nações produz um fluxo livre de investimentos (desligado dos limites das fronteiras) (Ianni, 1996).

As trocas comerciais oriundas das movimentações globais são acompanhadas de processos locais, necessitando considerar, para sua sobrevivência, processos e identidades locais. Deve existir, portanto, uma constante atitude dialógico/dialética permanente entre o local, regional e global.

Desta forma, o fenômeno de globalização não está ligado somente à economia possuindo também uma natureza política, tecnológica e cultural em uma influência interna sobre nossas vidas (comportamentos, formas de ver o mundo). A globalização é, portanto, um universo de diversidades, desigualdades, tensões e antagonismos que se operam simultaneamente a associações e integrações regionais, transnacionais e globais (Ianni, 1996, p. 33).

As mesmas forças empenhadas na globalização provocam forças adversas, novas e antigas, contemporâneas e anacrônicas, recriando e multiplicando articulações e tensões. A mesma fábrica de diversidades fabrica desigualdades. São muitas as ideias, correntes de pensamento, teorias, técnicas, ideologias e utopias que entram na fermentação dos movimentos sociais e partidos políticos, em suas reivindicações para afirmar autonomia, independência, soberania ou hegemonia.

A Globalização traz a ideia de integração e homogeneização, ao mesmo tempo em que diferenciação e fragmentação. Ao globalizar-se o mundo se pluraliza, multiplicando as suas diversidades. Altera os contrapontos do singular e universal, espaço e tempo. Tudo muda e tudo permanece no mesmo lugar, numa relação paradoxal transfiguradora.

Porém, a ideia de livre mercado mantida pelo neoliberalismo e pela Sociedade Global em Rede, possui substratos teóricos que defendem esta metodologia para afirmação do bem-estar, para

eliminação das desigualdades sociais e, na temática desta tese, no que tange à proteção ambiental. Existem correntes que defendem o livre mercado como potencial garantidor da evolução tecnológica que, por sua vez, “contribui para proteção de fontes de matéria prima e torna obrigatória uma convivência saudável com a natureza” (Beck, 1999, p. 206).

“Contudo omite-se premeditadamente nesta argumentação que vivemos em um mundo que está bem distante de um modelo de livre comércio sustentado em vantagens comparativas de custo *à la* David Ricardo. O desemprego em massa no chamado terceiro mundo e nos países europeus pós-comunistas obrigam os governos destes países a adotarem uma política econômica voltada para a exportação – em detrimento dos padrões social e ambiental. Com salários reduzidos, condições de trabalho subhumanas e com ‘zonas sem interferência sindical’ estes países concorrem entre si e com os países mais ricos do ocidente pelo capital estrangeiro”. (Beck, 1999, p. 206-207)

Em que pese às transformações do *Homo Oeconomicus* para sua face mais corporativa e empresarial, no neoliberalismo e na Sociedade Global em Rede, existem estudos que buscam adaptar este conceito e, pelo menos, atenuar sua imagem de “agente racional egoísta”. Diversas pesquisas dirigidas na economia contemporânea apontam para a importância das organizações culturais e sociais para além do mercado e, na sequência, para uma revisão dos “pressupostos psicológicos” que envolvem o modelo convencional do agente econômico. Em suma, o objetivo é uma avaliação mais detalhada para modelos alternativos na tomada de decisões e interações por parte do Sistema Econômico. Algumas teorias defendem a noção de um *Homo Corporativus* dirigido para a noção de um interesse social.

“The development of the new notion of *homo corporativus* proved to be particularly challenging. The *homo corporativus* is different from the *homo economicus*, not only because he is a social being oriented towards belonging to communities, but also because he is directed by a notion of a social interest provided by both the

corporations and the state. He is recognized as having a changing character and a non-separate nature, since he is strongly influenced by idealistic values and moral considerations. This construction is part of a broader approach to the process of socialization – with the inherent notion of *homo sociologicus* – that explains how norms are internalized and so come to motivate individuals” (Bastien; Cardoso; nº 36, p. 123-124).

Essa motivação teórica não apaga o registro da marcante corrente do *Homo Oeconomicus*. Dessa forma, não se pode deixar de observar que, dentro da lógica neoliberal, a busca incessante pelo lucro leva a manutenção desta perspectiva do “agente racional egoísta”. Todavia, faz-se necessária uma abordagem mais detalhada das ideias de risco, contingência e confiança aplicadas ao Sistema Econômico, bem como do fenômeno de consumo e a reflexividade necessária na relação Sujeito-Natureza. Estes itens, somados a reflexão sobre economia e governamentalidade formam o bloco que compõe o primeiro capítulo desta tese, cujo escopo central é a relação entre a Comunicação Ecológica e o Interesse Econômico.

1.2. O Sujeito/Sistema de Incertezas e Indeterminações (Ambivalências); A compreensão dos Riscos, da Contingência e da Confiança na Modernidade (Ou Pós-Modernidade?)

Uma das particularidades da auto-descrição da sociedade moderna é a busca incessante e necessidade constante por modernização. Assim como os indivíduos buscam a sua auto-realização, a sociedade e seus sistemas sociais necessitam da afirmação de que são modernos e estão aptos a responder as demandas de uma Sociedade Global em Rede.

“Pertenece a las peculiaridades de la autodescripción de la sociedad moderna el hecho de que también ella todavía necesita “modernización”. Así como se intenta sugerir a los individuos que no solo son reales sino que además necesitan autorrealizarse, del mismo modo la teoría de la sociedad moderna parece

partir de la idea de que la sociedad moderna todavía no es moderna y que – por decirlo así – debe esforzarse a sí misma para llegar finalmente a ser moderna. Evidentemente es fácil resolver este enigma diferenciando varios conceptos de modernidad, Pero entonces permanece la pregunta de cuál sería la razón para que se haya puesto esta extraña figura de la modernización como algo que precisamente hace falta a la sociedad moderna; obviamente no sería posible tener la idea de exigirle “modernización” al imperio romano de la antigüedad y lamentar su fracaso” (Luhmann, 2007, p. 857)

Para Alain Touraine, a ideia original de modernidade, baseada na saída do estado natural e entrada na idade da razão, difere muito da percepção atual de modernidade. “A imagem mais visível da modernidade é a do vazio de uma economia fluida, de um poder sem centro, sociedade muito mais de troca do que de produção. Resumindo, a imagem da sociedade moderna é de uma sociedade sem atores” (Touraine, 1994, p. 242).

Porém, Alain Touraine não é adepto de correntes que reduzem o sujeito à razão. A contrário senso, o autor observa que a modernidade opera de forma paradoxal. Ao mesmo tempo em que limita e reduz o sujeito, favorece o desenvolvimento do mesmo enquanto vontade do indivíduo de agir, de ser reconhecido como ator social (Touraine, 1994, p. 243-246, *passim*). Neste sentido, o ator não necessita agir sempre em conformidade com o lugar pré-estabelecido na organização social. O ator necessariamente tem a tendência de modificar o lugar, o ambiente material e social no qual está inserido. Em outras palavras, o sujeito, como unidade particular que exerce controle sobre o vivido, adquirindo sentido pessoal; modifica seu *locus* de atuação no mundo, as formas de decisão, a divisão do trabalho, as relações de dominação e as orientações culturais (Touraine, 1994, p.246-252, *passim*).

“A modernidade é a criação permanente do mundo por um ser humano que usufrui do seu poder e da sua aptidão para criar informações e linguagens, ao mesmo tempo em que se defende contra as suas criações a partir do momento em que elas se viram contra ele. É por isso que a modernidade, que destrói as religiões, liberta e

reapropria-se da imagem do sujeito, até então prisioneira das objectivações religiosas, da confusão entre o sujeito e a natureza, e transfere o sujeito de Deus para o homem. A secularização não é a destruição do sujeito, mas a sua humanização. Ela não é apenas desencanto do mundo, é também reencantamento do homem e cria uma distância crescente entre as diversas faces dele próprio, a sua individualidade, a sua capacidade de ser sujeito, o seu Eu-mesmo e o Si-mesmo, que os papéis sociais constroem do exterior”. (Touraine, 1994, p.272-273)

Nessa estratégia metodológica, a perspectiva da modernidade não é a passagem da subjetividade para a objetividade, do universo pessoal à técnica ou a burocracia. Na observação de Alain Touraine, “ela conduz, pelo contrário, da adaptação ao mundo à construção de novos mundos, da razão que descobre as ideias eternas à acção que, racionalizando o mundo, liberta o sujeito e o recompõe” (Touraine, 1994, p.273).

Porém, a modernidade se constitui através de tensões que a informam. Boaventura de Sousa Santos enumera três tensões dialéticas, a saber: 1) A tensão entre regulação social e emancipação social: fruto de uma crise histórica na configuração das gerações de direitos entre Estado Regulador e Estado-Providência; 2) A tensão entre Estado minimalista e Estado maximalista enfocando o choque entre Estado e sociedade civil enquanto garantidores dos Direitos Humanos e 3) A tensão entre Estado-Nação e Globalização que pode ser definida no processo de transnacionalização que ocasiona conflitos entre “identidades nacionais”, “blocos regionais” e “políticas internacionais” por parte dos organismos multilaterais (ONU) na implementação dos Direitos Humanos (Santos, 2003a).

Outro aspecto relevante abordado por Boaventura de Sousa Santos são as “assimetrias” encontradas entre as diversas partes do globo. Desta forma, as diferenças são próprias, principalmente, dos “sentimentos” culturais de cada Estado-Nação. Assim, a globalização não pode ser percebida através da lógica econômica. Neste sentido, o autor define globalização como “o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende sua influência a todo o globo e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outra condição social ou entidade rival” (Santos, 2003a).

Para o autor, a percepção da existência de “globalizações” fica clara. Sua proposta encaminha-se para o desenvolvimento de um quadro

analítico capaz de impulsionar o potencial emancipatório das políticas de Direitos Humanos, bem como na dupla forma da globalização, ou seja, na observação de “globalismos localizados e localismos globalizados”. Justifica-se, portanto, uma política progressista na implementação de Direitos Humanos com escala global e legitimação local.

Porém, as assimetrias e desequilíbrios são percebidos também na construção da subjetividade e da cidadania. Em outras palavras, no início do século XX aponta-se para a necessidade de reafirmação da subjetividade na modernidade. De uma subjetividade que surge mais no consumo individual e em detrimento da cidadania, de participação nas decisões sociais. De forma mais pessimista, as duas (subjetividade e cidadania) formam uma reafirmação desigual de sua relação, em detrimento do processo de emancipação.

Para Boaventura de Sousa Santos, é necessário equilibrar dois pilares de forma estável para concretizar o projeto de modernização: 1) O pilar da Regulação, formado pelos princípios do Estado, do Mercado e da Comunidade; 2) O pilar da Emancipação, constituído pela articulação entre três dimensões da racionalização, a saber, a racionalidade moral-prática (do direito moderno), racionalidade cognitivo-experimental (da ciência e da técnica moderna) e a racionalidade estético-expressiva (das artes e da literatura modernas). O desequilíbrio no pilar da regulação ocasionou, globalmente, o desenvolvimento hipertrofiado do princípio do mercado, em detrimento do princípio do Estado, e de ambos em relação ao princípio da comunidade (Santos, 1996).

Assim, tanto a sociedade liberal, quanto a neoliberal foram caracterizadas por um tensionamento entre a subjetividade individual (agentes na sociedade civil) e a subjetividade regulatória do Estado. O esquema regulador desta tensão pode ser efetivado pelo princípio da cidadania, impondo limites ao Poder do Estado e identificando as particularidades dos sujeitos, de forma a facilitar a regulação social (Santos, 1996).¹⁰

Na afirmação de Stuart Hall, o fenômeno da Globalização é atribuído a um período denominado de modernidade tardia, onde o impacto sobre a identidade cultural é relevante. As sociedades modernas são aquelas de mudança constante, rápida e permanente (Hall, 2004).

¹⁰ “O período do capitalismo liberal é aquele em que se manifesta de forma brutal a liquidação do potencial emancipatório da modernidade pela via dupla da hegemonização da racionalidade do princípio do mercado em detrimento do princípio do Estado e com o ‘esquecimento’ total do princípio da comunidade Rousseniana”.

Assim, a modernidade constitui-se como uma forma altamente reflexiva de vida, examinando constantemente as práticas sociais e reformando-as a luz das informações recebidas por elas mesmas, alterando seu caráter constitutivo. Desta forma, quando áreas diferentes do globo são postas em interconexão umas com as outras, as transformações sociais atingem virtualmente toda a superfície da Terra, e a natureza das instituições modernas.

Busca-se, portanto, a dimensão simbólica do social para percepção do fenômeno moderno. Dimensão esta que necessita de uma compreensão mais plena da reflexividade inerente à própria modernidade em transformação (Giddens, 2008, p.55). Para Anthony Giddens não devemos perceber estas transformações enquanto “pós-modernismos” que dizem respeito somente a reflexões estéticas sobre a natureza da modernidade (Giddens, 2008, p.52).

Deve-se perceber, portanto, os processos de trajetória que atentam para a necessidade de cuidado ao entender e interpretar a historicidade. “Ela pode ser definida como o uso do passado para ajudar a moldar o presente, mas não depende de um respeito e imutabilidade do tempo pretérito” (Giddens, 2008, p. 56). Pelo contrário, é necessária a memória para o rompimento e transformação do presente projetando expectativas enquanto promessa de futuro. Em termos de relações internacionais verificamos um remodelar constante das hegemonias ocidentais, cristãs, de tradições monárquicas.

Anthony Giddens aponta algumas dimensões da globalização que são desconstruídas na atualidade para ressurgirem com novas roupagens como: O Sistema de Estados-nação, a Economia Capitalista Mundial e a Divisão Internacional do Trabalho. Tais estruturas sofrem deslocamentos na globalização da atualidade. “Uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana” (Giddens, 2008, p.83).

Em outras palavras o comportamento pela busca estética, por padrões que “assujeitam” e conduzem a uma adequação “maquínica” dos corpos através do consumo é uma das formas mais pulverizadas de poder na atualidade. A produção de discursos hegemônicos acerca do medo, necessidade de segurança em relação a, por exemplo, patologias incuráveis, atentados terroristas e catástrofes ambientais; condiciona comportamentos e altera relações de confiança e expectativas que já não são tão simples de definir, pois não existe mais um lugar a se depositar expectativa, confiar.

Existem comunicações simbólicas, “meios de comunicação simbolicamente generalizados”¹¹ que se transformam e perpassam diversos sistemas (economia, política, direito e ecologia) assegurando probabilidades e êxitos às comunicações operadas na modernidade e, conseqüentemente, criando uma satisfação momentânea pela sensação de “(re) conhecimento e segurança.

“Un medio de comunicación desarrolla la propia función si la aceptación de la selección no depende de la situación concreta en que ocurre; no es importante el defecto de la selección individual, sino la existencia de una regulación generalizada de la coordinación de selecciones. **Con generalización se entiende el tratamiento de una pluralidad de referencias como unidad: el sentido de una comunicación misma, sino que condensa en formas que pueden ser evocadas en otras situaciones, en momentos distintos y con otros interlocutores.** La generalización de sentido tiene lugar a través de símbolos, que permiten la formación de la unidad a partir de la pluralidad de referencias”. (grifo nosso) (Corsi; Esposito; Baraldi; 1996, p.107)¹²

Porém, tal situação deve ser percebida como processo de decisão momentânea e toda decisão pressupõe risco e possibilidade de contingência, mesmo tratando-se de instrumentos de generalização como os meios de comunicação simbolicamente generalizados. Existem,

¹¹ “Los medios de comunicación generalizados simbólicamente son estructuras particulares que aseguran probabilidades de éxito a la comunicación, porque transforman el probable en hecho improbable de que una selección de alter sea aceptada por Ego. Tales medios son el poder (o poder/derecho), la verdad científica, el dinero (o propiedad/dinero), el amor, el arte, los valores”. – “Os meios de comunicação generalizados simbolicamente são estruturas particulares que asseguram probabilidades de êxito à comunicação, porque transformam o provável em fato improvável de que uma seleção do Alter seja aceita pelo Ego. Tais meios são o poder (ou poder/direito), a verdade científica, o dinheiro (ou propriedade/dinheiro), o amor, a arte, os valores”. (tradução nossa).

¹² “Um meio de comunicação desenvolve sua própria função se a aceitação da seleção não depende da situação concreta em que ocorre; não é importante o defeito da seleção individual, senão a existência de uma regulação generalizada da coordenação de seleções. **Como generalização se entende o tratamento de uma pluralidade de referências como unidade: o sentido de uma comunicação específica não se esgota na comunicação mesma, senão que se condensa em formas que podem ser evocadas em outras situações, em momentos distintos e com outros interlocutores.** A generalização de sentido tem lugar através de símbolos, que permitem a formação da unidade a partir da pluralidade de referências”. (tradução nossa; grifo nosso).

portanto, somente pontos de acesso, de conexões entre indivíduos, sistemas e coletividades. Porém, nenhum determinismo que possa apontar tendências absolutas na cartografia da modernidade hodierna. Neste sentido, o sentimento, muitas vezes é de desordem, de incapacidade de interpretação e escolha da ação correta frente a uma dada situação. Este sentimento pode ser traduzido com a ideia de ambivalência.

“La ambivalencia, la posibilidad de referir un objeto o suceso a más de una categoría, es el correlato lingüístico específico del desorden: es el fracaso del lenguaje en su dimensión denotativa (separadora). El principal síntoma del desorden es el agudo malestar que sentimos cuando somos incapaces de interpretar correctamente la situación y elegir entre acciones alternativas”. (Bauman, 2001a, p.73)¹³

A ideia de ambivalência esta relacionada diretamente com a ideia de indecisão, de escolhas possíveis. Estas escolhas fazem parte das funções primordiais da linguagem, como nomear e classificar. Assim, para que se processe uma escolha é necessário uma relação de confiança (ou segurança). Porém, toda escolha pressupõe a possibilidade de frustração de uma expectativa (contingência).

Outros dois conceitos, de investigação necessária, são confiança e contingência. Ou seja, em uma explanação simplificada, a possibilidade de frustração de expectativas envolve o confiar e a probabilidade que existam desvios na concretização da ideia confiada. Os conceitos de confiança e contingência são, portanto, fundamentais para compreensão do risco.

Uma primeira propositura para compreensão da contingência social refere-se à percepção necessária de que o contingente “é precisamente um possível que ingressa na sociedade vindo de um exterior, que não é o seu espaço familiar. O contingente que penetra nela assume formas distintas, dependendo da estrutura da sociedade” (Clam, 2006, p.24). Em outras palavras, a contingência refere-se ao que pode ser considerado possível em uma sociedade, de forma alternativa a todas

¹³ Em tradução nossa: “A ambivalência, a possibilidade de referir a um objeto ou sucesso a mais de uma categoria, é o correlato lingüístico específico da desordem: é o fracasso da linguagem em sua dimensão denotativa (separadora). O principal sintoma da desordem é o agudo mal estar que sentimos quando somos incapazes de interpretar corretamente a situação e eleger entre ações alternativas”.

as comunicações já existentes. A alternatividade desta comunicação (contingente) é em relação ao proibido, ao prescrito e ao não-imaginável.

Jean Clam ainda distingue a contingência em duas compreensões: uma forte e outra fraca. A primeira diz respeito à penetração na comunicação social como algo novo e diferente, conferindo incerteza ao habitual e familiar. A segunda é constituída pela possibilidade de um contingente como variação normal, tendo lugar dentro de variações parcialmente esperadas, mesmo que imprevisível. Na sociedade moderna atual, trabalha-se mais com a primeira forma de contingência, pois ela permite a percepção de uma teoria das possibilidades de expansão da comunicação social, das potencialidades da comunicação social em uma Sociedade Global em Rede (Clam, 2006, p.25).

“(...) A Era Moderna caracteriza-se pela abertura para a contingência. Sim, a Era Moderna pode ser entendida e definida como Modernidade e como aquela que sempre continua moderna. A Era Moderna não envelhece, o que significa que uma sociedade, por mais moderna que seja, sempre sente que está um passo atrás em relação à sua própria modernidade. Grupos sociais, instituições políticas, organizações econômicas, correntes artísticas tendem a articular tudo o que necessariamente motiva para a ação e mobiliza energias como recuperação de uma deficiência em termos de modernidade. A abertura para aquilo que vem ao encontro a partir do futuro é a versão moderna da abertura para a contingência da comunicação social. Aqui o contingente é simplesmente o novo” (Clam, 2006, p.27).

Instaura-se, portanto, a ambiguidade inerente ao conceito de contingência. Ou seja, na medida em que o contingente está à disposição como estratégia voluntária de exploração humana, quando ele é buscado conscientemente, configura-se como uma dimensão positiva própria da comunicação social em tela.

Porém, quando o futuro contingente escapa ao controle, ou à possibilidade de controle, do ser humano, o futuro precisa ser integrado, se faz necessária uma redução de complexidade para restaurar, no presente, sua orientação positiva. Em outras palavras, existe uma medida

do contingencial em uma dada sociedade. A Modernidade opera neste limite, joga com as possibilidades dentro deste limite.

Todavia, essas possibilidades, estas probabilidades de êxito são possíveis somente com o elemento confiança. No universo contingencial a única possibilidade de reduzir complexidade é confiando.

“Neste ponto chegamos a uma definição de confiança. A confiança pode ser definida como crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico)”. (Giddens, 2008, p. 41)

Neste sentido, a confiança vincula-se não diretamente ao risco, e sim à contingência, pois sempre leva à relação de credibilidade em face de resultados contingentes. Esses resultados podem ser ações de indivíduos ou operações de sistemas. Porém, o caráter dinâmico das instituições modernas substitui o conceito de *fortuna* pelo conceito de risco, “de forma que os imperativos morais humanos, as causas naturais e o acaso passam a reinar no lugar das cosmologias religiosas. A idéia de acaso, em seus sentidos modernos, emerge ao mesmo tempo que a de risco” (Giddens, 2008, p. 42).

Desta forma, pode-se partir da ideia de que a sociedade atual consolida o seu futuro com base nos riscos das suas decisões passadas e com decisões (necessárias) que trazem as probabilidades de riscos futuros. Para Niklas Luhmann, risco é “una forma para realizar descripciones presentes del futuro desde el punto de vista de que uno puede decidirse, en atención a los riesgos, por una alternativa u otra”¹⁴, ou seja, decisões particulares no presente trazem as possibilidades de transformações futuras e condicionam o que acontecerá no futuro.

“El concepto de riesgo se refiere a la posibilidad de daños futuros debido a decisiones particulares. Las decisiones que se toman en el presente condicionan lo que acontecerá en el futuro, aunque no se sabe de qué modo: deben ser

¹⁴ Em tradução nossa: “uma forma para realizar descrições presentes do futuro desde o ponto de vista de que um pode decidir-se, em atenção aos riscos, por uma alternativa ou outra”. LUHMANN, Niklas. **Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia**. Madrid: Trotta 1998, p. 163.

tomadas sin tener una conciencia suficiente de lo que sucederá. Con otras palabras: quien toma una decisión en el presente no se puede proteger; con seguridad, de eventuales daños futuros y éstos pueden ser consecuencia de un comportamiento. El riesgo está caracterizado por el hecho de que, no obstante la posibilidad de consecuencias negativas, conviene, de cualquier modo, decidir mejor de una manera que de otra”. (Corsi; Esposito; Baraldi; 1996, p.41)¹⁵

Dessa forma, o risco está ligado intimamente com a tomada de decisão (decidir de uma maneira ou de outra) frente à(s) possibilidade(s) de consequência(s) negativa(s) em um futuro condicionado pelas decisões do presente. Estes conceitos se tornam pertinentes no momento em que nos encontramos em uma *sociedade de risco* em contrapartida do fato da sociedade industrial ter se tornado obsoleta, ou seja, estamos em “uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial” (Beck, 1997, p.15).

O próprio sucesso do desenvolvimento capitalista acabou por lançar problemas sistêmicos, como exemplos o de desemprego estrutural e o controle do meio ambiente, que por sua vez as velhas instituições com as percepções da sociedade industrial têm dificuldade para absorver. Para um melhor entendimento deste conceito, Ulrich Beck propõe uma distinção de duas fases:

¹⁵ Em tradução nossa: “O conceito de risco se refere à possibilidade de danos futuros devido a decisões particulares. As decisões que se tomam no presente condicionam o que acontecerá no futuro, mesmo que não se saiba de que modo: devem ser tomadas sem ter uma consciência suficiente do que sucederá. Com outras palavras: quem toma uma decisão no presente não pode se proteger; com segurança, de eventuais danos futuros e estes podem ser consequência de um comportamento. O risco está caracterizado pelo fato de que , não obstante a possibilidade de consequências negativas, convém, de qualquer modo, decidir melhor de uma maneira ou de outra”.

“(...) primeiro, um estágio em que os efeitos e as auto-ameaças são sistematicamente produzidos, mas não se tornam questões públicas ou o centro de conflitos políticos. Aqui, o autoconceito da sociedade industrial ainda predomina, tanto multiplicando como ‘legitimando’ as ameaças produzidas por tomadas de decisão, como ‘riscos residuais’ (a ‘sociedade de risco residual’). (...) Segundo, uma situação completamente diferente surge quando os perigos da sociedade industrial começam a dominar os debates e conflitos públicos, tanto políticos como privados. Nesse caso, as instituições da sociedade industrial tornam-se os produtores e legitimadores das ameaças que não conseguem controlar” (Beck, 1997, p.15-16).

Em meio às certezas da sociedade industrial, baseadas em consensos e perspectivas de progresso que camuflam os riscos e relações (um falso otimismo), nasce uma sociedade dinâmica. Tal sociedade (sociedade de risco), “não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos em relação a seus próprios efeitos e ameaças”.

Com essa dinamicidade da sociedade de risco e em meio a esse clima de incertezas, cada vez menos passíveis de um controle das instituições. Começa a ocorrer uma individualização forçada das pessoas, famílias e classes sociais que por sua vez obrigada a todos tomarem decisões que cada vez implicam em riscos pessoais que por sua vez tem potencial de atingir toda sociedade. Juntamente com esse processo de individualização, emerge também outra característica desta sociedade, a sua autocrítica.

Igualmente importante é a distinção entre risco e perigo. Zygmunt Bauman define risco como perigos calculáveis. Em outras palavras, existe uma maior possibilidade (abrangência) de decisão no risco. Os perigos estão mais ligados à imprevisibilidade e, por consequência, à impossibilidade de decidir sobre determinada circunstância.

“(...) só é possível nos preocuparmos com as consequências que *podemos* prever, e é só delas que podemos lutar para escapar. E assim, só as consequências indesejadas desse tipo ‘pré-visível’ é que classificamos na categoria dos ‘riscos’.

Estes são perigos de cuja probabilidade *podemos* (ou acreditamos poder) calcular: riscos são perigos *calculáveis*. Uma vez definidos dessa maneira, são o que há de mais próximo da (infelizmente inatingível) certeza”. (Bauman, 2008, p.18)

A perspectiva de autocrítica é acentuada pelo risco, pela possibilidade (mesmo que remota) de calcular, ou prever, situações contingenciais. Desta forma, aparece com o deslocamento do debate político, antes centralizado juntamente ao Estado, hoje pluralístico, dando uma multiplicidade de opiniões sobre os mais variados assuntos. Ulrich Beck trata a autocrítica com a distinção entre a política oficial, ou seja, a rotulada como sendo a do sistema político, e a subpolítica como sendo aquela política subsistêmica autônoma (Beck, 1997, p.49).

A idéia de risco, somada ao contexto político moderno pressupõe a observação de uma Modernização Reflexiva, através de um processo contínuo, imperceptível, quase autônomo de mudança que afeta as bases da sociedade industrial, não restando mais ao capitalismo senão transformar a sociedade industrial forjada por ele próprio no passado.

“Modernidade Reflexiva significa autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial – como está avaliado pelos padrões institucionais desta última. O fato de esta própria constelação poder mais tarde, em um segundo estágio, vir a se tornar objeto de reflexão (pública, política e científica) não deve obscurecer o mecanismo não refletido e quase autônomo da transição: é exatamente a abstração que produz e proporciona realidade à sociedade de risco (Beck, 1997, p.16-17).

Talvez o sucesso verificado nas “novas gramáticas do risco” ou no conceito de “sociedade de risco” deva-se justamente às circunstâncias históricas e teóricas que levam a refletir os processos de transformação da modernidade; onde a sociedade industrial e o consumo desenfreado encontram-se exacerbadas de efeitos não-intencionados e comprometedores da continuidade de todas as espécies na terra, como a questão ambiental.

A própria ideia de um “protecionismo verde” somada à prática discursiva da Sociedade de Risco pode ser vinculada a discursos hegemônicos de manutenção de poder. Como, por exemplo, justificar direitos de ingerência de países ditos “desenvolvidos” em relação à “subdesenvolvidos” por pretensos descasos em relação a cuidados com o meio ambiente dentro de seus territórios. Tal situação é fato que merece especial observação nas relações internacionais da atualidade e será abordada, com maiores detalhes, no Capítulo 2, item 2.3 dessa tese. “Como os problemas ecológicos mais relevantes de fato se tornam globais, não poderia haver qualquer esperança de solucioná-los em um mundo completamente fragmentado do ponto de vista político e social” (BECK, 1999, p.219). É necessário perceber que a veiculação de práticas discursivas em torno da “cena ecológica” pode, também, ser um poderoso instrumentos de dominação e controle de espaços no cenário global.

1.3. Técnica, consumo e condicionamento do corpo: a condição humana e a “questão ambiental”

Um dos importantes legados na obra de Karl Marx é a ideia de MERCADORIA e VALOR. A mercadoria, na concepção marxista, é uma coisa que satisfaz a necessidade humana, necessidade essa que provenha do estômago, da fantasia, enfim, desejos diretos, como necessidades para sobrevivência ou indiretos como necessidades do espírito (Marx, 2006, p.41-42).

A mercadoria encobre as características sociais do próprio trabalho dos homens, oculta, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles. Nessa dissimulação o produto do trabalho se torna mercadoria, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos (Marx, 2006, p 41-42).

Assim temos a ideia do fetichismo. O mesmo ocorre quando os produtos do cérebro humano aparecem dotados de vida própria, figura autônoma que mantém relação entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão do homem no mundo das mercadorias. Isso decorre do caráter social próprio do trabalho que produz mercadorias. Somente através da troca é que os produtos do trabalho,

como valores, adquirem uma realidade socialmente homogênea, distinta de sua heterogeneidade de objetos úteis, perceptível aos sentidos. Portanto, os aspectos que se manifestam no intercâmbio da troca de produtos são: o caráter socialmente útil dos seus trabalhos particulares e o caráter social da igualdade de valor que se estabelece entre as coisas materialmente diversas (Marx, 2006).

Porém, a mercadoria apresenta dupla forma, uma natural, a do valor-de-uso, e a outra a do valor-de-troca. Mercadorias possuem virtudes intrínsecas que pode ser medidas pela quantidade e qualidade, originando a ideia de valor-de-uso. Assim, valor-de-uso é a conjunção de dois fatores: matéria fornecida pela natureza e trabalho que muda a forma da matéria. A utilidade própria da mercadoria específica é que confere o valor-de-uso, todavia determinado pelas propriedades materiais inerentes a mercadoria e não dependendo da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis (Marx, 2006, p. 45).

O valor-de-uso é o instrumento para veicularmos o valor-de-troca. Uma mercadoria para constituir-se como tal não deve apenas produzir valor-de-uso, mas deve produzi-lo para os outros, ou seja, gerar valor-de-uso social. Toda mercadoria tem que servir a seus destinatários como valor-de-uso por meio da troca (Marx, 2006, p. 47-48).

Desta forma, estes objetos, marcados com o valor da troca e, portanto, transformados em mercadoria, podem se tornar extremamente opressivos quando separados da sua utilidade intrínseca vinculada à pessoa que os utiliza; passando a servir ao ciclo do capitalismo. Depreende-se desta análise outras categorias importantes no pensamento de Karl Marx como a ideia de “mais-valia” onde, no sistema de produção, “aproveita-se” ao máximo a capacidade humana de trabalho, remunerando-se ao mínimo esta “mão-de-obra” e lucrando ao máximo na venda de mercadorias, justamente pelo valor “criado” e agregado às mesmas.

Porém, alguns pontos de vem ser considerados para além da análise marxista e, portanto, para além da ideia que considere unicamente o fator econômico. Entre eles encontra-se a ideia de troca simbólica. Talvez o exemplo mais ilustrativo seja a ideia do “presente”. Durante o ano “datas especiais” são produzidas com o intuito de incentivar a prática de “presentear-se”. O presente não tem valor unicamente de uso e de troca. O que constitui o objeto como valor na troca simbólica é o fato de nos separarmos dele para dá-lo; é o fato de nos desapossarmos dele como de uma parte nossa e o conferir-mos ao outro. É nessa relação ambivalente de ausência/distância e

reconhecimento/satisfação que se dá a troca simbólico (Baudrillard, 1995, p.61).

Todavia, não se esquece, sobremaneira, do aspecto econômico e material do incremento de compras e vendas nas referidas datas. O que se enfatiza, portanto, é a forma utilizada para este incremento, ou seja, a mitificação dos produtos criando necessidades calcadas nos desejos que envolvem os mais variados objetos simbólicos.

Assim, o consumo funciona-se em primeira análise como uma estrutura de troca e diferenciação. Porém, os objetos são substituíveis e somente têm sentido em contextos lógicos. Tais operações de substituições funcionam através de regras. No domínio funcional e econômico aplica-se a regra da equivalência.

Todavia, no domínio dos signos, utiliza-se a regra da diferença. Por fim, a regra da ambivalência verifica-se no campo do simbólico. Como se pode perceber, o uso e consumo de um objeto não deve, portanto, ser compreendido somente na relação objeto-necessidade. O paradigma simbólico é radicalmente diferente do paradigma funcional.

A alimentação pode ser um exemplo consistente neste sentido. Enquanto necessidade funcional a fome não é simbólica, não significa, satisfaz-se. Porém, o ato de comer pode satisfazer uma pulsão oral, ser um substituto neurótico de falta de amor, por exemplo. Assim, a fome, enquanto desejo, significa-se ao longo de toda uma cadeia de significantes (Baudrillard, 1995, p.67-68).

Desta forma, “qualquer indivíduo ou grupo, antes mesmo de assegurar a sobrevivência, encontra-se na urgência vital de ter de produzir-se como sentido num sistema de trocas e relações” (Baudrillard, 1995, p. 73). Porém, estas trocas não são perpassadas apenas por fatores econômicos como analisa Karl Marx. Também não refletem unicamente uma sociedade catalogada em classes (dominantes/dominados, superestrutura/estrutura). “Perceber, portanto, o conjunto de objetos, bens e serviços de uma sociedade como um conjunto de coisas inertes e mudas, que adquirem existência apenas através das classificações culturais, é transformar a vida social, as relações entre os homens e destes com as coisas em um grande esquema taxonômico” (Barbosa, 2006, p. 109).

É justamente nesta percepção sensível de que os objetos possuem materialidades distintas afetando e causando reações diferenciadas em cada pessoa, condicionando escolhas e atitudes, que reconhecemos neles certa “autonomia” para além das biografias de seus portadores (Barbosa, 2006, p. 109-110). Portanto, é possível compreender que, em uma visão

dialética, “a humanidade e as relações sociais só podem se desenvolver por intermédio da objetificação” (Miller, 2004, p.25).

Na entificação ou mitificação dos objetos é que podemos verificar nas palavras de Roland Barthes esta contabilidade moral onde a ostentação pequeno-burguesa consiste em iludir os valores qualitativos, em opor aos processos de transformação a própria estática das igualdades (olho por olho, efeito contra causa, mercadoria contra dinheiro, tostão por tostão etc.) (Barthes, 2003, p.87). É assim para tranquilizar, para fazer o mundo na medida da convivência de cada um onde a busca incessante por uma pretensa igualdade, ordem enumerativa e observância de relações quantitativas entre os atos humanos são estados triunfantes (Barthes, 2003, p.87).

Desta forma, deve-se supor que “a função essencial do consumo é a capacidade de dar sentido” (Douglas; Iserwood; 2004, p.108). Desloca-se assim a percepção de consumo meramente econômica para uma percepção mais complexa onde “a lógica cultural da modernidade não é meramente a da racionalidade (...) é também a da paixão e a do sonhar criativo que nasce do anseio” (Campbell, 2001, p.318).

Assim a questão fundamental é sair de um historicismo fatalista e determinante e de uma perspectiva metafísica que afaste o sujeito das práticas discursivas culturais. Discursos estes que delimitam papéis de forma estanque e subtraem à tensão exigida pelo pensar cultural e antropológico. Determinações que definem a sociedade em dominantes e dominados e não perpassa às novas práticas e discursos produzidos. Abordagens mutiladoras e formadoras de hegemonias. De um lado, a ficção marxista e hegeliana que privilegia mais a análise das relações de produção e das relações entre classe (Lefort, 1991, p.12). De outro, a concepção de uma natureza humana, incondicionada, que separa indivíduo de natureza e sociedade. Onde o humano é um fim em si mesmo. Tal ideia baseada em uma “ética kantiana” desarticula possibilidades de uma teoria do conhecimento que considere complexidade e contingência, afastando toda reflexão sobre a inserção do sujeito no mundo (Lefort, 1991, p.13).

Necessidades de consumo e padrões de convívio são, portanto, criadas. Porém, os meios de comunicação de massa que as vinculam não podem ser considerados arte. O elemento criativo/imaginário em pauta aqui é outro. Efetiva-se, então, um círculo de manipulações e necessidades derivadas onde à unidade do sistema se especializa e restringe cada vez mais. A indústria da cultura e da informação leva à padronização, standardização e produção em série de todos os modelos

necessários para “o bem viver” do “homem e mulher médios” no capitalismo monopolista (Horkheimer; Adorno; 2002).

Desta forma, as necessidades ilustradas nos filmes, novelas e propagandas devem estar em consonância com as necessidades da vida real. “A vida, tendencialmente, não deve mais poder se distinguir do filme”. A atividade mental do espectador é vetada em face de uma automatização do pensamento/comportamento. Os padrões, estereotipados pela mídia, não precisam mais ser pensados. Os indivíduos são, portanto, ilusórios. Assim, temos consumidores neuróticos que assimilam às “mercadorias culturais” de sentido já posto e revelado (Horkheimer; Adorno; 2002).

A condição humana de mortalidade (finitude) e miséria conduz à busca exacerbada pela satisfação e conforto momentâneos. Tal fato verifica-se em razão contínua, do pensamento constante em relação à morte e brevidade da vida. Zygmunt Bauman aborda a questão do desejo ao citar Kierkegaard em sua abordagem da *persona* literária de Dom Juan. O filósofo atribui ao personagem uma relação de sedução (em relação às mulheres) e não como uma mera possessão. Este seduzir tem seu término no momento do triunfo, sem a necessidade da “morte” do ser conquistado. Todavia, Dom Juan não seduz. Ele deseja. E, ao mesmo tempo, seu desejo age sedutoramente. Literalmente Dom Juan faz a sua escolha. Opção que flutua de uma aventura amorosa para outra (Bauman, 2001b, p. 11).

Assim, Zygmunt Bauman toma emprestada a analogia elaborada por Kierkegaard, no que tange aos conceitos de “desejo” e “sedução”, para trazer a hipótese de uma sociedade de consumo produzida a partir de categorias estandardizadas, que literalmente “assujeitam” os indivíduos. Em outras palavras, acabam por transcender as “meras” necessidades biológicas e passam a operar com *standards* sociais elaborados como: conquista, propriedade, estilo de vida, entre outros.

Desta forma, Umberto Eco, com uma brilhante frase, nos ilustra que: “a canção de consumo surge então como um dos instrumentos mais eficazes para coerção ideológica do cidadão numa sociedade de massa” (Eco, 1990, p. 297). Em outras palavras, o consumo relaciona-se com a necessidade de gozo infinito pela não percepção da finitude humana. “Toda a positividade do desejo se degrada na cadeia das necessidades e das satisfações, resolvendo-se em conformidade com a finalidade dirigida”(Baudrillard, 1995, p. 196).

A sociedade de consumo opera, portanto, com um elevado nível de opções de consumo para as mais variadas classes e grupos. Vincula-se diretamente aos estilos de vida que se busca produzir, construir ou

aparentar. Desta forma, os padrões de consumo são altamente voláteis para alcançar e acompanhar a satisfação de um número cada vez maior de sonhos plásticos de autenticidade buscados por indivíduos; para que então possam ter a sensação de pertencimento, de fazer parte desta ou de outra comunidade.

Ao mesmo tempo em que nos sentimos pertencentes a uma comunidade, estamos incrivelmente sozinhos podendo instaurar-se apenas o lugar sem-lugar, os templos de consumo, o não pertencimento, a perda da liberdade (BAUMAN, 2001c, p. 116). Livres e aprisionados por nossas escolhas. Induzidas, ou não, escolhas sempre contingências oriundas de uma sociedade complexa e de risco.

“Há um preço a pagar pelo privilégio de “viver em comunidade” – e ele é pequeno e até invisível só enquanto a comunidade for um sonho. O preço é pago em forma de liberdade, também chamada “autonomia”, “direito à auto-afirmação” e à “identidade”. Qualquer que seja a escolha, se ganha uma coisa e perde-se outra. Não ter comunidade significa não ter proteção; alcançar a comunidade, se isto ocorrer, poderá em breve significar perder a liberdade. A segurança e a liberdade são dois valores igualmente preciosos e desejosos que podem ser bem ou mal equilibrados, mas nunca inteiramente ajustados e sem atritos” (Bauman, 2003, p.10).

Uma ilustração importante é a pesquisa realizada por Carmem Rial em relação aos *fast-foods* em Paris no final dos anos 80. Apresenta questões relativas ao processo de globalização cultural como a tendência para um processo de homogeneização planetária e norte-americanização da cultura francesa. Com observações de campo realizadas nas condições de trabalhadora e consumidora de *fast-foods* e de entrevistas com outros trabalhadores, consumidores e diretores de cadeias, a autora em sua pesquisa questiona: Por que os jovens se submetem a empregos em *fast-foods*? Quais são os atrativos possíveis? “O sentimento de pertencer a um grupo, de fazer algo junto, de compartilhar um código que vai do uniforme à linguagem, passando por gestos, tudo isso deve ser considerado na resposta” (Rial, 2003, p.92).

Essas constantes transformações no mundo em que vivemos trazem a ideia de um ambiente fluídico, de formas transitórias, passageiras sem condensação. A própria desintegração da rede social é

característica da leveza e fluidez dos mecanismos de controle e poder. O que é um imenso paradoxo, pois ainda vivemos num ambiente com diversas fronteiras que impedem a fluidez (Bauman, 2001c, p.21-22).

Em outras palavras, descreve-se o resultado de um processo sem limites numa sociedade que envolve seus membros primariamente em sua condição de consumidores. Nesse contexto, a vida organizada em torno do consumo deve se bastar sem normas, pois é orientada pela sedução através de desejos sempre crescentes e quereres voláteis. Falar de luxo não faz muito sentido, pois a ideia é fazer deles hoje, as necessidades de amanhã, e reduzir a distância entre eles ao mínimo possível (Bauman, 1998, p.49).

Estar num shopping se parece com “estar noutra lugar”. É como ser transportado a um outro mundo. Um mundo “completamente outro”, e assim, o “outro” não é a reversão, negação ou suspensão das regras que governam o cotidiano, mas a exibição do modo de ser que o cotidiano impede ou tenta em vão alcançar, e que poucas pessoas imaginam experimentar nos lugares que habitam naturalmente. Portanto, os templos do consumo não revelam nada da natureza da realidade cotidiana, por ser um pedaço flutuante do espaço, um **“lugar sem lugar”**, que existe por si mesmo, que está fechado em si mesmo (Bauman, 2001c, p.116).

Nestes espaços de consumo, e em outros, é possível identificar o caráter dispersivo da modernidade que requer homogeneizações para “acalmar os nervosismos e a depressão”. Como exemplo pode-se citar a moda. Ela atinge o ritmo cultural intensificando o anseio por mutações constantes e, por sua vez, aniquilando o sentido estético na transmutação de identidades. A moda individualiza e padroniza indivíduos sufragando suas condutas dentro de “exigências sociais”. Assim, nesta dualidade liberdade/submissão o indivíduo “compromete-se” para afirmar-se (Simmel, 2002).

Pierre Bourdieu aborda de forma sublime em sua obra “O Costureiro e Sua Grife: contribuição para uma teoria da magia” as características distintivas das diferentes instituições de produção e difusão no campo da alta costura na Paris dos anos 70, bem como as estratégias utilizadas pelas mesmas na luta (competitividade) que as opõem. A alta costura cria, portanto, um capital simbólico de legitimidade suscetível à transferência em objetos e pessoas (Bourdieu, 2006, p.171). Através da Noção de *habitus* o autor mapeia a trajetória e controle dos corpos. As marcas e estilos impõem sua legitimidade na violência simbólica imprimida (Bourdieu, 2006, p.183). Os mitos são

cuidadosamente construídos pelo discurso oficial de suas empresas e, portanto, devem permanecer intocáveis.

Em face do exposto anteriormente observa-se que os instrumentos de incremento ao consumo assumem padrões globais utilizando um emaranhado de significações para seduzir e manter suas práticas discursivas. Porém, os resíduos e externalidades de tal processo vêm gradativamente sendo considerados e constatados por cientistas, governos e comunidade civil global como insustentáveis para a continuidade das presentes e futuras gerações.

Entende-se, portanto, como “Questão Ambiental” o conjunto de práticas discursivas produzidas na atualidade acerca da possível finitude humana em face da ação degradante e insustentável dos sistemas de produção, lazer e consumo mundial que, através dos meios de comunicação de massa, perpassam as diferentes culturas no globo. Na esteira desta perspectiva analisa-se como o discurso da Pós-Modernidade produz sentimentos específicos acerca deste fenômeno. Podem-se vincular diversas comunicações acerca da problemática ambiental, porém, optou-se pela seleção de duas que se constituem como fundamentais para compreensão da dimensão ecológica no “pós-moderno”: as ideias de risco e fluidez econômica e política.

“O relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, *Nosso Futuro em Comum*, publicado em 1987, sustenta que os países em desenvolvimento estão cercados por sérios problemas ambientais amplamente atribuídos aos efeitos da pobreza, crescimento populacional e iniquidade, nos termos do comércio internacional e do desenvolvimento tecnológico. Dessa forma, o relatório da ONU enfatiza claramente a chamada **‘poluição da pobreza’**, omitindo ou aliviando a **‘poluição da riqueza’**. A questão não é mais apenas o aumento populacional, mas também e principalmente a miséria a que os países do Sul estão condicionados, o que levaria à necessidade de exaustão dos recursos naturais, aumentando a pressão sobre o meio ambiente. Constatando e descrevendo esses efeitos, o relatório reforça a asserção de que o crescimento econômico deve ser acelerado, embora compatibilizado com a proteção ambiental e a melhor distribuição de

riquezas, propondo o termo ‘desenvolvimento sustentável’ na agenda política internacional”. (Portilho, 2010, p.49)

Assim, a prática discursiva do “desenvolvimento sustentável” ao ressaltar a poluição da pobreza, paradoxalmente solicita que se eleve o ritmo de consumo global, omitindo a poluição da riqueza e a necessidade de se estabelecer limites de consumo para os países do hemisfério norte (Portilho, 2010, p.49, passim). A crítica acerca da idéia de desenvolvimento sustentável será desenvolvida no item 2.1 do Capítulo 2 dessa tese. Neste sentido, as propostas de uma agenda global que corrobore com as intenções do “movimento ambientalista” esbarram na questão do consumo e, insofismavelmente, nos espaços políticos a serviço do interesse econômico.

Não sendo um movimento atual, porém de difícil verificação quanto ao seu início, o movimento ambientalista chama a atenção hoje por estar no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos na relação entre economia, sociedade e natureza, ligando-se assim a uma nova cultura e à atual sociedade em rede globalizada (Castells, 2006, p.142).

Da mesma forma, entende-se que o movimento, com o apoio tecnológico, sua estrutura contracultural começou a (re)definir o tempo e o espaço, definindo assim uma nova forma de controle sobre os mesmos. No quesito espaço, o controle se deu a partir do aspecto local de desenvolvimento.

Manuel Castells sugere a ideia de duas lógicas espaciais, ou seja, o espaço de fluxos e o espaço de ideias. Para o autor, o “espaço de fluxos organiza a simultaneidade das práticas sociais à distância, por meio dos sistemas de informação e telecomunicações” e o espaço de lugares “privilegia a interação social e a organização institucional tendo por base a contigüidade física” (Castells, 1996, p.146).

Dessa forma, focando os objetivos no local, o ambientalismo contesta os interesses que giram em torno da democracia representativa, ou seja, vai contra uma racionalidade técnica e burocrática, comandados por interesses comerciais desenfreados e tecnocracias exacerbadas sem qualquer tipo de compromisso ou responsabilidade com seus pares.

Contudo, a reviravolta do novo ambientalismo não se encerra nestes aspectos (ciência e espaço), mas deve-se levar em conta também a implantação de uma nova temporalidade. Manuel Castells propõe três formas de tempo: o tempo cronológico, intemporal e glacial. O tempo

cronológico seria então aquele oriundo da sociedade industrial, caracterizado pela sequência de eventos e pela disciplinado comportamento humano. Em contraponto a sociedade industrial, nossa sociedade tem como uma de suas características o tempo “intemporal”.

“(…) O tempo intemporal, característico de processos dominantes em nossas sociedades, ocorre quando elementos de um determinado contexto, a saber, o paradigma informacional e a sociedade em rede, provocam uma perturbação sistêmica na ordem sequencial dos fenômenos ocorridos naquele contexto”. (Castells, 1996, p. 157)

Tais perturbações provocam uma espécie de “eliminação da continuidade”, ou seja, dá origem a um “*timing* não diferenciado, destruindo assim o conceito de tempo” (Castells, 1996, p. 157). Por sua vez, o tempo glacial sustenta-se no conceito de desenvolvimento sustentável (atender às necessidades do presente sem comprometer às gerações futuras), ligado intimamente com o movimento ambientalista, ou seja, a noção de tempo glacial implica no processo evolucionário, em longo prazo, na relação entre o homem e a natureza. Neste sentido, o risco é uma forma de vincular o tempo, uma das formas com as quais a sociedade controla a sua própria renovação.

“El riesgo es una de las formas de vincular el tiempo, esto es, una de las formas con la que la sociedad controla su propia renovación, al vincular estados futuros con decisiones presentes. El hecho de que se haya difundido la orientación hacia el riesgo, pone entredicho la otra forma de vincular el tiempo: la norma ya la propiedad”. (Corsi; Esposito; Baraldi; 1996, p.142)

Nesta relação temporal, a própria ligação com o conceito de sustentabilidade dá a toda a questão ambiental um “caráter polissêmico, em função da atração simultânea de economistas, planejadores em desenvolvimento, agências internacionais, acadêmicos, ambientalistas, organizações não-governamentais, políticos e público em geral, ou seja, a sustentabilidade é por si só participativa tendo em vista o seu caráter transindividual, transdisciplinar (Viola; Leis; 1995, p. 77).

Dessa forma, esse movimento originado na década de 1960 vem alterar a estrutura de toda uma sociedade. Surge então a questão do risco, ou seja, “la sociedad moderna vive su futuro en la forma del riesgo de las decisiones” (Luhmann, 1998, p.162)¹⁶, ou seja, como estabelecer uma nova realidade democrática, e o ambientalismo tem como característica a reforma da democracia representativa, frente às perspectivas/possibilidades de riscos futuros em contraponto com a necessidade de sermos obrigados a tomar decisões a cada momento. A questão ambiental ligada À possibilidade de decisões jurídicas trabalha, necessariamente, com expectativas de futuro.

“La norma (v. derecho) establece aquello que se debe esperar del futuro y es válida aun en caso de que la expectativa sugerida por la norma se transgreda (v. expectativa). En las situaciones riesgosas, sin embargo, no es posible (ni plausible) determinar en el presente de qué manera los otros deberán comportarse en situaciones futuras: **en las discusiones sobre la problemática ecológica, por ejemplo, está siempre presente la preocupación por dejar abierta la posición para las generaciones futuras, quienes tendrán que decidir sobre la base de consideraciones que no se pueden conocer hoy**” (grifo nosso). (Corsi; Esposito; Baraldi; 1996, p.142)¹⁷

Desta forma, o modelo atual de vida é definido como insustentável, comprometendo, no caso de sua manutenção, a continuidade das gerações futuras. Como culminância desta fase, podemos observar a “Marcha pela Terra” em 1970, abrangendo diversos países do globo. Embora mais democrático e envolvendo um número considerável de pessoas oriundas de diversos movimentos sociais em todo globo, ainda assim representava uma determinada parcela da

¹⁶ Em tradução nossa: “a sociedade moderna vive seu futuro na forma do risco das decisões”.

¹⁷ Em tradução nossa: “A norma (v. direito) estabelece aquilo que se deve esperar do futuro e é válida mesmo no caso em que a expectativa sugerida pela norma se transgrida (v. expectativa). Nas situações de risco, sem dúvida, não é possível (nem plausível) no presente de que maneira os outros deverão comportar-se em situações futuras: nas discussões sobre a problemática ecológica, por exemplo, está sempre presente a preocupação por deixar aberta a posição para as gerações futuras, que terão que decidir sobre a base de considerações que não se pode conhecer hoje” (grifo nosso).

população com acesso à educação e conduzida pelo “incentivo” significativo dos meios de comunicação de massa.

Em outras palavras, é necessário compreender o simbólico na linguagem ambiental. Perceber que a sociedade é instituída através de um processo imaginativo que se constitui através do simbólico (Castoriadis, 2000, p.153). Este pode ser utilizado de forma imediata (nas instituições que representam práticas discursivas) ou, mais comum na percepção pós-moderna, na utilização lúcida, refletida e pulverizada em diversas comunicações que não necessariamente necessitam estar descritas em centros polarizadores ou instituições definidas. Em outras palavras, a linguagem ambiental envolve diversos sistemas, entre eles a cultura, a economia e a política. São necessários, cada vez mais, espaços que promovam reflexões entre as esferas públicas e privadas de atuação.

“Vale lembrar que as atividades de consumo operam na intersecção entre vida pública e privada, atuando no sentido alterar as fronteiras entre elas. Pensamos que o debate sobre meio ambiente e consumo pode se dar numa arena ao mesmo tempo pública e privada, envolvendo questões de ambas as esferas e recuperando as pontes entre elas. Através desse debate, a questão ambiental finalmente pode ser colocada num lugar em que as preocupações privadas e as questões políticas se encontram. Desta forma, a estratégia política do consumo sustentável poderia funcionar como uma maneira de trazer problemas coletivos para a vida pessoal, aproximando as esferas privada e pública”. (Portilho, 2010, p. 217)

Desta forma, é necessária a criação de espaços políticos de atuação e participação que permitam o debate entre a questão ambiental e os interesses de mercado e consumo. O próximo item abordará, justamente, a inserção das práticas discursivas ambientais na esfera empresarial e nas estratégias de governo.

1.4. “Empresa Verde” e “Políticas Ecológicas”: A Inserção da Problemática Ambiental nas Teorias Econômicas e Estratégias de Governo

Conforme visto anteriormente, os sistemas (as diferentes áreas do conhecimento) possuem racionalidades distintas. Assim, a percepção econômica no que tange às questões como a poluição e esgotamento dos recursos naturais, é diferenciada do tratamento conferido pela ecologia a esta comunicação.

“A poluição não tem, a priori, o mesmo sentido, segundo se trata de ecologia ou de economia. Para as ciências ambientais, há poluição desde que um dano no ambiente provoque uma alteração do mundo biofísico que não aconteceria sem a actividade (humana) que é causa disso. Para as ciências económicas. Há poluição somente quando, devido a uma alteração precipitada, um consumidor vê reduzir-se o seu bem-estar, ou uma empresa vê diminuir o seu lucro”. (Pillet, 1997, p. 13)

Essa racionalidade empresarial embasada na perspectiva do *Homo Oeconomicus*, produz práticas discursivas no sentido de atenuar os “reais impactos ambientais” das atividades industriais. Assim, idéias como a noção de “poluição aceitável” são produzidas como elemento minimizador dos dados cientificamente comprovados em relação aos danos ambientais.

Neste caso, danificar pode ser percebido como destruir, modificar de forma nociva e, principalmente, explorar irrestritamente. O dano ambiental ocorre com frequência e representa uma grave ameaça a continuação da espécie humana. Desta forma, aquilo que põe em risco o futuro da humanidade, coloca, obviamente, a nossa vida em jogo. Estamos sendo, portanto, impedidos de viver com as mínimas condições necessárias e de usufruir sobre um bem que é de todos. Lembremos também, que qualquer espécie de dano representa uma ofensa a bens ou interesses de outras pessoas, interesses protegidos pela ordem jurídica.

Neste sentido, podemos definir dano ambiental como “uma alteração indesejável ao conjunto de elementos chamados meio ambiente, como, por exemplo, a poluição atmosférica; seria, assim, a

lesão ao direito fundamental que todos têm de gozar e aproveitar do meio ambiente apropriado.” (Leite, 2000, p. 98, *passim*)¹⁸

Assim, o meio ambiente, deve ser observado como direito difuso. Uma nova categoria de direitos emerge da complexidade do mundo social e escapa a concepção jurídica liberal. Trata-se dos Direitos Coletivos¹⁹ e Direitos Difusos²⁰ como espécies e Transindividuais como gênero, em sua amplitude jurídica, social, econômica e política. Um direito que ao mesmo tempo é de todos, transpessoal e não se pode delimitar com exatidão, tão pouco seus resultados são determinados de forma antecipada. Estes são os direitos humanos de terceira geração, os direitos de fraternidade.²¹

Desta forma, a abordagem ultrapassa as liberdades individuais e insere-se na convivência diária, na possibilidade de uma existência digna para toda a coletividade, para todos os ecossistemas (Castells, 1983, p. 229)²². Assim, frente aos danos ambientais e suas repercussões torna-se insuficiente a noção de “poluição aceitável”, justamente pelo fato da mesma ser uma produção discursiva da racionalidade econômica.

¹⁸ Da mesma forma, José Rubens Morato Leite, observa que onde o “dano ambiental engloba os efeitos que esta modificação gera na saúde das pessoas e em seus interesses”. Assim, este “ferir” aos direitos de cada um nos remete a análise de uma afetação não somente individual, mas também coletiva, difundida entre as pessoas.

¹⁹ São Direitos comuns a uma determinada coletividade de pessoas, com vínculo jurídico em comum, e somente a elas.

²⁰ Esses direitos não estão aliados a vínculo jurídico algum e não pertencem a pessoas de forma isolada. Indeterminados ou de difícil determinação. Ex: Direito Ambiental e Direito do Consumidor.

²¹ É importante observar que os direitos de terceira geração não excluem ou impedem a projeção dos direitos de gerações anteriores (direitos individuais e direitos sociais e coletivos). Podem, portanto, frente a seu caráter complexo, que não se sustenta em um apoio só, modificar-lhes o conteúdo. A ordem jurídica brasileira, na tentativa de abranger todos estes aspectos, toma como paradigma a Constituição de 1988, onde estão elencadas situações de Direitos Transindividuais. Como exemplo, entre tantos outros, podemos citar o art.6º da Constituição da República Federativa do Brasil, onde os Direitos Sociais estão garantidos, inclusive o da Previdência Social. Torna-se comum a convivência dos direitos individuais clássicos com os transindividuais no Estado Democrático de Direito.

²² Nesse sentido observa Manuel Castells: “Este ambiente é coletivo, por oposição ao ambiente individual (interior de uma moradia, de um local de trabalho). Assim, numa cidade, o ambiente, é a qualidade da água, do ar, dos alimentos, o nível sonoro, a paisagem urbana, a duração das migrações alternantes, a presença ou ausência de espaços verdes, ao mesmo tempo por seu papel na luta contra a poluição atmosférica é pelo contato que fornecem com a natureza”.

“Para chegar à noção – económica – de poluição aceitável, é necessário voltarmos à análise microeconómica. É a partir dela que, em primeiro lugar, externalidades, custos externos ou danos provocados pela poluição podem ser definidos e que, em seguida, a noção de nível aceitável de poluição pode ser claramente estabelecida e, se for o caso, corrigida”. (Pillet, 1997, p.27)

Os economistas, mais especificamente a corrente da Economia Ambiental, partem da observação acerca do conceito de “externalidades”. Porém, este conceito reduz a real dimensão do dano ambiental, pois o mesmo não é tratado como um problema, e sim como um processo residual, como decorrência de uma operação econômica.

“Em economia política, um efeito externo- uma externalidade – é uma interdependência entre funções de utilidade de consumidores e funções de custo de produtores, seja entre elas, seja de forma cruzada, mas sem que isso tenha como objectivo qualquer troca em qualquer mercado”. (Pillet, 1997, p.27)

Desta forma, a racionalidade ambiental observa todos os recursos naturais como passíveis de apropriação, de utilização e, por consequência, de transformação com potencial de lucro. Uma das regras, ainda empregada como princípio da Economia Ecológica é a da ocupação para apropriação dos recursos.

“A regra mais simples é de quem primeiro chegar (ou ocupar). Dá-lhe o direito quer à propriedade do solo, quer o solo e do subsolo. Os Estados Unidos são o único país a reconhecer *a priori* esta última forma de apropriação. A extensão do direito pode, no entanto, estar sujeita a uma cláusula de capacidade e/ou de necessidade: por exemplo, deve-se ser capaz de trabalhar a totalidade do espaço ocupado e/ou o rendimento deve ser suficiente para as necessidades”. (Pillet, 1997, p.112)

Nesse sentido, convém salientar que tal regra tem como base os primórdios do colonialismo e, posteriormente, do neo-colonialismo. Nas

reflexões acerca dos recursos naturais é possível fazer uma analogia com a questão da apropriação da biodiversidade. Se observa-se esse raciocínio biopolítico, essa racionalidade do *Homo Oeconomicus*, a biodiversidade dos países “coloniais” do hemisfério sul é como o novo mundo para as metrópoles do hemisfério norte. Através do patenteamento da utilização desses recursos, conquista-se e explora-se ao máximo no intuito de descobrir o desconhecido e altamente rentável para as indústrias farmacêuticas e de cosméticos.

Seguindo o raciocínio empresarial, outro conceito largamente utilizado é a ideia de *ecoeficiência*. Quando aliada à real preservação dos recursos naturais pode concretizar-se como uma ferramenta importante. Porém, quando utilizada como mera estratégia de *marketing verde*, deve ser observada com atenção.

“No seu ano de 1992, o Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, em seu informe denominado “Mudando o Curso”, afirmava que seriam chamadas empresas ecoeficientes aquelas empresas que alcancem de forma contínua maiores níveis de eficiência, evitando a contaminação mediante a substituição de materiais, tecnologias e produtos mais limpos e a busca do uso mais eficiente e a recuperação dos recursos através de uma boa gestão”. (Dias, 2009, p.130)

É importante salientar que o *marketing ecológico* deve ser instrumentalizado a partir da Gestão Ambiental da Empresa e não como mera estrutura dirigida exclusivamente para mídia. A orientação deve ser no sentido das práticas ecológicas impregnarem todo processo organizativo da empresa (Dias, 2009, p.142).

Desta forma, também é necessário abordar a ideia das políticas de “governamentalidade” na relação: Questão Ambiental – Estado – Interesse Econômico – Setor Empresarial. Esse quadrilátero opera, essencialmente, com a racionalidade do *Homo Oeconomicus*. Em outras palavras, o setor empresarial espera do setor público em relação à questão ambiental: 1) Que introduza reformas regulatórias; 2) Que considere os instrumentos econômicos e as possibilidades de desenvolvimento em relação à problemática ambiental; 3) Que proporcione medidas de apoio e fomento à implementação da Gestão Ambiental nas Empresas e 4) Que seja intermediário na busca por auxílios externos.

“Obter assistência externa: Quando os países não têm ou possuem escassa experiência em matéria de produção mais limpa, podem recorrer à assistência técnica e/ou financeira externa para acelerar seus processos de mudança tecnológica e gerencial, para a qual devem: -Identificar e recorrer à assistência ou cooperação internacional para que apoiem suas iniciativas a esse respeito; - comprometer recursos próprios (financeiros ou em espécie) para empatar com os que lhes sejam oferecidos através da assistência ou cooperação externa”. (Dias, 2009, p.133-134)

No que concerne à ajuda externa para financiamentos e pesquisas conjuntas com empresas multinacionais em relação à biodiversidade de países megadiversos (como o caso do Brasil); é necessário observar em que circunstâncias, quais os limites e condições estabelecidas por indústrias e laboratórios estrangeiros para o custeio.

Tal vigilância justifica-se pelo fato de que a diversidade biológica desses países e o conhecimento de seus povos tradicionais não podem ser apropriados de modo a não permitir o desenvolvimento de suas potencialidades e valorização das culturas locais. Assim, verifica-se que o poder de comunicação das corporações também depende do Estado.

“A questão não é *se* o Estado regula as corporações – isso ele sempre faz – mas *como*, e em nome de quais interesses. Induzidos pelo conceito das corporações como “entidades naturais”, a noção de que são pessoas *independentes*, temos a tendência de esquecer que a existência e o poder das corporações *dependem* totalmente do Estado. Isso, por sua vez, destrói qualquer fundamento especial para a regulação estatal das corporações que derive de sua criação pelo Estado”, como o historiador Morton Horwitz descreve os efeitos ideológicos da teoria da entidade natural”. (Bakan, 2008, p.187)

Esta falha na cooperação e estruturação entre as Políticas Governamentais e os interesses empresariais gera, além de desigualdades, “conflitos ecológicos distributivos”. Nesse sentido, é necessário pensar no desenvolvimento tecnológico. A salvaguarda da

natureza também esta na técnica. O “extrativismo”, sem pesquisa e tecnologia, ainda é uma realidade latente na América Latina.

“Las economías latinoamericanas se apoyan considerablemente en un aumento de exportaciones de petróleo, gas, minerales y metales (como hierro, cobre, aluminio, oro), maderas y piensos (como la soja y la harina de pescado), y por eso se está hablando de una “reprimarización” de esas economías, pero eso no es muy novedoso, es un déjà vu económico que tiene consecuencias ambientales más graves aún que las de anteriores oleadas exportadoras”. (Alier; Jusmet; 2001, p 434)²³

Dessa forma, um dos efeitos do subdesenvolvimento é, justamente, a dificuldade em sustentar a importância da percepção ambiental em face das necessidades mais básicas dos indivíduos. Tal realidade leva a uma “venda barata” do meio ambiente. Em outras palavras, o antigo dilema, exportar matéria prima a baixo custo e importar tecnologia a preços elevados (Alier; Jusmet; 2001, p. 435).²⁴

Assim, o capítulo 1 dessa tese buscou uma caracterização da questão ambiental, bem como de aspectos da modernidade hodierna em

²³ Em tradução nossa : “ As economias latino-americanas se póiam consideravelmente em um aumento de exportações de petróleo, gás, minerais e metais (como ferro, cobre, alumínio, ouro), madeiras e alimentação (como a soja e a farinha de pescado), e por isso se está falando de uma ‘reprimarização’ dessas economia, mais isso não é novidade, é um déjà vu econômico que tem conseqüências ambientais mais graves ainda que as ondas anteriores de exportação”.

²⁴ “El comercio ecológicamente desigual nace, pues, de dos causas. En primer lugar falta frecuentemente en el sur la fuerza necesaria para lograr incorporar las externalidades negativas locales en los precios de exportación. La pobreza lleva a vender barato el propio medio ambiente y la propia salud, aunque eso no signifique falta de percepción ambiental sino, simplemente, falta de poder económico y social para defender la salud y el medio ambiente. En segundo lugar, el tiempo natural necesario para producir los bienes exportados desde el sur es frecuentemente más largo que el tiempo necesario para producir los bienes y servicios importados. Al haberse aprovechado el norte de un flujo de comercio ecológicamente desigual, éste es uno de los elementos que deben ser contabilizados en la deuda ecológica”. – Em tradução nossa: “O comércio ecologicamente desigual, nasce, pois, de duas causas. Em primeiro lugar falta freqüentemente no sul a força necessária para lograr incorporar as externalidades negativas locais nos preços de exportação. A pobreza leva a vender barato o próprio meio ambiente e a própria saúde, ainda que isso signifique falta de percepção ambiental senão, simplesmente, falta de poder econômico e social para defender a saúde e o meio ambiente. Em segundo lugar, o tempo natural necessário para produzir os bens exportados desde o sul é freqüentemente mais largo que o tempo necessário para produzir os bens e serviços importados. Ao haver-se aproveitado o norte de um fluxo de comércio ecologicamente desigual, isto é um dos elementos que devem ser contabilizados na dívida ecológica”.

conflito com a percepção do *Homo Oeconomicus*, atualizada pela “Economia Global em Rede”. No capítulo 2, a abordagem volta-se às técnicas de “governamentalidade” em relação à questão ambiental e, nesse contexto, a (in) possibilidade de regulação jurídica.

2. A Celebração do Contrato Natural em tempos de Economia Informacional Global: Desafios frente às Incertezas Ecológicas

2.1 Apropriação Corporativo-Empresarial do conceito de desenvolvimento sustentável e sua insuficiência metodológica: A técnica jurídica a serviço da Economia Ambiental

O movimento ambientalista contemporâneo teve duas fases distintas até chegar a sua configuração atual (conservacionismo e preservacionismo). Uma fase de curiosidade científica e busca pela vida no campo, característica da Era Vitoriana, no século XVIII estendendo-se ao século XIX. Nitidamente vinculada a classes privilegiadas em termos de acesso ao conhecimento e potencial econômico. Ou seja, a de algo “natural” e distanciado da realidade individual por parcelas mais abastadas da sociedade que objetivavam uma extensa catalogação dos seres vivos existentes (biologia) sem levar as espécies ao seu extermínio (McCormick, 1992, p.21).²⁵ Na perspectiva do preservacionismo, já com o parque industrial europeu desenvolvido e as zonas urbanas carentes de espaços de recreação e lazer, bem como a necessidade da preservação de “espaços verdes”, inclusive no ambiente rural. “Em lugar de proteger áreas virgens, preservavam o campo em seu conjunto, em áreas nas quais a propriedade permanecia em diferentes mãos e onde as pessoas moravam e ganhavam a vida” (McCormick, 1992, p.25).

Outra fase de maior abrangência territorial inicia através da preocupação com a efemeridade da Nave Terra, em decorrência dos testes nucleares na Guerra Fria e acaba por abranger os desmatamentos, a poluição dos oceanos, o uso de pesticidas (“Primavera Silenciosa”, obra de Rachel Carson - 1960) e a crise nas cidades e na economia. Essa segunda fase teve sua origem nos EUA que passava por amplo

²⁵ “As questões ambientais mais antigas eram questões locais. Uma vez compreendidos os custos mais imediatos e pessoais da poluição, da caça, ou da perda das florestas, os indivíduos formavam grupos, que formavam coalizões, que se tornaram movimentos nacionais e, finalmente, um movimento multinacional. Esta evolução foi episódica, com períodos de expansão dinâmica intercalados por tempos de sonolência”.

desenvolvimento, ao contrário da Europa que se recuperava das grandes guerras (McCormick, 1992). O modelo atual de vida é definido como insustentável, comprometendo, no caso de sua manutenção, a continuidade das gerações futuras. Como culminância desta fase, observa-se a “Marcha pela Terra” em 1970, abrangendo diversos países do globo. Embora mais democrático e envolvendo um número considerável de pessoas oriundas de diversos movimentos sociais em todo globo, ainda assim representava uma determinada parcela da população com acesso à educação e conduzida pelo “incentivo” significativo dos meios de comunicação de massa.

Porém, o tópico que se aborda neste item, causador de diversos debates acerca da problemática ecológica, é o conceito de “desenvolvimento sustentável”. Possui raízes no Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum” e foi publicado em 1987 na Comissão Mundial sobre meio Ambiente e Desenvolvimento (Viola; Leis; 1995, p.79). A observação principal dessa construção discursiva observa que o ser humano responsável ambientalmente é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades (UN, 1987).²⁶

Nesta esteira, a busca do desenvolvimento sustentável deveria requerer a união de diversos sistemas (político, econômico, social, administrativo e de produção). Promover o desenvolvimento sustentável seria promover a consciência ecológica (Guimarães, 1996, p.17). Nasce, portanto, o sentimento de proteção a “futuras existências”. O sentimento da possível finitude humana produz questionamentos acerca da humanidade enquanto *continuum* de seu projeto.

Antes de abordarmos o conceito de desenvolvimento sustentável, é necessário discorrer sobre a ideia de desenvolvimento como o conceito básico para compreensão do estágio atual da modernidade. Um dos pressupostos norteadores desta análise é o fato de que as modificações nas formas econômica, de reprodução da vida política, social e cultural, na contemporaneidade têm levado a observações diferenciadas da noção de desenvolvimento. Percepção esta fortemente marcada pelas teorias criadas a partir das reestruturações mundiais imediatas no pós-Segunda Guerra Mundial (Ribeiro, 1991, p. 60-61, *passim*).

Deve-se partir do pressuposto de que a reflexão sobre o desenvolvimento, conforme a percepção atual, “começou nos anos 40, no contexto da preparação dos anteprojetos para reconstrução da

²⁶ Em inglês no texto original: “Sustainable development is development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.”

periferia devastada da Europa do Pós-Guerra” (Sachs, 2008, p.30). Os problemas enfrentados, na época pelos países europeus eram situações como estrutura fundiária anacrônica, agricultura rudimentar, industrialização inexpressiva, subemprego e, principalmente a “necessidade de um Estado desenvolvimentista, ativo para enfrentar o desafio de estabelecer regimes democráticos capazes simultaneamente de conduzir a reconstrução do Pós-Guerra e de superar o atraso social e econômico”(Sachs, 2008, p.30).

Neste sentido, a primeira geração de economistas do Pós-Guerra, de economistas do desenvolvimento teve orientação dirigida a questões como a importância do *Welfare State*, a busca pelo emprego, a necessidade de planejamento, bem como, conforme a ideia do Estado máximo interventor, a intervenção do Estado nos assuntos econômicos. Porém, passando meio século deste momento histórico, as premissas anteriores continuam válidas, entretanto faz-se necessário observar a construção heterogênea estrutural do sistema econômico e social como um todo. Assim, é fundamental encontrar pontos de equilíbrio entre modernização, industrialização, pleno emprego e auto-emprego, sustentabilidade e, conseqüentemente, progresso econômico.

“Mesmo hoje, as economias em desenvolvimento ainda podem ser descritas como arquipélagos de empresas modernas com alta produtividade do trabalho, imersas no oceano de atividades de produtividade baixa ou muito baixa, que formam o tecido intersticial do sistema econômico. A maior parte do PIB vem do arquipélago. A maior parte das pessoas nadam no oceano, tentando sobreviver”. (Sachs, 2008, p.31)

Existe, portanto, uma tensão na observação interpretativa que envolve as questões do desenvolvimento. Tensão esta que engloba os sistemas: econômico, político, jurídico e, conseqüentemente, o sistema social da modernidade; bem como, suas construções ideológicas (secularização, nacionalismos, industrialização, individualismo e progresso). Assim, pode-se perceber uma duplicidade na constituição do conflito que envolve o conceito de desenvolvimento. De um lado a perspectiva da razão instrumental como elemento impulsionador do crescimento econômico e da acumulação, fomentando os processos exploratórios e, desta maneira a desigualdade entre classes. Do outro lado, as correntes que defendem uma racionalidade calcada na

construção histórica e fundamentada em processos de equidade e justiça sociais (Ribeiro, 1991, p. 61).

Assim, as correntes de desenvolvimento da atualidade encaminham-se para a percepção de uma estrutura de desenvolvimento includente como oposição à padronização do crescimento perverso. Neste sentido, observa-se a origem do paradigma desenvolvimento/subdesenvolvimento. É necessário, primeiramente, definir as estruturas subdesenvolvidas, seus comportamentos específicos. Uma das características principais relaciona-se com a desarticulação, a heterogeneidade e a ausência de fluidez de mercado em relação aos países desenvolvidos.

É fato que esta desigualdade pode gerar relações de cooperação com interesse econômico em incrementar o comércio global. A redução de barreiras comerciais, a liberdade para a movimentação internacional do capital, a difusão do patrimônio de conhecimento e habilidades técnicas são possibilidades de troca entre as nações mais desenvolvidas e as nações em desenvolvimento ou menos prósperas. Porém, é necessário uma autêntica cooperação e desenvolvimento dos próprios países a serem beneficiados para uma transferência inclusiva de capital no mundo globalizado caso contrário, os investimentos momentâneos e exploratórios servirão somente para aumentar ainda mais a desigualdade, a fome, a doença, a mortalidade prematura e a pobreza no mundo (Viner, 2010, 64-65, *passim*).

“Não quero dizer que os países subdesenvolvidos têm em suas mãos seu futuro. Ao contrário, na falta de ajuda externa eu teria expectativas pessimistas em relação ao futuro econômico da maioria dos países subdesenvolvidos. No entanto, dada a importantíssima ajuda dessas fontes externas, que temos razões para esperar que ocorra, o problema estará longe de ter uma solução prática a menos que os países subdesenvolvidos invistam seus próprios recursos humanos, físicos e financeiros para atacar, em grande escala e de modo persistente, as causas internas da pobreza (...)”. (Viner, 2010, p.64).

É possível observar no texto de Jacob Viner, fruto de conferência pronunciada na Universidade do Brasil em 1953, que a concepção desenvolvimentista baseada em processos de cooperação entre países desenvolvidos, subdesenvolvidos e em desenvolvimento é tema

recorrente por um período de, no mínimo, cinco décadas. Porém, existem diversas dificuldades oriundas da Economia Global em Rede que precisam ser consideradas nesse processo.

O conceito de desenvolvimento, relacionado diretamente com o de subdesenvolvimento, foi tema de intensos debates na América Latina a partir da segunda metade do século XX. A sua aparição deve-se, entre outros fatores, à criação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

“El concepto ‘desarrollo’ – ligado al de subdesarrollo – es de tal relevancia que contribuye de manera importante a otorgarle carácter a nuestro pensamiento y prioritariamente a nuestro pensamiento económico-político. El concepto y el tema del desarrollo han constituido lo que hoy entendemos por pensamiento latinoamericano. Lo han constituido en diversos sentidos y, no en último, en la medida en que las ciencias sociales han creado una institucionalidad y un tipo de producción intelectual caso inexistente em 1950. Pero obviamente este tema-concepto trasciende el ámbito económico hacia el pensamiento político, el ensaio y también las humanidades”. (Devés Valdés, 2003, p.21)²⁷

Um dos importantes pensadores brasileiros que contribuiu para as reflexões sobre o conceito de desenvolvimento e sua relação com o subdesenvolvimento foi Celso Furtado (1920). Ele foi um dos fundadores da CEPAL.

O autor observa que os obstáculos para o desenvolvimento na América Latina são, principalmente, de natureza institucional. Também enfatiza que a problemática do desenvolvimento, em sua fase contemporânea, impulsiona os povos latino-americanos a se conhecerem

²⁷ Em tradução nossa: “O conceito ‘desenvolvimento’ – ligado ao de subdesenvolvimento – é de tal relevância que contribui de maneira importante a outorgar caráter a nosso pensamento e prioritariamente a nosso pensamento econômico-político. O conceito e o tema do desenvolvimento constituem o que hoje entendemos por pensamento latino-americano. O constituem em diversos sentidos e, no último, na medida em que as ciências sociais vão criando uma institucionalidade e um tipo de produção intelectual quase inexistente em 1950. Mas, obviamente, este tema-conceito transcende o âmbito econômico para o pensamento político, o ensaio e também as humanidades”.

de forma mais sistemática valorizando os delineamentos para constituição de uma personalidade comum.²⁸

Neste sentido, Eduardo Devés Valdés percebe, em sua abordagem do “Pensamento Latino-americano”, o pensamento inovador de Celso Furtado ao instituir uma ruptura com os economistas clássicos e neoclássicos, encontrando caminhos para as possibilidades de compreensão dos problemas específicos do subdesenvolvimento econômico.

“En este esquema de una teoría el subdesarrollo, Furtado apunta a una serie de aspectos particulares. Por ejemplo, define ‘las estructuras subdesarrolladas’ como aquellas que están conformadas por sectores o departamentos dotados de comportamientos específicos. Las estructuras subdesarrolladas son desarticuladas y heterogéneas, y no reaccionan ni se ajustan con la misma fluidez con que lo hacen las desarrolladas”. (Devés Valdés, 2003, p. 31)²⁹

Na lógica da necessidade de observação dos processos de subdesenvolvimento, compreende-se que a distribuição do capital não opera segundo um esquema de vantagens comparativas que valoriza a produção interna diferenciada de cada país. Ao contrário, o capital fluídico circula pelo mundo em alta velocidade, com o fim último da busca pelo lucro. Assim, os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento produzem cada vez mais dívidas, com salários e níveis de emprego baixíssimos, bem como uma estrutura de normas ambientais enfraquecida em face dos interesses de empresas de fora, de modo a atrair investimentos e, por consequência, não perder competitividade.

Neste sentido, quando se adotam normas de produção que consideram mais a questão ambiental nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, geralmente este fenômeno tem sua raiz na pressão de quem consome os produtos exportados por estes, ou seja, os países desenvolvidos. Desta forma, as possíveis vantagens comparativas na

²⁸ Neste sentido, utiliza-se a abordagem da obra: FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 25.

²⁹ Em tradução nossa: “Neste esquema de uma teoria do subdesenvolvimento, Furtado aponta para uma série de aspectos particulares. Por exemplo, define as ‘estruturas subdesenvolvidas’ como aquelas que estão conformadas por setores ou departamentos dotados de comportamentos específicos. As estruturas subdesenvolvidas são desarticuladas e heterogêneas e não reagem nem se ajustam com a mesma fluidez com que o fazem as desenvolvidas”.

produção de menor custo anulam-se em face das exigências ambientais cada vez mais fortes nas exportações.

A racionalidade do comércio internacional é, portanto, notadamente transnacional. Dominada por monopólios, cartéis e oligopólios. Tal constatação prejudica a ideia em relação às possíveis vantagens de preço ao consumidor, pois a livre concorrência não os determina.

Outro aspecto a ser considerado é que os preços não são, necessariamente, o reflexo dos custos de produção. Estes vão muito mais além, pois incluem, conforme visto anteriormente, a necessidade dos procedimentos de segurança ambiental, os possíveis danos causados ao meio ambiente e em relação ao esgotamento de recursos naturais, à saúde e à força de trabalho.

Quando os bens a serem exportados, geralmente produtos primários, possuem preços constantemente depreciados, este déficit (deterioração nos termos de troca) necessita ser compensado através do aumento nas quantidades exportadas. Inaugura-se, portanto, um ciclo negativo onde o aumento na produção reforça a competitividade predatória e, evidentemente, a queda nos preços dos produtos de exportação. Este círculo vicioso conduz à dependência, empobrecimento e destruição dos recursos naturais.

Uma constatação atual na economia de mercado é o fato de que o investimento em produtos com alto valor agregado conduz à inovação tecnológica e aumento da especialização técnica dos trabalhadores. Em contrapartida, a produção primária com baixo investimento em mão de obra, legislação ambiental “fraca” e esgotamento dos recursos naturais conduz, fatalmente, à estagnação econômica.

Assim, os habitantes de países menos desenvolvidos expõem-se mais aos riscos ambientais oriundos da exploração exacerbada e com baixa tecnologia dos recursos primários. Estes são os processos produtivos mais agressivos ao meio ambiente e à saúde do trabalhador.

Dentro dessa linha de exploração, pode-se observar que nos países subdesenvolvidos (com uso intensivo de recursos naturais e mão de obra barata) é extremamente dificultoso o fortalecimento da economia. O protecionismo dos países desenvolvidos envolve uma prática onde o livre comércio opera-se tão somente no nível discursivo, pois em uma abordagem prática observam-se estruturas protecionistas de determinados setores e exploração de recursos naturais e mão de obra.

Neste sentido, dentre as poucas opções restantes, verifica-se a abertura do setor industrial dos países subdesenvolvidos para o controle

de atividades produtivas por parte de grupos que já dominam o mercado de exportações. Este ciclo exploratório completa-se com o controle e venda de assistência técnica e patenteamentos que fomentam ainda mais a relação de dependência. Celso Furtado descreve com detalhes esta estrutura.

“(...) as empresas estrangeiras contaram quase sempre com facilidades excepcionais criadas pelos governos latino-americanos. Assim, em vários países têm sido concedidos favores cambiais para importação não somente de equipamentos, mas também de produtos intermediários, ou componentes de produtos desmontados, às empresas que se comprometem a produzir ou mandar produzir localmente uma fração crescente do produto final. Em outras palavras, o governo adianta recursos a fundo perdido para que a empresa se instale no país. Uma vez instalada, os lucros retidos, os fundos de amortização e os recursos levantados localmente lhe permitirão abrir o caminho da expansão (...)”. (Furtado, 2007, p.318)

Desta forma, a abertura para empresas estrangeiras não traz somente aspectos positivos para as economias em desenvolvimento ou subdesenvolvidas. O processo gera, em longo prazo, uma problemática cíclica no que tange ao controle econômico por parte de grupos financeiros e consórcios internacionais, bem como a produção de dependência e externalidades ambientais a este processo. Porém, os negócios são extremamente lucrativos para as matrizes destas empresas.

“(...) Numa primeira fase, em razão da escassez provocada no mercado pela insuficiência das importações no período anterior, os lucros tendem a ser sobremodo elevados. Normaliza a oferta, o mercado poderá vir a ser controlado por um ou mais grupos financeiros fortes, quase sempre ligados aos consórcios internacionais que tradicionalmente controlavam as importações. A mobilização de recursos no exterior se faz pelo levantamento de empréstimos, muitas vezes com garantia do governo local, que se compromete a assegurar a cobertura cambial das remessas de

juros e amortizações. Finalmente, o aluguel de patentes e assistência técnica chegam a representar tanto para as matrizes como os dividendos enviados”. (Furtado, 2007, p. 318-319)

Nas estruturas dos países em desenvolvimento, “mesmo que haja crescimento econômico, ele não será distribuído de maneira automática pelo conjunto da população, ou em seu benefício” (Schelesinger, 2002, p.33). Dentro desse prognóstico, o crescimento tão somente não é equivalente direto à igualdade na distribuição, nem tampouco melhoria na qualidade de vida de significativas parcelas da população. Assim, as políticas econômicas prescritas pelo capital internacional, somadas às políticas de ajuste com objetivo centrado na obtenção de empréstimos junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como das novas regulamentações relativas à liberalização do comércio orientadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) vêm possibilitando aos países desenvolvidos um crescente e contínuo acesso aos mercados dos países de Terceiro Mundo.

A forma de escapar deste movimento exploratório é definir estratégias de inclusão justa como oposição ao padrão de crescimento perverso, excludente por natureza. É necessário, pois, conhecer dois aspectos primordiais do crescimento excludente. O primeiro refere-se a estruturas de mercado de trabalho segmentadas, onde a maior parte dos trabalhadores esta vinculada às atividades informais ou extraindo sua subsistência de forma rudimentar e precária em processos de agricultura familiar em pequena escala, sem acesso às garantias constitucionais de proteção social. Outro aspecto diz respeito a inexpressiva participação na vida política ativa por parte de grandes segmentos da população. Tal fato deve-se a carência educacional e fraca instrução, bem como pelo tempo absorvido na “lida” diária em busca da sobrevivência. Nesses processos verificam-se toda uma série de desigualdades e, por consequência, de discriminações raciais, de gênero ou classe social (Sachs, 2008, p.38-39, *passim*.)

Neste sentido, o desenvolvimento incluyente demanda, principalmente, participação e democracia. Tais elementos necessitam de garantias para o exercício dos direitos civis, cívicos e políticos. “A democracia é verdadeiramente um valor fundamental e garante também a transparência e a responsabilização (*accountability*) necessárias ao funcionamento dos processos de desenvolvimento” (Sachs, 2008, p.39). Somado a estes elementos se faz necessário uma atuação eficiente no setor público, impondo limites e possibilitando pontos de comunicação

entre as esferas público e privada, bem como definindo quais são os bens de interesse público.

“Mais importante ainda é fazer uma distinção entre as políticas compensatórias financiadas pela redistribuição de renda mediante o sistema fiscal e as políticas de emprego que mudam a distribuição de renda primária. Ambas são necessárias, porém as primeiras são de natureza puramente social e requerem despesas contínuas, ano após ano, enquanto que as segundas mediante criações de oportunidade de trabalho decente geram renda e proporcionam uma solução duradoura ao problema social. *Ceteris paribus*, a geração de emprego deve ser preferida às políticas assistencialistas compensatórias, se não por outra razão, porque as segundas nunca proporcionam a dignidade que provém do emprego”. (Sachs, 2008, p.41)

De acordo com Ignacy Sachs o desenvolvimento é um conceito multidimensional, salientando que os seus objetivos são sempre sociais e éticos. Contém também uma perspectiva ambiental explícita, ou seja, a possibilidade de fraternidade e solidariedade ao observar as gerações futuras. Porém, na perspectiva do autor, o desenvolvimento não pode ser visto em separado do crescimento econômico e, por si só, este não garante aquele. Em outras palavras, o mau desenvolvimento pode ser evidenciado onde é possível verificar somente o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países em desenvolvimento, percebendo-se o aumento do desemprego, pobreza e desigualdades sociais. (Sachs, 2008, p.71). Em outra perspectiva, é necessário ao desenvolvimento a remoção de qualquer estrutura que possa privar as liberdades: “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos”³⁰ (Sen, 2000, p.18).

³⁰ Neste sentido, Amartya Kumar Sen compreende que a ausência de liberdades substantivas pode ser verificada diretamente com a pobreza econômica, retirando das pessoas a liberdade de alimentarem-se, de saciarem a fome, de obterem uma nutrição satisfatória ou o remédio para suas doenças. Vincula também a carência de saneamento básico ou moradias adequadas. O autor aborda também que a privação de liberdade pode se vincular a carência de serviços públicos e assistência social. Como exemplo elenca a ausência de programas epidemiológicos, de sistemas de assistência médica e de educação. Sua última abordagem acerca da restrição de

Assim, mesmo com o crescimento econômico global, o mundo da atualidade acaba por negar as liberdades fundamentais à maioria das pessoas. Neste sentido, compreende-se a liberdade como conceito central para a perspectiva do desenvolvimento, pois um dos fatores de avaliação do progresso é justamente, verificar se houve o aumento das liberdades pessoais. Outro fator importante é considerar que o desenvolvimento vincula-se, de forma intensa e global, à livre condição de agente das pessoas. A essas duas afirmações anteriores, Amartya Kumar Sen denomina de “razão avaliatória” e “razão da eficácia” (Sen, 2000, p.18). Constrói-se, portanto, o conceito de “desenvolvimento como liberdade”.

“A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como: boa saúde, educação básica e, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades”. (Sen, 2000, p.19)

Pode-se perceber, pela abordagem dos diferentes autores citados anteriormente, que se exige uma “configuração idealizada” para o conceito de desenvolvimento. Em uma perspectiva realista, compreende-se que as estratégias de apropriação dos recursos naturais dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, na perspectiva da globalização econômica, legitimam seus discursos na retórica do desenvolvimento sustentável. Ou seja, o prognóstico é ruim em países com sistemas implementados (ou em implementação) de aceleração do crescimento. Em outras palavras, uma política de crescimento sustentável, nos territórios com carência econômica, tende a diluir e perverter o conceito de ambiente, burlando com estratégias discursivas as condições de sustentabilidade do processo econômico. (Leff, 2009, p.235, *passim*).

liberdades vai ao encontro da violação das mesmas, como negação das liberdades políticas e civis por regimes autoritários.

“A ideologia do desenvolvimento *sostenible* desencadeia, assim, um delírio e uma inércia incontrolável de crescimento. O discurso da *sostenibilidad* aparece como um simulacro que nega os limites do crescimento, para afirmar a corrida desenfreada até a morte entrópica do planeta. O neoliberalismo ambiental planeja acima de toda lei de conservação e reprodução social para dar curso a processos que ultrapassam toda a norma, referencial e sentido para controlá-los. Se as estratégias do ecodesenvolvimento surgiram como resposta à crise ambiental, a retórica da *sostenibilidad* opera como uma estratégia fatal, uma inércia cega, uma precipitação para a catástrofe”. (Leff, 2009, p.236)

Ao que tudo indica, a economia ambiental iniciada na década de 1970, como desmembramento da ciência econômica, associa-se diretamente ao conceito de desenvolvimento sustentável. Algumas áreas de atuação importantes deste estudo estão representadas pela avaliação e monetarização de bens e danos ambientais, contabilidade ambiental, estatística ambiental e pesquisa ambiental (Seiffert, 2008, p. 33)³¹.

Porém, o questionamento a ser enfrentado instaura-se em observar se é possível alcançar novas formas de desenvolvimento no capitalismo global em rede. Dentro desta perspectiva é necessário elencar argumentos no sentido de perceber os efeitos de uma problemática socioambiental. Uma primeira análise vai ao encontro da dificuldade em superar as contradições fundamentais do sistema capitalista, principalmente no que diz respeito à tendência em apropriar-se de forma degenerativa dos recursos naturais e do meio ambiente. Assim, o objetivo de abrangência intergeracional, o alcance da justiça e equidade sociais, bem como a proteção ecológica propriamente dita, ficam prejudicados em face dos interesses do sistema econômico.

³¹ “A pesquisa econômica ambiental busca analisar e desenvolver instrumentos e mecanismos de estímulo visando prevenir e minimizar a sobrecarga ambiental gerada por produtos e processos de produção. Aborda ainda o desenvolvimento de forma eficiente de gerir bens ambientais escassos e apontar limites de uso a processos que conduzam ao esgotamento do estoque de bens ambientais. Neste foco inclui a pesquisa de processos econômicos que sejam capazes de se adaptar a uma proposta de desenvolvimento sustentável”.

“A economia ambiental, como desdobramento da ciência econômica, busca através da análise teórica e prática gerar uma contribuição ao bem-estar, dentro da visão de uma economia social ambientalmente qualitativa e para conduzir a um nível elevado de bem-estar. O conceito de bem-estar é considerado dentro de todos os aspectos materiais e imateriais e da qualidade ambiental. Deriva do meio físico, social, cultural, ético estético, e com isto, do campo imaterial do ser humano”. (Seiffert, 2008, p.35)

Porém, a ideia da economia ambiental enfrenta desafios no que tange a percepção da escola econômica neoclássica, obviamente enfrenta dificuldades para ser absorvida pela perspectiva do *homo oeconomicus*, abordada no capítulo anterior. Para o pensamento economicista dominante no mundo capitalista global, a questão ambiental soluciona-se através do estabelecimento de valores monetários aos bens e serviços ambientais.

Desta forma, os preços absorvem os valores estipulados, contribuindo para a regulação de mercado. Em contrapartida, a corrente de economia ecológica busca analisar as trocas físicas de energias e materiais e percebe a impossibilidade, ou a dificuldade metodológica em se atribuir valor de forma correta aos bens e serviços ambientais. Assim, esta análise enfatiza o aspecto econômico da questão ambiental, tentando não perder de vista a dimensão social.

Todavia, o capitalismo trabalha com os custos ambientais, trabalhistas, econômicos e sociais. Em uma abordagem crítica desta relação, pode-se verificar uma tensão dialética entre capital e natureza. Esta relação pode alternar períodos benéficos para ambos os pontos de conflito (capital e natureza). Neste sentido, pode gerar restrições para cada um deles dependendo da situação atual do mercado. Salienta-se, principalmente, a necessidade de impor limitações ambientais ao crescimento econômico e à expansão do capitalismo.

Entretanto, é necessário colocar a pergunta sobre se o capitalismo pode ser realmente sustentável. Em outras palavras, se é possível uma racionalidade econômica que tem o inescapável impulso para o crescimento, “ser capaz de deter a degradação entrópica (Leff, 2006, p.180)³² que gera”. (Leff, 2009, p.237). Sob o prisma da economia

³² “Georgescu-Roegen introduziu a lei entropia na crítica da economia convencional, readaptando o conceito tal como fora formulado pela teoria clássica da termodinâmica dos processos próximos ao equilíbrio (mais que da termodinâmica estatística ou das estruturas

ecológica existe a possibilidade de integração da economia como um subsistema que funciona dentro de um processo mais amplo, incluindo as condições biológicas, geológicas, químicas e ecológicas da sistemática produtiva. Assim, o comportamento econômico deveria ser uma extensão dos sistemas vivos. A economia, portanto estaria submetida ao sistema mais amplo da ecologia humana. Dentro desta perspectiva, o processo econômico estaria conectado com os processos termodinâmicos, característicos das leis de transformação de matéria e energia.

Porém, inserir a perspectiva ambiental nos processos econômicos através de uma construção epistemológica com base em leis da física, não é suficiente se as observações políticas e sociais não forem incluídas nesta percepção. Assim, Enrique Leff alerta para os possíveis enganos da economia ecológica.

“No entanto, não se atingem a reconversão ecológica da economia acrescentando, simplesmente, aos cálculos econômicos *standard*, uma avaliação ecológica e uma medida energética da ineficiência das externalidades do processo econômico: a diminuição de rendimentos energéticos, o desflorestamento e a perda da fertilidade da terra, as deseconomias do crescimento e a degradação ambiental, a dissipação crescente de massa e energia. Tais processos são incomparáveis com os preços de mercado e não podem ser avaliados em termos estritamente econômicos”. (Leff, 2009, p.184)

A possibilidade de se reintegrar a economia a uma abordagem mais ampla da ecologia concretiza-se através da percepção de sua raiz etimológica comum, o conceito de *oikos*, já abordado no primeiro capítulo desta tese. Entretanto, nessa perspectiva de interpretação, os atributos da natureza adotam a forma de um “capital natural”. Assim, a questão ambiental bem como suas implicações sociais, valores culturais, potencialidades humanas inventivas que acompanham a observação do fenômeno ecológico acabam por reduzir-se, na sistemática econômica, a valores de mercado traduzidos nas codificações do capital.

dissipativas) para aplicá-la ao processo econômico, em que verá sua manifestação empírica na perda irrecuperável de matéria útil (reciclável), tanto no sistema ecológico como dentro do processo econômico.

Desta maneira é necessário pensar a questão ambiental para além da perspectiva do desenvolvimento tradicional. É preciso compreender um caráter multidimensional do desenvolvimento, bem como da sustentabilidade. Todo processo sustentável tem como fundamento o território como elemento no qual se cristalizam as bases ecológicas e as identidades culturais.

O território “é o espaço social onde os atores sociais exercem seu poder para controlar a degradação ambiental e para mobilizar projetos autogerenciáveis criados a fim de satisfazer necessidades, aspirações e desejos dos povos, que a globalização econômica não consegue cumprir”(Leff, 2009, p. 274). Esta afirmação conduz ao raciocínio de que o desenvolvimento sustentável não pode ser um conceito padronizado para todos os territórios do globo. A padronização econômica desta estrutura conceitual reduz em demasia a perspectiva complexa que envolve o conceito de meio ambiente. A sustentabilidade envolve também as lutas (Berna, 2005, p. 19, *passim*)³³, nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos por uma percepção de desenvolvimento includente e de desenvolvimento como liberdade, conforme se abordou anteriormente.

“Portanto, o slogan ‘pensar globalmente e agir localmente’, promovido tão tenazmente pela, na realidade foi uma artimanha para gerar um pensamento único sobre ‘nosso futuro comum’; diante dos desafios do desenvolvimento sustentável alternativo, induz nas culturas locais um pensamento global que nada mais é que o discurso economicista do crescimento *sostenible*, quando o desafio da sustentabilidade é pensar as singularidades locais e construir uma racionalidade capaz de integrar diferenças, assumindo sua incomensurabilidade, sua relatividade e sua incerteza”. (Leff, 2009, p. 275)

³³ Neste sentido, Vilmar Berna desenvolve seu raciocínio: “Em contrapartida, por mais carente que seja toda população possui consciência ecológica. Só que essa percepção é bastante romântica associando-se mais à proteção das plantas e dos animais e menos à qualidade de vida da espécie humana, como se não fizessemos parte da natureza. Para a maioria, a ação de lutar pelo fim das valas de esgoto e condições insalubres de indústrias e fábricas não é fazer luta ecológica. (...) Para que haja a compreensão e a mobilização da sociedade em prol dos temas ecológicos, é fundamental adaptar o ‘ecologês’ às carências da população, a partir dos temas que domina e conhece para os que precisa conhecer. Com isso, é possível construir uma relação mais harmônica, menos poluidora com o meio ambiente e os demais seres vivos do Planeta”.

Desta forma, o conceito de desenvolvimento sustentável acaba configurando-se como “uma posição programática, um metarrelato com características utópicas que estabeleçam um campo discursivo comum, possibilitando alianças entre ambientalistas e agentes sociais interessados em crescimento econômico” (Ribeiro, 1991, p. 83). A ideia de metarrelato utópico ambiental tem sua matriz no projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente, abrindo espaço para o desdobramento do ambientalismo como uma comunicação genericamente simbolizada na contemporaneidade, resgatando os sonhos do iluminismo, da “razão prática, de racionalidade via de adequação dos meios aos fins últimos (planejamento e tecnologia bem articuladas produzem desenvolvimento sustentável)” (Ribeiro, 1991, p.83).

Assim, esta perspectiva é fundamentada justamente na sua variação de possibilidades e formulações, sejam elas razões contemplativas históricas, desenvolvimentistas que apelam para a natureza como modelo de bem estar e harmonia, como possibilidade de sobrevivência. Em outras palavras, a discussão sobre desenvolvimento sustentável abre diversos campos para negociações e práticas discursivas.

“Por cierto, de un modo u otro, la problemática medioambiental aparece ligada a muchas otras: pobreza, marginalidad, papel del Estado y sentido de las políticas ecologistas; subregiones del espacio latinoamericano, cuestiones urbanas e identidad. Aunque en tono menor, la defensa de medio ambiente se transforma en una defensa de la identidad y viceversa. De algún modo, la identidad no es sólo cultura, sino también se hace etnia, naturaleza, medio ambiente y patrimonio genético. El tema del medio ambiente ha sido tópico privilegiado para apocalípticos, ‘finiseculares’ y utópicos, transformándose no sólo en un tema de trabajo sino también en una cuestión de sensibilidad para una parte de nuestra intelectualidad”. (Devés Valdés, 2004, p. 188)³⁴

³⁴ Em tradução nossa: “Por certo, de um modo ou outro a problemática meio ambiental aparece ligada a muitas outras: pobreza, marginalidade, papel do Estado e sentido das políticas ecológicas; sub-regiões do espaço latino-americano, questões urbanas e identidades. Mesmo em tom menor, a defesa do meio ambiente se transforma em uma defesa da identidade e vice-versa. De algum modo, a identidade não é somente cultura, senão também se faz etnia, natureza, meio ambiente e patrimônio genético. O tema do meio ambiente vem sendo tópico

Depreende-se desta investigação o fato de que o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser apropriado por diversos atores e grupos de interesse, onde cada um deles leva em consideração apenas a dimensão mais conveniente para a sua organização. Um dos claros exemplos que podemos delinear refere-se ao sistema econômico, mais especificamente ao segmento empresarial que se apropria do conceito, reduzindo a questão ambiental à perspectiva do meio ambiente material tão somente. Por consequência, desconsidera as identidades culturais, as singularidades “e a autonomia diante da obrigatoriedade imposta por uma globalização dominadora” (Leff, 2009, p. 276).

Não basta uma forma normativa para que o Estado seja considerado um Estado de Direito. Os fatores de inserção e aplicação da liberdade e igualdade devem estar presentes. A solidariedade agrega-se aos outros dois como elemento que busca efetivar a qualidade de vida individual e coletiva dos homens. Porém, no Estado Democrático de Direito, a lei aparece como instrumento de transformação, o ator principal passa a ser as coletividades difusas, a partir da compreensão da partilha comum de destinos. A lei não está mais atrelada inelutavelmente à sanção ou à promoção.

Uma nova categoria de direitos emerge da complexidade do mundo social e escapa a concepção jurídica liberal. Trata-se dos Direitos Coletivos³⁵ e Direitos Difusos³⁶ como espécies e Transindividuais como gênero, em sua amplitude jurídica, social, econômica e política. Um direito que ao mesmo tempo é de todos, transpessoal e não se pode delimitar com exatidão, tão pouco seus resultados são determinados de forma antecipada. Estes são os direitos humanos de terceira geração, os direitos de fraternidade.

Convém salientar que os direitos de terceira geração não excluem ou impedem a projeção dos direitos de gerações anteriores. Podem, portanto, frente a seu caráter complexo, que não se sustenta em um apoio só, modificar-lhes o conteúdo. A ordem jurídica brasileira, na tentativa de abranger todos estes aspectos, toma como paradigma a Constituição de 1988, onde estão elencadas situações de Direitos

privilegiado para apocalípticos, ‘*finisecularis*’ e utópicos, transformando-se não somente em tema de trabalhos, senão também em uma questão de sensibilidade para uma parte de nossa intelectualidade”.

³⁵ Comuns a uma determinada coletividade de pessoas, com vínculo jurídico em comum, e somente a elas.

³⁶ Não estão aliados a vínculo jurídico algum e não pertencem a pessoas de forma isolada. Indeterminados ou de difícil determinação. Ex: Direito Ambiental e Direito do Consumidor.

Transindividuais. Como exemplo, entre tantos outros, podemos citar o art.6º da Constituição da República Federativa do Brasil, onde os Direitos Sociais estão garantidos, inclusive o da Previdência Social. Torna-se comum a convivência dos direitos individuais clássicos com os transindividuais no Estado Democrático de Direito.

Ponto que merece significativa atenção é o das constantes modificações no espaço e no tempo. A democracia implica um tempo de Eros, ou seja, uma sociedade de compromisso com a vida que não compactua com uma subjetividade instituída a partir de um modelo de racionalidade tecnocrática que decide entre bom e mau. Deve-se fugir de uma individualidade nociva que não se compreende como co-responsável e atrela-se cada vez mais ao formalismo, à subjetividade capitalista e à racionalidade instrumental. Caso contrário, o espaço será o da morte e o tempo o da estagnação.

A transnacionalização em oposição às gritantes desigualdades sociais flexibiliza e rompe os limites fronteiriços do capital financeiro, quando, superando a noção de territorialidade física e geográfica, avança à denominada flexibilidade mundial, sem se importar muito com os Direitos e Garantias Fundamentais conquistados e juridicizados.

Deste mundo complexo, oriundo de uma sociedade informacional, onde as questões de mercado parecem não ter nenhum controle, nascem os novos direitos. Sejam eles relativos à manipulação genética e biotecnologia ou advindos de uma realidade cibernética e virtual, são o que chamamos de direitos de quarta e quinta gerações.

Não basta apenas uma constituição que reconheça e assegure estes e outros direitos, principalmente no que tange aos Direitos Humanos e Fundamentais, se, em contrapartida, temos uma sociedade onde se vislumbram violações constantes e gravíssimas a estes. O processo deve ser compreendido historicamente onde se considera a história de um Estado no qual o autoritarismo e a centralização do poder político dominou e continua a porejar nas mais diferentes estruturas do poder.

Desta forma, e seguindo as palavras do mestre Norberto Bobbio, entende-se que os Direitos do Homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes. Os direitos não nascem todos de uma vez. Nascem quando devem ou podem nascer (Bobbio, 1992, p. 6).

Dessa forma, os direitos e garantias fundamentais constituem um ferramental valioso para a constituição da dignidade da pessoa humana. Também na questão ambiental é de suma importância esta prerrogativa.

Porém, é necessário observar os meandros a influência econômica e sua interferência na aplicação e eficácia desses direitos. Neste sentido, afirma-se que pode haver ruído na comunicação jurídica no momento de sua decisão. Em outras palavras, interferências econômicas e políticas que podem fazer com que o sistema do direito funcione na forma corrompida; não no sentido comum de “corrupção”, mas na abordagem de que o direito passa a não utilizar seus pressupostos para decisão e sim as orientações da racionalidade econômica ou poder político.

2.2 Estado-Corporação e a normalidade da exceção: Instrumentos biopolíticos para apropriação da natureza

O conceito de biopolítica³⁷ relaciona-se de forma direta como uma das mais importantes transformações ocorridas no direito político do século XIX. Essa construção teórica complementa, modifica e confere novas possibilidades de observação no que concerne ao direito clássico de soberania, ou seja, o papel do Estado frente a este poder soberano.

Michel Foucault localiza a biopolítica desde o interior de uma abordagem mais ampla, denominada de “biopoder”. O autor discorre no sentido de que o biopoder sucede historicamente o poder de soberania tradicional, abordando a relação diferenciada com que cada um deles trata a vida e a morte como atributos pertencentes aos indivíduos, porém, controlados pelo Estado.

“O conceito de soberania de Bodin surge, no século XVI a partir da dissolução definitiva da Europa em Estados-nacionais e da luta do principado absolutista contra as corporações. No século XVIII, a autoconsciência estatal dos Estados recém surgidos se reflete no contexto jurídico-internacional de Vattel. (...) Nas diversas variações sempre se repete a antiga definição: soberania é o poder supremo não derivado e,

³⁷ O termo ‘biopolítica’ aparece pela primeira vez na obra de Michel Foucault, em sua conferência proferida no Rio de Janeiro em 1974 e intitulada ‘O nascimento da medicina social’. Segundo o autor, o capitalismo não teria acarretado, como se poderia pensar, uma privatização da medicina, mas ao contrário, uma socialização do corpo. Este texto encontra-se no capítulo V - O nascimento da medicina social em FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007, pp.79-98.

juridicamente, independente”. (Schmitt, 2006, p.18)

Percebe-se, portanto, que o conceito de soberania pode engendrar, na sua análise, diversas construções discursivas. Todavia, o problema reside na possível vinculação de um poder supremo fático com o poder jurídico. Hans Kelsen, em uma abordagem normativista busca afastar todos os elementos sociológicos para construção de um conceito jurídico de soberania, criando assim um sistema de imputabilidade relacionado às normas e fundamentado sobre a perspectiva de uma norma fundamental única (Schmitt, 2006, p. 18-19).

Neste sentido, a ideia de imputação em Kelsen vem em substituição ao princípio da “causalidade” nas ciências naturais. Assim, no princípio da imputação, para cada norma existe uma sanção. Em outras palavras, refere-se à relação entre a condição de um dever ser como conduta determinada e a sanção como consequência descrita numa lei moral ou jurídica³⁸ (Kelsen, 1986, p.32)

Levando em consideração esta perspectiva, Hans Kelsen chega a percepção, racionalmente estruturada, de que para uma observação jurídica do Estado é necessário algo “puramente jurídico” e “válido normativamente”. Desta forma, a utilização do conceito de pureza do direito, na análise kelseniana, liberta a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos como pressuposto teórico e metodológico fundamental³⁹ (Kelsen, 2003, p. 1, passim). Para Hans Kelsen, portanto, o Estado não é autor nem fonte direta da ordem jurídica, todas as concepções que buscam definir Estado e Soberania

³⁸ No texto de Hans Kelsen: “Causalidade e imputação, como já observado, são dois diferentes modos de um nexo funcional, dois diferentes modos, nos quais duas questões de fato são ligadas uma com a outra como condição e consequência. A diferença entre ambos subsiste na circunstância de que a imputação (isto significa a relação entre uma conduta determinada como condição e a sanção como consequência descrita numa lei moral ou jurídica) é produzida por um ato de vontade cujo sentido é uma norma, enquanto a causalidade (isto significa a relação entre causa e efeito descrita numa lei da natureza) é independente de toda e qualquer intervenção”.

³⁹ “A Teoria Pura do Direito é uma teoria do Direito positivo – do Direito positivo em geral, não de uma ordem jurídica em especial. É teoria geral do Direito, não interpretação de particulares normas jurídicas, nacionais ou internacionais. Contudo, fornece uma teoria da interpretação. (...) Quando a si própria se designa como ‘pura’ Teoria do Direito, isso significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente, determinar como Direito. Quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos esse é o seu princípio metodológico fundamental”.

são, na realidade, personificações, hipóstases da ordem jurídica unitária e idêntica em diversos objetos.

“O Estado, ou seja, a ordem jurídica é um sistema de imputabilidades a um último ponto de imputabilidade e a uma última norma fundamental. A ordem superior e inferior válidas no Estado repousam no fato de que, do ponto médio unitário até o último patamar, emanam legitimações e competências. A máxima competência não é conferida a uma pessoa ou a um complexo de poder sócio-psicológico, porém somente à própria ordem soberana na unidade do sistema normativo. Para a análise jurídica não há pessoas reais nem fictícias, mas apenas pontos de imputabilidade.” (Schmitt, 2006, p.19)

Assim, o Estado como ponto final de imputabilidade configura-se como um sistema contínuo de ordens onde o motivo para a validade de uma norma somente pode ser uma outra norma. Para Hans Kelsen, a “norma” que fundamenta o Estado como sistema de normas é a própria ideia de norma, ou seja, a norma fundamental. Para o autor, a norma fundamental é, justamente, o supremo fundamento de validade de uma ordem jurídica. Desta forma, a norma fundamental é uma norma-fundamento, uma norma fictícia e não, como muitos interpretam a Constituição de um Estado-Nação⁴⁰ (Kelsen, 1986, p.326).

Neste contexto, o conteúdo do Direito de Soberania do contrato social, dos séculos XVII e XVIII, trabalha com mecanismos de poder (através do esquema normativo instituído), com tecnologias de poder. Estas técnicas eram essencialmente centradas no corpo do indivíduo. Michel Foucault descreve estas estruturas em sua obra “Vigiar e Punir”, promovendo reflexões acerca do “panoptismo”, como estratégia “onde poucos observam muitos”; tecnologia utilizada na perspectiva de presídios ou sanatórios da época. Estrutura típica de controle do Estado

⁴⁰ Neste sentido, Hans Kelsen define a norma fundamental: “a norma fundamental de uma ordem jurídica ou moral positivas – como evidente do que precedeu – não é positiva, mas meramente pensada, e isto significa uma norma fictícia, não no sentido de um real ato de vontade, mas sim de um ato meramente pensado. Como tal, ela é uma pura ou ‘verdadeira’ ficção (...). O fim do pensamento da norma fundamental é: o fundamento de validade das normas instituintes de uma ordem jurídica ou moral positiva, é a interpretação no sentido subjetivo dos atos ponentes dessas normas como de seu sentido objetivo; isto significa, porém, como normas válidas, e dos respectivos atos como atos ponentes de norma. Este fim é atingível apenas pela via de uma ficção”.

Liberal sobre os corpos. O panóptico descrito e analisado por Michel Foucault é um conceito definido por Jeremy Bentham em sua obra *Le panoptique* (Foucault, 1991, p. 177)⁴¹. Na torre de observação, ou torre central pode-se ver tudo, sem nunca ser visto. Este dispositivo é importante para o exercício do poder de polícia, para o poder do Estado sobre o indivíduo, pois automatiza e desindividualiza o poder (Foucault, 1991, p. 178, *passim*).

“(…) nos séculos XVII e XVIII, viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual. Eram todos aqueles procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais, de todo um campo de visibilidade”. (Foucault, 2005b, p. 288)

Na realidade, estas práticas constituíam-se em técnicas de racionalização econômica, de um “poder que devia se exercer, de maneira menos onerosa possível, mediante todo um sistema de vigilância, de hierarquias, de inspeções, de escriturações, de relatórios: toda essa tecnologia que podemos chamar de tecnologia disciplinar do trabalho” (Foucault, 2005b, p. 288). Assim, o homem do neoliberalismo, conforme se abordou no capítulo anterior, vive uma constante tensão entre tornar-se sujeito de direito em um sistema positivo, porém aceitando a limitação de seus próprios direitos. Reside aí a ideia de uma divisão do sujeito dentro do Estado soberano, caracterizando a mecânica do sujeito de direito, onde nesta dialética encontra-se a lei e a proibição.

⁴¹ O Panóptico de Bentham é a figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: “na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível. O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. Em suma, o princípio da masmorra é invertido; ou antes, de suas três funções – trancar, privar de luz e esconder – só se conserva a primeira e suprimem-se as outras duas. A plena luz e o olhar de um vigia captam melhor que a sombra, que finalmente protegia. A visibilidade é uma armadilha”.

“A teoria da soberania persistiu como ideologia e como princípio organizador dos grandes códigos jurídicos por dois motivos: por um lado, ela foi, no século XVIII e ainda no século XIX um instrumento de crítica contra a monarquia e todos os obstáculos capazes de se opor ao desenvolvimento da sociedade disciplinar, por outro lado, a teoria da soberania e a organização de um código jurídico nela centrado permitiram sobrepor aos mecanismos da disciplina um sistema de direito que ocultava seus procedimentos e técnicas de dominação, e garantia o exercício dos direitos soberanos de cada um através da soberania do Estado”. (Foucault, 2007, p.188)

Porém, na segunda metade do século XVIII, pode-se perceber algo novo em relação a tecnologia de poder, não disciplinar conforme abordou-se anteriormente. Uma tecnologia de poder que não exclui a técnica disciplinar, mas a incorpora, integra e modifica parcialmente. A condição de existência desta nova técnica é, justamente, a existência da técnica disciplinar prévia. Neste sentido, essa estrutura de biopoder, esta “nova forma de soberania”, é instaurada juntamente, e em decorrência, da racionalidade do *Homo Oeconomicus*, abordada no primeiro capítulo desta tese.

“El hombre económico y el sujeto de derechos dan lugar a dos procesos de constitución absolutamente heterogéneos: el sujeto de derechos se integra al conjunto de sujetos de derechos mediante una dialéctica de la renunciación. La constitución política supone, em efecto, que el sujeto jurídico renuncie a sus derechos, que los transfiera a alguien más. El hombre económico se integra, por su parte, al conjunto de sujetos económicos (constitución económica), no mediante una transferencia de derechos, sino mediante una multiplicación espontánea de intereses. Uno no renuncia a sus interés. Al contrario, al perseverar en su interés egoísta,

existe multiplicación y satisfacción de las necesidades de todos”⁴². (Lazzarato, 2005, p.1)

É, justamente, por intermédio desta passagem do direito de *hacer morir e dejar vivir* para o de *hacer vivir e dejar morir* que se opera uma mudança no regime geral do poder. Nas estruturas de soberania clássica, o poder configura-se como uma tecnologia de retirada, de extorsão, de diminuição, sejam de produtos, bens, riquezas, trabalho e sangue. Desta forma, aborda-se um direito de se apropriar de coisas e pessoas, de um direito que em última análise pode suprimir a própria vida. É o direito do soberano como um poder negativo sobre a vida dos governados. Um poder de expropriação. Já na estrutura da biopolítica, a tecnologia do poder não vai mais concentrar-se unicamente na disciplina do indivíduo e de seu corpo, passa a mobilizar um componente estratégico diferenciado, a gestão da vida sobre a população enquanto população. Não se concentra mais no corpo – máquina e sim no corpo – espécie, o corpo multidão.

O objetivo é abordar o controle direto sobre essa população, para os mais diferentes motivos como estratégias de segurança do Estado, incentivo ao consumo e a racionalidade econômica, bem como suporte de processos biológicos (nascimentos, mortalidade, epidemias e longevidade). “A biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração” (Foucault, 2005b, p. 293).

“Nos mecanismos implementados pela biopolítica, vai se tratar, sobretudo, é claro, de previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais; vai se tratar, igualmente, não de modificar tal fenômeno em especial, não tanto tal indivíduo, na medida em que é indivíduo, mas, essencialmente, de intervir no nível daquilo que são as determinações desses fenômenos gerais, desses fenômenos no que eles têm de global. Vai ser preciso modificar, baixar a morbidade; vai ser

⁴² Em tradução nossa: “O homem econômico e o sujeito de direitos originam dois processos de constituição absolutamente heterogêneos: o sujeito de direito se integra ao conjunto de sujeitos de direito mediante uma dialética de renúnciação. A constituição política supõe que o sujeito jurídico renuncie a seus direitos, e que os transfira a alguém mais. O homem econômico se integra ao conjunto de sujeitos econômicos (constituição econômica), mediante uma transferência de direitos, senão mediante a uma multiplicação espontânea de interesses. Um não renuncia seus interesses. Ao contrário, ao perseverar em seu interesse egoísta, existe a multiplicação e satisfação das necessidades de todos”.

preciso encompridar a vida; vai ser preciso estimular a natalidade. E trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações; em suma, de instalar mecanismos de providências em torno deste aleatório que é inerente a uma população de seres vivos, de otimizar, se vocês preferirem, um estado de vida (...)" (Foucault, 2005, 293-294)

Se o soberano dos séculos XVII e até o final do século XVIII podia decidir quanto a morte de súditos com objetivo de defesa do seu território, o que justificava o seu poder de soberania; o poder na biopolítica será o de medir a vida pela estatística, de administrar a vida das multidões, de discipliná-las para a sobrevivência em uma sociedade de consumo, para prolongar a duração da vida pela medicina, pela higiene e pela engenharia genética por fim, deve controlar e planificar os nascimentos pelas políticas sociais.

Giorgio Agambem percebe a biopolítica como uma questão mais antiga ainda, uma abordagem desde a fundação do contrato social, pois, para o autor, a produção do corpo biopolítico está na gênese do poder soberano. Nesta perspectiva, a biopolítica sempre existiu justamente na separação do homem para o animal, onde a “voz gutural” torna-se linguagem, onde a vida biológica se transforma em existência política (Fassin, 2005, p.327, *passim*).

Hannah Arendt observa que “a condição humana compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem” (Arendt, 2007, p.17). Ou seja, das atividades humanas fundamentais que constituem a *vita activa* (labor, trabalho e ação), para a autora, a *ação* é a “única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde a condição humana de pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam no mundo” (Arendt, 2007, p. 15). Assim, a perspectiva é de que a vida é constituída por uma série de acontecimentos que no final podem ser contabilizados, a esta perspectiva, a autora denomina de *bíos*, distinguindo-a de *zoe* compreendida como a simples vivencia comum a todos seres vivos.

Neste sentido, a vida biológica se diferencia da *bíos*, ou seja, da existência política. Essa perspectiva separa o homem do animal. Desta forma, a ação/existência política separa-se da *vida nua*, conceito

definido por Giorgio Agambem. Assim, nas práticas de biopoder do Estado Moderno, o homem não está como sujeito político livre e consciente, “mas, antes de tudo, a sua vida nua, o simples nascimento que, na passagem do súdito ao cidadão, é investido como tal pelo princípio da soberania”. (Agambem, 2007b, p. 135). Em outras palavras, o nascimento (vida nua natural) transforma o súdito em cidadão, o portador imediato da soberania.

Pode-se perceber, portanto, que o *fazer viver* da biopolítica está ligado a uma dimensão fisiológica (o simples nascimento), que pode servir de fundamento aos Direitos do Homem. É através dessa nova percepção biopolítica da soberania que, “em imediata coincidência com a declaração dos direitos de nascimento inalienáveis e imprescritíveis, os direitos do homem no geral foram distintos em ativos e passivos” (Agambem, 2007b, p.137). Assim, “os direitos do homem, que faziam sentido apenas como pressuposto dos direitos do cidadão, separam-se progressivamente destes e são utilizados fora do contexto de cidadania, com o suposto fim de representar e proteger uma vida nua que vem a encontrar-se em proporção crescente, expulsa às margens do Estado-Nação” (Agambem, 2007b, p. 139).

Desta forma, o processo provoca contradições em relação, com os organismos multilaterais, inclusive a Organização das Nações Unidas (ONU) que tenta fazer frente ao problema dos refugiados que em seu estatuto não pode ter caráter político, mas apenas humanitário e social. Neste sentido, o problema dos refugiados seria representado somente enquanto fenômeno de massa (humanitário e biopolítico), e muito menos no que diz respeito aos casos individuais e de representação política. “A separação entre humanitário e político, que estamos hoje vivendo, é a fase extrema do deslocamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão” (Agambem, 2007b, p.140).

“A biopolítica representa, com efeito, uma regressão e uma negação do político, de um lado, pelo fato de assinalar um recuo em direção às formas historicamente pré-políticas nas quais a questão do corpo, do sangue, da origem, delimitava o poder, e, de outro lado, pelo fato de renunciar ao projeto de uma humanidade comum, preferindo definições essencialistas do sujeito. Assim, as políticas do sexo, da raça ou da etnia não tem mais horizonte de valores compartilhados pelos seres humanos. Num grau menor, as políticas estritamente ecológicas ou sanitaristas

não dão lugar a outras concepções do mundo e dos seres a não ser a concepção biológica. Os registros se cruzam, de resto, notadamente nos regimes totalitários ou em certos discursos radicais, nos quais o argumento sanitário serve, às vezes, para justificar práticas racialistas. Inversamente, cada um destes registros pode ser repolitizado, como em ocasiões nas quais questões de saúde são colocadas em termos não mais de corpo individual, mas de justiça social”. (Fassin, 2005, p.326)

Assim, segundo Roberto Esposito, a biopolítica opera mudanças que assinala um deslocamento ulterior da política mundial em direção a biopolítica: da importância do elemento étnico das relações para o impacto das biotecnologias sobre o corpo humano, desde a importância da questão sanitária como indicador do funcionamento do sistema econômico-produtivo até a urgência na exigência de segurança em todos os programas de governo. Desta forma, a política, aparece cada vez mais encurralada contra a muralha biopolítica moderna.

“(…) la biopolitica rivela la sua genesi specificamente moderna, Non perché una sua radice non sai riconoscibile anche in epoche precedenti, ma perché solo la modernità da dell’autoconservazione individuale Il presupposto di tutte le altre categorie politiche, da quella di sovranità a quella di libertà”.(Esposito, 2004, p.13)⁴³

Em uma narrativa da atualidade, descrita por Giorgio Agambem ao refletir em seu texto “Não à Tatuagem Biopolítica”, o autor trata do controle dos corpos exercido pelos Estados Unidos da América em relação aos estrangeiros que tentam entrar no país. Quem quer viajar aos Estados Unidos da América será fichado e terá de deixar suas impressões digitais ao entrar no país. Neste sentido, o autor reflete acerca da biopolítica e a utilização de tecnologias sofisticadas.

As razões de segurança que são evocadas por essas práticas, (fichamento eletrônico de impressões digitais e retinas e a tatuagem

⁴³ Em tradução nossa: “A biopolítica revela a sua gênese especificamente moderna. Não porque as suas raízes não são conhecíveis em épocas precedentes, mas porque somente a modernidade faz da auto-conservação individual o pressuposto de todas as outras categorias políticas, da soberania até a liberdade”.

subcutânea) são práticas discursivas para que, no futuro, as técnicas que, num primeiro momento, eram reservadas a estrangeiros, acabem sendo aplicadas a toda população. Desta forma, quando se aplica aos cidadãos, aos seres humanos, as técnicas inventadas para as classes definidas como “perigosas”, os Estados, que deveriam constituir o espaço da vida política, fazem deles (cidadãos) suspeitos por excelência, a tal ponto que a própria humanidade é que se torna a classe perigosa” (Agambem, 2004). Percebe-se, na abordagem de Giorgio Agambem, um alerta contra as práticas biopolíticas, cuja técnica “futuramente, nos será exigido aceitar como a inscrição normal de identidade do bom cidadão nos mecanismos e engrenagens do Estado. É por isso que devemos nos opor a ela”(Agambem, 2004)

Após este relato, podemos entender que a razão governamental modifica-se na estrutura biopolítica. Em outras palavras, que a economia pode-se apresentar como crítica da razão governamental afinal, não existe soberano em economia, não há um soberano econômico.

“A economia política é de fato uma ciência, é de fato um tipo de saber, é de fato um modo de conhecimento que os que governam terão de levar em conta, mas a ciência econômica não pode ser a ciência do governo e o governo não pode ter por princípio, lei, regra de conduto, ou racionalidade interna, a economia. A economia é uma ciência lateral em relação à arte de governar. Deve-se governar com a economia, deve-se governar ao lado dos economistas, deve-se governar ouvindo os economistas, mas não se pode permitir, está fora de cogitação, não é possível que a economia seja a própria racionalidade ambiental”. (Foucault, 2008, p. 389)

Na citação anterior a racionalidade apresentada vai ao encontro da proposta de Adam Smith, ou seja, a economia afastada da racionalidade ambiental. A economia completamente livre. Porém, desta premissa, surge o seguinte questionamento: de quê vai se ocupar o governo e qual vai ser seu objeto, se o processo econômico está afastado? É fato, que ante o *Homo Oeconomicus*, o soberano não se encontra na mesma posição que frente ao sujeito de direito. Este agente racional e econômico “faz surgir no soberano uma incapacidade essencial, uma capacidade maior e central, uma incapacidade para dominar a totalidade da esfera econômica” (Foucault, 2008, p. 398).

Assim, a razão governamental deve sofrer rearranjos a partir desta problemática do *Homo Oeconomicus*, pois esse aparenta ser irreduzível à esfera do direito. Como a teoria do direito resolve a seguinte questão: como governar em um espaço de soberania povoado por sujeitos econômicos? Aparentemente a resposta poderia ser dada através da construção histórica dos Direitos Humanos, das garantias constitucionais aos Direitos Humanos. Porém, como se viu anteriormente, esses direitos se não forem discutidos na esfera política podem vir a tornarem-se meros instrumentos de aplicação biopolítica.

Desta forma, a resolução do impasse sujeito de direito/sujeito econômico está diretamente relacionada à problemática da governamentalidade⁴⁴ (Foucault, 2007, p. 291). Michel Foucault aponta como única solução possível a arte de governar junto à Sociedade Civil. Nas palavras do autor, “O *Homo Oeconomicus* e a Sociedade Civil são dois elementos indissociáveis” (Foucault, 2008, p. 403). Na realidade, a experiência do *Homo Oeconomicus* configura-se como o ponto abstrato e ideal que povoa a Sociedade Civil. Ou ainda, esta é um substrato “concreto” onde é necessário inserir o “abstrato” do econômico para melhor governar.

“(…) para manter ao mesmo tempo a unidade da arte de governar, sua generalidade sobre o conjunto da esfera da soberania, para que a arte de governar conserve sua especificidade e sua autonomia em relação a uma ciência econômica, para responder a essas três questões é preciso dar à arte de governar uma referência, um espaço de referência, um campo de referência novo, uma realidade nova sobre a qual se exercerá a arte de governar, e esse campo de referência novo é, creio eu, a sociedade civil”. (Foucault, 2008, p. 402)

Considerando a afirmação de que o *Homo Oeconomicus* e a Sociedade Civil pertencem ao mesmo conjunto para a formação da “tecnologia da governamentalidade liberal”, percebe-se que estas duas

⁴⁴ Segue o texto de Michel Foucault referente *A governamentalidade*. Curso do Collège de France, proferido em 1º de fevereiro de 1998. “A arte de governar, tal como aparece em toda esta literatura, deve responder essencialmente a seguinte questão: como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir completamente os indivíduos, os bens, as riquezas no interior da família – a um nível da gestão de um Estado? A introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo e se foi assim no século XVI, também o será no século XVIII, como atesta o artigo *Economia Política*, de Rousseau, que diz basicamente: a palavra economia designa originariamente o sábio governo da casa para o bem da família”.

construções, juntamente com a ideia própria de governamentalidade, são necessárias para a confirmação da tecnologia do biopoder, da biopolítica. É necessário salientar, que a sociedade civil como um conceito de tecnologia governamental deve, juntamente com o governo, inserir-se juridicamente à uma economia entendida como processo de produção e de troca. Na realidade, a sociedade civil é definida por Michel Foucault como realidade transacional, uma estrutura que trabalha com relações de poder na interface entre governantes e governados (Foucault, 2008, p. 404). Neste sentido, as realidades concretas, se operam nas comunidades, nas trocas entre os indivíduos que formam estas comunidades, e não em preceitos filosóficos humanitários, portanto, para o autor a sociedade civil é comunitária e não humanitária.

Michel Foucault apresenta quatro características desta sociedade civil como parte integrante do processo de governamentalidade. 1) a sociedade civil configura-se como veículo do vínculo econômico, que acentua e torna mais incisivos os interesses egoístas dos indivíduos; 2) pode ser caracterizada como uma síntese espontânea no interior da qual o vínculo econômico encontra o seu lugar, porém, ameaçando-a (a sociedade civil) sem parar; 3) a sociedade civil constitui-se como uma matriz constante e permanente de poder político. Formação espontânea de poder. Para Michel Foucault as estruturas de poder precedem o direito que, posteriormente vai instaurar, delimitar, justificar e reforçar, ou não, este poder; 4) a sociedade civil é o motor da história, essa “combustão” que aciona o mecanismo do motor é formada por dois elementos, a saber: a síntese espontânea dos indivíduos e o princípio dissociativo do *Homo Oeconomicus*, a racionalidade egoísta (Foucault, 2008, p.408-417, passim).

“(…) Não quero dizer: entrada da sociedade civil na história, já que sempre se está nela, mas: motor da história na sociedade civil. É o interesse egoísta, é por conseguinte o jogo econômico que vai introduzir na sociedade civil essa dimensão pela qual a história se encontra perpetuamente presente nela, os processos pelos quais a sociedade civil esta fatalmente e necessariamente engajada na história”. (Foucault, 2008, p.417)

É justamente nesta “fusão” entre *Homo Oeconomicus* e Sociedade civil que se instaura a tecnologia da governamentalidade biopolítica, “uma linha em movimento que se desloca para zonas sempre

mais amplas da vida social, nas quais o soberano entra em simbiose cada vez mais íntima não só com o jurista, mas também com o médico, com o cientista, com o perito, com o sacerdote” (Agambem, 2007, p. 128). Assim, as estruturas de governo, as estruturas de Estado tornam-se legitimadoras na aplicação desses instrumentos. Instaura-se assim, o Estado-Corporação, como parceiro desta “eficiência econômica”, instituindo medidas de controle dos corpos, de biopoder.

Diante deste quadro, é que surgem na modernidade inclusive os mecanismos de implementação do totalitarismo, de um estado de exceção, ou até mesmo um estado de emergência permanente. Tais práticas tornaram-se comuns, inclusive em Estados chamados de democráticos.

“O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permita a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um Estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos”. (Agambem, 2007a, p.13)

Giorgio Agambem aborda, portanto, a questão dos limites entre o direito e o político em períodos de crise política, as medidas excepcionais adotadas pelo Estado “encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o Estado de exceção apresenta-se como forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (Agambem, 2007a, p.12). Na concepção do autor, a exceção é o dispositivo de origem pelo qual o direito se refere à vida e a inclui por meio de sua própria suspensão. Desta forma, para teorizar sobre o estado de exceção é necessário considerar a relação que liga e, simultaneamente, abandona aquele que vive ao direito. Assim, três discursos importantes da modernidade são elencados em conjunto para a constituição da razão governamental: o discurso revolucionário, o discurso individualista-liberal e o discurso libertário.

“Ao fazer uma ‘crítica a razão governamental’, Foucault opõe-se a três discursos importantes da modernidade: censura ao discurso revolucionário, que reduz o poder a uma violência de classe, confundindo poder e violência; crítica o discurso individualista-liberal, pois **o indivíduo não é anterior ao Estado, que posteriormente faz um contrato social, mas é produto das técnicas individualizantes de governo, o que impede que o indivíduo possa encontrar proteção da sua individualidade no Estado**; e questiona a raiz do discurso libertário”.⁴⁵ (grifo nosso) (Foucault, 2006, p. II)

Na soberania nacional, como visto anteriormente, o panóptico configurava-se como a “a arquimetáfora” do poder moderno. Porém, na estrutura biopolítica, dirigida às multidões, o panóptico acaba por apresentar diversas desvantagens estratégicas relacionadas ao enorme aparato administrativo complexo e oneroso, como edifícios a erigir, vigias profissionais a contratar e remunerar, bem como ser obrigado a responsabilizar-se pelo bem-estar do local. Mesmo em sua estrutura agressiva de controle o panóptico exige a responsabilização, a presença (real e não virtual) e o engajamento. (Bauman, 2001c, p.16-17, passim).

Frente a essas desvantagens do panóptico, o biopoder opera com a observação pós-panóptica. As vantagens da nova estrutura são diversas, pois para controlar a multidão não é preciso “estar lá”, próximo da torre de controle. O que realmente importa nas relações de poder pós-panópticas é que aqueles que estão na manipulação das alavancas do poder (quem dirige o destino dos parceiros menos voláteis na redação) podem fugir do alcance através da inacessibilidade. Isso pode ser feito a qualquer tempo. Essa nova estrutura “contribui” para o fim da era do engajamento mútuo. A sociedade global em rede, por intermédio das tecnologias de comunicação avançada (da virtualização das tecnologias de comunicação) pode elaborar novas técnicas de poder, novas técnicas de governamentalidade. Se antes as relações entre capital e trabalho, líderes e seguidores, governantes e governados, eram claras e presenciais, as técnicas biopolíticas de poder podem se utilizar agora da astúcia, da fuga, da evitação, da possibilidade de rejeição de qualquer confronto territorial. Em outras palavras, os instrumentos de domínio

⁴⁵ Citação retirada da apresentação da obra “*Omnes et singulatim*: para uma crítica da razão política”, elaborada por Selvino J. Assmann.

tornam-se muito mais efetivos como instrumentos de massa, instrumentos que atingem a multidão. (Bauman, 2001, p.18-22, *passim*).

Substitui-se, portanto, a estrutura do panóptico pela do sinóptico. Aquela operava pela lógica presencial de que “poucos observam muitos”, esta trabalha com a lógica da virtualização, de abrangência na multidão onde “muitos observam e se vinculam a poucos”. Nesse sentido, a mesma estratégia de consumo, publicidade e marketing é também utilizada em relação a governamentalidade e biopolítica. O Estado-Corporação como parceiro direto do *Homo Oeconomicus*, atualizado pela economia global em rede.

Assim, o sistema econômico tem a sua legitimidade no Estado. A abordagem que se encaminha no primeiro capítulo desta tese é justamente essa. Soma-se a esta ideia a técnica de governamentalidade biopolítica que também pode além do controle da multidão, determinar suas escolhas em termos de locomoção, consumo e estilos de vida. Certamente, os instrumentos biopolíticos perpassam toda a modernidade atual, assumindo importância definitiva nas questões que envolvem o meio ambiente e seus conflitos. Pois, dessa forma, “o corpo multidão” é padronizado para aceitar mais facilmente os impactos ambientais e as decisões do Estado-Corporação. Em contrapartida, a consciência e atuações políticas podem reverter, ou pelo menos subverter este processo.

“O Estado é a única instituição do mundo que pode dar vida a uma corporação. Só isso já garante às corporações seus direitos essenciais, como a personalidade legal e a responsabilidade limitada, e isso as faz sempre colocar os lucros em primeiro lugar. Ele cria forças policiais e militares, constrói tribunais e prisões (tudo pago compulsoriamente pelos cidadãos), para garantir os direitos de propriedade das corporações – direitos esses criados pelo Estado. E apenas o Estado, com outros Estados, pode participar de acordos comerciais internacionais e criar instituições globais, como a Organização Mundial do Comércio, que, por sua vez, limita sua habilidade de regular as corporações e os direitos de propriedade que criou”. (Bakan, 2008, p.186)

Outro aspecto importante é que esta biopolítica, e até mesmo a biopolítica em relação às práticas ambientais pode ser observada nas relações entre os Estados, e não somente na governamentalidade interna.

A biopolítica torna-se um problema extensivo às Relações Internacionais.

O direito de ingerência é um exemplo claro que pode servir como estrutura discursiva para implantação de ações de biopoder⁴⁶ (Bettati, 1996, p.12). Conforme abordado anteriormente, a intervenção humanitária pode, utilizando uma inversão do discurso dos direitos humanos, ser uma prática para padronização de massas, intervenções que mascaram objetivos econômicos e não permite, conforme a perspectiva de Giorgio Agambem, a concretização dos direitos do cidadão enquanto ação na esfera política (Agambem, 2007, p.140-141, *passim*).

A ingerência pode ser observada nas questões ambientais com a nomenclatura de “Ingerência Ecológica”. Igualmente deve-se imprimir especial atenção a esta técnica, no sentido de que, na governamentalidade biopolítica, ela pode ser prática discursiva para controle da multidão a serviço da racionalidade econômica. Observa-se na citação abaixo a fundamentação básica da Ingerência Ecológica.

“A Ingerência Ecológica será ainda mais forte porque o ataque será directo devido a certas poluições que atingem o homem, sem intermediário, pois o ambiente é uma componente mundial em virtude de só haver uma Terra para poluir, ao passo que há milhares de milhões de homens, todos eles titulares de direitos igualmente fundamentais, mas tão dispersos pelo seu modo de vida, pelos seus costumes, pela sua cultura, que parece que nem todos habitam o mesmo planeta. Esta tolerância passiva das diferenças a que chamamos indiferença não será admissível no domínio ecológico, onde o homem começa a compreender que a sua vida física é a mesma em toda parte e que as suas exigências naturais são semelhantes, qualquer que seja a latitude onde ele se encontre”. (Bachelet, 1995, p. 271)

⁴⁶ “A ingerência designa em direito internacional a intromissão sem razão de um Estado ou de uma organização intergovernamental nos assuntos que dependem da competência exclusiva de um Estado terceiro. Estão, portanto, excluídas da definição as intromissões de pessoas privadas – indivíduos, empresas, associações – que constituam infracções decorrentes do direito interno do Estado em causa. Não sendo imputáveis a um Estado, escapam ao conceito de ingerência. Deveríamos, portanto, reter no campo do ‘direito de ingerência humanitária apenas as acções transfronteiriças dos governos ou dos organismos públicos internacionais, à excepção dos ONG na medida em que, tal como o seu nome indica, são *não governamentais*”.

Observa-se que o discurso produzido pelo conceito de Ingerência Ecológica “empodera” nações exteriores em relação à possibilidade de, inclusive, invadir territórios em nome do “domínio ecológico”. Assim, caso seja utilizada como instrumento de biopoder, é uma estratégia perigosa a interesses de mercado, puramente econômicos.

Nesta tese, no capítulo 3, abordar-se-á a questão da apropriação da biodiversidade de países Latino-Americanos. Este exemplo é interessante no sentido de que o capitalismo global integrado observa a América Latina como um território chave, tanto na reserva mundial de alimentos, matérias-primas e biodiversidade.

Porém, o continente abarca também populações com culturas e tradições diferentes, bem como uma historicidade relativa às suas mudanças no exercício do poder e na criação de diversas formas de resistência. Percebe-se então que a ideia de biopolítica, mesmo pensada tendo como base uma “história européia” da formação liberal e da governamentalidade, pode constituir-se como um cenário interessante para pensar as estruturas de dominação na perspectiva latino-americana (Cassigoli; Sobarzo; 2010, p. 10-11, *passim*).

Todavia, é importante salientar que a América Latina passa também pelas duas fases da disciplina evidenciadas por Michel Foucault. A disciplina sobre os corpos dos indivíduos desde o processo de colonização⁴⁷ (Freire, 2010, p.382) até as novas técnicas de governamentalidade biopolítica que objetivam o controle da multidão.

Assim, a biopolítica na América Latina deve ser observada desde o processo da colonialidade do poder, que envolve as fragilidades, as carências materiais e corporais nas complexas relações norte-sul.

⁴⁷ “Los dispositivos disciplinarios se arraigan desde mucho antes de la sociedad que los coloca en su centro. Estos se pueden rastrear, primero, en la colonización pedagógica de la juventud y los indígenas. No otra cosa hicieron los jesuitas en el Guaraní. Adversarios de la esclavitud, tanto por motivos teológicos como económicos, en sus comunidades desarrollaron otro tipo de explotación más productivo, centrado en una vigilancia y disciplina extrema. Los horarios de los indígenas estaban regulados no solo para comer, trabajar o descansar, sino también para determinar los tiempos en que debían procrear. Se trata de un control absoluto del tiempo y el cuerpo, que el taylorismo reactualizará, pero en espacios cerrados y siglos más tarde”. – Em tradução nossa: “Os dispositivos disciplinares se arrastam desde muito antes da sociedade que os coloca em seu centro. Estes se podem rastrear, primeiramente, na colonização pedagógica da juventude e nos indígenas. Não outra coisa fizeram os jesuítas no Guaraní. Adversários da escravidão, tanto por motivos teológicos como econômicos, em suas comunidades desenvolveram outro tipo de exploração mais produtivo, centrado em uma vigilância e disciplina extrema. Os horários dos indígenas estavam regulados não somente para comer, trabalhar ou descansar, senão também para determinar os tempos em que deviam procriar. Trata-se de um controle absoluto do tempo e do corpo, que o taylorismo reatualizará, porém em espaços fechados e séculos mais tarde”.

“Pareciera un contrasentido encarnar la biopolítica en estos ‘lejanos territorios’ aquí donde las naciones aun se esparcen en mapas concretos y locales demasiado distantes de la supuesta aldea global democratizada. Al menos en el Cono Sur, aun se perfilan democracias temerosas de las constituyentes, concebías desde la exclusión y de espaldas a los grandes conjuntos, aquí donde el poder del Estado tiene la capacidad de fijar los límites de la vida digna y la no vida, en donde gobernar se confunde aun con criminalizar y, por consiguiente, de fijar indeterminadas y rígidas fronteras al interior de las antiguas Naciones Estado. Pero también se trafican los límites entre ciudadanía y no ciudadanía, entre el ser con derechos y el ser que no los detenta. Democracia al descampado es este, en que el imaginario en Blanco de la excepción es aun paradigma político imaginable”⁴⁸. (Oyarzún, 2010, p. 370)

Assim, os instrumentos biopolíticos podem ser percebidos como ferramentas da governamentalidade, como técnicas do biopoder, como estratégias do Estado-Coorporação. Estruturas estas que instituem a normalidade da exceção no controle da multidão, nos esquemas de controle populacionais.

Neste sentido, o *Homo Oeconomicus* é o ferramental abstrato para a concretização no real da Sociedade Civil. Como visto anteriormente, esta relação define o Estado em seus processos de controle. Desta forma, as práticas discursivas acerca da problemática ambiental podem ser orientadas como instrumentos biopolíticos, como forma de concretizar interesses econômicos utilizando técnicas de biopoder para o controle de populações no que diz respeito à exploração

⁴⁸ Em tradução nossa: “Parece um contra-senso encarnar a biopolítica nestes ‘distantes territórios’, aqui onde as nações ainda se distribuem em mapas concretos e locais demasiado distantes da suposta aldea global democratizada. Pelo menos no Conesul, ainda se perfilam democracias temerosas das constituintes, concebidas desde a exclusão e pelas costas aos grandes conjuntos, aqui onde o poder do Estado tem a capacidade de fixar os limites da vida digna, a vida indigna e a não vida, onde governar se confunde ainda com criminalizar e, por consequência, de fixar indeterminadas e rígidas fronteiras no interior dos antigos Estados-Nação. Mas também se traficam os limites entre cidadania e não cidadania, entre o ser com direitos e o ser que não os detém. Democracia ao descampado é esta, onde o imaginário em branco da exceção é ainda um paradigma político imaginável”.

irrestrita dos recursos naturais, ou incremento das atividades de consumo em prol de política estritamente desenvolvimentistas.

No item 2.3 do capítulo 2 desta tese, a abordagem será dirigida para as observações acerca das práticas discursivas de poder embasadas na constituição de uma “Sociedade de Risco”, já definida no item 1.2 do capítulo 1 deste trabalho.

2.3 Da importância e do cuidado que se deve imprimir ao discurso do Risco e da Produção de Contingências: O Trinômio Medo, Mercado e Meio-Ambiente

A percepção principal para compreensão de uma “teoria do discurso” é o fato de que, num primeiro momento, deve-se partir da suposição que em uma sociedade a produção discursiva é constantemente “trabalhada”, “observada”, “selecionada”, “indicada”; para que então possa ser “pulverizada” e redistribuída “por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2005a, p. 9).

Em outras palavras, Michel Foucault insere o discurso como uma técnica, ou pelo menos, como uma construção de linguagem, completamente vigiada e observada por procedimentos e técnicas, cuja função primordial é, justamente, orientar esse discurso, conduzi-lo para atingir seus determinados fins. Nesse sentido, todo discurso, carrega junto consigo elementos de poder. Todo discurso “empodera”, conforme a expressão utilizada pelo autor. Existe uma ligação direta entre o discurso, o desejo e o poder. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault, 2005a, p. 10).

Assim, o poder pode ser percebido como um meio de comunicação generalizado simbolicamente. Essa generalização simbólica, busca possibilitar a validade universal na perspectiva do poder, regulando cada situação específica. Como generalização deve-se observar o tratamento de uma pluralidade de referências discursivas como “unidade”, conferindo sentido a uma comunicação específica. A generalização de sentido tem seu lugar através de símbolos (estruturas simbólicas) que permitem a formação da unidade a partir da pluralidade de referências.

Neste sentido, o poder assegura probabilidade de êxito à comunicação, pois, sua ideia é facilmente percebida por diversos sistemas (economia, política, direito) que o utilizam como operação comunicacional para estabilizarem-se. Em outras palavras, o poder tem como característica, além de coordenar seleções e criar expectativas na sociedade, a sua intensa mobilidade; que em sociedades democráticas se opera, principalmente, pelas práticas discursivas (Corsi, 1996, p. 126-128, *passim*). O poder, como um elemento catalisador, presente constantemente nos discursos, produz uma aceleração ou retardo de fenômenos sociais.

“O poder do poderoso não está, destarte, suficientemente descrito como causa ou mesmo como causa potencial. A comparação é melhor com a função complexa de um catalisador. Os catalisadores aceleram (ou retardam) a incidência de fenômenos; eles modificam, sem se modificar, o grau de incidência ou probabilidade que seria de se esperar nas relações casuais entre sistema e universo. Eles produzem, por final, também, ganho de tempo – um fator sempre crítico para a construção de sistemas complexos”. (Luhmann, 1983, p. 11)

Tanto quanto no “poder” quanto no “saber” coexistem relações de forças. Entre um e outro existem diferenças de natureza, existe heterogeneidade. Porém, há também pressuposição recíproca e capturas mútuas quanto a diferença de natureza, o saber diz respeito a matérias formadas (substâncias), repartidas por segmentos, categorizado, arquivado. Ao contrário, o poder, tem uma relação diagramática, não estabilizada, não estratificada. O poder é bastante flexível, não passa por formas e sim por pontos onde existe a aplicação de uma força, a ação/reação de uma força em relação a outra. Tais características tornam o poder instável e difuso. As relações de poder não emanam de um único foco de soberania, mas sim transitam de um ponto para outro, caracterizando giros, retornos, mudanças de direção e resistências. Portanto, as relações de poder são instáveis. O saber é o regulamento posto, o poder é a própria ação, o exercício (Deleuze, 1995, p.80-81, *passim*). Neste sentido, um dos veículos para a velocidade do poder é o discurso, são as práticas discursivas.

“Os discursos, como já assinalei, não independem da sociedade, pois são, em grande parte, conjugabilizados, em suas significações, com as relações de força; o que, ao contrário, do que se poderia pensar, não os transforma em meros reflexos das relações sócias. Todo discurso possui um poder específico que gera as mais variadas influências político-sociais”. (Rocha; Pêpe; 2007, p. 132)

O discurso da soberania possui, certamente, uma cadeia de significados que lhe confere coerência teórica. Esta coesão depende das ações ocorridas na própria sociedade, seus tensionamentos, conflitos e lutas. Consequentemente, esta prática discursiva esta permeada de relações de poder, que variam a cada tipo de Estado onde se aplicam essas técnicas de dominação (Rocha; Pêpe; 2007, p. 133).

Para Michel Foucault o discurso define-se, também, como a “reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos” (Foucault, 2005a, p.49). O discurso, portanto, é um jogo de escritura (na filosofia do sujeito), de leitura (em uma experiência da filosofia ordinária) e de troca (na filosofia da mediação universal). (Foucault, 2005a, p. 49, passim). Assim, o discurso trabalha com os signos. Desta forma, é importante observar que o signo⁴⁹ somente vive em constante crescimento e é sempre incompleto em relação ao objeto que ele representa (Peirce, 1999, p.46).

A ação do signo é, portanto, de crescimento, desenvolvendo-se num outro signo para o qual é transferida a potência de sua representação. Esta corrente sem fim nos remete a ideia de que “somente as circunstâncias práticas da vida ou os limites impostos no pensamento por uma determinada historicidade é que nos levam a tomar um dado interpretante como sendo completamente revelador do objeto do signo” (Santaella, 1995, p. 43-45, passim).

Porém, nesta cadeia da transmissão discursiva existe uma aparente veneração do discurso como “empoderamento”. Todavia, esta força discursiva esconde uma espécie de “temor ao discurso”, uma logofilia.

⁴⁹ Neste sentido, Charles Sanders Peirce define signo: “Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. o signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominarei fundamento do *representâmen*.”

“Há, sem dúvida, em nossa sociedade e, imagino, em todas as outras, mas, segundo um perfil e facetas diferentes, uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso” (Foucault, 2005a, p.50).

Na esteira deste raciocínio e conforme o conteúdo abordado no item 1.2 do capítulo 1 desta tese, a ideia de sociedade de risco traz importantes conceitos que devem ser abordados dentro da modernidade atual. Entre eles podemos citar: expectativa, confiança e contingência.

Todavia, deve-se observar que tais conceitos são construções discursivas e, como visto anteriormente, passíveis de “empoderamento”. Em outras palavras, o discurso, nessas categorias, é carregado de elementos de poder que possibilitam a estrutura da governamentalidade. É necessário lembrar que a governamentalidade é constituída pelas tecnologias do biopoder (biopolítica) e pela sociedade civil, constantemente impulsionada pela racionalidade do *Homo Oeconomicus*.

Nas construções teóricas de Michel Foucault, o discurso está ligado diretamente com o “desejo” e o “poder”. Assim, essa percepção simbólica perpassa toda relação da “população” e soberania do Estado, da “população” como o conjunto das suas necessidades e desejos de consumo. Desta forma, as ambivalências produzidas na modernidade atual impulsionam uma forte tendência a sentir medo e uma obsessão maníaca por segurança.

Nesse sentido, é possível falar em “militarização” de uma sociedade como resposta ao medo generalizante, vinculada diretamente à soberania do Estado, porém, é possível abordar também a “paramilitarização” quando a necessidade/temor vai além das instituições do Estado, incorporando também funções de defesa/coerção produzidas por aparatos privados, estruturas de consumo, técnicas de poder repressivo aquém do Estado⁵⁰ (Souza, 2008, p. 68-69). Assim,

⁵⁰ De acordo com Marcelo Lopes de Souza, em sua obra Fobópole: “(...) De um ponto de vista conceitual, essa “paramilitarização” nos remete, em primeiro lugar, às ‘milícias’ que, sobretudo no Rio de Janeiro, vêm adquirindo grande visibilidade pública na qualidade de antagonistas e competidoras imediatas dos traficantes de drogas de varejo; em segundo lugar, o termo também

coexistem, em relação ao poder e as práticas discursivas atuais, a dominação da soberania tradicional e a técnicação biopolítica.

A multidão adere ao aparato biopolítico pelo pretense sentimento de segurança e de pertencimento que essas técnicas trazem. O consumo, como se verificou no item 1.3 do capítulo 1 desta tese, pode, momentaneamente, conferir a sensação de satisfação, de eliminação das angústias. Porém, logo precisamos comprar mais. “Se não podemos eliminar todos os sofrimentos, conseguimos, contudo, eliminar alguns e atenuar outros. O fato é que sempre vale a pena tentar novamente” (Bauman, 2009, p.14).

“Os sofrimentos humanos (inclusive o medo de sofrer e o medo em si, que é o pior e mais penoso exemplo de sofrimento) derivam do ‘poder superior da natureza, da fragilidade de nossos próprios corpos e da inadequação das normas que regem os relacionamentos mútuos dos seres humanos na família, no Estado e na sociedade’”. (Bauman, 2009, p. 14)

Os medos não se concentram em uma organização somente. São difusos, dificultando a localização e as raízes desses medos. Da mesma forma em que o poder é pulverizado, o medo também é. Eles (poder e o medo) emanam virtualmente em todos os lugares.

“Há os trabalhos instáveis; as constantes mudanças nos estágios da vida; a fragilidade das parcerias; reconhecimento social dado só “até segunda ordem” e sujeito a ser retirado sem aviso prévio; as ameaças tóxicas, a comida venenosa ou com passíveis elementos cancerígenos; a possibilidade de falhar num mercado competitivo por causa de um momento de fraqueza ou de uma temporária falta de atenção; o risco que as pessoas correm nas ruas; a constante possibilidade de perda dos bens materiais etc. Os medos são muitos

nos remete à proliferação de firmas de segurança privada. Mas os próprios traficantes de varejo guardam estreita e direta relação com essa ‘paramilitarização’. Do uso de uma terminologia parcialmente inspirada no mundo militar, como o termo ‘soldados’ para designar os homens responsáveis pela segurança dos pontos de venda de drogas, até o uso de armamento militar e pesado (desviado de quartéis ou comprado), passando pela emulação de táticas de guerrilha, percebe-se que a criminalidade ordinária organizada ou semi-organizada vem assumindo características diferentes das vigentes até três décadas atrás, quando os ‘bandidos’ andavam armados, no máximo, com um revólver, excepcionalmente com alguma metralhadora ou submetralhadora”.

e diferentes, mas eles alimentam uns aos outros. A combinação desses medos cria um estado na mente e nos sentimentos que só pode ser descrito como ambiente de insegurança. Nós nos sentimos inseguros, ameaçados, e não sabemos exatamente de onde vem esta ansiedade nem como proceder”. (Bauman, 2010, p. 73-74)

Na abordagem de Zygmunt Bauman, os medos não possuem raiz fixa, conferindo-lhe um caráter liquefeito, pulverizado e transitório. Essas características permitem que o medo seja explorado política e comercialmente. Os agentes políticos e os agentes de econômicos, acabam transformando-o em um mercado lucrativo. Dentro da observação da modernidade atual a forma de se aderir às técnicas biopolíticas estão ligadas à sensação de buscar desvendar as causas da ansiedade e lutar contra as ameaças invisíveis buscando segurança. Essa é a faceta lucrativa das estruturas biopolíticas (Bauman, 2010, p. 73-75, passim).

São convenientes tais ações do ponto de vista comercial ou político. Porém, tal atitude não vai acabar com a ansiedade, não vai encontrar a cura para a insegurança, mas somente alimentar a indústria do medo. “Adquirir bens para obter segurança só alivia uma parte da tensão e mesmo assim, por um breve tempo. Para os governos e o mercado, é interessante manter acesos esses medos e, se possível, até estimular o aumento da insegurança” (Bauman, 2010, p.74-75).

Zygmunt Bauman, ao analisar definições de Jacques Attali, em uma analogia reflexiva com o filme *Titanic*, aborda que o navio representa a sociedade triunfalista, hipócrita e sem misericórdia que avista ao longe, e constantemente, não consegue evitar chocar-se com os seus medos, representados pelos *icebergs*. Assim, morre-se juntamente com os medos, afunda-se ouvindo música. Os medos são muitos: financeiros, sociais, nucleares, xenofóbicos, de segurança, ecológicos.

“Sim, icebergs – não um iceberg, mas muitos, provavelmente em número grande demais para serem contados. Attali identificou vários deles: financeiros, nuclear, ecológico, social (decifrando este último como a expectativa de três bilhões de “redundâncias” na população do planeta). Se estivesse escrevendo agora, em 2005, ele certamente estenderia a lista – reservando uma posição elevada para o “iceberg terrorista” ou o

“iceberg do fundamentalismo religioso”. Ou, talvez mais provavelmente, o iceberg da “implosão da civilização” – um iceberg que pôde ser recentemente observado, na esteira das aventuras militares no Oriente Médio ou da visita do Katrina a Nova Orleans, numa espécie de ensaio com figurino e em toda a sua monstruosidade horripilante”. (Bauman, 2008, p. 21)

A ideia de uma “Sociedade de Risco” é importantíssima para a compreensão da modernidade atual. Porém, deve-se tomar cuidado com dois aspectos relativos à construção teórica do risco: 1) A construção da imagem de uma sociedade de risco não deve ser generalista, ou seja, imaginar que esses padrões se aplicam a toda e qualquer comunidade no globo e 2) Deve-se observar que toda a teoria envolve a construção de práticas discursivas que, se exacerbadas ou desvirtuadas podem servir como técnica de poder, de orientação das populações, de biopolítica. Se no item 1.2 do capítulo 1 abordou-se a descrição da sociedade de risco, a percepção, neste item dirige-se para uma crítica ao excesso em relação a esta teoria. Exagero que imprime o sentimento de medo.

“Ocupados em calcular os riscos, tendemos a deixar de lado a preocupação maior e assim conseguimos evitar que essas catástrofes, as quais somos impotentes para impedir, venham a minar nossa autoconfiança. Focalizando as coisas em relação às quais podemos fazer algo, não temos tempo para nos ocuparmos em refletir sobre aquelas a respeito das quais nada se pode fazer. Isso nos ajuda a defender nossa saúde mental. Mantém distante os pesadelos, e também a insônia. Mas não nos torna necessariamente mais seguros”. (Bauman, 2008, p. 20)

Uma sociedade imbuída na ideia de risco busca o cálculo de probabilidades, o que é muito importante. Porém, este cálculo tem um custo, é certamente objeto de consumo, pois existem empresas especializadas nestes cálculos. Elas oferecem certo grau de confiança, ainda que sem garantia. Nas estratégias de governamentalidade também é possível observar esta preocupação.

Nesta perspectiva, é necessário consumir para fugir dos riscos, ou pelo menos preparar-se para eles. Na perspectiva ambiental, não é

diferente. Os indivíduos que consomem mais em face de um pretenso cuidado ambiental consomem de forma imediata, e buscam resultados rápidos. “Los individuos prefieren, se dice, los consumos ahora y no tanto en el futuro: son impacientes. La agregación de preferencias en el análisis costebeneficio debe reflejar esa preferencia temporal”.⁵¹O que não se percebe é que todo o consumo, inclusive o consumo ecológico gera externalidades, produz impactos ambientais. O consumo passa a ser então um dever, para evitar os riscos, até mesmo os riscos ambientais.

“O sistema econômico, ao atuar em função das necessidades do mercado, produz conseqüências negativas para a organização da sociedade (na medida em que acaba com a solidariedade, o comunitarismo e o cooperativismo) e para o funcionamento dos sistemas ecológicos (na medida em que submete a natureza ao ritmo da exploração capitalista). Paralelamente, o cidadão é reduzido à esfera do consumo, já que consumir torna-se sinônimo de participar da esfera pública”. (Portilho, 2010, p. 184)

Assim, o cidadão é reduzido ao papel de consumidor. Suas ações que deveriam orbitar na esfera política se concentram na esfera privada do consumo. Nesse sentido é necessário cuidar o uso mercadológico e a produção dos discursos do risco e do medo. Somente quem tem “capacidade de consumo” pode “prevenir-se”, calcular as probabilidades.

Deve-se observar a questão ambiental entendendo os riscos envolvidos, porém, o risco ambiental não deve ser transformado em uma estratégia de consumo que a médio prazo produz ainda mais impactos ambientais. Também, a “segurança ambiental” não deve pertencer somente a grupos minoritários que podem comprar “o cálculo das probabilidades”.

Dentro desta perspectiva questionam-se como as ideias hegemônicas podem ser difundidas através do discurso ambientalista. Coloca-se como cerne desta ideia a veiculação de comunicações que “rotulam” os países da América Latina, com ampla diversidade

⁵¹ Em tradução nossa: “Em tradução nossa: “Os indivíduos preferem, se diz, os consumos agora, e não tanto no futuro: são impacientes. A agregação de preferência nas análises custo-benefício deve refletir essa preferência temporal”. (Alier; Jusmet; 2001, p. 206).

biológica (biodiversidade) em seus ecossistemas, como propagadores de “práticas insustentáveis” em seus “processos de industrialização tardia” que não preservam seus recursos naturais (como florestas e recursos hídricos) que podem ser a salvação da humanidade em um futuro próximo de degradação generalizada. Tais práticas discursivas são carregadas de diversos sentidos e possuem no “universo simbólico das relações internacionais” papel determinado por estratégias de agência econômica e política específica.

Verifica-se, neste sentido, o surgimento de mercado para estes grupos específicos, perpassando a imagem de que ao participarem deste mercado, poderão se elevar a condição de cidadãos. Um exemplo característico relacionado à questão ecológica é a abordagem do ecoturismo e do ecomercado, já abordados no capítulo anterior, para aqueles preocupados com o meio ambiente (Portilho, 2010, p. 184-185). A percepção da questão ambiental deve ter acesso amplo na *bíos*, proporcionando a efetiva participação cidadã nas questões de sustentabilidade ambiental e consumo.

Frente às perspectivas apresentadas em relação ao discurso do risco e ao trinômio medo, mercado e meio ambiente, faz-se necessário refletir sobre as possíveis regulações jurídicas no que concerne a questão ambiental. Em outras palavras, refletir sobre o questionamento: o que pode a “Vontade Jurídica” frente ao “Interesse Econômico”?

2.4 Garantias do Contratualismo frente à complexa relação entre Sujeito de Direito e Sujeito de Interesses: O que pode a “Vontade Jurídica” frente ao Interesse Econômico”?

A abordagem escolhida para este item tem como escopo tecer uma análise das comunicações possíveis entre economia e direito, no que diz respeito à questão ambiental. Parte-se de duas estruturas distintas. A primeira trabalha com a observação “sujeito de direito/sujeito de interesse”, cujo substrato teórico é embasado nas análises de Michel Foucault em relação ao poder e aos instrumentos biopolíticos.

A segunda tem como base a teoria dos Sistemas Sociais Autopoiéticos de Niklas Luhmann⁵², para o estudo das comunicações, (acoplamentos estruturais) entre o Sistema do Direito e o Sistema Econômico (Luhmann, 1996, p. 25). Convém salientar, que o foco da teoria luhmaniana não é o indivíduo e sim a comunicação entre as estruturas e os sistemas da sociedade. Todavia, isso não quer dizer que a teoria do autor despreze o indivíduo, pelo contrário, o considera em diversas observações e, Niklas Luhmann baseia todo o seu trabalho a partir de conceitos das teorias que tem como ponto de partida os sistemas vivos. Para o autor, o indivíduo é um acoplamento entre o Sistema Biológico (vida) e o Sistema Psíquico (consciência).

Assim, para o início da análise, partiremos da obra “*O Nascimento da Biopolítica*”, de Michel Foucault, onde o autor, conforme abordado anteriormente, define o *Homo Oeconomicus* como sujeito que aparece como detentor das opções individuais, ao mesmo tempo irredutíveis e intransmissíveis. Em outras palavras, o sujeito possui escolhas que lhe são próprias (individuais), onde opta sempre pelo que lhe for menos doloroso, como elemento limitador (caráter irredutível) e, por fim, as escolhas não podem ser transmitidas (caráter intransmissível).

Desta forma, o sujeito é observado como um princípio de interesse, de uma mecânica de interesses. “O interesse aparece pela primeira vez como uma forma de vontade, ao mesmo tempo imediata e absolutamente subjetiva” (Foucault, 2008, p. 372-372, passim). Michel Foucault problematiza esta definição de sujeito opondo-a a ideia do sujeito de direitos, analisando a possibilidade de coexistência, ou não, dessas duas perspectivas.

⁵² Niklas Luhmann (1927-1998), sociólogo alemão, formado em Direito, iniciou seu interesse pelas ciências sociais quando fazia um estágio em Harvard como aluno de Talcott Parsons. A partir de 1968, lecionou Sociologia na Universidade de Bielefeld, dedicando-se a elaboração de uma teoria da sociedade como sistema.

“Creio que o problema, aquilo que vai por em marcha toda a problemática do *Homo Oeconomicus*, é saber se esse sujeito de interesse assim definido, se essa forma de vontade que chamamos de interesse pode ser considerada do mesmo tipo da vontade jurídica ou se pode ser considerada articulável a ela”. (Foucault, 2008, p. 372)

A concepção da maioria dos juristas do início do século XVIII, que definiu o contrato com uma espécie de transcendência em relação a qual o sujeito se acha constringido e submetido, ou seja, que se tornando sujeito de direito, obrigatoriamente vai obedecer ao contrato. Diferentemente, Michel Foucault, em sua análise deste período, filia-se à concepção de David Hume, onde o mesmo postula que alguém obedece ao contrato não pelo fato de ser contrato, da obrigação do contrato o aprisionar, do fato do indivíduo ter se tornado bruscamente sujeito de direito e passível de esquecer seus interesses. É justamente o contrário, se respeita o contrato, não porque existe contrato, mas porque se tem interesse em que haja contrato. No mesmo sentido, Max Weber observa o direito como uma técnica instrumental.

“La fusión de todas las demás asociaciones que encarnan la “formación del derecho” en un instituto coactivo estatal que pretende ser la fuente “legítima” del mismo, manifiéstese de modo característico en el aspecto formal que el derecho asume al servicio de los intereses de las partes, incluso desde el punto de vista económico”⁵³. (Weber, 1996, p. 532)

Para Max Weber, do ponto de vista do governo, os particulares e seus interesses são segundo observação do direito, essencialmente objetos e não sujeitos jurídicos. “en el estado moderno existe precisamente la tendencia a aproximar entre sí, desde el punto de

⁵³ Em tradução nossa: “A fusão de todas as demais associações que encarnam a ‘formação do direito’ em um instituto de coação estatal que pretende ser a fonte ‘legítima’ do mesmo, manifesta-se de modo característico no **aspecto formal que o direito assume ao serviço dos interesses das partes, inclusive desde o ponto de vista econômico**”. (grifo nosso)

vista formal la aplicación del derecho y la ‘administración’ (en el sentido de ‘gobierno’)⁵⁴. (Weber, 1996, p. 501)

Na perspectiva de David Hume, a grandeza de um Estado e a felicidade de seus súditos não devem ser tomadas em separado, pois uma justifica a outra. É necessário permitir que os interesses individuais aconteçam, para a manutenção tranquila do Estado.

“Os soberanos devem tomar os homens como os encontram e não podem pretender introduzir nenhuma mudança violenta nos seus princípios e modos de pensar. São necessários longo período de tempo e grande diversidade de acidentes e circunstâncias, para produzir aquelas grandes revoluções que tanto modificam a face das coisas humanas. Quanto menos natural for o conjunto de princípios que sustenta determinada sociedade, mais dificuldade encontrará um legislador para criá-los e cultivá-los. Sua melhor política será concordar com a inclinação comum da humanidade, e dar-lhe todos os melhoramentos de que é suscetível. (...) Tudo no mundo é adquirido pelo trabalho e nossas paixões são as únicas causas do trabalho”. (Hume, 1983, p. 188-189, passim)

Em outras palavras, o aparecimento do contrato, ou pelo menos a sua reeleitura para a modernidade, não substituíram o sujeito de interesse por um sujeito de direito. Neste sentido, interesse e vontade jurídica não se substituem. O sujeito de interesse é irredutível ao sujeito de direito e não é absorvido por ele. O sujeito de direito se constitui em um sistema positivo, baseado no princípio da renúncia. Ou seja, o indivíduo aceita, para manutenção do Estado, abrir mão de alguns direitos naturais, e parcela da sua individualidade. Ao renunciar esta fatia, ele limita os seus direitos. Aceita o princípio da transferência de uma fatia de sua liberdade em prol da soberania do Estado. Em um primeiro nível, o sujeito é detentor de um certo número de direitos naturais, e, logo em seguida renuncia alguns deles. Divide-se o sujeito, ou na melhor das hipóteses sobrepoõe-se um sujeito a outro. É esse movimento que vai caracterizar a dialética ou a mecânica do sujeito de

⁵⁴ Em tradução nossa: “No Estado moderno existe precisamente a tendência em aproximar entre si, desde o ponto de vista formal a aplicação do direito e a ‘administração’ (no sentido de ‘governo’)”.

direito na modernidade. Desta operação emerge a lei e a proibição (Foucault, 2008, p. 373-375, passim).

Portanto, o sujeito de interesse não obedece a mesma mecânica do sujeito de direito. Pelo contrário, na mecânica dos interesses, jamais se solicita que um indivíduo renuncie ao seu interesse. A lógica é baseada não somente no fato de que cada um pode perseguir seu próprio interesse, mas na relação de que o indivíduo deve persegui-lo até o final, até o ponto máximo da satisfação.

“Temos, portanto, como sujeito de interesse tal como os economistas o fazem funcionar uma mecânica totalmente diferente dessa dialética do sujeito de direito, já que há uma mecânica egoísta, é uma mecânica imediatamente multiplicadora. É uma mecânica sem transcendência nenhuma, é uma mecânica em que a vontade de cada um vai se harmonizar espontaneamente e como que involuntariamente à vontade e ao interesse dos outros”. (Foucault, 2008, p. 375)

Desta forma, o mercado e o contrato, possuem racionalidades distintas e estruturas heterogêneas dentro dessa observação. Nas palavras de Michel Foucault: “O *Homo Oeconomicus* é, ao meu ver, no século XVIII, uma figura absolutamente heterogênea e não superponível ao que poderíamos chamar de *homo juridicus* ou *homo legalis*, se vocês quiserem” (Foucault, 2008, p. 376).

Neste sentido, a partir da segunda metade do século XVIII início do século XIX a figura daquilo que é o Estado e o que não é estatal vem confundir-se em instituições como a empresa, a corporação. Michel Foucault denomina estas instituições de saber e poder como aparelhos gerais de sequestro, onde as existências se encontram aprisionadas, pois ao aderir, tanto quanto consumidor, como depositando sua força de trabalho, o indivíduo adere a todo o aparato de controle biopolítico que envolve este esquema. Não se trata do controle de alguns indivíduos, mas sim da “população”, pois todos acabam por aderir às estruturas empresariais corporativas. Esta técnica de biopoder extrai dos indivíduos um tipo específico de saber, seja no cotidiano do trabalho ou ao depositarem confiança em uma estratégia de consumo ou venda.

“Finalmente, há uma quarta característica do poder. Poder que, de certa forma atravessa e anima estes outros poderes. Trata-se de um poder epistemológico, poder de extrair dos indivíduos um saber e extrair um saber sobre estes indivíduos submetidos ao olhar e já controlados por estes diferentes poderes. Isto se dá, portanto, de duas maneiras. Em uma instituição como uma fábrica, por exemplo, o trabalho operário sobre seu próprio trabalho, os melhoramentos técnicos, as pequenas invenções e descobertas, as micro-adaptações que ele puder fazer no decorrer do trabalho são imediatamente anotadas e registradas, extraídas, portanto, da sua prática, acumuladas pelo poder que se exerce sobre ele por intermédio da vigilância. Desta forma, pouco a pouco, o trabalho do operário é assumido em um certo saber da produtividade ou um certo saber técnico da produção que vão permitir um reforço do controle. Vemos, portanto, como se forma um saber extraído dos próprios indivíduos, a partir de seu próprio comportamento”. (Foucault, 2003, p. 121)

A teoria jurídica, de acordo com Michel Foucault, tem um papel essencial no incremento das relações de poder, fixando a legitimidade do poder. Para o autor, os juristas desenvolvem a teoria da soberania, que passam a ser a raiz da organização do pensamento jurídico. O Sistema do Direito e a estrutura de atuação do Judiciário são veículos permanentes de relações de dominação e técnica de sujeição. O direito, portanto, não é legitimidade a ser estabelecida e sim uma técnica, um procedimento de sujeição. Neste sentido é necessário evitar aquilo que “aparece” em relação ao direito: os processos de obediência e soberania. Mais importante é tratar o tema da dominação e da sujeição.⁵⁵ Assim, é necessário compreender a origem histórica dos conceitos modernos em teoria do Estado.

Para Carl Schmitt “todos os conceitos concisos do Estado moderno são conceitos teológicos secularizados” (Schmitt, 2006, p.35). Em outras palavras, essa relação foi transferida da teologia para a teoria do Estado. O Deus onipotente torna-se o legislador onipotente o que o

⁵⁵ ROCHA, Leonel Severo; PEPE, Albano Marcos Bastos. **Genealogia da crítica jurídica: De Bachelard a Foucault**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007, p. 190, *passim*.

estado de exceção é para a teoria do Estado, de forma análoga, milagre é para a teologia. Assim, o autor da obra *“Teologia Política”* observa que o Estado de Direito Moderno “ocupa-se com o deísmo, com uma teologia e metafísica que repele o milagre do mundo e recusa o rompimento das leis naturais contido no conceito de milagre, o qual institui uma exceção através de uma intervenção direta do soberano na ordem jurídica vigente” (Schimitt, 2006, p.35).

Na observação histórica de Giorgio Agambem, o princípio da natividade e o princípio da soberania estavam separados no antigo regime, o nascimento dava lugar somente ao súdito. No Estado moderno, estes dois princípios unem-se no corpo do “sujeito soberano” para constituir as bases do novo Estado-nação. Nesta transformação, reside a raiz da biopolítica do Estado moderno dos séculos XIX e XX. Este sujeito soberano não tem como fundamento o homem como sujeito político livre e sim, a sua vida nua a partir do seu nascimento (da passagem do súdito ao cidadão). A construção teórica operada é a de que o indivíduo pelo nascimento se torne imediatamente Nação, não havendo resíduo algum nesta operação (Agambem, 2007, p.134-135, passim). “Os direitos são atribuídos ao homem (ou brotam nele), somente na medida em que ele é o fundamento imediatamente dissipante (e que, aliás, não deve nunca vir a luz como tal), do cidadão” (Agambem, 2007, p. 135).

“(…)Por um lado, os Estado-nação operam um maciço reinvestimento da vida natural, discriminado em seu interior uma vida por assim dizer autêntica e uma vida nua privada de todo valor político (o racismo e a eugenética nazista são compreendidas somente se restituídos a este contexto); por outro, os direitos do homem, que faziam sentido apenas como pressuposto dos direitos do cidadão, separam-se progressivamente destes e são utilizados fora do contexto da cidadania, com o suposto fim de representar e proteger uma vida nua que vem a encontrar-se, em proporção crescente, expulsa às margens dos Estados-nação, para ser então posteriormente recodificada em uma nova identidade nacional”. (Agambem, 2007, p. 139)

Na perspectiva de Giorgio Agambem existe conforme abordado no item 2.2 deste capítulo, uma separação entre

humanitário e político. Este fenômeno relaciona-se com o deslocamento entre os direitos do homem e os direitos do cidadão.

Após concluir-se a abordagem, com base no sujeito, no que tange a relação entre direito, política e economia, busca-se uma perspectiva do funcionamento destes sistemas. Desta forma, a abordagem escolhida foi a de Niklas Luhmann.

Esse autor objetivou o desenvolvimento de uma Teoria dos Sistemas Sociais compreendendo-os como Sistemas de Comunicação Autopoiéticos⁵⁶ (Maturana; Varela; 2005, p. 52). Nesse sentido, a palavra autopoiése, tem origem na análise do vocábulo grego *poieses* (produção), a tradução quer dizer literalmente auto-produção. Assim, um sistema autopoiético produz as operações necessárias para produzir mais operações em uma cadeia constante⁵⁷ (Luhmann, 1996, p. 118).

Para compreensão da comunicação entre economia e direito é necessário partir do conceito de acoplamento estrutural. Referimo-nos a acoplamentos estruturais quando um sistema supõe determinadas características do seu ambiente, confiando estruturalmente nele. O acoplamento estrutural é uma forma, uma forma constituída de dois lados, em outras palavras, uma distinção.

⁵⁶ A abordagem de Humberto Maturana e Francisco Varela cria e define os contornos do conceito de autopoiése: “Nossa proposta é que os seres vivos se caracterizam por – literalmente – produzirem de modo contínuo a si próprios, que indicamos quando chamamos a organização que os define de organização autopoiética”.

⁵⁷ Los sistemas son autónomos en el nivel de las operaciones. La categorización de la *autopoiesis* asume como punto de partida la cuestión radical de la autonomía, ya que define al sistema desde sus propios elementos. Autonomía significa que sólo desde la operación del sistema se puede determinar lo que le es relevante, y sobre todo, lo que le es indiferente. De aquí que el sistema no esté condicionado a responder a todo dato o estímulo que provenga del medio ambiente. Los sistemas no pueden importar ninguna operación desde el entorno. En el caso de la conciencia, no existe comunicación de conciencia a conciencia. Solamente una conciencia puede pensar (pero no puede pensar con pensamientos propios dentro de otra conciencia). Y para ilustrar el caso de la comunicación, ningún proceso químico puede entrar a formar parte del sentido de la comunicación: ninguna tinta derramada sobre una hoja puede producir un texto”. – Em tradução nossa: “Os sistemas são autônomos no nível das operações. A categorização da *autopoiesis* assume como ponto de partida a questão radical da autonomia, já que define o sistema desde seus próprios elementos. Autonomia significa que somente desde a operação do sistema pode se determinar o que é relevante, e sobretudo, o que é indiferente. Assim, o sistema não está condicionado a responder a todo dado ou estímulo que provenha do meio ambiente. Os sistemas não podem importar nenhuma operação desde o ambiente. No caso da consciência, não existe comunicação de consciência a consciência. Somente uma consciência pode pensar (mas não pode pensar com pensamentos próprios dentro de outra consciência). E para ilustrar o caso da comunicação nenhum processo químico pode passar a formar parte do sentido da comunicação: nenhuma tinta derramada sobre uma folha pode produzir um texto”.

“Atreves de un concepto de Maturana se indica como acoplamiento estructural la relación entre un sistema y los presupuestos del entorno que deben presentarse para que pueda continuar dentro de su propia autopoiesis. Todo sistema, en este sentido, se adapta a su entorno: si no fuera de esta manera, no podría existir. Dentro del espacio de posibilidades disponibles realiza sus operaciones en condiciones de absoluta autonomía: acoplamiento estructural y autodeterminación del sistema se encuentran en una *relación ortogonal*, en el sentido que aun presuponiéndose no pueden determinarse recíprocamente. El entorno puede afectar el sistema únicamente en cuanto produce irritaciones (o problema o perturbaciones) que se reelaboran internamente; sin embargo, las irritaciones también son construcciones internas que resultan de una confrontación de los eventos con las estructuras propias del sistema”. (Corsi, 1996, p. 119)

Como forma, o acoplamento estrutural lida comas diferenças sensíveis entre os sistemas. Com seus código e funções estabelecidos. A saber, a função primordial do Direito é o processamento de decisões e a economia lida com a aferição de valores e suas movimentações. Diferença é, portanto, um recurso pelo qual os sistemas se mantêm e se constituem mediante a criação e conservação da mesma em relação ao ambiente e utilizam seus limites para regular a mesma diferença. As formas de acoplamento estrutural são restritivas e facilitam a influência do ambiente sob o sistema. Ex: As membranas celulares. Diferenciação Celular. Alimentação.

“De facto, todos los sistemas funcionales se mantienen en la sociedad unidos entre sí, mediante acoplamientos estructurales. Entonces, este concepto no sólo puede aplicarse a las relaciones externas de la sociedad, sino también a las internas. Ya en el plano de la vida simple de los sistemas unicelulares no puede surgir la clausura autopoietica sin que la relación con el entorno se transforme en acoplamientos estructurales – acoplamientos que intensifican determinadas dependencias mientras excluyen

otras o las reducen a las posibilidad de la destrucción”⁵⁸. (Luhmann, 2007, p. 617)

Também é importante observar o tempo, o ritmo de cada sistema envolvido no acoplamento estrutural. O tempo transcorre regularmente para todos garantindo a conservação independente, desde o ponto de vista operativo, dos acoplamentos estruturais. Este tempo simultâneo pode apresentar diferentes distinções. Os procedimentos jurídicos orientados desde a economia ou política podem se demasiado lentos e praticamente inutilizáveis como mecanismos que dêem lugar á decisões (Luhmann, 2005b, p. 509).

No sistema, tanto econômico quanto jurídico, os acoplamentos estruturais só podem suscitar irritações, surpresas e perturbações. Os conceitos de irritação e acoplamento estrutural encontram-se condicionados entre si de maneira recíproca. A irritação é sempre, na realidade, uma autoirritação, partindo, eventualmente, dos eventos do ambiente (Luhmann, 2005, p. 510).

O jogo dos acoplamentos estruturais garantem a simultaneidade do sistema e não a sua sincronização. As ondas de ressonância nos sistemas acoplados podem ser de diversa longitude e complexidade. Ainda quando o sistema do direito se encontre estruturalmente acoplado com o sistema político e sistema econômico por meio de instituições (Constituição, propriedade e contrato), isto não representa nenhuma garantia de uma coordenação invariável no tempo, sendo somente uma garantia de especificidade no reconhecimento de surpresas mútuas.

“El acoplamiento de la política y economía se logra, en primer lugar, mediante impuestos y gravámenes, lo cual no interfiere con el hecho de que toda disposición de dinero se lleve a cabo en la economía como forma de pago. Esta disposición, sin embargo, puede condicionarse políticamente y, en este caso, dejar de orientarse a la ganancia. Entonces la pregunta política es para qué se usa el presupuesto del Estado y por qué irrita a la política cuando se dispone de mucho (o

⁵⁸ Em tradução nossa: “De fato, todos os sistemas funcionais se mantêm na sociedade unidos entre si mediante acoplamentos estruturais. Então este conceito não pode aplicar somente a relações externas da sociedade, se não também as internas. Já no plano da vida simples dos sistemas unicelulares não pode surgir a clausura autopoietica sem que a relação com o ambiente se transforme em acoplamentos estruturais – acoplamentos que intensificam determinadas dependências enquanto excluem outras ou a reduzem a possibilidade da destruição”.

demasiado poco) dinero”.⁵⁹ (Luhmann, 2007, p. 618-619)

Partindo do conceito de interesse, temos a indicação de que o sistema jurídico construiu uma estação hipersensível de recepção e de transformação de notícias provenientes da economia – mas não nos diz nada acerca dos mecanismos com que se garante uma irritação recíproca em ambos sistemas possa ser absorvida. O problema reside na diferenciação e no acoplamento da autopoiese de diferentes sistemas funcionais (Luhmann, 2005b, p. 520).

A observação do meio de comunicação simbolicamente generalizado – dinheiro – constitui a condição determinante para a diferenciação de um sistema autopoietico autônomo da economia. Em consequência, o direito não pode fazer parte das mercancias que se pode comprar, nem dos serviços que provém do sistema econômico.

A economia deve autotransformar-se para proporcionar o material problemático e casuístico com que o sistema do direito há de confrontar-se e irritar-se. A propriedade não é senão a distinção inicial.

Deve-se distinguir a situação de propriedade antes e depois de toda transação. Para tanto se requer uma distinção de distinções e não somente movimentação de objetos. Esta distinção de distinções deve ser suscetível de estabilização temporal, pois é também uma distinção temporal. É, portanto, necessário que se determine quem é (ou quem não é) o proprietário e por quanto tempo conserva-se esta situação. Esta exigência tem o nome jurídico de contrato, na economia fala-se em troca.

Assim, os acoplamentos estruturais limitam e delimitam. Observações semelhantes podem ser verificadas na juridificação do contrato. A validade jurídica do contrato é independente dele e, por tal razão, o contrato resulta apropriado como mecanismo de acoplamento estrutural (Luhmann, 2005, 527-528).

Desta forma, com o tempo, os contratos estabilizam uma diferença específica mediante a indiferença frente a todos os demais, incluindo a afetabilidade das pessoas e dos negócios não participantes no contrato. Este é o benefício formal do contrato, sua relação específica

⁵⁹ Em tradução nossa: “O acoplamento de política e economia se logra, em primeiro lugar, mediante impostos e gravames, os quais não interferem com o fato de que toda disposição de dinheiro se leve a cabo na economia como forma de pagamento. Esta disposição, sem dúvida, pode condicionar-se politicamente e, neste caso, deixar de orientar-se à ganhos. Então, a pergunta política é para que é que se usa o pressuposto do Estado e por que irrita à política quando se dispõe de muito (ou demasiado pouco) dinheiro”.

de observação: produção de indiferença através da mesma diferença: diferença que faz a diferença, portanto: informação. Os tribunais exercem vigilância sobre este efeito gerador de indiferença e esta é a razão pelo qual o sistema jurídico lhe resulta tão difícil liberar o contrato enquanto não entrem em jogo instrumentos disciplinadores (mercado).

“A estos acoplamientos tradicionales se agregan otros nuevos bajo las condiciones del siglo XX. La democratización de los Estados respectivos del sistema político hace que los éxitos políticos (electorales) dependan de las coyunturas económicas – las cuales a su vez encuentran enmarcadas en cambios estructurales de largo plazo dentro del sistema económico mundial. Disminuye entonces la posibilidad de controlar las condiciones de éxito desde los sistemas políticos regionales”.⁶⁰ (Luhmann, 2007, p. 619)

Neste sentido, processam-se acoplamentos complexos entre economia, política e direito, nas demandas da Sociedade Global em Rede. O problema consiste em detectar as perturbações e suas seqüelas e, conseqüentemente, na distribuição de todas elas com ajuda de uma construção jurídica que, em certas ocasiões, pode ser entendida como contrato. Trata-se, portanto, de dar curso de maneira equitativa e em consonância com as expectativas comuns no que se refere ao comportamento dos participantes, às deficiências na prestação, nas relações de reciprocidade (Luhmann, 2005b, p. 529).

O acoplamento estrutural da economia e do direito adquire sua forma moderna com a institucionalização da liberdade contratual. A economia pode efetuar transações sem ter que considerar, para tanto, uma estreita rede de possíveis tipos contratuais; pode concentrar-se na observação ou na evasão das proibições quando surjam os problemas jurídicos. Inversamente, o sistema jurídico ganha as liberdades respectivas para a continuação da própria autopoiése. Adquire a liberdade de interpretar retrospectivamente a vontade dos contratantes, de ter implicações relativas ao não explicitamente pensado no sentido do

⁶⁰ Em tradução nossa: “A esses acoplamentos tradicionais se agregam outros novos sob as condições do século XX. A democratização dos Estados respectivos do sistema político faz com que os êxitos políticos (eleitorais) dependam das conjunturas econômicas as quais por sua vez se encontram demarcadas em mudanças estruturais de largo prazo dentro do sistema econômico mundial. Diminui então a possibilidade de controlar as condições de êxito desde os sistemas econômicos regionais.

contrato, de incorporar elementos contratuais acerca da “interpretação complementar” ou de incorporá-los como transgressão dos “bons costumes”.

Neste sentido, mesmo com o surgimento das modernas formas de dominação (burocracia, racionalidade instrumental, agente econômico, biopolítica), não se pode deixar de observar que no centro das relações de poder que instituem o capitalismo tardio (seja em um regime autoritário ou em um regime democrático); existe ainda nos dias de hoje, com as devidas transformações, o discurso da soberania. Assim, o Estado capitalista global, aliado as técnicas biopolíticas de dominação (com o auxílio da sociedade civil, conforme visto anteriormente) empodera-se, gerando legitimidade por intermédio das práticas discursivas, ou seja, a ideologia jurídico-política da soberania (Rocha, 2007, p. 196).

Hannah Arendt compreende que Jean Jacques Rousseau ao explorar eloquentemente a intimidade chega a uma grande descoberta através de uma rebelião, não uma revolta contra a opressão do Estado, mas contra a insuportável perversão do coração humano pela sociedade. Rebelião contra o indivíduo moderno e seus intermináveis conflitos, contra a incapacidade de sentir-se a vontade na sociedade, ou talvez de viver confortavelmente fora dela, a constante mutação nos estados de espírito do homem moderno e o radical subjetivismo e sua ida emocional. De forma resumida, esta revolta seria contra as exigências niveladoras do social, contra o conformismo (Arendt, 2004, p. 48-49, *passim*).

Na visão de Jean-Jacques Rousseau, o Estado deveria ser uma autêntica democracia, uma associação moral que unisse as pessoas na liberdade, igualdade e devoção cívica. Era nítida a sua admiração à *polis* grega no que dizia respeito a formação de uma comunidade orgânica em que os cidadãos deixavam de lado os interesses particulares a fim de alcançar o bem comum. Em sua obra primordial, *O contrato social*, o autor busca recriar o espírito de liberdade política e comunidade que caracterizava a cidade-estado grega. Preconizava que todos os indivíduos renunciassem a seus direitos em prol de toda a comunidade submetendo-se à sua autoridade.

“Suponho os homens chegados àquele ponto em que os obstáculos prejudiciais à sua conservação no estado de natureza sobrepõem, pela sua resistência, as forças que cada indivíduo pode empregar para se manter neste estado. Então,

esse estado primitivo já não pode mais subsistir e o gênero humano pereceria se não mudasse sua maneira de ser. Ora, como os homens não podem engendrar novas forças, mas somente unir e dirigir aquelas que existem, não tem nenhum outro modo, para se conservarem, que o de formar por agregação um conjunto de forças que possa sobrepujar a resistência, de acioná-las para um único objetivo e fazê-las operar em concerto”. (Rosseau, 1981, p. 26)

Assim, observar a prática discursiva que envolve a ideia de contrato social é essencial para a compreensão do projeto da modernidade. Porém, conforme abordado anteriormente, a ideia de contrato é regida pela racionalidade do sujeito de interesses, pela técnica, biopolítica do *Homo Oeconomicus*. Parte-se do pressuposto de que o contrato social tenha características diferenciadas de um contrato privado. Todavia, o forte jogo de interesses que envolvem o agente racional econômico faz com que o Estado seja um parceiro nas técnicas de biopoder, juntamente com a sociedade civil ao aderir, e consequentemente vincularem-se aos interesses econômicos. Esta adesão permite o controle do “corpo-população”. O Estado-Corporação utiliza a prática discursiva do contrato social para a dominação biopolítica.

Autores como Michel Serres, imbuídos de um otimismo extremo, acreditam na possível elaboração de um *contrato natural* como possibilidade discursiva. Um contrato natural de simbiose e reciprocidade, de respeito mútuo partindo da construção da consciência humana para o equilíbrio entre todos os seres vivos na questão ambiental.

“Portanto, o retorno à natureza! O que implica acrescentar ao contrato exclusivamente social a celebração de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade em que a nossa relação com as coisas permitiria o domínio e a posse pela escuta admirativa, a reciprocidade, a contemplação e o respeito, em que o conhecimento não suporia já a propriedade, nem a acção o domínio, nem estes os seus resultados ou condições estercoreárias. Um contrato de armistício na guerra objectiva, um contrato de simbiose: o simbiota admite o direito do hospedeiro, enquanto

o parasita – o nosso actual estatuto – condena à morte aquele que pilha e o habita sem ter consciência de que, a prazo, se condena a si mesmo ao desaparecimento”. (Serres, 1994, p.64-66)

O problema apresentado em relação a contrato natural pode ser observado sob o prisma de que a problemática ambiental pode ser abordada como uma crise do vínculo e do limite. Crise do vínculo, no sentido de que a humanidade já não consegue discernir o que à liga ao animal, à dimensão biológica, à natureza em toda sua extensão.

“É efectivamente nossa convicção que enquanto não for repensada a nossa relação com a natureza e enquanto não formos capazes de descobrir o que dela nos distingue e o que a ela nos liga, os nossos esforços serão em vão, como o testemunho a tão relativa efectividade do direito ambiental e a tão modesta eficácia das políticas públicas neste domínio”. (Ost, 1997, p. 9)

Porém, o maior desafio em relação ao contrato natural é a promoção de uma efetiva participação política democrática nas questões ambientais, bem como uma eficiente regulação jurídica que consiga recepcionar todos os elementos que constituem a sustentabilidade, a saber: ambiental, social, cultural, econômica, política e jurídica. Todavia, a racionalidade do *Homo Oeconomicus* induz um modelo de regulação gerencial que conduz à negociação e ao compromisso. O meio de comunicação simbolicamente generalizado *dinheiro*, permite comprar tudo, compensar tudo, inclusive o meio ambiente. O direito tenta, através da sua funcionalidade de decisão, fixar os limites do indisponível (Ost, 1997, 20-21, passim).

Ao fixar limites, o direito, nos meandros de suas técnicas de regulação, acaba por criar estruturas que ao garantir alguns direitos, favorecem a racionalidade exclusivamente econômica e acabam por ferir, simultaneamente, outros grupos de direitos. É o caso da ideia de patentes onde repousa o ideal de mercado. Ao incentivar uma ideia nova, cuja manifestação ou desenvolvimento pode ser útil a sociedade, proporcionando assim a divulgação de uma descoberta, o Estado concede ao inventor um monopólio temporário de exploração de sua

invenção. Após, a expiração a invenção cai no domínio público. Porém, na atualidade, a patente transforma-se em um mecanismo dinâmico de acesso e de controle de mercado que beneficia muito mais as empresas industriais, do que aos indivíduos detentores da descoberta.

“Contudo, gradualmente a natureza da patente iria transformar-se, ao mesmo tempo que se modificava o tipo de intervenção da tecnociência sobre o dado natural. Menos do que uma propriedade ‘estática’ concedida a um interventor individual, a patente iria tornar-se num instrumento dinâmico de acesso e controle de um mercado, e isso em benefício das empresas industriais, que dispunham dos capitais suficientes para orientar o curso da pesquisa e investir nos mercados criados pelos produtos e processos que estas pesquisas permitem comercializar. Por outras palavras, a patente surge hoje como a concessão pelo Estado de uma ‘fatia de mercado’ a uma empresa que vê, assim, ser-lhe reconhecido um controle temporário de um sector industrial; já não se trata de consagrar o vínculo íntimo do inventor à sua obra (lógica da propriedade-usufruto), mas sim de validar a aposta industrial feita por um investidor, garantindo-lhe a parte do mercado que ele conseguiu (lógica do mercado ou a propriedade-especulação)”. (Ost, 1997, p.81)

Em linhas gerais, na afirmação de François Ost, “juristas e científicos, de igual modo mobilizados pela urgência ecológica são condenados a entenderem-se”(Ost, 1997, p. 111). Seria essa a única possibilidade, para o autor, de o direito decidir de forma coerente e comunicativa acerca da questão ambiental.

“As leis dominam em primeiro lugar as ciências, processo após processo. A ciência impõe-se as leis, dado que cada uma é revista, à luz da razão; mas o direito impõe-se porque a lógica interna da história, mesmo das ciências, continua a ser do direito; por sua vez a ciência impõe-se dado que delega sempre perito juntos dos tribunais, mas...A metapolêmica da ciência e do direito, da

razão e do juízo, não se regula definitivamente e constitui o tempo da nossa história. Como balanço geral, a história tradicional debate indefinidamente o saber e o direito, as leis do conhecimento do mundo mundial confrontadas com as leis que organizam o mundo mundano. Oposição entre dois reinos: o deste mundo e o do outro mundo, qualquer que ele seja”. (Serres, 1994, p. 127)

Michel Serres propõe indagações importantes para o fenômeno da comunicação entre ciência e direito: “A ciência possui um mesmo fundamento e a mesma forma de actuação que o direito? Existirá, pois, uma única razão, que se distribuiria por regiões atribuíveis, respectivamente, e à justiça?” (Serres, 1994, 140).

Neste sentido, um dos desafios mais importantes com o qual se depara o Direito em face da questão ambiental é o da complexidade. No entendimento de François Ost, “O paradigma ecológico caracteriza-se, dizíamos, pela processualidade complexa, que engendra inevitavelmente a incerteza. Ora, cabe ao direito transformar esta “incerteza ecológica” em certeza social” (Ost, 1997, p. 114).

Assim, os desafios do direito são muitos frente à questão ambiental. Entre eles a promoção de um debate sem deixa-se dominar pela racionalidade econômica, bem como o retrabalhar constante da norma e princípios jurídicos para adaptação aos progressos e conhecimentos e técnicas complexas da ciência ambiental. Este é o caminho para a consideração de uma epistemologia ambiental complexa nas decisões jurídicas. Desta forma, no Capítulo 3, alguns exemplos serão apresentados como forma de corroborar a hipótese desse trabalho, o fato de que o direito deve considerar a sustentabilidade multidimensional para decisões na questão ambiental.

3. Análise dos “Casos Reflexivos” e a necessidade de sua compreensão como Possibilidade de Percepção das Práticas Discursivas da Sustentabilidade na Produção da Técnica Jurídico-Ambiental

3.1 Reflexividade e Análise Discursiva do Caso frente à Multidimensionalidade

O termo “reflexividade” é inspirado na construção teórica de Anthony Giddens acerca da Modernidade Reflexiva. Neste sentido, é necessário compreender a carga discursiva que envolve a questão ambiental, suas formulações nos diferentes sistemas: economia, política e direito. Dessa forma, a perspectiva de Michel Foucault, acerca de uma “arqueologia das idéias” foi realizada nos dois capítulos anteriores, envolvendo uma construção interdisciplinar que tece redes entre diferentes disciplinas para a propositura de uma reflexão na seara da Ecologia Política e complexidade decisional presente na técnica jurídica.

Por algumas dessas razões é que Foucault prefere uma “arqueologia das ideias” ao invés de uma “história das ideias” onde esta, dentre outras coisas, ocupa-se da reconstituição dos desenvolvimentos na forma linear da história (gênese, continuidade e totalização) e aquela foge da linearidade e do simples reconstituir o que pôde ser pensado, desejado, visado, experienciado ou almejado pelos homens no próprio instante em que proferiam o discurso, não sendo o retorno do homem ao próprio segredo da origem e sim, a descrição sistemática de um discurso objeto que busca definir os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem às regras (Foucault, 2004, p. 153-158, *passim*).

“A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem às regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser

transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de monumento. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um “outro discurso” mais oculto. Recusa-se a ser alegórica (Foucault, 2004, p.157).

Assim, a proposta para uma análise discursiva de experiências concretas acerca da questão ambiental envolve a apresentação de exemplos. Os exemplos apresentados não se configuram na perspectiva de “estudo de caso”. São denominados de “casos reflexivos”, pela aplicação teórica abordada anteriormente e, solidificam-se, portanto, em breves relatos sobre questões que envolvam diretamente a necessidade de uma reflexão complexa acerca do conceito de sustentabilidade, bem como dos desafios postos ao saber jurídico em relação ao processar de suas decisões neste contexto.

“L'exemple est un fait concret particulier de l'expérience (être, chose, événement, action), qui se donne comme un échantillon, un spécimen (par exemple, signifie ‘un parmi d'autres’) d'une catégorie, d'un genre (par exemple, la bêtise, la vertu, la violence, la découverte d'une loi). Il permet la présentation sensible de l'idée abstraite. Il sert à illustrer ou à confirmer *a posteriori* (d'après l'expérience) une proposition théorique générale. Dans un travail philosophique, l'exemple permet ainsi de lier le pratique et le théorique, le réel et la pensée, le concret sensible à l'abstrait et au *concept*. Mais les faits concrets, par leur nature complexe et mêlée, ne peuvent jamais correspondre rigoureusement à la logique du discours conceptuel : un travail philosophique ne peut se réduire à une suite d'exemples avec plus ou moins bien choisis. Il convient donc d'utiliser les exemples avec prudence et rigueur : ils ne sont pas là pour décorer de façon anecdotique”.⁶¹ (Folscheid; Wunenburger ; 1992, p. 338)

⁶¹ Em tradução nossa: !Um exemplo é um fato da vida, especialmente da experiência (ser, coisa, evento, ação), que é dado como uma amostra, uma espécie (por exemplo, significa um

Dessa forma, os exemplos tem o propósito de uma reflexão breve no capítulo 4, após o desenvolver dos três pilares necessários à Sustentabilidade Multidimensional. Os casos reflexivos são: 1) Biodiversidade e Apropriação do Conhecimento; 2) Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Meio Ambiente: A Percepção Ecológica no Governo Luiz Inácio Lula da Silva e 3) A prática discursiva da Economia Ambiental na dicotomia entre Interesse Regional e Legislação Ambiental Federal.

3.2 (Caso Reflexivo I) Biodiversidade e Apropriação do Conhecimento

O primeiro Caso Reflexivo parte da constatação de que o Brasil é um país megadiverso. Neste sentido, a biodiversidade pode, de forma sintética, ser entendida como a variabilidade intra e inter-espécies que influenciam as funções ecológicas dos organismos com o meio ambiente. Porém, a abordagem apresentada transcende o ponto de vista biológico e parte para uma análise dos povos tradicionais envolvidos, em um contexto de Sóciobiodiversidade, pertencente ao campo interdisciplinar da Ecologia Política.

Assim, o enfoque concentra-se na idéia de biopirataria como apropriação da biodiversidade pela racionalidade econômica, utilizando, ou não, o conhecimento tradicional associado, sem o conhecimento prévio do país de origem e das comunidades tradicionais. Conhecimentos tradicionais associados são os saberes e conhecimentos empíricos com valor real ou potencial que se transmitem de geração em geração, de titularidade coletiva das comunidades tradicionais que vivem em contato direto com a natureza. O intuito primordial da biopirataria é isolar e patentear os princípios ativos úteis para posterior

entre outros) de uma categoria, um gênero (por exemplo, a estupidez, a virtude, a violência, a descoberta de uma lei). Ele permite a apresentação sensível da idéia abstrata. Ela serve para ilustrar ou confirmar a posteriori (após a experiência) uma proposição teórica geral. Em uma obra filosófica, o exemplo permite ligar a teoria e prática, a realidade e o pensamento, do concreto para o abstrato e sensíveis ao conceito. Mas os fatos, por mais complexos e misturados, jamais podem corresponder estritamente à lógica do discurso conceitual: uma obra filosófica não pode ser reduzida a uma série de exemplos mais ou menos bem escolhidos. Por conseguinte, é conveniente usar os exemplos com cuidado e rigor: eles não estão lá somente para decorar”.

exploração econômica, sem repartição de benefício com as comunidades tradicionais, nem tampouco transferência de tecnologias.⁶²

Dessa forma, residem neste contexto diversos conflitos em relação aos interesses da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a proteção preconizada pela Convenção sobre Diversidade Biológica.⁶³ Também se verificam embates no âmbito nacional, envolvendo os órgãos de controle como a Comissão Técnica Nacional de Bissegrurança (CTNBio) que, nitidamente, no plano fático e das práticas discursivas, defendem e garantem os interesses de grandes empresas que trabalham com modificações genéticas de alimentos, transgenia.

Neste sentido, a relação da ciência com a produção capitalista, o avanço das ciências biológicas, com destaque à engenharia genética, ofereceu nova possibilidade de mercado às corporações, mediante a aplicação da tecnologia à biodiversidade, permitindo a obtenção de produtos e processos biotecnológicos comercializáveis.

Dessa forma, as corporações, na racionalidade do *Homo Oeconomicus*, se lançam em processos de etnobioprospecção⁶⁴, quando mantém contato com outras formas de saber fundadas, inclusive, em noções de tempo e espaço distintos. Essas práticas carregam um processo de dominação fática e discursiva do conhecimento científico e submissão das formas de conhecer que não se enquadram nos pressupostos e lógica da ciência.

A Modernidade Tardia, ou o ideal imaginário da pós-modernidade, são marcados pelo critério de valorização econômica, o conflito entre o conhecimento científico e outras formas de saber ocorre no contato dos laboratórios com as comunidades tradicionais. A pesquisa para produção de medicamentos e cosméticos utiliza, em sua maioria, estratos de ervas, plantas, ou substâncias encontradas na natureza, que são concentradas por processos industriais.

⁶² Neste sentido, observar a obra: PLATIAU, Ana Flávia Barros; VARELLA, Marcelo Dias. (orgs.). **Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

⁶³ ONU. **Convenção das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Convenção sobre Diversidade Biológica**. Rio de Janeiro, junho de 1992. Disponível em <http://www.mma.gov.br>.

⁶⁴ Neste sentido, define-se Etnobioprospecção como a prática de corporações multinacionais para investigação de conhecimentos de povos autóctones, notadamente indígenas, sobre os usos que fazem da fauna e flora em suas tradições culturais, de forma a identificar substâncias que possam ter propriedades terapêuticas ou cosméticas para posterior extração e comercialização privada.

Na prospecção das espécies que tem potencial terapêutico ou propriedades para embelezamento físico, as indústrias de remédios e cosméticos têm buscado junto às comunidades locais indicações dos usos que fazem dos recursos naturais ao seu entorno em suas práticas cotidianas e rituais próprios das suas etnias.

Quando o processo de industrialização da substância “prospectada” na natureza é finalizado, as empresas protegem o seu “empreendimento” com a propriedade intelectual e patenteamento sobre o produto final (conforme visto anteriormente), que, na verdade, é resultado de pesquisas e trabalhos orientados cientificamente na concentração do que a natureza já oferecia e era utilizada nas tradições das comunidades locais, que acabam sendo privadas daquele uso que costumeiramente faziam. Assim, há uma rivalização do conhecimento científico com as formas de saber local.

Conforme Boaventura de Souza Santos, o “bioimperialismo” é uma nova forma de dominação, de controle dos corpos, de biopolítica, que está presente no discurso de cientistas do Norte, que reproduz as relações coloniais, ao atribuir a redução da biodiversidade aos países do Sul, cuja solução deveria ser a intervenção de instituições internacionais, que implicaria em apropriação de conhecimentos locais e de saberes indispensáveis à identificação de espécies e suas propriedades terapêuticas (Santos, 2005a, p. 68).

Neste sentido, os saberes locais são expressões culturais dos povos tradicionais, ensinados de geração a geração como prática de vida e estão, por isso, integrados na identidade comunitária desses povos. Assim, Vandana Shiva afirma que “Existem dois paradigmas conflitantes da biodiversidade. O primeiro é mantido pelas comunidades locais, cuja sobrevivência e sustentabilidade estão ligadas ao uso e conservação da biodiversidade. O segundo é mantido pelos interesses comerciais, cujos lucros estão ligados à utilização da biodiversidade global como insumos de sistemas de produção globais, centralizados e homogêneos” (Shiva, 2001, p. 146).

Dessa forma, a rivalidade das formas de conhecimento traz, na verdade, um entrelaço de valores e formas de vida, baseadas em pressupostos distintos: de um lado, a vida contemporânea, marcada pela expansão do consumo e a racionalidade econômica, diante da mercadorização dos desejos do homem civilizado; de outro, o ideal de convívio com a natureza na perspectiva da visão ecocêntrica de mundo, presente nas comunidades tradicionais.

Neste sentido é posto ao direito, à técnica jurídico-ambiental o desafio de regular situações como a apresentada, onde o direito dos

povos tradicionais deve ser salvaguardado. A perspectiva mais otimista está na percepção de um conceito de Sustentabilidade que permita que a decisão jurídica leve em consideração elementos da Sóciobiodiversidade.

Um prognóstico positivo deve ocorrer no reconhecimento dos saberes culturais das comunidades autóctones para a preservação e desenvolvimento da biodiversidade, bem como conferir a essas formas de saber a autonomia necessária para a manutenção dos modos de conhecer distintos dos métodos científicos. Vandana Shiva indica como alternativa a construção de estruturas da biodemocracia, que reconhece valor intrínseco das diferentes formas de vida e o direito das comunidades diversificadas em permanecer com seu conhecimento cultural sobre a flora e fauna que os entorna (Shiva, 2003, p. 114-115).

Também nesse sentido, a proposta de Felix Guattari de uma nova *ecossófia*⁶⁵ parece ser uma perspectiva que busca construir novas formas de valorização das atividades humanas, não circunscritas à lógica do mercado, com a qual a ciência tem se aliado para subjugar os saberes tradicionais. A atitude *ecossófica* passa por três dimensões com o objetivo de ressingularização do homem para o pensar emancipatório, de forma que sua conduta individual agregue valores não só econômicos, mas seja comprometida com o grupo social.

⁶⁵ A *ecossófia* centra-se na emergência de três registros ecológicos – ecologia social, ecologia mental e ecologia ambiental -, os quais devem traçar os rumos da busca por uma nova maneira de ser e de se portar frente ao mundo. A *ecossófia social* refere a necessidade de reconstrução das relações humanas nos mais diversos níveis. Consiste, fundamentalmente, no desenvolvimento de práticas específicas que permitam modificar e reinventar “maneiras de ser no seio do casal, da família, do contexto urbano, do trabalho, entre outras. A questão será literalmente reconstruir o conjunto das modalidades do ser-em-grupo”. A *ecossófia* mental, por seu turno, deve propiciar meios de reinvenção da relação do sujeito com o corpo e com o inconsciente. Ela revela-se na procura de antídotos para a uniformização midiática e telemática, próprias do desenvolvimento tecnológico, que desembocou na formação da sociedade contemporânea. Em outros termos, seu papel consiste no estabelecimento de formas de autonomia frente ao processo de massificação oriundo do modo de produção e de consumo do pensamento capitalista. Neste sentido, a *ecossófia ambiental* tem o escopo de descentralizar as lutas sociais e as maneiras de assumir a própria psique. Assim, a *ecossófia* ecológica apresenta-se como um processo desestabilizador dos anseios da sociedade contemporânea, a qual verifica sua fragilidade diante dos riscos ambientais. Todavia, a conotação da ecologia enquanto tema atrelado aos amantes da natureza ou aos especialistas não se mostra suficiente para o enfrentamento da problemática ambiental, devendo ser alargada para dar vazão a um espectro mais abrangente, caracterizado pelo questionamento do conjunto da subjetividade e das formações de poder capitalísticas que determinam o modo de vida contemporâneo. GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2007.

A busca por novas formas de pensar que garantam espaço para a diversidade de formas de saber, leva à reflexão sobre a relação homem-natureza na busca por um outro paradigma, com bases humanistas, que provoque a abertura da ciência ao diálogo com outras formas de saber. Assim, podem ser constituídas práticas contra-hegemônicas de emancipação que garantam a complementaridade de saberes, identificada na diversidade de formas de relação do indivíduo com a sociedade e seu *locus* existencial no mundo, integrado ao meio ambiente (VIEIRA, 2009).

Na perspectiva nacional, um dos debates mais calorosos dos últimos tempos tem como foco a inserção constante e maciça no mercado de produtos geneticamente modificados. Dentre estes produtos temos o caso da soja transgênica, tão debatido, mas ainda presente na mídia, reforçada pela promulgação da Lei 11.105 de 24.03.2005, o qual estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM – e cria o Conselho Nacional de biossegurança – CNBS – e reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, dispondo sobre a Política nacional de Biossegurança – PNB -.

O diploma legal citado anteriormente deve ser observado a partir de uma contextualização que leve em conta alguns conceitos fundamentais relacionados ao direito ambiental (vendo-o como um direito fundamental), a questão da biossegurança, a lógica do mercado e a questão política de liberação do plantio da soja transgênica.

Deve-se considerar, conforme abordado anteriormente, o fato de que com o avanço da tecnologia e da ciência, cada vez mais acelerada, apresentam-se novos riscos para a humanidade provocados pela própria razão tecnológica, isto é, o seu desenvolvimento envolve aspectos não conhecidos não só por parte dos cientistas, como pela população em geral.

Na perspectiva de uma gramática do risco, a sociedade e suas comunicações (ciência, economia, política, direito e cultura) observam as consequências desse desenvolvimento. Um perspectiva reflexiva acerca do desenvolvimento.

As comunicações produzidas na sociedade, ao vincularem informações acerca dos riscos decorrentes do avanço tecnológico, acabam por criar espaços dialógicos que possibilitam a construção de opiniões que operam entre as relações de vantagens e desvantagens da utilização das novas tecnologias ou produtos, não se detendo somente no aspecto econômico, mas sim indagando o quanto a utilização (consumo) de determinado produto possa ser perigosa (ou não) para o ser humano.

É de se perguntar se é lícito para o indivíduo, diante de um novo produto que lhe é dado para consumir, discutir sobre os perigos que corre, sobre os possíveis efeitos que possa acarretar para a saúde e seu bem estar? Ou apenas a lógica do mercado, ou a racionalidade econômica, que a tudo submete, deve prevalecer?

A Lei 11.105 vem de estabelecer normas de segurança e mecanismos de fiscalização sobre a construção, o cultivo, a produção, a manipulação, o transporte, a transferência, a importação, a exportação, o armazenamento, a pesquisa, a comercialização, o consumo, a liberação no meio ambiente e o descarte de organismos geneticamente modificados – OGM – e seus derivados. Está voltada para o avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia tendo em vista a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do princípio de precaução para a proteção do meio ambiente.

Sob sua proteção estão às atividades relacionadas à engenharia genética (atividade de produção e manipulação de moléculas de ADN/RN recombinante; organismo geneticamente modificado – OGM; célula germinal humana, clonagem e células-tronco embionárias. O mesmo diploma legal cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, órgão de assessoramento superior do Presidente da República para a formulação e implementação da Política Nacional de Biossegurança com a competência de fixar princípios e diretrizes para a ação administrativa dos órgãos e entidades federais com competências sobre a matéria. Da mesma forma, institui a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNbio) e ainda estabelece a Comissão Interna de Biossegurança (CIBio).

A CTNbio, integrante do Ministério da Ciência e Tecnologia, é instância colegiada multidisciplinar de caráter consultivo e deliberativo, para prestar apoio técnico e de assessoramento ao Governo Federal na formulação, atualização e implementação da PNB de OGM e seus derivados, bem como no estabelecimento de normas técnicas de segurança e de pareceres técnicos referentes à autorização para atividades que envolvam pesquisa e uso comercial de OGM e seus derivados, com base na avaliação de seu risco zoonossanitário, à saúde humana e ao meio ambiente⁶⁶ (Brasil, Lei 11.105/2005)

Com finalidade similar, também é criado o Sistema de Informação em Biossegurança – SIB destinado à gestão das informações

⁶⁶ “Art. 17. Toda instituição que utilizar técnicas e métodos de engenharia genética ou realizar pesquisas com OGM e seus derivados deverá criar uma Comissão Interna de Biossegurança – CIBio, além de indicar um técnico principal para cada projeto específico.” BRASIL. Lei 11.105 de 2005. Lei de Biossegurança.

decorrentes das atividades de análise, autorização, registro, monitoramento e acompanhamento de atividades que envolvam OGM e seus derivados. Porém, a estrutura jurídica acerca da temática “biossegurança” produz conflitos no seio de seus diplomas legais como o que passaremos a abordar entre a Lei 6.938 e a Lei de Biossegurança ou a Política Nacional do Meio Ambiente X CTNbio.

O discurso entificante da tecnologia/economia (ex: transgênicos) e de suas “salvações” pode dificultar a compreensão das relações entre ecossistemas com os quais compartilhamos a existência. Desta forma, percebe-se que a informação tecnológica também necessita ser salva se quisermos salvar a bio-sóciodiversidade. Ou seja, salvar o objeto técnico do estado de alienação que ele é mantido pelo sistema econômico.

Tal concepção pode soar estranho para ambientalistas, mas “talvez a salvação da natureza e da humanidade dependa de nossa capacidade de também e a tecnologia” (Santos, 2003b, p. 66). O objeto técnico é valioso, pois é um processo contínuo de invenção em um espiral contínuo com a natureza, calcado de um emaranhado de significações que precisa ser percebido em rede e não somente por aspectos econômicos e mercadológicos. Tal questionamento é de sumária importância no que tange a biodiversidade, sem sobra de dúvida, nossa maior riqueza planetária. Possibilita e continuará proporcionando a continuidade da vida sobre a superfície da terra.

Largamente explorada pelo mercado por décadas, a diversidade genética em suas espécies vêm sendo coletadas por institutos de pesquisa, públicos ou privados, majoritariamente de países desenvolvidos, em florestas, montanhas, campos, serrados dos países megadiversos, em sua maioria do sul. Óbvio que a intenção de quem fazia “pesquisas” e levava material para os seus países não era apenas para corresponder a curiosidade científica, mas certamente haviam aqueles, que pretendiam fazer grandes descobertas que pudessem ser utilizadas em seus países e gerar ganhos econômicos, o que ocorreu em muitos casos conhecidos. Hoje é notório que uma grande quantia de espécies encontra-se conservados *ex situ*⁶⁷, em bancos de germoplasma, fora de seu país de origem.

A pesquisa e atribuição e valor econômico ao potencial biológico (bioprospecção) causa constantes disputas internacionais em relação a

⁶⁷ “Conservação *ex situ*” significa a conservação de componentes da diversidade biológica fora de seus habitats naturais. Uma grande quantidade de material coletado encontra-se em bancos de germoplasma distribuídos pelo mundo.

patenteamentos das propriedades médicas e usos industriais (ex: indústria de cosméticos) de determinadas substâncias descobertas na natureza. É o caso da Amazônia que mesmo pertencendo ao território brasileiro é alvo de observações e “explorações autorizadas” de seu vasto potencial em biodiversidade. Sem falar na exploração da cultura e conhecimento dos povos locais que pode levar a descoberta de propriedades/utilidades para diversas espécies desconhecidas da flora e fauna (etno-bioprospecção).

3.3 (Caso Reflexivo II) Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e Meio Ambiente: A Percepção Ecológica no Governo Luiz Inácio Lula da Silva

O segundo Caso Reflexivo aborda a importante tensão dialógico-dialética entre Aceleração do Crescimento e Sustentabilidade. A presente celeuma tem sido foco de diversas abordagens discursivas no cenário político e midiático dos últimos anos. Neste sentido, toda construção legislativa e políticas públicas na área de meio ambiente no Brasil deste período deve ser analisada levando em consideração às possíveis influências econômicas e políticas na formação dos discursos.

A abordagem dos capítulos anteriores acerca da racionalidade econômica, bem como dos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, serve de embasamento para uma reflexão prática acerca das estruturas de aceleração do crescimento em sua relação com a questão ambiental na América Latina e no Brasil.

As estruturas do Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Luiz Inácio Lula da Silva certamente produzem impactos sensíveis às questões ambientais. A construção de hidrelétricas, o incentivo à economia do Biodisel, entre outros temas que são abordados na pauta desenvolvimentista de governo.

A maneira de lidar com a temática passa pelas políticas ambientais desse governo, que apontam diversos esquemas e inovações frente as demandas sócio-ambientais complexas da sociedade brasileira contemporânea. Neste sentido, observa-se práticas discursivas tanto do lado do governo quanto nas estruturas da racionalidade econômica, bem como nos clamores da sociedade civil organizada. A citação abaixo demonstra um exemplo da prática discursiva na tensão entre as perspectivas desenvolvimentista e a problemática ambiental. A redação

é de Rubens Harry Born para o *Le Monde Diplomatique Brasil*, em julho de 2009.

“O que esperar de um governo que em nome das prioridades sociais ousa aliar-se a setores retrógrados e promover a desmontagem da política de legislação ambiental em troca de um crescimento econômico concentrado na mão de poucos, enquanto que as consequências sociais, agravadas pelo desrespeito às dinâmicas e limites ecológicos, recaem sobre todos, como as enchentes no Sul e no Nordeste, por exemplo). Vale tudo em nome do atendimento de demandas sociais resultantes de décadas de um modelo de desenvolvimento injusto e insustentável? Será que nossos governantes, nas várias esferas da Federação, seguem a recomendação de Nicolau Maquiavel, feita há cinco séculos, de que o governante (um príncipe) “deve estimar os poderosos, porém não ser odiado pelo povo”? (Born, 2009, p.5)

A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 significa a vitória de um programa de governo. Neste sentido, entende-se como programa de governo o conjunto de práticas discursivas orientadas no sistema político.⁶⁸

Este programa aborda quatro grandes temas, a saber: 1) crescimento, emprego e inclusão social; 2) desenvolvimento distribuição de renda e estabilidade; 3) inclusão social; 4) infraestrutura e desenvolvimento sustentável. Desta forma, tal texto abrange as problemáticas existentes em nosso país. O “Programa de Governo da Coligação Lula Presidente” propunha como modelo de desenvolvimento um “Modelo alternativo” (Programa de Governo 2002 – da Coligação Lula Presidente, p.2), estando nele inserido o social como eixo do desenvolvimento, e a ênfase no desenvolvimento econômico, este fundamentado nos princípios éticos como o direito à vida, à dignidade da pessoa humana e a justiça social e com compromissos cívicos e patrióticos.

Pode-se perceber que, no programa, é destacada a temática “crescimento econômico”. Pois, afirma-se que sem crescimento,

⁶⁸ PROGRAMA DE GOVERNO 2002 – da Coligação Lula Presidente. Disponível em: http://www.ptpr.org.br/documentos/pt_pag/PAG%202004/PARTIDO%20DOS%20TRABALHADORES/Programa%20de%20Governo%202002.PDF Acesso em: 22 de janeiro de 2011.

difficilmente o país ficará imune “à espiral viciosa do desemprego crescente, do desarranjo fiscal, de déficits externos e da incapacidade de honrar os compromissos internos e internacionais” (Programa de Governo 2002 da Coligação Lula Presidente, p.9).

Nota-se que, a importância do papel do Estado como, indutor do crescimento, pois

“a imensa tarefa de criar uma alternativa econômica para enfrentar e vencer o desafio histórico da exclusão social exige a presença ativa e a ação reguladora do Estado sobre o mercado, evitando o comportamento predatório de monopólios e oligopólios.”. (Programa de Governo 2002 da Coligação Lula Presidente, p.3)

Neste sentido, a economia nacional e o setor produtivo foram colocados como um dos eixos do desenvolvimento, e a supervalorização das políticas macroeconômicas voltadas para a estabilização da moeda foram elencadas como políticas importantíssimas, mas não suficientes para serem elementos basilares da riqueza do país. Entretanto, justamente esta política macroeconômica terá continuidade no governo Lula, sendo alvo de críticas, levando colaboradores a abandonarem o governo em função do presidente ter dado continuidade a política de estabilização do governo FHC. (SILVA, 2009, p. 150).

Salienta-se que, como abordamos anteriormente, mesmo o “social colocado como eixo do desenvolvimento”, e mesmo o programa, não buscando o equilíbrio entre os pilares econômico, social e ambiental, este vai defender a proposta de um desenvolvimento sustentável. Na área ambiental, um caderno temático de programa de governo foi adotado e intitulado de “Meio Ambiente e qualidade de vida no Brasil”⁶⁹, nos mostra a proposta da política socioambiental do governo Lula e as propostas de integração dessa política com as demais.

Perpassando por este programa voltado para a temática ambiental podemos perceber já em seu parágrafo inicial, a busca de um desenvolvimento ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável para o Brasil, além de estar assinalado que, deverá se trabalhar incansavelmente pela melhoria na qualidade de vida e por um ambiente saudável para todos nós demonstrando que “é o

⁶⁹ Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Programa de Governo 2002, Coligação Lula Presidente. Disponível em:

http://www.ptpr.org.br/documentos/pt_pag/PAG%202004/PARTIDO%20DOS%20TRABALHADORES/Programa%20de%20Governo%202002%20%20Meio%20Ambiente%20e%20Qualidade%20de%20Vida.PDF. Acesso em: 24 de janeiro de 2011.

mesmo compromisso manifesto na Agenda 21, que ainda não foi devidamente implementada no Brasil⁷⁰. Não podendo deixar de destacar, que,

“Os principais problemas ecológicos, demonstram a estreita relação existente entre degradação ambiental e degradação social. Nosso governo enfrentará o desafio de internalizar no Estado brasileiro, como um todo orgânico, a idéia-força de sustentabilidade ambiental, que funcionará como um dos eixos estruturais das políticas públicas. Não se trata apenas da conservação dos recursos naturais, mas, sobretudo das formas sociais de apropriação e uso desses recursos. Por isso o nosso governo estimulará a realização de uma Conferência Nacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento, de modo a estimular o livre debate sobre as estratégias da sustentabilidade ambiental”. (Caderno “Meio Ambiente e Qualidade de Vida” – Coligação Lula Presidente, p. 8)

O programa vai abranger desde as principais questões sobre a crise ambiental no Brasil, até chegar nas considerações que faz sobre as diretrizes gerais da política ambiental a serem implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente, este que necessitará “recompor a centralidade das políticas ambientais para o conjunto do Sistema assumindo o seu papel de coordenação estratégica, dialogando permanentemente com os demais ministérios”(Caderno “Meio Ambiente e Qualidade de Vida”- da Coligação Lula Presidente, p.14). E, tal missão seria assumida pela Ministra Marina Silva.⁷¹

A chegada ao Ministério do Meio Ambiente é parte e fruto dessa trajetória de quase trinta anos de luta social, sócio-ambiental, em que eu saí de uma atuação local, quando fui eleita em 95 para o Senado, e comecei a ter uma atuação nacional.

⁷⁰ Expressão retirada da Apresentação do Caderno “Meio Ambiente e Qualidade de Vida” da Coligação Lula Presidente, feita pelo Coordenador do Programa de Governo 2002 Lula Presidente, Antônio Palocci Filho.

⁷¹ Nesse sentido observar a entrevista: ZIBORDI, Marcos; MERLINO, Tatiana. Entrevista Marina Silva: “O Setor mais atrasado do agronegócio quer mudar a legislação ambiental” In: **Caros Amigos**. Ano XIII, n.º 148, julho de 2009.

Mas um nacional que não perdia essa raiz coma as causas com as quais eu havia militado a vida toda, dos direitos humanos, das populações tradicionais das florestas, da preservação da Amazônia e como isso podia transitar de minha realidade no Acre para uma Amazônia mais ampla. Teve um acolhimento muito grande por parte dos senadores. Nunca sofri aqui nenhum tipo de preconceito, fui recebida com muito respeito, e eu também não gosto desse negócio de me vitimizar. Acho que muitasvezes os embates são por causa das minhas idéias, por aquilo que eu faço, por aquilo que eu digo, por aquilo que eu sou, por minha visão de mundo”. (Zibordi; Merlino; 2009, p. 28).

Assim, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) da época definia, segundo as proposições apresentadas pela ministra, quatro diretrizes: 1)Desenvolvimento Sustentável; 2)Participação e Controle Social; 3)Transversalidade- Política Integrada de Governo e; 4) Fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)⁷². Tais diretrizes são retomadas no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007⁷³, onde deverá ser feito com a participação tanto da sociedade brasileira quanto da participação do Governo, que tem por escopo, o crescimento ambientalmente sustentável (SILVA, 2009a, p. 156).

“Esse processo foi coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República, em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Casa Civil e a Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica de Governo e contou, por meio dos Fóruns da Participação Social realizados nos 26 estados da federação e no Distrito Federal, com representantes de mais de 2 mil entidades da sociedade civil”⁷⁴

⁷² Ministério do Meio Ambiente. Fortalecimento do SISNAMA. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/index.php?id=conteudo.monta&idEstrutura=107>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2011.

⁷³ Brasil. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília : MP, 2007.

⁷⁴ Calendário das Reuniões do PPA 2004-2007. Disponível em: <http://www.planobrasil.gov.br/texto.ASP?cod=15> Acesso em: 25 de janeiro de 2011.

Desta forma, percebemos a importância da participação popular nas práticas discursivas ambientais. No Brasil do último governo, as estratégias de desenvolvimento considerando a dimensão ambiental têm um objetivo que é o de “desenvolvimento voltado para a justiça social, integrando igualmente o direito a um ambiente saudável voltado para a justiça social, integrando igualmente o direito a um ambiente saudável a todos” (Caderno “Meio Ambiente e Qualidade de Vida” – da Coligação Lula Presidente).

Observou-se que, no governo de Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato, diminuiu a capacidade do Estado, isto é, operou-se uma política de diminuição da capacidade do Estado na área ambiental. Assim como, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi encontrado com 70% da sua força de trabalho “terceirizada” vinculadas a contratos de cooperação internacional, desta forma, o ministério acabava por funcionar sob a lógica dessas instituições internacionais, por estar fragmentado e não haver nenhum tipo de coordenação.

Assim, quando o governo Lula assumiu tomou a providência de organizar concursos públicos e substituir, gradativamente, os contratados pelos projetos internacionais por funcionários vinculados ao MMA. Desta forma, o ministério deixou de ser um setor isolado para ser um ministério que apresenta alternativas (SILVA, 2009a, p. 167-171, *passim*).

Além disso, as mudanças legislativas ocorridas no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 até 2010, são de grande importância, pois refletem a busca pela consolidação de um modelo sustentável. A temática abrange as seguintes matérias: Resíduos Sólidos, Mudanças Climáticas, Aquicultura e Pesca, Saneamento Básico e a política energética. Foram criados também o ICMbio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) o SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e a Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

Desta forma, elencaremos a relação da legislação mais relevante do governo Lula, no que se refere à matéria ambiental.

“Leis aprovadas no Governo Lula em matéria ambiental:

Lei nº 12.334, de 2010: Política Nacional de Segurança de Barragens.

Lei nº 12.305, de 2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Lei nº 12.187, de 2009: Política Nacional da Mudança do Clima.

Lei nº 12.114, de 2009: Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Lei nº 11.977, de 2009: regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.

Lei nº 11.959, de 2009: Política Nacional de Aquicultura e Pesca.

Lei nº 11.958, de 2009: Ministério da Pesca e Aquicultura – ordenamento pesqueiro conjunto com MMA

Lei nº 11.936, de 2009: proíbe DDT

Lei nº 11.934, de 2009: limites da exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos.

Lei nº 11.921, de 2009: Política Energética Nacional.

Lei nº 11.794, de 2008: procedimentos para o uso científico de animais.

Lei nº 11.516, de 2007: criação do ICMBio.

Lei nº 11.460, de 2007: plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação.

Lei nº 11.446, de 2007: parcelamentos de imóveis rurais destinados à agricultura familiar.

Lei nº 11.445, de 2007: diretrizes para saneamento básico.

Lei nº 11.428, de 2006: Mata Atlântica.

Lei nº 11.284, de 2006: Gestão de Florestas Públicas.

Lei nº 11.132, de 2005: limitações administrativas ao exercício de atividades e

empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental.

Lei nº 10.779, de 2003: seguro desemprego durante o período de defeso.

Lei nº 10.711, de 2003: Sistema Nacional de Sementes e Mudas.

Lei nº 10.638, de 2003: Programa Permanente de Combate à Seca.

Decretos

Decreto nº 7.404, de 2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Decreto de 15 de setembro de 2010: PPCerrado.

Decreto nº 6.874, de 2009: Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar.

Decreto nº 6.527, de 2008: Fundo Amazônia.

Decreto nº 6.514, de 2008: regulamentação da lei de crimes ambientais.

Decreto nº 6.263, de 2007: Plano Nacional sobre Mudança do Clima.

Decreto nº 5.975, de 2006: regulamenta artigos do Código Florestal.

Decreto nº 5.758, de 2006: institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP). Portaria 308 - MMA, de 27 de dezembro de 2005: regulamenta o acesso ao Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC).

Decreto nº 5.577, de 2005: Programa Cerrado Sustentável.

Decreto nº 5.092, de 2004: regras para identificação de áreas prioritárias para a biodiversidade.

Decreto nº 4.703, de 2003: Programa Nacional da Diversidade Biológica.

Instrução Normativa

IN 207/2008 – Ibama: limita a importação de Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs).

Resoluções aprovadas no Conama

Resolução nº 415, de 2009: Proconve L-6

Resolução nº 371, de 2006: compensação ambiental.

Resoluções nº 341, de 2003, e nº 369, de 2006: uso excepcional de APPs.

Resolução nº 357, de 2005: classificação dos corpos de água.

Resolução nº 362, de 2005: reciclagem de óleo lubrificante usado.

Resolução nº 358, de 2005: tratamento e disposição final de resíduos de serviço de saúde

Resolução nº 377, de 2006: licenciamento ambiental simplificado de Sistema de Esgotamento Sanitário

Resolução nº 387, de 2006: licenciamento ambiental simplificado de assentamentos de reforma agrária.

Resolução nº 335, de 2003: licenciamento ambiental simplificado de cemitérios.

Resolução nº 385, de 2006: licenciamento ambiental simplificado da agroindústria familiar.

Resolução nº 349, de 2004: licenciamento ambiental simplificado de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto.

Resoluções nº 375, de 2006, e nº 380, 2005: critérios e procedimentos para uso agrícola de lodos de esgoto.

Resolução nº 379, de 2006: informações sobre gestão florestal no Sisnama.

Resolução nº 378, de 2006: regulamentação do artigo 19 do Código Florestal, alterado pela Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Resolução nº 409, de 2008: controle da poluição veicular de veículos pesados P-7.

Resolução nº 415, de 2009: controle da poluição veicular veículos leves L-6.

Resolução nº 418, de 2009: programas de Controle da Poluição Veicular e de Inspeção e Manutenção dos Veículos em Uso.

Resoluções aprovadas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)

Resoluções nºs 111 e 114, de 2010, e nº 38, de 2004: delegam competência a associações e fundação para o exercício de funções inerentes às respectivas bacias hidrográficas.

Resolução nº 111, de 2010: aprova a proposta de instituição do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Grande e dá outras providências.

Resolução nº 109, de 2010: cria unidades de gestão de recursos hídricos de bacias hidrográficas de rios de domínio da União (UGRH) e estabelece procedimentos complementares para a criação e o acompanhamento dos comitês de bacia.

Resolução nº 101, de 2009: aprova o Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia.

Resolução nº 91, de 2008: dispõe sobre procedimentos gerais para enquadramento dos corpos de água superficiais e subterrâneos.

Resolução nº 76, de 2007: estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários.

Resolução nº 65, de 2006: estabelece diretrizes de articulação dos procedimentos para obtenção da outorga de direito de uso de recursos hídricos com os procedimentos de licenciamento ambiental.

Resolução nº 58, de 2006: aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Resolução nº 54, de 2005: estabelece modalidades, diretrizes e critérios gerais para a prática de reuso direto não potável de água.

Resolução nº 48, de 2005: estabelece critérios gerais para a cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Resolução nº 47, de 2005: aprova o aproveitamento hídrico do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Resolução nº 37, 2004: estabelece diretrizes para a outorga de recursos hídricos para a implantação de barragens em corpos de água de domínio dos estados, do Distrito Federal ou da União.

Resolução nº 32, 2003: institui a Divisão Hidrográfica Nacional.

Instrumentos legais relacionados à biodiversidade:

Decreto nº 4.703, de 2003: cria a Comissão Nacional de Biodiversidade.

Decreto de 13 de julho de 2006: altera denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT).

Decreto nº 6.040, de 2007: institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Portaria Interministerial MMA, MDS e MDA 239, de 21 de julho de 2009: estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade.

Lei 11.775/08: Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Portaria 62/09-REB.

Portaria 436/09 MP.

Portaria Conjunta MMA e ICMBio nº 316, de 9 de setembro de 2009: estabelece os instrumentos para a proteção da fauna brasileira.

Decreto nº 7.029, de 2009: institui o Programa Federal de Apoio à Regularização

Ambiental de Imóveis Rurais, denominado Programa Mais Ambiente.

Decreto nº 4.703, de 2003: referente à implementação do Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), foi criada a Comissão Nacional de Biodiversidade (Conabio) – colegiado paritário contando com representação civil e governamental.

Portaria MMA nº 49, de 2010: Programa Mais Ambiente.

Instrumentos legais de prevenção, fiscalização e controle do desmatamento e das queimadas:

Decreto de 3 de julho de 2003: institui Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para propor medidas e coordenar ações de redução dos índices de desmatamento na Amazônia Legal.

Decreto de 15 de março de 2004: institui a comissão executiva do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm).

Decreto de 15 de março de 2004: cria grupo de trabalho para elaborar e coordenar a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região de Influência da Rodovia BR-163 (Plano BR-163 Sustentável).

Decreto nº 6.321, de 2007: dispõe sobre ações relativas à prevenção, ao monitoramento e ao controle do desmatamento na Amazônia e estabelece que o MMA publicará anualmente lista dos municípios que mais desmatam, sobre os quais incidirão ações prioritárias.

Portarias do Ministério do Meio Ambiente (nº 28, de 24 de janeiro 2008; nº 102 e nº 103, de 24 de março de 2009; nº 66 e nº 67, de 24 de março de 2010): dispõem sobre a lista de municípios no Bioma Amazônia onde incidirão ações prioritárias.

Decreto nº 6.514, de 2008: (regulamentação da lei de crimes ambientais e “lista suja ambiental”): estabelece que o órgão ou a entidade ambiental promoverá a divulgação dos dados do imóvel rural, da área ou do local embargado e do respectivo titular em lista oficial (art. 18); a pessoa física ou jurídica infratora terá como sanção a perda ou suspensão da participação em linhas de financiamento, em estabelecimentos oficiais de crédito (art. 20); a autoridade competente deverá, após a apreensão, avaliar e doar os produtos perecíveis e as madeiras sob risco iminente de perecimento (art. 107).

Decreto de 15 de setembro de 2010: institui o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (PPCerrado) e amplia a atuação do Grupo Permanente de Trabalho Interministerial para todos os biomas brasileiros.

Decreto nº 7.008, de 2009: institui a Operação Arco Verde.

Instrumentos legais da Gestão de Florestas Públicas:

Decreto nº 7.167, de 5 de maio de 2010: regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF).

Lei nº 11.284, de 2006: Lei de Gestão de Florestas Públicas.

Decreto nº 6.063, de 2007: regulamenta a Lei nº 11.284, de 2006.

Decreto nº 5.795, de 2006: Composição e funcionamento da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP).

Decreto de 13 de fevereiro de 2006: institui o Distrito Florestal Sustentável da BR 163.

Resolução nº 2, de 6 de julho de 2007: regulamenta o Cadastro Nacional de Florestas Públicas”.⁷⁵

Sabemos que a “inflação legislativa” apresentada anteriormente não resolve a problemática acerca da dicotomia discursiva entre aceleração do crescimento e a questão ambiental. Pelo contrário, demonstra as alterações percebidas pelo sistema jurídico em face das pressões do poder político (Sistema Político) e racionalidade econômica (Sistema Econômico).

Assim, a perspectiva desenvolvimentista deve ser revista frente aos desafios da sustentabilidade. Porém, nesse processo é necessário a análise discursiva do debate frente aos diversos sistemas: economia, política, direito e cultura.

3.4 (Caso Reflexivo III) A Prática Discursiva da Economia Ambiental na dicotomia entre Interesse Regional e Legislação Ambiental Federal

O novo Código Florestal encontra-se em votação, e substituirá o texto de 1965, que sofreu alterações em 1989 e em 2000, que dispunha sobre as chamadas APP's (Áreas de preservação permanente, como matas ciliares e topos de morro) e a Reserva Legal (RL) (trechos de propriedades privadas que não podem ser desmatados, a porcentagem varia conforme o bioma). Apesar de ser um Código bem rigoroso, ele não era eficaz, pois mais de 80 milhões de hectares de terra do país estão em situação de não conformidade com o Código.

Desta forma, a proposta de um substitutivo organizada pelo deputado federal, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), flexibiliza esses

⁷⁵NEVES, Helena Telino. [Legislação ambiental do governo Lula](http://www.observatorioeco.com.br/index.php/legislacao-ambiental-do-governo-lula/). Disponível em <<http://www.observatorioeco.com.br/index.php/legislacao-ambiental-do-governo-lula/>>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2011.

instrumentos de proteção com a justificativa, entre outras, de regularizar proprietários que infringiram a legislação vigente.

Tal projeto vem sendo duramente criticado por inúmeros pesquisadores de áreas diversas (mas, relacionadas à matéria). Estes cientistas alegam que, ao tentar minimizar os problemas do agronegócio, o substitutivo acaba por colocar em risco a biodiversidade e os serviços ambientais prestados pela floresta. Conforme a reportagem de Rubem Harry Born, ao jornal *Le Monde Diplomatique – Brasil*, em julho de 2009:

“Mas no Brasil o que avançará é a ‘cara de pau’ de muitos líderes políticos, empresas e pessoas, que se apropriam das expressões de desenvolvimento sustentável para manter e ampliar negócios feitos às custas da deterioração ambiental e da saúde da população. Mais de 3 mil mortes são estimadas a cada ano porque duas instituições ligadas ao Estado resolveram descumprir uma resolução do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) que determina um calendário de melhoria da qualidade do diesel usado por ônibus e caminhões. O desmatamento avança também por conta das pressões e atividades de empreendimentos – ligados aos setores de pecuária e agrocombustíveis – financiado por um grande banco de desenvolvimento econômico e social do Brasil”. (Born, 2009, p.5)

Além disso, em carta publicada a revista *Science*⁷⁶, em 16 de julho, o biólogo Carlos Joly da Unicamp e um dos coordenadores do programa Biota/Fapesp e seus colegas, nos revelam que, com a modificação do código pode haver um aumento substancial de emissões de gás carbônico e extinção de pelo menos 100 mil espécies. Tal número também leva em consideração a eventual perda de mais de 70 milhões de hectares na Amazônia em decorrência da diminuição da Reserva Legal (RL). Pois, o projeto em seu texto elenca que “pequenas propriedades” com até 400 hectares, não precisam manter a área. Além disso, o texto permite que as Áreas de Preservação Permanente (APPs) sejam incluídas no computo da RL, autorizando que a recuperação da reserva seja realizada com plantio intercalado de espécies nativas e

⁷⁶ Science. "Biodiversity Conservation Research, Training, and Policy in São Paulo".

exóticas e que estas não podem exceder a área de 50% da área total a ser recuperada.

Entretanto, algumas empresas com o intuito de contribuir para o aprimoramento da legislação vigente, empresas do setor de base florestal plantada e algumas das principais organizações socioambientais em atuação no Brasil apresentaram em São Paulo, uma proposta contendo 16 pontos específicos para o novo Código Florestal Brasileiro, em tramitação no Congresso Nacional.

Este documento é resultado de um trabalho de oito meses realizado pelo Diálogo Florestal – iniciativa que reúne empresas do setor florestal e organizações socioambientais –, e seu principal diferencial é a busca de consenso entre os setores⁷⁷. Nesta carta encontram-se os 16 pontos de consenso nos quais os signatários alegam que o Código Florestal “precisa ser aperfeiçoado e modernizado, pois a legislação atual ainda é tímida e pouco eficaz na compatibilização entre a produção rural e a proteção ambiental” (Diálogo Florestal).

Tal texto destaca a vocação florestal do Brasil e sua relevância no cenário das mudanças climáticas, apontando as florestas plantadas para fins industriais e as nativas como importantes vetores para a promoção do desenvolvimento sustentável do país. O documento ressalta, também, que o país precisa de uma legislação florestal “forte, com robustez científica e respaldada por políticas públicas inovadoras e instituições comprometidas com a proteção e ampliação da cobertura florestal brasileira.” Em relato oferecido pela *Folha de São Paulo*, em janeiro de 2011:

“O Secretário do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Carlos Minc, critica as mudanças no Código Florestal. ‘O que ocorreu no Rio – (já) tinha acontecido antes em Santa Catarina e outras áreas – mostra um pouco onde leva essa ocupação desordenada das margens de rios e das encostas. Eu acho que isso mostra a irresponsabilidade dessa proposta’, diz. O relator do projeto de revisão do Código Florestal, deputado federal Aldo Rebelo (PC do B – SP), nega mudança nas regras de ocupação das cidades, embora o texto fale com todas as letras, sobre regularização

⁷⁷ Diálogo Florestal. **Empresas do setor de base florestal e organizações socioambientalistas apresentam proposta para Código Florestal.** Disponível em: <http://www.dialogoflorestal.org.br/noticias/76/empresas-do-setor-de-base-florestal-e-organizacoes-socioambientalistas-apresentam-proposta-para-codigo-florestal>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2011.

fundiária em áreas urbanas consolidadas. Rebelo critica Minc, de quem é desafeto. - Não é por acaso que acontece essa tragédia no Rio, é por causa de secretários incompetentes e omissos como Carlos Minc –”.(Correa; Espinelli; 2011, p.1)

Esta elaboração teve como escopo buscar o equilíbrio entre a visão de desenvolvimento das empresas de base florestal, que têm planos de expansão no país, e a preocupação legítima das organizações socioambientais com a preservação do meio ambiente e da agricultura familiar. Desta forma, estas propostas demonstram a preocupação e o interesse dos signatários por uma legislação que tenha por intuito valorizar a sustentabilidade.

4. Sustentabilidade Multidimensional (Re) Significando a Técnica Jurídico-Ambiental

4.1. Relação Técnica e Natureza: Politizando as Novas Tecnologias como possibilidade democrática e plural ao conceito de sustentabilidade

“No fim do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado”.
(Castells, 1999, p.47)

Desde o surgimento das primeiras sociedades até as mais complexas, o homem denominou e conceituou a tecnologia de diferentes maneiras, de acordo com o espaço-tempo em que se encontrava. Assim, desde o início do século XXI, a sociedade contemporânea vive os resultados das inovações ocasionadas do constante aprimoramento da ciência e da tecnologia.

Primeiramente é necessário compreender, de acordo com a observação de Michel Foucault, a existência de quatro tipos de “tecnologias” que impulsionam a razão prática, da antiguidade até os dias atuais. A primeira tecnologia é a *tecnologia de produção*, cuja funcionalidade é transformar ou manipular coisas. No que diz respeito a linguagem pode-se elencar as *tecnologias de sistemas de signos*, onde a função reside organizar sentidos, símbolos e significações. Percebe-se, também, como já salientou-se nos capítulos anteriores, as *tecnologias de poder*, que determinam a conduta dos indivíduos, que submetem a certo tipo de dominação e que constituem uma objetivação do sujeito, como a biopolítica. Por último, apresentam-se as *tecnologias do eu*, permitindo aos indivíduos efetuarem (sozinhos ou com a ajuda dos outros) certo número de operações sobre seu corpo, sua consciência e sua alma, em outras palavras, agindo sobre seus pensamentos, sua conduta e buscando a transformação de si mesmos para os fins últimos que podem se traduzir pela pureza, felicidade, imortalidade ou sabedoria (Foucault, 1990, p. 48-49, passim).

Deve-se observar que esses quatro tipos de tecnologias não funcionam em separado, mesmo considerando o fato de que cada uma delas está associada com algum tipo de dominação. Percebe-se, também, que as duas primeiras tecnologias descritas são dirigidas para o estudo das ciências e da linguística e as duas últimas representam as tecnologias do domínio e do sujeito. Por cada uma delas se adquire certos tipos de habilidades, objetivando certos resultados na condição temporal em que se encontram (Foucault, 1990, p. 19, *passim*).

Tais resultados são sentidos globalmente, e refletem no cotidiano dos indivíduos. Principalmente quando se trata da natureza que é dessacralizada, controlada, explorada e transformada⁷⁸. Assim, pretende-se demonstrar como a técnica (elemento inverso da natureza) pode trazer benefícios e salvaguardar o meio ambiente. Além de procurar evidenciar a importância da informação como principal forma de se salvar o objeto técnico.

Pois, o direito à informação é um dos instrumentos de participação e de controle social do Poder, que permite, então, a atuação dos indivíduos de forma consciente no desenvolvimento; no conhecimento de novas tecnologias; nos impactos por elas causados, e no que diz respeito à esfera do direito ambiental. Neste sentido, procuraremos compreender os efeitos da tecnologia atentando para a economia, política e relações de poder relacionadas ao direito ambiental na cena ecológica latino-americana.

Com o aparecimento das primeiras civilizações das mais simples às cidades pós-industriais, o homem inventou o fogo, desenvolveu a agricultura, edificou cidades, conquistou o espaço cósmico e desvendou mistérios. Neste trajeto a influência da tecnologia (em suas diferentes modalidades através dos tempos) foi dominada, controlada e racionalizada pelas atividades científico-tecnológicas (Lemos, 2002, p.27).

Assim, cada período da história corresponde a uma técnica em particular. Sendo a técnica, palavra advinda etimologicamente dos gregos *tekne*, traduz-se por arte, é um conceito filosófico que visa descrever o saber fazer humano (Galimberti, 2003, p.3). E, como conceitua Galimberti, a técnica é o:

⁷⁸ Expressão retirada do livro: LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002, p. 56.

“(…) fruto de uma primeira filosofia da técnica que visa distinguir o fazer humano do fazer da natureza. A *tekhnè* é a arte que coloca o homem no centro do fazer poietico, em confronto direto com as coisas naturais. A *tekhnè* é uma poïesis no sentido de revelar todo fazer humano”. (Lemos, 2002, p.29)

Partindo da concepção grega, na qual a técnica insere-se no registro da verdade pensada não como domínio sobre a natureza, mas como seu desocultamento (Galimberti, 2003), percebemos que a relação do homem com a natureza, era concebida de forma imutável. Desta forma, a natureza não fazia parte da esfera pertinente à ética, pois o âmbito daquela atingia somente a regulamentação das ações humanas. E assim, não permitia a técnica ultrapassar o seu limite que continuava inscrito no âmbito dos processos naturais, e no tempo para que se configurasse como história no progressivo domínio da natureza.

Entretanto, atualmente observamos que não é da contemplação que nascem as normas da sociedade, inverteu-se a lógica. São as leis da sociedade que agora tratam de salvaguardar o destino da natureza. Assim, as cidades e as construções tomaram o espaço no qual se encontrava o meio ambiente natural, e a técnica, esta mesma que modificou a paisagem natural, e os ecossistemas é aquela que procura dar assistência e busca preservá-la.

Então, a técnica grega emudece diante das mudanças que só pela presença do homem restam-se notadas.

“Como qualquer outra espécie natural, o homem, só pela sua presença, pesa sobre os ecossistemas que o abrigam. Além disso, e ao contrário das outras espécies, o homem simboliza; não se contentando nunca em registrar o espetáculo da natureza, ele forja uma determinada representação desta, um conjunto de imagens que condicionarão os usos que se achará autorizado a fazer dela”. (Ost, 1997, p. 30-31)

Faz-se necessário uma nova visão, uma nova técnica, a concepção judaico-cristã, nos trouxe uma natureza voltada para as intenções da projetualidade humana, na qual Francis Bacon propunha: Conhecer para dominar (Galimberti, 2003). Assim, acabamos por impor a ordem

antropocêntrica, trazendo o meio ambiente e o transformando em matéria passível de ser analisada fora de qualquer consideração ética.

Martin Heidegger também compartilhava do pensamento judaico-cristão, afirmava que a técnica era um meio de desvelamento, um modo de existência do homem no mundo, era como uma pro-vocação da natureza (Galimberti, 2003). Assim, desta forma, a natureza tornar-se-ia um objeto, um recurso para ser utilizado pela produção técnica.

Compreendendo a ciência e a técnica do impossível, tudo se torna possível. Entretanto, tal modelo de concepção não estabelece limites para a técnica e para os efeitos de sua expansão para a natureza, ocasionando que o uso da natureza produz(ia) o desgaste da terra. Então, a partir da indiferença e da redução da natureza a algo que não deva ser respeitado, surge um caminho que Hans Jonas indica, ele torna as ações coletivas e não mais individuais (Jonas, 2006, p. 181). Tornando assim toda a sociedade como parte responsável da técnica.

Entretanto, o antropocentrismo do qual a técnica nasceu e no qual se desenvolveu, já não é o lugar no qual podem ser decididos os espaços do ser humano, pois a técnica já se despediu deste lugar há tempo, e com esta despedida o ser humano torna-se, então, um material da técnica (Galimberti, 2003, p.8).

O pensamento Baconiano nos explica que o saber tornou-se autônomo em relação ao ser humano, e o poder que se encontrava no ser humano sobre a natureza passou a ser do poder da técnica sobre o ser humano e sobre a natureza. A natureza encontra-se atualmente separada da perceptibilidade e da intuibilidade da natureza, e toda a relação com ela é mediada pela própria técnica, e novamente, se quisermos protegê-la recorreremos a ela também.

Assim, a técnica tornou-se um meio de proteger, de fazer-conhecer os processos em torno do meio ambiente. A técnica é o fazer transformador humano que prepara a natureza à formação da espécie e da cultura humana; a técnica moderna (ou tecnologia) – que é uma provocação da natureza que gera naturalização de objetos técnicos em fusão com a ciência – transformou a natureza, tornando-a uma tecnosfera (quando se associa o potencial inventivo ao destrutivo da técnica) (Lemos, 2002, p.41).

Em contrapartida, quando a tecnologia moderna torna-se vilã, por mostrar o desenvolvimento tecnológico como fator degradante do meio ambiente, pode-se utilizar esta mesma tecnologia a favor das questões ambientais. E conforme cita Galimberti: “diante da catástrofe técnica, o remédio só pode ser técnico, ou seja, algo que tem a ver com um incremento ulterior da técnica, tendo em vista a criação de máquinas de

controle mais inteligentes que as máquinas que devem ser controladas”. (Galimberti, 2003).

Desta forma, tal concepção pode parecer estranha para os ambientalistas, mas talvez “a salvação da natureza e da humanidade dependa da nossa capacidade de também salvar a técnica e a tecnologia” (Santos, 2003b, p. 66). Assim, a utilização da informação torna-se indispensável, pois é por meio de sua vinculação que se faz importante para compreendermos a importância de preservar o meio ambiente no qual vivemos e para entender os efeitos das tecnologias e seus riscos na cena ecológica.

Atualmente as questões envolvendo o Direito Ambiental são as mais discutidas em virtude das “novas tecnologias”, e dos danos que estas ocasionam ao nosso meio ambiente e também, ao meio ambiente das futuras gerações ocasionarem um desequilíbrio ecológico em nosso planeta. O impacto dessas chamadas novas tecnologias sobre o trabalho, a vida, a cultura e todas as dimensões sociais mostrou-se com grande intensidade e de modo incontornável.

Utilizando-se da ciência e da tecnologia pode-se aumentar o bem estar social e resolver uma diversidade de problemas econômicos, sociais, culturais, ambientais e de preservação de recursos. Mas, também tais recursos podem ser utilizados para causar danos e destruir. É por isso que é necessário politizar o debate sobre questões que versem sobre a tecnologia e o meio ambiente e suas relações com a ciência e o capital, e não deixar que continuem sendo tratadas apenas no âmbito das políticas estatais.

Portanto, o papel informacional deve se tornar efetivo. E sua veiculação é importantíssima para a compreensão da importância em preservar o meio em que vivemos para as gerações futuras e para podermos prever o alcance de nossas tecnologias e os riscos oriundos de nossas atividades (Araujo; Tybusch; 2009, p. 84).

Isto porque, ao se deparar com a informação e compreender o real significado da questão ambiental, o ser humano é resgatado de sua condição de alienação e passividade. “E, assim, conquista sua cidadania, tornando-se apto para envolver-se ativamente na condução de processos decisórios que hão de decidir o futuro da humanidade sobre a Terra” (Milaré, 2004, p. 342-343).

Desta forma, a participação popular nos processos de decisão se faz de grande relevância, pois ao que dispõe o artigo 225 da Constituição Federal, que o meio ambiente é um bem comum de todos, indisponível, e toda e qualquer decisão que diga a seu respeito não deve

ser tomado por um indivíduo ou pequeno grupo, mas envolver a comunidade (Brasil, 1988).

Então a liberdade de informação e a distribuição e veiculação dela, tornar-se-á um canal que permitirá que a população tenha conhecimento de tais fatos e que participe de discussões públicas. Neste sentido, a Lei 6.938/70 que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, em seu artigo 9º, visa estabelecer os instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente, entre os quais, em seu inciso XI, é concedida a garantia da prestação de informações relativas ao meio ambiente, obrigando-se, então o Poder Público a produzi-las quando inexistente (Brasil, Lei 6.938).

Contudo, a Lei Federal 10.650, dispõe sobre o acesso público a dados e às informações existentes nos órgãos e nas entidades integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA - em atenção ao postulado de que a todo direito subjetivo corresponde um dever jurídico (Brasil, Lei 10.650).

E no que se refere ao exercício do direito subjetivo à informação, opõe-se o dever jurídico do Estado de prestá-la a contento, assim é que o dever do Estado não se resume ao mero fornecimento da informação, mas comporta a sua produção, bem como a constante atualização e a divulgação pró-ativa dos dados que estiverem em seu poder. É sob este espírito que deve ser interpretada, aplicada e regulamentada tal legislação (Milaré, 2004, p. 345).

Entretanto, apesar de existirem normas que versem sobre o acesso à informação, e a possibilidade de órgãos e entidades da Administração Pública permitirem o acesso a essas informações, a maior dificuldade está em tornar efetivo e conhecido tanto as informações, o processo de conhecimento, quanto a legislação de que tratamos. Observado isso, não restam dúvidas acerca do direito do cidadão de receber as informações relativas ao meio ambiente, pois são considerados meios que possibilitam defender e reivindicar uma qualidade de vida, sendo reconhecida atualmente como um direito fundamental.

Assim, com o avanço contínuo e acelerado da ciência e da tecnologia, a oferta sempre crescente de novos produtos, surgem novos riscos para a humanidade, riscos esses provocados pela própria razão tecnológica, isto é, o seu desenvolvimento envolve aspectos não conhecidos pela população em geral (Araujo; Tybusch; 2009, p. 82). E com este avanço:

“Aquilo que sabemos sobre nossa sociedade, ou mesmo sobre o mundo no qual vivemos, o

sabemos pelos meios de comunicação. Isso vale não apenas para o nosso conhecimento da sociedade e da história, mas também para nosso conhecimento da natureza.” (Luhmann, 2005a, p.16)

E para disponibilizar tais conhecimentos técnico-científicos, deve-se obrigatoriamente impulsionar e proporcionar a veiculação de informações através do desenvolvimento de políticas de educação ambiental, por qualquer meios - sejam eles formais ou não - através de campanhas midiáticas. E ainda, deve-se salientar todo o tipo de questões que versem acerca das novas tecnologias e sobre a forma como as quais, sejam elas a transgenia ou a biodiversidade afetam tanto o meio ambiente quanto aos seres humanos que já não podem ser vistas de forma isolada, mas de forma a abranger a todos, pois estamos tratando de um patrimônio global.

E para delimitar-se o tema, a fim de adquirirmos melhores indagações e respostas, trataremos da questão da informação e das novas tecnologias sob a cena ecológica latino-americana.

Em meados do século XX, teóricos da informação buscavam alcançar a real correspondência entre informação e realidade objetiva, de forma que a informação representava uma estrutura econômica, eficaz e suficiente. Assim, tais recursos gerados pela midiaticização social referem-se à acelerada presença dos meios e das tecnologias de informação e comunicação em todas as formas de relação humana.

Portanto, já que tais tecnologias estão inseridas quase como se fossem (e são) onipresentes em nosso hodierno, a alternativa de se fazer conhecer os problemas ambientais resta – de certo modo – mais fácil. De forma que a veiculação, vinculação e cognição estejam juntas.

Com a aprovação da Lei de Biossegurança em 1995 até o ano de 2010, foram liberadas sob a vigência da nova Lei, mais de 21 espécies de transgênicos. De forma que se não bastasse os efeitos destas espécies transgênicas aumentarem o uso de agrotóxicos, ao contrário do que alegam as empresas de biotecnologia (sendo que a análise de estudos é produzida pelas próprias empresas que almejam a autorização), são prejudiciais ao meio ambiente e a saúde (Salazar, 2010, p. 16-17).

De forma que dentre os transgênicos autorizados, vários possuem a não-recomendação pela Organização Mundial da Saúde (OMS), além de vários outros conselhos científicos que também não aconselham, tais como a Comissão Européia e o Conselho Internacional para a ciência (Paris).

O fato é que nos debatemos no problema da informação, esta que é desprezada, tanto por parte de quem deveria cuidar da biossegurança – CTNBio, ou por parte da população, que devido ao não conhecimento e não publicação de informações, desconhece os efeitos e os riscos de tais OGMs (Organismos Geneticamente Modificáveis).

Se não bastasse isso, existem Projetos de Lei 4148/98, 5.575/09 e um Projeto de Decreto Legislativo 90/97 que visam restringir a rotulagem para os alimentos em que for detectável a presença de OGM. Omitindo assim, informações sobre vários gêneros alimentícios e enganando a população acerca do que estão consumindo, ao contrário da legislação que obriga a rotulagem de transgênicos por parte da indústria alimentícia sob pena de ser crime diante do Código de Defesa do Consumidor.

Outro tema recorrente, já abordado anteriormente, quando a observação dirige-se para os efeitos das “novas tecnologias” é a biodiversidade brasileira. Esta vem sendo dilapidada para promover a integração da região amazônica na economia de mercado, através de um estilo de desenvolvimento predatório. Assim, na relação entre biotecnologia – biodiversidade, estão em jogo questões cruciais tais como: a biologia ocupar o centro da cena da civilização industrial graças à emergência das novas tecnologias; em contrapartida, a conservação da biodiversidade também se move para a cena central no movimento ecológico” (Shiva, 1991, p. 43).

Assim, a riqueza da biodiversidade é vista como matéria-prima para a biotecnologia. Que através da intervenção tecnológica, tais recursos são transformados de renováveis a não-renováveis. De forma a representar, conforme nos relata Laymert Garcia dos Santos, “uma desvalorização das formas de vida e à sua redução a mera matéria-prima correspondendo à introdução de genes e à reivindicação de propriedade intelectual para os bioprodutos inventados”.

Entretanto, tal modelo econômico e depredatório tem destruído mais de 17% da floresta amazônica. E conforme a edição de junho da revista *Science* em um período inicial, apresenta grandes ganhos financeiros para um pequeno grupo; depois perda e prejuízos para a sociedade em geral (Silva, 2009b, p.6).

Assim, para promover tal conversão ocorre a desvalorização sistemática dos recursos da Sóciobiodiversidade. Desta forma, quando as políticas públicas e o mercado não conseguem atribuir valor a informação e a segurança essa inversão ocorre. Pois, um dos mais importantes serviços prestados pela diversidade é a informação (Santos, 2003b, p. 61).

Neste contexto, o que resta fazer é utilizar a mesma técnica que oprime, sufoca e destrói os recursos naturais e transformá-la através da informação científica em uma técnica que possa salvaguardar o meio ambiente com a participação popular. De forma que para salvarmos o ser humano dos efeitos da transgenia, e livrar as florestas de um desenvolvimento de exploração mercadológica é necessário que a natureza e a tecnologia, hoje aparentemente duas metades díspares e incompatíveis da realidade, efetuem uma resolução, uma integração e formem um sistema. Em resumo, a salvação pode ser a operação técnica.

O desenvolvimento e a intensificação das tecnologias têm produzido efeitos no processo de interação social, organização e formação e são designados como “novas formas tecnológicas”. E com isso, a produção de novas maneiras de pensar, agir e perceber a natureza foram modificadas. Ao longo deste item buscamos atentar para essas novas maneiras que transformaram o meio ambiente.

Na estrutura inicial deste item pode-se observar a técnica, e de que forma ela como elemento inverso da natureza poderia de alguma forma trazer benefícios e resguardar o meio ambiente. Abordou-se diversas concepções, diversos pensadores até chegar-se a consideração de que a única forma de salvaguardar a natureza é recorrer à técnica, pois é ela que rege todas as relações.

Desta forma, atenta-se para as novas tecnologias, e sobre as informações advindas dela. Pode-se perceber que resguardo legislativo quanto a questões informacionais possuímos, entretanto o que nos falta é dar efetividade a essas normas. Cabe ressaltar ainda, que o impulsionar de conhecimentos tecnológicos-científicos por meio de processos de mediatização e educação ambiental, são meios de conceder efetividade a tal princípio, pois ao passo que informamos e concedemos meios de compreensão da informação ambiental, a participação popular também pode ser concretizada.

Já os impactos ocasionados pela não-informação são tratados no terceiro capítulo, através das “novas tecnologias”, tais como a transgenia e a biodiversidade que transformam (distorcem) a informação científica em objeto afim de obtenção de lucro. Ademais, acerca da cena ecológico latino-americana, ressalta-se a importância da veiculação de informações, para que dessa forma se salve o objeto técnico, cujas prioridades são a natureza e o homem.

Dessa maneira, para que a informação realmente tenha efetividade é necessário que se salve também a própria técnica e a tecnologia para amparar a natureza e o homem. Novas tecnologias surgirão, assim como novas formas de pensar e agir, o que não podemos

de forma nenhuma mudar é a forma de conceber o meio ambiente como um bem comum, patrimônio nosso e de futuras gerações.

Para compreender o ser humano, deve-se perceber de que forma este indivíduo desloca-se no espaço e quais são as suas atividades fundamentais. Hannah Arendt, através da expressão *vita activa*, nomeia três atividades principais, sendo elas: labor, trabalho e ação. A primeira atividade corresponde ao processo biológico do corpo humano no qual a condição humana de labor é a própria vida. A segunda, diz respeito a produção de um mundo artificial de coisas, completamente diferente do ambiente natural. Sendo a condição humana do trabalho, a mundanidade. Temos a ação que é a única atividade que se exerce diretamente entre os homens sem a mediação das coisas ou da matéria, correspondendo aquilo que chamamos de pluralidade ou a condição humana de pluralidade. A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos – humanos por excelência – sem a possibilidade de que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha existir (Arendt, 2004, p. 15-16, passim).

Outro ponto interessante é a questão da mortalidade. Os homens são as únicas coisas mortais que existem. Pois, não têm sua vida apenas como membros de uma espécie cuja vida imortal é garantida pela procriação. A mortalidade do homem está no fato de sua vida individual estar diretamente atrelada à vida biológica. Esta vida individual difere de todo o resto na sociedade, pois está num curso retilíneo num mundo onde tudo o que se move faz um sentido cíclico (Arendt, 2004, p. 27).

Porém, nenhuma vida humana é possível sem um mundo que direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos. Segundo o pensamento grego, com o surgimento da cidade-estado, o homem recebera além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Na experiência política da pólis, a ação e o discurso separam-se e tornam-se atividades cada vez mais independentes. A ênfase passou para o discurso. Este caracterizado como meio de persuasão e não como forma especificamente humana de responder, replicar e enfrentar o que acontece ou o que é feito. Tudo na polis era decidido mediante palavras e persuasão (Arendt, 2004, p. 31-35, passim). A salvaguarda das Novas Tecnologias está ligada, portanto, às possibilidades de politização, à participação a ação cidadã na esfera da *bios*, conforme preconiza Hannah Arendt.

4.2 Possibilidades para uma Epistemologia Ambiental Complexa: Fugindo do conceito meramente econômico ou da simples valorização monetária dos “Bens Ambientais”

Neste item objetiva-se abordar de forma breve os principais elementos que constituem uma Epistemologia Ambiental Complexa. O entendimento observa, principalmente, os conceitos de sistema, complexidade e percepção. Tais perspectivas importantes para compreensão do caráter multidimensional presente no conceito de sustentabilidade. A partir dessa percepção podem-se pensar decisões jurídicas capazes de enfrentar a complexidade acerca da questão ambiental. Estratégias de transição para a sustentabilidade e a justiça ambiental (Leff, 2003, p. 59).⁷⁹

“As Ciências Ambientais buscam um conhecimento conjuntivo que sirva de base para uma nova articulação jurídico-normativa (ética), uma nova **situação decisória** e dê fundamento para a educação ambiental”. (Rohde, 1996, p.15)

O conceito de ecologia origina-se do vocábulo grego *oikos* que significa literalmente “casa”, “moradia”. Paradoxalmente, o mesmo prefixo dá origem à palavra economia. Duas palavras em constante embate na contemporaneidade, ecologia e economia (Smith, 2001).

A compreensão científica da palavra ecologia advém do conceito de “ecossistema”. Um ecossistema seria o conjunto das interações dos seres vivos no âmbito de um sítio geofísico. Corresponde a uma organização espontânea, com suas regulações próprias. A ecologia por sua vez, e em derivação deste conceito anterior, é o estudo das relações que vinculam os organismos e o meio onde eles vivem⁸⁰.

Porém, o conceito que se prefere adotar acerca da ecologia nesta tese, é um pouco mais complexo (DELÉAGE, 1993, p.17).⁸¹ Tal

⁷⁹ “A pedagogia da complexidade ambiental se constrói assim na forja de um pensamento não pensado, em um porvir que ainda não é, no horizonte de uma transcendência para a outridade e a diferença, na transição para sustentabilidade e a justiça”.

⁸⁰ Ver: PENA-VEJA, Alfredo. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Trad. Renato Cavalheira do Nascimento e Elimar pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

⁸¹ “Não poderíamos, assim, pensar uma história da ecologia somente a partir da dinâmica interna das idéias inerentes a esta ciência. Há grandes influências sociais e culturais a interferir, mas há, também, relações de força institucionais e políticas que tornam impossível separar a descoberta científica das condições técnicas (circulação da informação, modos de discussão) e das modalidades políticas (jogos de poder e relações de força entre escolas concorrentes) da sua

concepção é elaborada por Edgar Morin⁸² e compreende uma ecologia derivada de um ecossistema como auto-organizador e co-programador do sistema vivo que nele se encontra integrado. A autonomia supõe complexidade, pois um sistema vivo é autônomo, mas é dependente do ecossistema. Complexidade na relação paradoxal. Ou seja, autônomo porque dependente e dependente porque autônomo.

Além dos elementos complexidade, o conceito de Edgar Morin acerca da ecologia agrega a multidependência em relação ao sistema social. A sociedade humana mais emancipada em relação à natureza, nutrindo sua autonomia na multidependência. Simplificando: A humanidade necessita da natureza para viver, co-existir. Inclui-se no conceito, portanto, o elemento *antropos*. Assim, ecologia para Morin compreende: Auto-organização Ecosistêmica – Complexidade – Consciência – Condições Bio-antropológicas e Sócio-Culturais ou Nosológicas.

Outro ponto interessante a ser esclarecido é que “Ecologia” não é um sistema social, não existe o “Sistema Ecológico”. Ecologia é uma “comunicação” que perpassa diversos sistemas como ciência (a totalidade das investigações científicas), biologia, economia, política e direito.

“Ecology means in this context the totality of scientific investigations that concern themselves, on whatever level of system formation, with the consequences of the differentiation of system and environment for the system’s environment. The concept does not presuppose any specific kind of system (ecosystem)”⁸³. (Luhmann, 1989, p. 144)

A relação entre ciência e ecologia conserva-se, portanto, na questão informacional. A comunicação específica “ecologia” nutre de expectativas que futuramente podem cristalizar-se em comprovações de

produção. Tanto mais quanto, no passado, muitas investigações ecológicas responderam a solicitações sociais precisas, como estudos da pradaria americana submetida aos conquistadores do Oeste, trabalhos de ecologia marinha na sequência do declínio do pescado, modelização matemática da dinâmica de populações, facilitando a tentativa de dar respostas apropriadas às devastações de culturas provocadas pelos insectos. Tanto mais ainda quanto, nos nossos dias, o campo de aplicação da ecologia se alargou à maior parte das atividades humanas. Diagnóstico ecológico e busca de etiqueta verde, tornam-se objecto duma procura social de massa que não pode deixar de se amplificar”.

⁸² Ver: MORIN, Edgar. **O método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2001b.

⁸³ Em tradução nossa: “A ecologia significa neste contexto, a totalidade das investigações científicas, o nível de formação de sistema, com as consequências da diferenciação do sistema e do ambiente para o ambiente de sistema. O conceito não pressupõe nenhum tipo específico do sistema (ecossistema).”

“verdade” no Sistema da Ciência (Corsi, 1996, p. 38)⁸⁴. Em outras palavras, a ecologia aumenta a complexidade e questionamentos acerca de algumas informações que eram já consideradas como absolutas verdades no campo científico, forçando o sistema a executar reiteradas vezes a operação relativa ao código (distinção) verdadeiro/não verdadeiro acerca das novas comunicações que surgem no sistema, fruto de sua atividade reflexiva.

A origem da Teoria dos Sistemas Sociais está, obviamente, diretamente relacionada com a *Teoria Geral dos Sistemas*, de Ludwig Von Bertalanffy, gênese de toda matriz que traz consigo a denominação *sistêmica*. Possibilitou a compressão de um universo que se apresenta como em evolução não linear, de forma a compreender os elementos indissociavelmente. Serviu e serve de inspiração para diversas aproximações teóricas não reducionistas e não mecanicistas dos fenômenos psíquicos, biológicos e sociais⁸⁵ (Bertalanffy, 1993, p. 78).

Como “renovação” das propostas científicas tradicionais, a Teoria Geral dos Sistemas aponta para um debate entre paradigmas epistemológicos. Porém, convém salientar que “nenhum paradigma consegue resolver todos os problemas que define também não existem dois paradigmas que deixem sem solução exatamente os mesmos problemas” (Kuhn, 1992, p. 144).

Outra forte corrente a influenciar a Teoria dos Sistemas Sociais foi aquela denominada *cibernética*. Um dos seus percursoros foi Norbert Wiener. Tal autor define *cibernética* como sendo o estudo do controle e comunicação no animal o na máquina. Propõe reflexões

⁸⁴ “La ciencia es un sistema funcionalmente diferenciado al interior de la sociedad, que opera com base em el médio de comunicaci3n verdad.” – “ A Ci3ncia 3 um sistema funcionalmente diferenciado no interior da sociedade, que opera com base no meio de comunica33o verdade”.

⁸⁵ La th3orie g3n3rale des syst3mes n’est donc p3s l3 catalogue des 3quations diff3rentielles bien connues et de leurs solutions ; elle pr3sente de nouveaux probl3mes pr3cis qui n’apparaissent pas tous en physique mais qui ont une importance fondamentale dans les disciplines non physiques. C’est parce que la physique ne s’occupait pas de ces ph3nom3nes qu’ils sont souvent apparus comme m3taphysiques ou vitalistes. (...) La th3orie g3n3rale des syst3mes pourrait devenir plus tard un important syst3me normatif pour les sciences. L’existence de lois de m3me structure dans divers domaines rend possible l’utilisation de mod3les plus simples ou mieux connus pour traiter de ph3nom3nes compliqu3s ou peu maniables – Em tradu33o nossa : A teoria geral dos sistemas n3o 3 um catalougo bem conhecido de equa33es diferenciais e suas solu333es, que introduz novos problemas espec3ficos que n3o aparecem em todas as disciplinas f3sicas, mas que s3o importantes nas disciplinas fundamentais n3o-f3sicas. Isto 3 porque a f3sica n3o estava envolvido nesses fen3menos que muitas vezes aparece como metaf3sicos ou vitalista. (...) A teoria geral dos sistemas poderia mais tarde tornar-se um sistema normativo importante para a ci3ncia. A exist3ncia de leis com a mesma estrutura em v3rios campos torna poss3vel a utiliza33o de modelos mais simples ou mais conhecido por lidar com fen3menos complexos ou gerenci3veis.

acerca do papel da informação e a técnica de medir e transmitir informação (Weiner, 1970, p. 9-10). Esta teoria liga-se diretamente com a Teoria Geral dos Sistemas na temática dos autômatos acêntricos e dos sistemas lineares e não-lineares.

É necessário delinear alguns aspectos históricos para compreensão da idéia de sistemas. A obra de Niklas Luhmann acerca dos Sistemas Sociais parte da *Teoria dos Sistemas e da Teoria da Ação* de Talcott Parsons. Onde, tendo como base a lei da entropia, todas as afirmações da teoria dos sistemas devem ser afirmações sobre a diferença entre sistema e ambiente ou a partir desta distinção. Para responder a estes questionamentos, a antiga teoria dos sistemas propôs a forma dos “sistemas abertos”, onde os mesmos transformam *inputs* em *outputs* segundo a medida de uma função de transformação que lhes traz um benefício tanto em favor da sua própria conservação como no nível de complexidade alcançado na evolução (Luhmann, 2005b, p. 97).

Talcott Parsons fundamenta sua *Teoria dos Sistemas* em uma “Teoria da Ação”, onde as ações com as quais são constituídas o Sistema Social são as mesmas que constituem os sistemas de personalidades dos atores individuais. Porém, os atores individuais não são a “unidade” mais importante do Sistema Social e sim as regras (procedimentos) que se configuram como o ponto de contato entre o *Sistema de Ação* com o ator individual e o Sistema Social (Parsons; Shils; 2001, p. 189)⁸⁶.

Para Niklas Luhmann, existem três sistemas a saber: Sistema Biológico (vida), Sistema Psíquico (consciência) e Sistema Social (Sociedade). Para o autor interessa estudar a Sociedade ou Sistema Social composto de sub-sistemas (direito, economia, política, entre outros). Rotineiramente os sub-sistemas sociais são chamados de sistemas quando referimo-nos a cada um de forma específica.

Após o contato com a obra de Talcott Parsons, Niklas Luhmann avançou sob uma perspectiva autopoietica, originária da teoria acerca

⁸⁶ “The Social system is made up of the actions of individuals. The actions which constitute the social system are also the same actions which make up the personality systems of the individual actors. The two systems are, however, analytically discrete entities, despite this identity of their basic components. (...) The role is a sector of the individual actor’s total system of action. It is the point of contact between the system of action of the individual actor and the social system.” – Em tradução nossa: “O sistema social é constituído pelas ações dos indivíduos. As ações que constituem o sistema social são também as mesmas ações que compõem os sistemas de personalidade dos agentes individuais. Os dois sistemas são, no entanto, analiticamente entidades discretas, apesar desta identidade dos seus componentes básicos. (...) O papel é um setor do sistema total do ator individual de ação. É o ponto de contato entre o sistema de ação do ator individual e do sistema social”.

dos *Sistemas Vivos*, preconizada por Humberto Maturana e Francisco Varela. Esta definição de Niklas Luhmann viria a efetivar a adaptação da teoria destes dois autores para os *Sistemas Sociais*.

Os biólogos chilenos, Humberto Maturana e Francisco Varela inauguram com a “Teoria de Santiago” uma perspectiva diferenciada onde revolucionam a Biologia e as Ciências Cognitivas com uma nova teoria sobre o funcionamento dos seres vivos, na qual não separam os fenômenos da cognição do próprio processo de viver. Explicam a “circularidade” dos seres vivos em que produtor e produto se constituem mutuamente. Nos seres humanos, com a complexificação do sistema nervoso, aparece a linguagem e a consciência, que abrem infinitas possibilidades para a expansão do humano no sentido em que o processo evolutivo não é considerado em termos do princípio da “sobrevivência do mais apto”, mas pelo da “deriva natural”, que é produtor contínuo de diferenças.

Niklas Luhmann desenvolve sua teoria geral dos sistemas sociais, observando-os como sistemas de comunicação autopoieticos, conforme abordamos anteriormente no capítulo 2 desta tese.

No que concerne à ideia de complexidade, Edgar Morin chama a atenção para a questão da percepção. A mesma deve caminhar para um descortinamento do círculo vicioso, transformando-o em círculo virtuoso. O vício com uma relação de constante dependência negativa onde uma ciência do homem postula uma ciência da natureza, que, por sua vez, postula uma ciência do homem, onde o relacionamento sujeito/objeto é compartimentalizado (Morin, 2001a, p. 16-17)⁸⁷, dividido, dissociado (a ciência se apodera do objeto e a filosofia do sujeito). A virtuosidade conserva a circularidade e respeita as condições objetivas do conhecimento humano, porém, admite que o mesmo comporta sempre, em algum lugar, um paradoxo lógico e uma incerteza. (Morin, 2002, p. 30-32, passim). Na realidade é um conhecimento que reflete sobre si mesmo.

Neste sentido, Edgar Morin explicita que a compreensão do fenômeno complexo apresenta a forma de um circuito tetralógico: desordem — interações/reencontros — organização-ordem. As consequências são: 1) As interações são inconcebíveis sem desordem,

⁸⁷“Constitui-se grande desligamento das ciências da natureza daquilo a que se chama prematuramente de ciências do homem. De fato, o ponto de vista das ciências da natureza exclui o espírito e a cultura que produzem essas mesmas ciências, e não chegamos a pensar o estatuto social e histórico das ciências naturais. Do ponto de vista das ciências do homem, somos incapazes de nos pensar, nós, seres humanos dotados de espírito e de consciência, enquanto seres vivos biologicamente constituídos.”

ou seja, sem desigualdades, turbulências, agitações, que provocam encontros; 2) Ordem e organização são inconcebíveis sem interações; 3) A ordem só se desenvolve quando a organização cria seu próprio determinismo e o faz reinar em seu ambiente; 4) A organização precisa de princípios de ordem intervindo através das interações que as constituem; 5) Quanto mais a organização e a ordem se desenvolvem, mais elas tornam-se complexas, mais elas toleram, utilizam e até necessitam da desordem. O circuito tetralógico configura-se assim como imanente de transformação e organização (Morin, 2001, p. 66-74, *passim*).

O pensamento complexo se opera no/pelo caos⁸⁸ (Morin, 2001, p. 84) que é inseparável no fenômeno de dupla face, ou seja, um universo que se desintegra ao mesmo tempo que se organiza, se dispersa e se torna polinucleado. Os processos de ordem e de organização se constituíram no/pelo caos, ou seja, pela quebra do circuito tetralógico. Tudo que se formou de organizador e criador se fez fora de qualquer probabilidade estatística. A incerteza não pode ser dissipada por ninguém. A complexidade demonstra que nunca se deve fazer uma escolha porém, sempre se faz. A incerteza permite considerar as duas faces divergentes (Morin, 2001, p. 89-93, *passim*).

Portanto, a complexidade produz ordem e organização como fenômenos centrais do universo. A visão e o pensamento complexo chamam atenção para a transposição em torno do que conhecemos por concepções de universo “estacionário” e “diaspórico”, para então assumir uma concepção de um Universo incerto – UNI-PLURIVERSO. O universo, ao contrário de qualquer outro sistema⁸⁹, traz a incerteza insuperável sendo acêntrico por excelência e, em função disso, não dispondo de nenhum ponto privilegiado de observação (Morin, 2001, p. 77-93, *passim*).

Desta forma, a relação entre ordem/desordem é: Uma, em sua fonte genésica; Complementar: tudo precisa de desordem para se organizar, tudo que é organizado trabalha para a desordem; Concorrente: concorrem ao mesmo tempo a dispersão generalizada e o

⁸⁸ O caos é originalmente uma ideia genésica, energética, de indistinção, confusão entre poder destruidor e criador, ordem e desordem, desintegração e organização. O caos obriga nossas noções antagônicas a se desdobrarem e a se amarrarem umas às outras. Nenhuma unidade dos contrários, nenhuma dialética poderia esgotar o “mistério” da relação genésica/genérica do caos à Logos (o desenvolvimento discursivo da ordem e da organização), de Elohim (a gênese) a JHVH – IAVÉ – (a lei).

⁸⁹ Nos referimos aqui a qualidade de observador de segunda-ordem, nas categorias luhmanianas, isto é, o observador que observa a observação e é, portanto, um observador privilegiado.

desenvolvimento de um arquipélago de organização; Antagonista: a desordem destrói a ordem organizacional; a ordem afasta as desordens. Assim, se confundem, se chamam, se requerem, se combatem e se contradizem (Morin, 2001, p. 84-89, passim).

Assim, a questão ecológica requer, conforme abordado anteriormente, percepções aprimoradas que possam compreender os ciclos (hiperciclos) de ordens, desordens e reorganizações constantes. O fator globalização que praticamente desterritorializa o fenômeno ecológico, a sociedade de risco que produz arquipélagos de certeza em um universo de incertezas acerca das tecnologias empregadas e da continuidade da Nave Terra são alguns desses pontos.

Para Edgar Morin, o universo físico se conhece a partir de percepções onde aprendemos objetos que nos parecem autônomos em seu ambiente, exteriores ao nosso entendimento e dotados de uma realidade própria. De outra forma, o observador/conceituador participa de sua construção através das estruturas de seu entendimento e das categorias com as quais produz informação.

Nesse sentido, ao desenvolver observações acerca da informação deve-se perceber que os sistemas têm uma história (uma arqueologia), que difere dos conceitos básicos de tempo (presente-passado-futuro) e dobra-se na relação entre espaço-tempo. Todas as questões anteriores passam pelo tempo. O problema é: De que maneira percebemos este tempo? Ele é único, cronológico e limitado? Ele é global e virtual? Ou então quem sabe subjetivo? Divide-se cartesianamente em passado, presente e futuro? A resposta mais coerente e comunicativa é a de que ele (o tempo) seria todos estes tempos e, ao mesmo tempo, nenhum. Eis o paradoxo na temporalidade. A noção de tempo linear já foi destruída por Einstein com a sua “teoria da relatividade”. Não há como separar passado, presente e futuro.

Para compreendermos a gênese deste enfrentamento e eterno retorno, necessitamos conceber o tempo como plural e não único. Edgar Morin concebe em sua obra, quatro tempos que consideram complexidade, paradoxo e risco, a saber: Um tempo Biocêntrico que leva em consideração as características biológicas do indivíduo, é, portanto, o seu relógio-biológico; um tempo Geocêntrico que é ditado pelas alterações da Nave-Terra, como exemplo o dia que antecede/precede à noite (os elementos bio e geofísicos⁹⁰ são regras de

⁹⁰ “Ora, o espaço e o tempo fazem variar os elementos geofísicos e biológicos, as complementaridades e os ciclos, ou seja, as regras de eco-hospitalidade e de eco-integração. Há, portanto, para uma mesma espécie animal ou vegetal, possibilidades completamente diversas de integração – *ergo* de adaptação – de um ecossistema à outro, de um momento à

eco-integração que se auto-reproduzem temporalmente produzindo variabilidades e tempos próprios); um tempo Antropocêntrico, criado e instituído pelo homem e suas relações de produção/circulação/socialização e o tempo Tecnocêntrico que nos conduz a uma realidade virtual, digitalizada, cria/impõe necessidades para acompanharmos o curso da história.

Fator relevante é a compreensão acerca da *antropos*, que irá efetivar a união e interação comunicacional entre os tempos bio-geocêntricos e o tempo tecnocêntrico com a produção de *cenoses*⁹¹ que irão consolidar Eco-bio-geo-antropo-tecnocenoses. Estas dinâmicas somente se cristalizarão na *antropos* mediante a efetivação do último nível da linguagem, ou seja, a pragmática. Desta forma, irão nortear as relações de comunicação intra e intersistêmicas.

Falamos especificamente do segundo princípio da termodinâmica, a “entropia”. Esboçado por Carnot e formulado por Clausius (1850) introduz a idéia de degradação de energia, ao contrário do primeiro princípio que reconhece a energia como entidade indestrutível, dotada de um poder polimórfico de transformações.

“Os limites do crescimento econômico são estabelecidos pela *lei-limite da entropia*, que rege os fenômenos da natureza e conduz o processo irreversível e inelutável da degradação da matéria e da energia do universo. A Terra não escapa dessa lei universal; mas nesse minúsculo ponto de nossa galáxia, tal processo é acelerado pela imposição de uma racionalidade econômica que incrementa e magnifica a transformação da matéria e da energia de baixa entropia a estados de alta entropia, cuja manifestação mais clara, na atualidade, é o aquecimento global” (Leff, 2006, p. 176).

Assim, no princípio entrópico, enquanto todas as formas de energias podem se transformar integralmente uma na outra, a energia que toma forma calorífica não pode se reverter inteiramente, perdendo então uma parte de sua aptidão para efetuar um trabalho. Toda transformação, todo trabalho libera calor, contribuindo para esta degradação. Assim, a diminuição irreversível da aptidão de se

outro de um mesmo ecossistema (o qual é fechado ao estado *clímax*, mas aberto nos períodos de transição). Enfim, não esqueçamos que o próprio ecossistema deve adaptar-se para desestruturação/reestruturação, por vezes, mesmo em cadeia a acontecimentos que o modificam, o que leva as suas populações a adaptarem-se a essa nova adaptação. Em outras palavras, os ecossistemas e os seres vivos devem interadaptarem-se aos acontecimentos/transformações de uns e outros.” (Morin, 2001b, p.67)

⁹¹ O sentido que Morin atribui a palavra “cenose” é o de dinâmica, troca, interação para a morte.

transformar e de efetuar um trabalho – característico do calor – foi denominada de entropia (Leff, 2006, p. 53).

Porém, a partir de 1850 surgem muitas dúvidas a partir do trabalho de Clausius. O universo seria um mega-sistema fechado, onde em função do segundo princípio da termodinâmica, há uma tendência para a morte térmica?⁹² (Leff, 2006, p.55) Rumamos à desorganização e à desordem? O universo é um sistema? Por que há ordem e organização no universo? Para melhor explicação destas dúvidas ontológicas ampliasse, portanto, o estudo acerca dos sistemas termodinâmicos fechados para os sistemas abertos.

Desta forma, a partir dos estudos da termodinâmica, percebe-se um princípio de degradação irreversível que opera sempre que há trabalho e transformação no universo. Assim, a desordem é ao mesmo tempo limitada (no compartimento físico dos “sistemas fechados”) e ilimitada (no sentido em que ela acompanha todo o trabalho, mesmo em um sistema “aberto”) (Leff, 2006, p. 56).

Conforme preconizamos nesta exposição, a informação é condição sem a qual não podemos perceber o fenômeno ecológico. A troca viável de informações na sociedade globalizada somente pode ocorrer mediante processos democráticos de troca e interação acerca da problemática ambiental. Não há outra forma para perceber as redes sistêmico-complexas que envolvem a ecologia em sua forma global senão possibilitando espaços dialógico-dialéticos de atuação.

4.3. Perspectivas do Sócio-Ambientalismo e da Sóciobiodiversidade: Pós-Colonialidade e estratégias legitimadoras de emancipação

A esta perspectiva reducionista podemos incluir a ideia de colonialidade como um dos elementos constitutivos e específicos da padronização mundial do poder capitalista. A colonialidade baseia-se na classificação racial/étnica da população mundial, como definidora de

⁹² “O segundo princípio provocaria então um atentado à ordem cósmica. Mas a profecia de Clausius tinha sido contestada em sua premissa: a legitimidade da transferência da noção de sistema fechado na escala cósmica. Pode-se considerar o universo não apenas como fechado ou aberto, mas como um sistema? A inadequação da extrapolação parecia evidente num ponto essencial: nos sistemas fechados da termodinâmica, os estados de ordem/organização são ao mesmo tempo iniciais e improváveis. Se a ordem e a organização fossem improváveis, como é que poderíamos contar ao infinito átomos, moléculas, astros? Como a progressão irreversível da desordem poderia ser compatível com o desenvolvimento organizador do universo material e a seguir da vida que conduz ao *homo sapiens*?”

padrões e hierarquias de poder, com operatividade estendida a todos os planos da existência social. Convém salientar que este conceito é muito diferente do “colonialismo”, onde as estruturas de dominação e de controle de recursos de produção e do trabalho ocorrem com sedes localizadas em outras jurisdições territoriais, nem sempre implicando relações racistas de poder (Quijano, 2009).

“A ideia central é, como já referimos, que o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e/ou nações colonizados. As epistemologias do Sul são o conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam essa supressão, valorizam os saberes que resistiram com êxito e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologia de saberes”. (Santos; Meneses; 2009a, p. 13)

Desta forma, uma possibilidade diferenciada de práticas discursivas encontra-se nas “perspectivas pós-coloniais”. Refere Homi Bhabha que estas “emergem do testemunho dos países de Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul” (Bhabha, 1998, p. 238). Buscam intervir na formação de discursos ideológicos da pós-modernidade que tentam aferir uma “normalidade” hegemônica à irregularidade de desenvolvimento e às histórias diferenciadas entre as nações, comunidades, raças ou povos. Segue, como ilustração, a observação de Ignacy Sachs como um olhar vindo do Norte que percebe o processo de “normalização” dos padrões de consumo globais e seus efeitos nocivos dentro das diversidades geopolíticas.

“No Sul, a reprodução dos padrões de consumo do Norte em benefício de uma pequena minoria resultou em uma apartação social. Na perspectiva de democratização do desenvolvimento, o paradigma necessita ser completamente mudado. Por princípio, o Sul poderia ter evitado alguns dos problemas que estamos atravessando no Norte se tivesse pulado etapas em direção à economia de recursos, orientada para os serviços e menos intensamente materializados, em prol do meio ambiente e da elevação do padrão de pobreza. No entanto, é improvável que isso aconteça sem sinais claros de mudanças no Norte em relação ao efeito demonstrativo dos seus padrões de consumo sobre a população do Sul, maximizados pelos processos de globalização em âmbito cultural.” (Sachs, 2008, p. 58)

Na perspectiva pós-colonial a cultura é observada como estratégia de sobrevivência tanto transnacional como tradutória. Tradução no sentido de que as histórias espaciais de deslocamento (acompanhadas das disputas territoriais e tecnologias globais e midiáticas) priorizam como a cultura significa e é significada. Assim, os discursos naturalizados como “unificadores” de povos e nações não podem ter referências imediatas. Tal perspectiva desperta consciência acerca da “construção da cultura e da invenção da tradição” (Bhabha, 1998, p. 238).

É importante, portanto, buscar a percepção do lugar híbrido atribuído aos valores culturais onde a “metáfora da “linguagem” traz à tona a questão da diferença e incomensurabilidade culturais” (Bhabha, 1998, p. 247). Tal compreensão possibilita o (re)questionar das noções etnocêntricas e consensuais da existência pluralista da diversidade cultural.

Assim, o Pós-Moderno aborda, principalmente, noções de valor como desenvolvimento, velocidade, tecnologia. Por mais volátil e adaptável que sejam as perspectivas dos discursos pós-modernos, todavia, não se concentram no cerne da tradução dos processos culturais; suas trajetórias e errâncias no âmago de seus processos construtivos. Desta forma, também não percebe os tempos de transformação na própria prática discursiva. Tempo este entre a proposição/emissão de discursos e a recepção dos mesmos. Nesta trajetória/deslocamento se modificam as estruturas, as instituições. O

discurso se auto-produz e se deixa atravessar em pequenas fissuras, produzindo outras práticas oriundas de novas percepções e produções lingüísticas específicas em dado espaço e tempo. Em outras palavras, o discurso pós-colonial assume diferentes roupagens de seu lugar inicial de hegemonia. “Assume perspectivas no domínio da outridade e do social, onde a identificação se dá na própria diferença” (Bhabha, 1998, p. 257).

Tal concepção permite a construção de diálogos e processos democráticos conscientes acerca da questão ambiental. Permite decidir com “agência”. Capacidade de agir e vivenciar. Ação coletiva no sentido de movimentação (movimentos sociais) que consigam perceber as diferenças e rupturas entre as diversas concepções de ecologia. Na realidade, diálogo de saberes em construção, o que leva a questionar a rivalização de formas distintas de conhecimento, entre o conhecimento científico submetido aos interesses hegemônicos da globalização e os saberes culturais das populações tradicionais latino-americanas.

A formação de um pensamento que supere o imenso abismo entre norte e sul deve ultrapassar a produção de ausências em nossa racionalidade ocidental dominante. De acordo com Boaventura de Sousa Santos essas ausências constituem-se em monoculturas (como culturas únicas e absolutas).

É necessário, pois, superar cinco monoculturas ou modo de produção de ausências. 1) A *monocultura do saber e do vigor*, que define o saber científico como único conhecimento válido, desprezando os conhecimentos alternativos e descredibilizando os grupos sociais cujas práticas estão baseadas nestes conhecimentos. 2) A *monocultura do tempo linear*, afirmando que a história somente possui um sentido, onde os países desenvolvidos estão na dianteira e todos os países que não fazem parte desta simetria são considerados resíduos atrasados de um processo já desencadeado. 3) A *monocultura da naturalização das diferenças*, que padroniza a hierarquia como uma consequência natural, induzindo o raciocínio de que os que são inferiores o são “por natureza”. Assim, esse modo produz ausências pela “inferiorização” na construção de classificações raciais, étnicas, sexuais e de castas. Não se observa, portanto, as diferenças como igualdade. Para esta monocultura as diferenças são sempre desiguais. 4) A *monocultura da escala dominante*, produzindo categorias válidas “universalmente”, independentemente do contexto em que ocorre. Desta forma, a globalização observada neste viés reduz-se à uma identidade que se expande no mundo, nomeando os saberes universais e rivalizando com os saberes locais. O global e o universal tornam-se hegemônicos, o

particular e o local são, por sua vez, descartáveis e desprezíveis. 5) A *monocultura do produtivismo capitalista*, é aplicada tanto ao trabalho quanto à natureza e institui que a racionalidade econômica é programada em um ciclo de produção que determina a aceleração do trabalho sem considerar os ecossistemas e os ciclos naturais (Santos, 2007, p. 29-32, passim).

A proposta de uma ecologia de saberes confronta a ideia de monoculturas. “É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia” (Santos, 2009, p. 44-45).

A ecologia de saberes, portanto, é fundamentada na ideia de que todo o conhecimento é interconhecimento, parte do pressuposto de que se deve observar uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico, percebendo assim, “a diversidade epistemológica do mundo” (Santos, 2009, p. 45). Neste contexto, conforme Boaventura de Sousa Santos, a ecologia de saberes constitui-se como uma contra-epistemologia resultante das transformações políticas de povos e visões de mundo “abaixo da linha do Equador”; como parceria de resistência ao capitalismo global, ou seja, estratégia contra-hegemônica.

“Em termos geopolíticos, trata-se de sociedades periféricas do sistema mundial moderno onde a crença na ciência moderna é mais tênue, onde é mais visível a vinculação da ciência moderna aos desígnios da dominação colonial e imperial. E onde outros conhecimentos não científicos e não-ocidentais prevalecem nas práticas quotidianas das populações”. (Santos, 2009, p. 47)

Outro fator que, igualmente, impulsiona a observação da ecologia de saberes é a proliferação de alternativas/possibilidades que formam a globalização contra-hegemônica. Destaca-se, portanto, a ausência de uma única alternativa global. Assim, o ideal de uma ecologia de saberes objetiva dar “consistência epistemológica” ao pensamento da diversidade, da pluralidade, e da propositura de ações concretas. Conhecimento como intervenção no real. “Um pragmatismo epistemológico é, acima de tudo, justificado pelo facto de as experiências de vida dos oprimidos lhe serem inteligíveis por via de uma epistemologia das conseqüências. No mundo em que vivem, as

consequências vêm sempre primeiro que as causa” (Santos, 2009, p. 50-51).

Neste contexto, a praticidade discursiva da ecologia de saberes fundamenta-se na necessidade de um reavaliar constante das intervenções e interações concretas na sociedade e na natureza, que a pluralidade de conhecimentos proporciona. Assim, ao invés de prescrever uma hierarquia única que padroniza e divide o pensamento ocidental em norte/sul, leste/oeste, avançado/atrasado; esta perspectiva favorece a criação de hierarquias dependentes de contexto baseados em “resultados concretos pretendidos ou atingidos pelas diferentes formas de saber” (Santos, 2009, p. 51).

“É insustentável a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e das metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do Norte, quanto a maioria das sociedades existentes não só apresenta características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimento das duas experiências sociais e históricas e produzido contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetidas para as margens destas” (Santos; Meneses; 2005b, p. 23).

A ecologia de saberes é, portanto, uma estratégia epistemológica contra-hegemônica que assume como não justificável a determinação global de que só é relevante (e passível de investimentos em ciência e tecnologia) o conhecimento que esteja em função dos interesses e observações definidas nos países do Norte.

Neste contexto, a ecologia de saberes configura-se essencialmente como uma contra-epistemologia. Constata-se, portanto, a solidificação de ideias e ações engendradas a partir da emergência política de povos e visões de mundo “do outro lado da linha”, como companheiros de resistência global ao capitalismo. A saber: uma globalização contra-hegemônica (Santos, 2010).

De forma similar a Boaventura de Sousa Santos, Enrique Leff preconiza a existência de um Saber Ambiental como uma nova *episteme*. Configura-se como “uma concepção crítica do conhecimento que exerce uma vigilância epistemológica sob as condições sociais de produção do saber e do efeito do conhecimento sobre o real, que se

desdobra em estratégias de poder no saber dentro da globalização econômico-ecológica” (Leff, 2006, p. 300).

A ideia de Ecologia Política surge, justamente, impulsionada por essa inovadora perspectiva de saber. Ou seja, por intermédio da politização do conhecimento é que se opera a reapropriação social da natureza. Notadamente multidisciplinar, “a Ecologia Política constrói o seu campo de estudo e de ação no encontro e na contracorrente de diversas disciplinas, pensamentos, éticas, comportamentos e movimentos sociais” (Leff, 2006, p. 301).

“A ecologia política emerge no *Hinterland* da economia ecológica para analisar os processos de significação, valorização e apropriação da natureza, nem pela atribuição de normas ecológicas à economia; esses conflitos socioambientais se formulam em termos de controvérsias derivadas de formas diversas – e muitas vezes antagônicas – de significação da natureza, em que os valores políticos e culturais ultrapassam o campo da economia política dos recursos naturais e serviços ambientais. Daí surge essa estranha politização da ecologia”. (Leff, 2006, p. 302)

Neste contexto, comunicam-se diversas ramificações do Saber Ambiental como a sociologia política, a economia ecológica, o direito ambiental, a antropologia e a ética política. Essa perspectiva observa critérios diversificados para uma distribuição ecológica, onde os processos de valoração da natureza não correspondam somente aos critérios e códigos exclusivos da racionalidade econômica.

Na seara dos conflitos distributivos podem-se citar movimentos sociais como os de resistência ao neoliberalismo e o da justiça ambiental. Esse último defende a existência de desigualdades em termos de proteção ambiental no planeta. É, justamente, nas áreas de maior carência socioeconômica que se concentram os maiores déficits em investimentos nas áreas de saneamento, moradia e análise geomorfológica. Compreende-se, portanto, que o risco ambiental não é distribuído proporcionalmente. As regiões anteriormente mencionadas apresentam maiores probabilidades de potencializarem efeitos nocivos de mudanças climáticas, por exemplo, agravando os resultados e produzindo verdadeiras catástrofes ambientais em decorrência da

carência de estruturas, recursos e orientações básicas para a gestão de emergências nestas situações.

A Justiça Ambiental é entendida, portanto, como “a condição de existência social configurada através do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e aplicação de políticas, leis e regulações ambientais” (Acseirad; Mello; 2009, p. 16). Em outras palavras, a ideia de tratamento justo pressupõe que nenhum grupo de pessoas (independente de etnia ou classe) deva suportar parcela desproporcional de impactos ambientais negativos oriundos de qualquer operação de empreendimentos industriais ou comerciais, bem como ação ou omissão de políticas públicas governamentais. “O movimento de justiça ambiental constituiu-se nos EUA nos anos 1980, a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis” (Acseirad; Mello; 2009, p. 17). Em suma, o movimento trata das temáticas da equidade e da distribuição ambiental.

A distribuição ecológica refere-se à comunicação de estruturas jurídicas e políticas, bem como os atores sociais mobilizados por interesses de sobrevivência, qualidade de vida, autonomia e identidade, para além do estritamente econômico. Em outras palavras, a distribuição ecológica relaciona-se com a repartição desigual dos custos e potenciais ecológicos, “externalidades” que provocam a necessidade de observação do Sistema Econômico para a criação de novos instrumentos em resposta as demandas jurídicas, políticas e de movimentos sociais no que se refere à deterioração do ambiente e à reapropriação da natureza.

“Neste contexto, vem se configurando um discurso reivindicativo sobre a ideia de *dívida ecológica*, como um imaginário e um conceito estratégico dentro dos movimentos de resistência à globalização do mercado e seus instrumentos de coerção financeira, questionando a legitimidade da dívida econômica dos países pobres, boa parte deles na América Latina. A dívida ecológica põe a descoberto a parte mais perversa, e até agora oculta, do intercâmbio desigual entre países ricos e pobres, quer dizer, a destruição da base de recursos naturais dos países ‘subdesenvolvidos’ cujo estado de pobreza não é consubstancial à uma essência cultural ou à sua limitação de

recursos, mas resulta de sua inserção em uma racionalidade econômica global que superexplorou sua natureza, degradou seu ambiente e empobreceu seus povos”. (Leff, 2006, p. 303)

Um dos exemplos concretos vistos anteriormente refere-se à pilhagem do Terceiro Mundo operada através de mecanismos de apropriação da natureza como a etnobioprospecção⁹³. A biodiversidade de um país simboliza, além do patrimônio de recursos naturais, os significados culturais de sua existência evolutiva na história. Esse patrimônio cultural não pode ser mensurado apenas pela valoração econômica. Reside aí a necessidade de fixação de limites entre o que pode ser negociável, utilizado como moeda de câmbio, e o que não pode ser objeto de compensação econômica traduzido, portanto, no campo da distribuição ecológica.

A ecologia política produz a resignificação da ideia de meio ambiente (ou de desenvolvimento sustentável) no próprio espaço paradigmático da economia. “A ecologia política se estabelece no campo do conflito pela reapropriação da natureza e da cultura, ali onde a natureza e a cultura resistem à homologação de valores e processos (simbólicos, ecológicos, políticos) incomparáveis e a serem absorvidos em termos de valor de mercado” (Leff, 2006, p. 304). Na realidade, o campo de conflito da ecologia política abre espaço para incorporar na diversidade natural à diversidade social, sociobiodiversidade como política da diferença e espaço amplo de cidadania.

Ao abordamos a questão de um movimento social que se modifica no tempo e no espaço em sociedades complexas, necessitamos compreender as inter-relações subjetivas que constituem seu processo de construção. A relação entre o particular das consciências individuais e o universal produzido na tentativa de definir, generalizar e, em última análise, normativizar o movimento.

O movimento ambientalista enquanto percebido exclusivamente como conferências das Nações Unidas, tratados e protocolos oriundos de relações internacionais e interpretações extensivas de declarações de direitos é universal. Porém, corre o risco de ser “absolutamente

⁹³ Recapitula-se que “Etnobioprospecção” é a prática de corporações multinacionais para investigação de conhecimentos de povos tradicionais, notadamente indígenas, sobre os usos que fazem da fauna e flora em suas tradições culturais, de forma a identificar substâncias que possam ter propriedades terapêuticas/farmacêuticas ou cosméticas para posterior extração e comercialização privada.

instituído” e, portanto, perder as particularidades individuais e regionais que enriquecem e movimentam o seu processo de eterna construção. Um movimento que não se auto-constrói perde a linha de existência.

Em termos de manifestações concretas e elementos simbólicos, um dos movimentos sociais mais significativos da atualidade é o movimento ambientalista. Isto não se deve meramente pela sua ampla divulgação pelos meios de comunicação de massa, mas em face de sua considerável capacidade de despertar diferentes percepções nas consciências individuais (opinião pública) acerca de seus fenômenos complexos, bem como de sua formação híbrida, sendo composto da iniciativa de diversos outros movimentos (sindical, feminista, entre outros). Desta forma, buscamos analisar a “cartografia” do movimento ambientalista enquanto “projeto” individual e social.

A ideia de projeto pode ser percebida com o auxílio conceitual de Gilberto Velho em uma relação paradoxal entre “projeto singular” e “projeto social” gerando, neste último, comunicações conscientes e potencialmente públicas. Assim, a manifestação de projetos sociais engloba, sintetiza e incorpora diferentes projetos individuais, dependendo de percepções, vivências e interesses comuns.

Neste sentido, “A interação com redes de relações mais amplas e diversificadas afeta o desempenho dos papéis sociais” (Velho, 1980, p. 20). Projeto é em suma algo que pode ser comunicado. A possibilidade de existência de projetos individuais está diretamente ligada com as realidades sócio-culturais específicas aos quais estão mergulhados. Considerando o indivíduo uma realidade complexa, ao mesmo tempo dado da natureza e construto social e cultural que comunica, nomeando e sendo nomeado, em interações com os seres a sua volta, os projetos são construídos em função de experiências, de códigos de vivências e interações interpretadas.

Na observação de sociedades complexas, que trazem consigo a noção de heterogeneidade cultural, entendida como coexistência de uma diversidade de tradições de variadas bases (étnicas, sociais, religiosas), se faz necessária uma abordagem que busque localizar, selecionar e contemplar as diferentes fronteiras simbólicas entre as experiências significativas apresentadas. Em outras palavras, é necessário pensar a trajetória social pela qual passam indivíduos e grupos, as redes produzidas entre os mesmos bem como a noção de conhecimentos produzidos em classes que reproduzem no tempo e espaço determinados comportamentos e comunicações.

O ambientalismo, no que tange às pesquisas sociológicas acerca do movimento, não se enquadra em uma tipologia simplificada dos

movimentos sociais tradicionais. Suas manifestações no campo político demandam observações diferenciadas capazes de compreender a natureza multidisciplinar complexa do movimento ambientalista. A luta que envolve os movimentos ambientais não se resume somente em luta por equidade e participação econômica e política. Abrange, todavia, possibilidades para constituição de uma nova ordem social, ou seja, de um projeto social que perpassasse diferentes sistemas (econômico, político, jurídico e cultural) enquanto comunicação ecológica.

As organizações socioambientais associam-se em redes, autônomas, segmentadas e policéfalas. Em estruturas não hierárquicas, descentralizadas e participativas. (Leff, 2006, p. 454). Os grupos ambientalistas possuem como características marcantes a sua abrangência, estratégias de luta, e eficácia no impulsionar da opinião pública.

“As estratégias do movimento ambientalista incorporam demandas populares de participação e contra a desigualdade, marginalização, exploração e sujeição que são produzidas pelos processos econômicos e políticos prevalentes – demandas de melhorias salariais, de propriedade da terra, de habitação e serviços públicos – em suma novas lutas pela defesa de seu patrimônio de recursos naturais, de conservação da biodiversidade, de preservação do meio ambiente, de afirmação de suas identidades e direitos culturais, de melhoria da qualidade de vida”. (Leff, 2006, p. 457)

Em suma, os movimentos ambientalistas orientam-se por uma gama variada de objetivos, dentre eles: a) demandas por participação em assuntos de cunho político e econômico; b) defesa de territórios e recursos ambientais; c) propositura de novas formas de produção e estilos de vida para além das padronizações dos modelos capitalistas e estruturas de consumo globais; d) inserção em processos democráticos de tomada de decisões em escalas locais e globais, bem como elaboração de propostas para novas organizações políticas que objetivam ampla participação cidadã; e) postura crítica frente à racionalidade econômica de orientação exclusivamente mercadológica (Leff, 2006, p. 456-457, *passim*).

Desta forma, uma perspectiva de Sociobiodiversidade deve contemplar a preservação da biodiversidade para sobrevivência e uso sustentáveis das comunidades locais; bem como a manutenção destes

“saberes em ação” como “preservação cultural”. Porém, verifica-se uma rivalização de saberes envolvidos neste processo. De um lado encontra-se a uso da biodiversidade relacionado a necessidade de sobrevivência dos povos tradicionais e comunidades locais, de outro, o interesse utilização da biodiversidade como insumo para sistemas de produção centralizados e homogêneos em escala global (Shiva, 2001). A ordem jurídica e os esquemas de participação política devem possibilitar a criação de estruturas que permitam a inclusão das comunidades tradicionais, seus saberes, valores e tradições. Tal procedimento demanda uma mudança epistemológica e paradigmática em conceitos como propriedade e contrato. A propriedade que envolve a biodiversidade é coletiva, os investimentos em pesquisa devem ser públicos para a consideração dos valores sociais envolvidos neste processo.

“Para criar condições de tomada de decisões autônoma e soberana sobre os recursos genéticos e o seu uso público, seriam necessários investimentos em ciência e tecnologia nos países ricos em biodiversidade. Esses investimentos deveriam ser públicos, se quisermos que os resultados das pesquisas possam beneficiar toda a população e não somente os que podem pagar pelos produtos gerados ou aqueles que são alvos de medidas sociais compensatórias. No entanto, o que temos observado é o direcionamento da pesquisa pública para atender aos interesses de empresas privadas, por meio de restrição dos recursos públicos para ciência e tecnologia e direcionamento das prioridades de pesquisa pelos investimentos das empresas privadas feitos em laboratórios públicos”. (Saragoussi, 2002, p. 98)

Para assegurar a devida participação da população local e acesso confiável às informações ambientais é necessário pensar mecanismos de sistematização desta comunicação. “A ausência de um mecanismo sistematizado de informações ambientais tem impacto direto na capacidade de participação qualificada da sociedade tantos nos espaços de formulação com no de ações e decisões governamentais” (ONU-CEPAL, 2007). A “biodemocracia” configura-se como uma perspectiva interessante indicada por Vandana Shiva. Neste contexto, existe a percepção de que além do valor intrínseco às diferentes formas de vida, existe o direito das comunidades tradicionais em manter o seu

conhecimento cultural sobre a biodiversidade, acerca das diferentes espécies de fauna e flora existentes.

A perspectiva ecológica exige a formação de um pensamento que reflita a heterogeneidade, a possibilidade da diferença, a tolerância e a solidariedade diante do *outro*. É preciso conceber uma sociedade na qual estejam desde sempre colocados múltiplos modos de viver e construir a realidade. Ressalta-se, porém, que isto não significa estar conformado com a desigualdade, mas o reconhecimento da sua dimensão para estabelecer um diálogo democrático na direção de um senso comum em defesa de todas as formas de vida, o qual parta das diferenças para poder superar as iniquidades.

Busca-se, portanto, a dimensão simbólica do social para percepção da Ecologia Política. Dimensão esta que necessita de uma compreensão mais plena da reflexividade inerente à própria modernidade em transformação (Giddens, 1991, p. 55). Para Anthony Giddens não devemos perceber estas transformações “enquanto “pós-modernismos” que dizem respeito somente a reflexões estéticas sobre a natureza da modernidade” (Giddens, 1991, p. 52).

Deve-se perceber, portanto, os processos de trajetória que atentam para a necessidade de cuidado ao entender e interpretar a historicidade. “Ela pode ser definida como o uso do passado para ajudar a moldar o presente, mas não depende de um respeito e imutabilidade do tempo pretérito” (Giddens, 1991, p. 56). Pelo contrário, é necessária a memória para o rompimento e transformação do presente projetando expectativas enquanto promessa de futuro. Em termos de relações internacionais verificamos um remodelar constante das hegemonias ocidentais, cristãs, de tradições monárquicas.

Anthony Giddens aponta algumas dimensões da globalização que são desconstruídas na atualidade para ressurgirem com novas roupagens como: O Sistema de Estados-nação, a Economia Capitalista Mundial e a Divisão Internacional do Trabalho. Tais estruturas sofrem deslocamentos na globalização da atualidade. “Uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam os aspectos principais da vida cotidiana” (Giddens, 1991, p. 83). Porém, essas transformações, como vimos anteriormente, não impediram os processos de apropriação de recursos pelas grandes potências industriais, bem como uma distribuição desigual de riqueza produzida nos países assim explorados. Desta forma “a implantação de modelos econômicos, tecnológicos e culturais ecologicamente inapropriados durante uma longa dominação colonial e imperialista

gerou uma *irracionalidade produtiva*” (Leff, 2009, p. 33). Esta forma de atuação produz uma tentativa equivocada de “reconciliar dois aspectos contraditórios da dialética do desenvolvimento: o meio ambiente e o crescimento econômico” (Leff, 2009, p. 239).

Assim, ocorre a formação de um discurso distorcido cujo principal escopo é difundir o crescimento econômico como um processo absolutamente sustentável. Porém, sustentado nos mecanismos do livre mercado onde o interesse último e único seria o suporte/ampliação dos espaços de produção, circulação e consumo. O problema central reside na insustentabilidade democrática deste modelo, ao não incorporar a dimensão social e participativa em seus processos. A longo prazo, converte-se em instrumento de produção de desigualdades, bem como demonstra sua incapacidade de conter o crescimento desenfreado produtor de impactos ambientais negativos.

“O discurso do desenvolvimento *sostenible* insere-se, assim, numa ‘política de representação’, que constitui identidades para assimilá-las a uma lógica, a uma razão, a uma estratégia de poder, na apropriação da natureza como meio de produção. Neste sentido, as estratégias de sedução e simulação do discurso da *sostenibilidad* constituem por excelência o mecanismo extraeconômico da pós-modernidade para a exploração do homem e da natureza, substituindo a violência direta como meio de exploração e apropriação dos recursos”. (Leff, 2009, 238)

Neste sentido é importante a percepção de um conceito de sustentabilidade que esteja além da retórica do desenvolvimento sustentável economicamente orientado. Convém salientar que o termo “Sustentabilidade” não se refere, necessariamente, à expressão “sustentabilidade ambiental”. Incorpora, de forma multidisciplinar, diversas outras dimensões. Ignacy Sachs percebe cinco dimensões para a sustentabilidade, sejam elas a social, econômica, política, ecológica, espacial, cultural e a sustentabilidade do Sistema Internacional de forma que as ações tomadas dentro dessa perspectiva pragmática contemplem a complexidade do conceito (Sachs, 2008, p. 71-72, passim).

Também se soma a essas dimensões a dimensão jurídica da sustentabilidade, como estrutura capaz de reduzir complexidades para processar decisões e, conseqüentemente, estabilizar expectativas sociais. Porém, a técnica jurídica não pode configurar-se como mero elemento

de repetição e padronização a serviço de estratégias econômicas. Toda decisão jurídica que envolve matéria ambiental deve incorporar em seu procedimento a possibilidade de avaliação das diferentes dimensões da sustentabilidade citadas anteriormente.

Uma Ecologia de Saberes é essencial para uma compreensão do processo de globalização atual. É necessário identificar os discursos de “assujeitamento” e padronização no que concerne à prática hegemônica de grandes conglomerados empresariais e sua perspectiva transnacional opressiva e dominante na apropriação de conhecimentos e recursos naturais. Igualmente importante é perceber a dominação discursiva no “nível micro”, ou seja, nas relações de consumo.

É inegável que todo consumo produz externalidades, reflexos e impactos ambientais negativos. Porém, algumas correntes do pensamento pós-moderno, com embasamento filosófico, tornam a visão da sociedade contemporânea como “coexistência errática de impulsos e desejos” (Canclini, 2006, p. 64). Ora, se tal afirmação é levada à última consequência, todos os impulsos de consumo são inevitáveis dentro de um esquema de produção da desordem e do medo, onde os signos dispersos (dificuldades em estabelecer sentidos e códigos compartilhados) impedem de estabelecer coerências levando a uma instabilidade generalizada de mercado (ou da percepção do que é o mercado) e também à dispersão dos sujeitos em suas escolhas e “seguranças”.

Porém, este “fatalismo” pós moderno não compreende que o consumo é parte da “racionalidade integrativa e comunicativa de uma sociedade” (Canclini, 2006, p. 63). A racionalidade macrosocial, definida por grandes corporações, não é a única que modela o conceito de consumo. Existem implicações políticas, simbólico-sociais e ambientais no ato de consumo. Ninguém consome ao acaso. O consumo é um elemento de distinção. É necessário pensar o consumo como “um jogo entre desejos e estruturas, onde as mercadorias e o próprio consumo servem também para ordenar politicamente cada sociedade. Assim, a “Perspectiva Pós-Colonial” busca a percepção da “Ecologia Política” principalmente nos países catalogados pós-modernamente como “em desenvolvimento” e que não podem ser enquadrados em uma lógica de dispersão e impossibilidade de definição no momento em que mais precisam pensar, ordenar e estruturar suas organizações políticas, democráticas e econômicas de forma sustentável.

É necessário, portanto, despertar percepções em defesa dos saberes e culturas locais para emancipação e autonomia de indivíduos e grupos “assujeitados” por padronizações que levam a dependência e

desconsideram as realidades locais presentes. Tal perspectiva permite pensar o global sem perder de vista o local, abordando de forma coerente temáticas tão controversas como o Consumo, Meio Ambiente e Biodiversidade, Sustentabilidade, Autonomia e Emancipação.



M.C. Escher. **Reptiles**. Litografia, 1943, 33,5 x 38,5 cm.

Conclusões ou os Três Pilares para Percepção da Sustentabilidade Multidimensional aplicada à Técnica Jurídico Ambiental

Para conclusão dessa tese parte-se da metáfora e linguagem simbólica da arte, no intuito de possibilitar compreensões mais aprimoradas acerca do fenômeno da percepção. Para compreensão de uma Epistemologia Ambiental Complexa é necessário observar o jogo de perspectivas que a ligação multidisciplinar de saberes opera na construção do conhecimento acerca das questões ambientais.

Através do jogo de “perspectivas” entre “dentro e fora”, M.C. Escher nos presentearia, portanto, com uma imagem pictórica que relaciona diferentes possibilidades nos contextos de estagnação e circulação. O réptil que resolve “passar” representa a circulação da comunicação inter-sistêmica. Porém, retorna sempre ao seu universo de “estrutura plana” para, quem sabe, contar aos outros répteis, o que viu e por onde andou. Esta “alegoria plástica” fornece subsídios para a compreensão da circulação de uma comunicação (comunicação ecológica) dentro de um sistema (Sistema Social – Sociedade) cujas percepções se encontram, muitas vezes, standardizadas, fixadas por elementos aparentemente indestrutíveis como a racionalidade econômica⁹⁴ (Escher, 2004, p. 11).

Assim, como equivalente funcional da linguagem ou, até mesmo, um tipo específico de linguagem, a arte é uma estrutura particular que assegura probabilidades de êxito à comunicação, pois pode transformar em “provável” aquilo que era “aparentemente improvável” de ser compreendido.

Da mesma forma, em se tratando de Teoria dos Sistemas, a comunicação ecológica. Por sua vez, compreendida como meio de

⁹⁴ “Entre toda a espécie de objetos está um caderno de desenho, aberto, no qual se vê um desenho: um mosaico de figuras em forma de répteis num contraste de três cores. Um dos bichos parece, sem dúvida, estar farto de ficar ali, plano e hirto entre os seus companheiros. Então, estende uma perna, em relevo, para além da margem do caderno, continua a libertar-se e expõe-se á vida livre. Trepa pela capa dum livro de zoologia e esforça-se na subida escorregadia dum esquadro, até o ponto alto da sua existência. Um curto repouso, cansado mas satisfeito, e então de novo desce sobre um cinzeiro, de volta a superfície, ao papel de desenho plano, onde, obediente, se vai juntar aos seus antigos companheiros e retoma a sua função como elemento de distribuição de uma superfície”.

comunicação genericamente simbolizado, possibilita a inserção de novas informações nos mais variados sistemas (Economia, Política, Direito, Cultura, Ciência). Em outras palavras, pode facilitar a compreensão por meio do simbólico, perpassando, ou substituindo como equivalente funcional, diversos códigos lingüísticos, pois se baseia em uma pluralidade de referências para formação de uma unidade de sentido. A arte e a Comunicação Ecológica podem ser observadas, por intermédio da explicação anterior, como um “meio de comunicação simbolicamente generalizado”. Neste sentido a idéia pictórica. Na obra *Réptiles*, o ser vivo, insatisfeito com sua situação de estagnação, circula para fora do plano, permitindo novas perspectivas de relevo, profundidade, reflexividade.

A arte e a Epistemologia Ambiental Complexa possuem também um paradoxo específico. Elas criam e solucionam, ao mesmo tempo, o problema de sua observação. O paradoxo da observação do que é inobservável. Ou seja, produz o questionamento acerca dos sentidos possíveis atribuídos às diferentes observações que sua criação pode gerar e, simultaneamente, auto-produzem seu sentido enquanto comunicação mesma. Em outras palavras, a comunicação ecológica permite um incentivo à criação nas estruturas tradicionais de saber e poder. Permite, por exemplo, promover um impulso na técnica jurídica tradicional.

Os “Três Pilares para Percepção do Conceito de Sustentabilidade Multidimensional foram abordados nos itens anteriores do capítulo 4 dessa tese. A saber: 1) A necessidade de **Politização das Novas Tecnologias**; 2) A percepção de uma **Epistemologia Ambiental Complexa** e 3) A observação das **Perspectivas do Sócio-Ambientalismo e da Sóciobiodiversidade**.

No que concerne à Politização das Novas Tecnologias é necessário retomar o espaço de atuação política, a esfera de ação *bios*, nas palavras de Hannah Arendt. A ciência deve ser democratizada, a informação ambiental deve ser considerada como princípio basilar do direito ambiental. Não existe possibilidade de reflexão política acerca das inovações científicas e seus possíveis impactos ambientais sem a ampla veiculação de informações. O cidadão deve estar incluído no processo. As informações acerca dos possíveis riscos e perigos da problemática ambiental devem ser discutidas na esfera pública.

A formação do pensamento complexo é essencial para a percepção do fenômeno multidisciplinar e multidimensional que envolve as questões ambientais da atualidade. Neste sentido, a abordagem deve dirigir-se para a formação de uma Epistemologia

Ambiental Complexa que permita uma compreensão aprimorada de conceitos como “sustentabilidade”. A ideia de sustentabilidade deve ser percebida em todas as suas dimensões: Ecológica, Cultural, Social, Econômica, Política e Jurídica. Tal perspectiva é primordial para o processamento de decisões jurídicas em face dos problemas ambientais postos ao direito. Assim, o sistema do direito deve produzir comunicações (ou tomar ciência de novas informações fora do seu próprio sistema), juntamente com as dimensões abordadas anteriormente. Caso contrário, a decisão jurídica beneficiará somente uma racionalidade, geralmente a racionalidade econômica, a perspectiva excludente do *Homo Oeconomicus*, abordada no capítulo 1 dessa tese. Somente a percepção do pensamento complexo aliado à comunicação ecológica é capaz de proporcionar à técnica jurídico-ambiental decidir de forma eficiente frente às demandas de uma sociedade de riscos ambientais.

A observação das perspectivas do Sócio-Ambientalismo e da Sócio-Biodiversidade permitem uma compreensão aprimorada do sujeito na modernidade da atualidade. Ao mesmo tempo, deslocam a percepção ambiental para orientações interdisciplinares, percebendo o meio-ambiente não somente como constructo biológico. Mas também como questões culturais que envolvem povos tradicionais, comportamentos de consumo, migrações ambientais e influência no controle dos corpos como biopolítica ambiental. Esta perspectiva permite estar atento às observações que envolve as relações entre a *governamentalidade*, racionalidade econômica e sociedade civil.

Assim, em face das preocupações, abordadas anteriormente, oriundas da probabilidade de esgotamento dos recursos naturais e, por consequência, a existência de riscos como possibilidades de danos futuros em decorrência de decisões particulares; resta evidenciada a existência de dúvidas no gerenciamento de ações produzidas por indivíduos, grupos e sistemas, notadamente na economia, política, direito e cultura, em face da necessidade de decidir sobre temáticas que envolvem ecologia e meio ambiente. Todavia compreende-se que existe uma maior influência do saber e poder econômicos na comunicação ecológica.

Uma possibilidade diferenciada de práticas discursivas encontra-se no pensar uma sustentabilidade multidimensional e “pós-colonial” que emerge do testemunho dos países de Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Tal perspectiva desperta consciência acerca da

construção de culturas sustentáveis em várias dimensões para uma (re) invenção das tradições jurídico-políticas e econômicas.

A América Latina é território pulsante para atitudes reflexivas acerca de uma sustentabilidade multidimensional. Nesta perspectiva propõe-se pensar novas possibilidades para uma Técnica Jurídico-Ambiental e uma Ecologia Política eficientes e capazes de perceber a necessária multidimensionalidade presente no conceito de sustentabilidade, promovendo o questionamento de decisões que, sofrendo fortes interferências do Sistema Econômico, privilegiem exclusivamente o aspecto desenvolvimentista tradicional de aceleração do crescimento.

Para perceber o conceito de “Pós-Colonial”, é necessário considerar, no cenário contemporâneo, a ideia de contingência. Ou seja, nenhum processo econômico, político, social, tecnológico e cultural é imutável na atualidade. Não perceber a ideia de que estruturas podem ser modificadas de forma rápida no contexto global é não permitir a produção de diferenças. Neste sentido, são necessárias estratégias que transcendam a ideia de Estados-nação hegemônicos em termos econômicos e políticos. Todavia, no que tange às práticas discursivas, deve-se buscar “estratégias contra-hegemônicas” e “estratégias legitimadoras de emancipação” (Bhabha, 1998, p. 240).

Desta forma, Boaventura de Sousa Santos sugere que a epistemologia ocidental dominante foi engendrada com base nas demandas de dominação colonial e fundamentada na ideia de um pensamento abissal. Essa racionalidade operacionaliza-se pelo critério binário que classifica os saberes em úteis/inúteis, inteligíveis/ininteligíveis, concretos/abstratos, lucrativos/não-lucrativos. O autor menciona que este tipo de conhecimento baseia-se em uma espécie de “simetria dicotômica”, ocultando sempre uma hierarquia. O somatório da ideia dicotômica e da hierarquia produzida formam a razão metonímica, ou seja, uma ideia totalizadora e consequentemente reducionista, pois contrai o presente ao deixar de fora muita realidade que não é considerada relevante e que se desperdiça (Santos, 2007).

Em outras palavras, esta racionalidade dominante não permite pensar fora das totalidades ocidentais definidas epistemologicamente. Ou seja, não é possível pensar o sul sem o norte, a colônia sem a metrópole, o escravo sem o amo. Assim, não é possível observar o que há, por exemplo, nos países do sul que não depende da relação com os do norte. Portanto, a definição da realidade do “agora” sofrem uma espécie de atrofia. Nas palavras de Boaventura de Sousa Santos: “Em que consiste a contração do presente? Faz-se por meio da redução da

realidade a alguns tipos – concretos, muito limitados, reduzidos – de realidade” (Santos, 2007, p. 28).

Na descrição dos casos reflexivos, observamos que a necessidade de considerar os Três Pilares da Sustentabilidade Multidimensional é urgente em cada um deles.

No que concerne à questão da Biodiversidade, a abordagem deve passar, necessariamente, pelo pilar da Sóciobiodiversidade, pois o que está em tela não é a simples valorização monetária da vida e sim as culturas produzidas e a vinculação desses povos tradicionais com os povos onde vivem. Nessa situação também é preciso que a população tenha acesso à informação sobre o que é feito com a biodiversidade brasileira, quais são os usos para nossos espécimes da flora e fauna.

A questão do desenvolvimento passa, principalmente, pelo pilar da Epistemologia Ambiental Complexa, bem como pelos outros dois também. A observação deve seguir a perspectiva de que o desenvolvimento parte de uma racionalidade econômica, porém para considerar as questões ambientais deve perceber a multidimensionalidade constante no conceito de sustentabilidade.

A racionalidade do *Homo Oeconomicus* reduz a participação nos espaços democráticos e, no caso do projeto para o “Novo Código Florestal” estes espaços ficaram reduzidos até que a mídia como veículo, por vezes distorcido, da opinião pública, permitiu a divulgação dos conflitos e alegações entre grupos com práticas discursivas diferenciadas. De um lado a bancada ruralista com interesse na produção e de outro, aqueles preocupado com o conhecimento ambiental e científico. Em outras palavras, a flexibilização em face da Reserva Legal e das Áreas de Preservação Ambiental podem produzir danos e tragédias ambientais irreparáveis? Nesse sentido, o campo democrático de participação democrática e de discussão na esfera pública deve estar aberto.

Dessa forma, repensando o saber democrático, Morin entende que a democracia institui ao mesmo tempo as condições de exercício e os dispositivos da regulação dialógica sociopolítica. Assim, as instituições desde a sua gênese constituíram uma regra que organiza a dialogicidade plural das oposições e solidariedades, desde a expressão das opiniões até o controle do poder pelos cidadãos, os quais são controlados pela própria regra que, por sua vez, permite o controle das cidades pelos cidadãos (Morin, 2001c, p. 48).

É necessário compreender, portanto, que a complexidade está, ao mesmo tempo, na base da virtude e da fragilidade da democracia, que pode autodestruir-se sob o efeito dos conflitos alimentados por ela

própria, ou permitir o acesso ao poder do partido ou do chefe que a destruirá. As probabilidades de duração de uma democracia aumentam com a sua própria duração, permitindo a um *imprinting* democrático/cultural inscrever-se cada vez mais profundamente na cultura política de uma sociedade (Morin, 2001, p. 48).

Desta forma, a democracia faz parte da constituição de um sistema político complexo quando se entende a sua vivência na pluralidade, antagonismo e concorrência mesmo quando ainda permanece uma comunidade nacional instituída. Tem como base o controle do aparelho pelos controlados, reduzindo assim a sujeição. Configura-se, portanto, como regeneração contínua de um anel retroativo onde os cidadãos produzem a democracia que os produz (Morin, 2001d, p. 195).

Conforme exposto anteriormente, todos os Casos Reflexivos passam pela necessidade de observação nos Três Pilares que compõem a Sustentabilidade Multidimensional. O Direito, neste sentido, necessita considerar essas informações, observar a comunicação ecológica para que, somente assim, possa decidir de forma eficiente frente a estes desafios. Esta problemática apresentada é oriunda de reflexões da Ecologia Política, porém, o Direito possui o ferramental de regulação, de transformação através da produção reflexiva de suas decisões. A decisão jurídica não pode estar vinculada somente à aplicação cega da norma. A norma é necessária no sentido de garantir de conferir direitos, nesse caso a perspectiva Constitucional é amplamente válida. Porém, a decisão jurídica em casos ambientais complexos, além de garantir direitos difusos deve possibilitar o diálogo aberto na esfera pública, deve possibilitar construções que não cedam aos instrumentos biopolíticos na *governamentalidade* aliada a racionalidade do *Homo Oeconomicus*.

Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BESERRA, Gustavo das Neves. **O que é Justiça Ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGAMBEM, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2007a.

AGAMBEM, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007b.

AGAMBEM, Giorgio. Não à Tatuagem Biopolítica. In: **Le Monde Diplomatique**. 2004.

ALIER, Joan Martínez; JUSMET, Jordi Roca. **Economía ecológica y política ambiental**. 2ª ed. México: FCE, 2001.

ARAUJO, Luis Ernani Bonesso de; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. A comunicação ecológica democrática e o Direito à Informação sob a ótica do princípio da precaução na Sociedade de Risco. In **Direito Ambiental Contemporâneo: Prevenção e Precaução**. PES, João Hélio Ferreira; OLIVEIRA, Rafael Santos de (coord.) Curitiba: Juruá, 2009.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARNOLD-CATHALIFAUD, Marcelo. Fundamentos del Constructivismo Sociopoiético. In: OSORIO, Francisco. **Epistemología**

de las Ciencias Sociales: Breve Manual. Santiago de Chile: UCSH, 2007.

BACHELET, Michel. **Ingerência Ecológica: Direito Ambiental em questão.** Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

BAKAN, Joel. **A corporação: a busca patológica por lucro e poder.** Trad. Camila Werner. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

BARBOSA, Livia. Cultura, consumo e identidade: limpeza e poluição na sociedade brasileira contemporânea. In: BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin (orgs). **Cultura, Consumo e Identidade.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARTHES, Roland. **Mitologias.** Rio de Janeiro: Difel, 2003.

BASTIEN, Carlos; CARDOSO, José Luís. From homo economicus to homo corporativus: A neglected critique of neoclassical economics. **The Journal of Socio-Economics.** N.º 36, pp. 118-127, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. **Para uma crítica da Economia Política do Signo.** Lisboa: Ed. 70, 1995.

BAUMAN, Zigmunt. **O mal estar da Pós Modernidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. Moderniad y Ambivalencia. In: GIDDENS, A.; BAUMAN, Z.; LUHMAN, N.; BECK, U. **Las consecuencias perversas de la modernidad: Modernidad, contingencia y riesgo.** Traducción de Celso Sánchez Capdequí. México: Anthropos, 2001a.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade : a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Trad. Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

BAUMAN, Zygmunt. Consuming Life. **Journal of Consumer Culture**, vol. 1 (1), 9 – 29, 2001b.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo Líquido**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001c.

BECK, Ulrich. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: ____, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização? Equívocos do Globalismo, Respostas à Globalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BERNA, Vilmar Sidnei Demaman. **Pensamento ecológico: reflexões críticas sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.** São Paulo: Paulinas, 2005.

BERTALANFFY, Ludwig. **Théorie générale des systèmes.** Trad. par Jean-Benoît Chabrol. Paris : Dounod, 1993.

BETTATI, Mario. **O Direito de Ingerência: mutação da ordem internacional.** Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BORN, Rubens Harry. Mudanças Climáticas e Verdades Inconvenientes. In: **Le Monde Diplomatique – Brasil**, Ano 2, n.º 24, julho de 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A Produção da Crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos.** 3ª ed. Porto Alegre, RS: Zouk, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 42ª ed. at. ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL - Ministério do Meio Ambiente. **Fortalecimento do SISNAMA.** Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=107>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2011.

BRASIL. **Calendário das Reuniões do PPA 2004-2007**. Disponível em: <http://www.planobrasil.gov.br/texto.ASP?cod=15> Acesso em: 25 de janeiro de 2011.

BRASIL. **Lei 10.650 – Lei da Informação Ambiental**, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/2003/L10.650.htm>. Acesso em: 25 de setembro de 2010.

BRASIL. **Lei 6.938 – Lei da política Nacional do Meio Ambiente**, 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm. Acesso em 26 de setembro de 2010.

BRASIL. **Meio Ambiente e Qualidade de Vida – Programa de Governo 2002**, Coligação Lula Presidente. Disponível em: http://www.ptpr.org.br/documentos/pt_pag/PAG%202004/PARTIDO%20DOS%20TRABALHADORES/Programa%20de%20Governo%202002%20%20Meio%20Ambiente%20e%20Qualidade%20de%20Vida.PDF. Acesso em: 24 de janeiro de 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. **Plano plurianual 2008-2011: projeto de lei** / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. - Brasília : MP, 2007.

BRUE, Stanley. **História do Pensamento Econômico**. Trad. Luciana Penteadó Miquelino. São Paulo: Thompson Learning, 2006.

CAMPBELL, Colin. **A Ética Romântica e o Espírito do Consumismo Moderno**. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

CASSIGOLI, Isabel; SOBARZO, Mario (orgs.). **Biopolíticas del Sur. Colección Seminarios, Coloquios y Debates Críticos.** Santiago de Chile: Editorial Arcis, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. – A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura.** v. 2. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CLAM, Jean. **Questões Fundamentais de uma Teoria da Sociedade: Contingência, Paradoxo, Só-efetuação.** Trad. Nélío Schneider. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2006.

CORREA, Vanessa; SPINELLI, Evandro. Revisão do Código Florestal pode legalizar área de risco e ampliar chance de tragédia. In: **Folha de São Paulo – Caderno Cotidiano.** 16 de janeiro de 2011.

CORSI, Giancarlo. **GLU: Glosario sobre la teoría social de Niklas Luhmann.** Trad. Miguel Romero Pérez, Carlos Villalobos; bajo la dirección de Javier Torres Nafarrate. México, DF: Universidad Iberoamericana, A.C., 1996.

DELÉAGE, Jean Paul. **História da Ecologia: Uma Ciência do Homem e da Natureza.** 1ª ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Trad. Cláudia Sant'Ana Martins. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DEMO, Pedro. **Complexidade e Aprendizagem: A Dinâmica não-linear do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2008.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: desde la CEPAL al neoliberalismo 1950-1990**. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2003.

DEVÉS VALDÉS, Eduardo. **El pensamiento latinoamericano em el siglo XX: las discusiones y las figuras del fin de siglo. Los años 90**. Buenos Aires: Biblos, 2004.

DIÁLOGO FLORESTAL. **Empresas do setor de base florestal e organizações socioambientalistas apresentam proposta para Código Florestal**. Disponível em: <http://www.dialogoflorestal.org.br/noticias/76/empresas-do-setor-de-base-florestal-e-organizacoes-socioambientalistas-apresentam-proposta-para-codigo-florestal>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2011.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: Responsabilidade Social e Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

DOUGLAS, Mary; ISERWOOD, Baron. **O Mundo dos Bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. Trad. Gilson César Cardoso Souza. São Paulo: Perspectiva, 2007.

ECO, Umberto. "A Canção de Consumo". In: **Apocalípticos e Integrados**, Série Debates nº 19, 4.ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1990.

ESCHER, M.C. **M.C. Escher: Gravura e Desenhos**. Baarn- Holanda: Taschen, 2004.

ESPOSITO, Roberto. **Bíos: biopolítica e filosofia**. Torino: Einaude, 2004.

FASSIN, Didier. Biopolítica. In: **Estudos de Filosofia e História das Ciências Biomédicas**. 2005.

FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. **Méthodologie philosophique**. Paris: PUF, 1992.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Trad. de Luiz Felipe Baeta neves. 7ªed. Rio de Janeiro – RJ: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005a.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Omnes et singulatim: para uma crítica da razão política**. Trad. Selvino J. Assmann. São Pedro de Alcântara – SC: Edições Nephelibata, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica/Instituto de Ciencias de la Educación de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. Trad. Lígia N. Pondé Vassalo. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

FREIRE, Raúl Rodriguez. Poder y Resistencia (en la) Biopolítica: Sobre la Necesidad de Pensar (la) desde América Latina. In: CASSIGOLI, Isabel; SOBARZO, Mario (orgs.). **Biopolíticas del Sur. Colección Seminarios, Coloquios y Debates Críticos**. Santiago de Chile: Editorial Arcis, 2010.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALIMBERTI, U. **Psiche e techne. L'uomo nell'età della técnica**. 2.ed. Milano, Feltrinelli, 2003.

GIDDENS, Anthony. **A Terceira Via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social democracia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

GINTIS, Herbert. Beyond *Homo Economicus*: Evidence from experimental economics. **Ecological Economics**. V. 35. (especial issue).

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas: Papirus, 2007.

GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. In.: VIOLA, Eduardo e FERREIRA, Leila da C. (Orgs.) **Incertezas de Sustentabilidade na globalização**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Thomas da Silva e Guacira Lopes Louro. 9º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HAMANN, Trent H. Neoliberalism, Governmentality, and Ethics. **Foucault Studies**, n.º 6, pp. 37-59, fev. 2009.

HORKHEIMER, Max & ADORNO, Theodor. A indústria cultural: o iluminismo como mistificação de massas, pp. 169 a 214. In: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HUME, David. **Escritos sobre economia**. – **Coleção Os Economistas**. Trad. Sara Albieri. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HUNT, E. K. . **História do Pensamento Econômico: Uma perspectiva crítica**. Trad. José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2ªed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

JONAS, Hans. **O Princípio da Responsabilidade: Ensaio de uma ética para a civilização tecnológica**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2006.

KELSEN, Hans. **Teoria Geral das Normas**. Trad. José Florentino Duarte. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1986.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. Trad. João Batista Machado. 6ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KUHN, Thomas. **A estrutura das Revoluções Científicas**. Trad. Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo; Editora perspectiva, 1992.

LAZZARATO, Maurizio. Biopolitique/Bioéconomie - Biopolítica/Bioeconomia. Tradução de Eréndira Reyes – Centre Cultural et de Coopération de Mexico – Institut Français d’Amérique Latine pour la version espagnoli. **Multitudes**, n.22, automne, 2005.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: A territorialização da racionalidade ambiental**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique. Pensar a Complexidade Ambiental. In: LEFF, Enrique (coord.). **A Complexidade Ambiental**. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEFORT, Claude. **Pensando o Político: Ensaios sobre democracia, revolução e liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LEITE, José Rubens Morato. **Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

LEMONS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002.

LUHMANN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação.** Editora Paulus: São Paulo: Editora Paulus, 2005a.

LUHMANN, Niklas. **Complejidad y modernidad: de la unidad a la diferencia.** Madrid: Trotta 1998.

LUHMANN, Niklas. **Ecological Communication.** Trad. John Bednarz Jr. Chicago – USA: University of Chicago Press, 1989.

LUHMANN, Niklas. **El derecho de la sociedad.** Trad. Javier Torres Nafarrate. México: Universidade Iberoamericana/Colección Teoría Social, 2005b.

LUHMANN, Niklas. **Introducción a la teoría de sistemas: Lecciones publicadas por Javier torres Nafarrate.** Org. Javier Torres Nafarrate. México, D.F.: Universidad Iberoamericana, 1996.

LUHMANN, Niklas. **La Sociedad de la Sociedad.** Mexico: Editorial Herder – Universidad IberoAmericana, A.C., 2007.

LUHMANN, Niklas. **Poder.** Tradução de Martine Creusot de Rezende. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

LUHMANN, Niklas. **Sistemas Sociais: Lineamentos para una teoría general**. Trad. Sílvia Pappe y Brunhilde Erker, bajo la coordinación de Javier Torres Nafarrate. México, D.F.: Universidad Iberoamericana – Alianza Editorial, 1991.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

McCORMICK, John. **Rumo ao Paraíso: A história do movimento ambientalista**. Relume-Dumerá, 1992.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente**. 3ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 342-343.

MILL, Stuart. **Princípios de Economia Política: Com algumas de suas aplicações à Filosofia Social**. Trad. Luis João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MILLER, Daniel. Pobreza da Moralidade. In: **Antropolítica**. N.º17, p. 21-43, 2ª sem. 2004.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MORIN, Edgar. **O método 2: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2001b.

MORIN, Edgar. **O método 4: as ideias**. Porto Alegre: Sulina, 2001c.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade: a identidade humana**. Porto Alegre: Sulina, 2001d.

NEVES, Helena Telino. **Legislação ambiental do governo Lula**. Disponível em: <http://www.observatorioeco.com.br/index.php/legislacao-ambiental-do-governo-lula/>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2011.

ONU – CEPAL. **Análise Ambiental e de Sustentabilidade do Estado do Amazonas**. Santiago – Chile: Nações Unidas, 2007.

ONU. **Convenção das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Convenção sobre Diversidade Biológica**. Rio de Janeiro, junho de 1992. Disponível em <http://www.mma.gov.br>.

ORN, Rubens Harry. Mudanças Climáticas e Verdades Inconvenientes. In: **Le Monde Diplomatique – Brasil**, Ano 2, n.º 24, julho de 2009.

OST, François. **A Natureza à Margem da Lei: A Ecologia à Prova do Direito**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

OYARZÚN, Kemy. “*No tengo vida*”: Inscriptciones Biopolíticas en la Subjetividad Contemporánea. In: CASSIGOLI, Isabel; SOBARZO, Mario (orgs.). **Biopolíticas del Sur. Colección Seminarios, Coloquios y Debates Críticos**. Santiago de Chile: Editorial Arcis, 2010.

PARSONS, Talcott; SHILS, Edward A. **Toward a General Theory of Action: Theoretical Foundations for the Social Sciences**. New Jersey –USA: Transaction Publishers, 2001.

PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PENA-VEJA, Alfredo. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Trad. Renato Cavaleira do Nascimento e Elimar pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PERSKI, J. The Ethology of Homo Economicus. In: **Journal of Economic Perspectives**. 9 (2). p. 221-231. 1995.

PESSOA, Fernando. **Mensagem-Poemas Exotéricos**. 1ª reimp. Madrid; París; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San Jose da Costa Rica; Santiago de Chile: ALLCA XX/Scipione Cultural, 1997.

PILLET, Gonzague. **Economia Ecológica: Introdução à economia do ambiente e recursos naturais**. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

PLATIAU, Ana Flávia Barros; VARELLA, Marcelo Dias. (orgs.). **Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, consumo e cidadania**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e classificação social. In:

RIAL, Carmen. Pesquisando em uma grande metrópole: fast-foods e studios em Paris. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs). **Pesquisas Urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia do desenvolvimento. In: **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, n.34, pp.59-101, 1991.

ROCHA, Leonel Severo. **Epistemologia Jurídica e Democracia**. São Leopoldo: UNISINOS, 1998.

ROCHA, Leonel Severo; PEPE, Albano Marcos Bastos. **Genealogia da crítica jurídica: De Bachelard a Foucault**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2007.

ROHDE, Geraldo Maria. **Epistemologia Ambiental: Uma abordagem filosófico-científica sobre a efetuação humana alopoiética**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social e Discurso sobre economia política**. Trad. Márcio Pugliese e Norberto de Paula Lima. São Paulo – SP: Hemus-Livraria Editora LTDA, 1981.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008a.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008b.

SALAZAR, Andrea Lazzarini. Transgênicos: crescimento sem limites. In **Le Monde Diplomatique Brasil**. Ano 4, nº 27 São Paulo: Instituto Pólis, Agosto de 2010.

SANTAELLA, Lúcia. **A Teoria Geral dos Signos: Semiose e Autogeração**. São Paulo: Ática, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **As tensões da Modernidade**. Fórum Social Mundial – Biblioteca das Alternativas, 2003a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Montevideu – Uy: Ediciones Trilce, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: ____; MENESES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade**. 2ª ed. SP: Cortêz, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.) **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009b.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula G. de; NUNES, João Arriscado. Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In: _____. **Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b.

SANTOS, Laymert Garcia do. **Politizar as novas tecnologias: O impacto sócio-técnico da informação digital e genética**. São Paulo: Ed. 34, 2003b.

SARAGOUSSI, Muriel. Direito de acesso à proteção e uso da biodiversidade. In: BORN, Rubens Harry (coord.). **Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a**

sustentabilidade, equidade e democracia planetária. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002.

SCHELESINGER, Sérgio. As Relações Internacionais, Comércio e Meio Ambiente. . In: BORN, Rubens Harry (coord.). **Diálogos entre as esferas global e local: contribuições de organizações não-governamentais e movimentos sociais brasileiros para a sustentabilidade, equidade e democracia planetária.** São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 2002.

SCHIMITT, Carl. **Teologia Política.** Trad. Elisete Antoniuk. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SCIENCE. **"Biodiversity Conservation Research, Training, and Policy in São Paulo".** (s.d.).

SCIENCE. **Vol. 324.** Nº 5933; (s.d.).

SEIFFERT, Nelson Frederico. **Política Ambiental Local.** Florianópolis: Insular, 2005.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade.** Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERRES, Michel. **O Contrato Natural.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

SHIVA, Vandana. Biodiversity, biotechnology and profits. In V. Shiva, **Biodiversity: Social and ecological perspectives,** World Rainforest Movement. Londres: Zed Books, 1991.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: A pilhagem da natureza e do conhecimento.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. **Desenvolvimento (Sustentável) no Brasil de Lula: Uma Abordagem Jurídico-Ambiental.** Santa Cruz do Sul – RS: EDUNISC, 2009a.

SILVA, Marina. O arcaico e o novo na Amazônia. In : **Le Monde Diplomatique Brasil.** Ano 2, nº24. Instituto Pólis: São Paulo, julho de 2009b.

SIMMEL, Georg. Filosofia de la moda. In: **Sobre la individualidad y las formas sociales.** Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol I e II.** Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, Adam. **The Theory of Moral Sentiments.** 6ª ed. São Paulo: Metalibri, 2006.

SMITH, Mark J. **Manual de Ecologismo: Rumo à cidadania ecológica.** Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da Modernidade.** Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

UNITED NATIONS. **Our Common Future: Report of the World Commission of Environment and Development.** 1987.

VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. Trad. Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2005.

VELHO, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: FIGUEIRA, Sérvulo. **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1980.

VIEIRA, Vinícius G. ; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira ; ARAUJO, Luiz Ernani Bonesso de . A América Latina Pós-Colonial no cenário da globalização econômica. In: X Corredor de las Ideas del Conosur, 2009, Maldonado. **Libro de Ponencias del X Corredor de las Ideas del Conosur**, 2009. p. 344-358.

VINER, Jacob. A Economia do Desenvolvimento. In: AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. (Orgs.) **A economia do subdesenvolvimento**. Trad. Maria Celina Whately. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

VIOLA, Eduardo J., LEIS, Hector R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In. HOGAN, Daniel Joseph, VIEIRA, Paulo Freire (Orgs.). **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1995.

WEBER, Max. **Economía y Derecho: Esbozo de sociología comprensiva**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

WIENER, Norbert. **Cibernética**. Trad. Prof. Gita K. Ghinzberg. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Editora Polígono, 1970.

ZIBORDI, Marcos; MERLINO, Tatiana. Entrevista Marina Silva: “O Setor mais atrasado do agronegócio quer mudar a legislação ambiental”
In: **Caros Amigos**. Ano XIII, n.º 148, julho de 2009.

